



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

MAGNA MARICELLE FERNANDES MORAES

**JUVENTUDES, AFETOS E LINGUAGEM: O SABER DISCURSIVO E A
FORMULAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O AMOR A PARTIR DA FALA DE
JOVENS ACADÊMICOS**

FORTALEZA

2014

MAGNA MARICELLE FERNANDES MORAES

JUVENTUDES, AFETOS E LINGUAGEM: O SABER DISCURSIVO E A
FORMULAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O AMOR A PARTIR DA FALA DE JOVENS
ACADÊMICOS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Educação. Área de Concentração: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Celecina de Maria Veras Sales.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- M822j Moraes, Magna Maricelle Fernandes.
 Juventude, afetos e linguagem: o saber discursivo e a formulação de sentidos sobre o amor a partir da fala de jovens acadêmicos. / Magna Maricelle Fernandes Moraes. – 2014.
 202 f., enc.; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.
 Área de Concentração: Movimentos sociais, Educação popular e Escola.
 Orientação: Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales.
1. Linguística – Linguagem e comunicação. 2. Análise do discurso – Jovens. 3. Análise do discurso – Amor. 4. Semiótica. I. Título.

CDD 410.14

MAGNA MARICELLE FERNANDES MORAES

JUVENTUDES, AFETOS E LINGUAGEM: O SABER DISCURSIVO E A
FORMULAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O AMOR A PARTIR DA FALA DE JOVENS
ACADÊMICOS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Educação. Área de Concentração: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Celecina de Maria Veras Sales.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Celecina de Maria Veras Sales – UFC – Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Ferreira Osterne – UECE

Prof^ª. Dr^ª. Lia Machado Fiuza Fialho – UECE

Prof^ª. Dr^ª. Maria Dolores de Brito Mota – UFC

Prof^º. Dr. Nelson Barros da Costa – UFC

PALINÓDIA

Criador de letras tão versadas,
Não sejas tu um homem que se inflama
com as lágrimas de uma dama
De um deus das palavras,
espera-se mais que uma farsa
mais que um jogo de bilhar
É por seres justo e verdadeiro
que te amo desde já
Embora, em verdade,
tenha me arriscado
E é por não te conhecer
que me calo

Magna Moraes

Para minha avó,

Toda a sua existência era um flagrante da memória encarnada de um povo. No brônzeo da pele resplandecia o lume dos raios de sol. Fios de cabelos tingidos pelo mesmo negrume que brilhava nos olhos. Ela carregava nos seios flácidos a lembrança de milhares de mulheres que foram mortas enquanto amamentavam seus filhos. Já era nascida no tempo em que se falava português, embora não tenha aprendido a ler. Não por falta de inteligência, secretamente resistia àquela língua de branco. Mas a essa resistência, alguns chamavam analfabetismo. Seu nome era praticamente uma sina. De trás pra frente, apenas Ana. Inteiramente Ana. O mais breve dos nomes imprimindo-se na infinitude dos tempos, na mais duradoura das horas: a lembrança amorosamente eterna.

AGRADECIMENTOS

Ao fecundo Deus que me criou inteiramente mulher:

De dentro da noite
que escoo do meu ventre
os restos aquosos
de um corpo desfeito,
amanheço mulher

Da boca de um sexo
que jorra sangue
eu me lanço no mundo
e mergulho profunda
nos pedaços de mim

Do oco de um músculo
que o fluxo vasa
um cheiro de morte
me lambe as pernas
e depois me lavo

À minha mãe, por ter me dito sabiamente, entre um lavar de louças e um chiar de panela de pressão ao fogão, que “o amor não é masculino nem feminino”.

À Celecina de Maria Veras Sales, orientadora de tese e de vivências, afetuosa, sem perder a firmeza necessária aos que ainda são aprendizes nas artes de se inscrever em linhas de teses. Ela me reinventou.

Ao Roberto Sampaio, com quem compartilho os desafios e as delícias do amor conjugal. Amar se aprende amando. Somos dois aprendizes dedicados.

Ao par amoroso Neville Moraes e Lândia Moraes: ele é a tampa; e ela, a panela. Em carne e osso, feitos um para o outro, sem dúvida, com os quais posso contar na alegria e na tristeza.

À Evellyn Moraes, que rompeu o casulo há pouco tempo e já se transformou numa linda borboletinha.

Ao Diego Fernandes, que já sabe muitas respostas sobre a vida para a pouca idade. Ele cresceu “sabido” demais, um sinal de tempo escorrendo, envelheço amorosamente na certeza de vê-lo crescer ainda mais.

Ao meu estimado pai, pela saúde recuperada, em dias mais alegres ao som do velho radinho de pilha.

Ao Vilcimar, meu padraсто camarada, presente em momentos difíceis, quando minha coluna vergava dolorosamente por tantas horas de rigidez maquinal, sentada à frente do computador escrevendo estas páginas.

Ao Kelven Moraes, um rapazinho que anda perdidamente apaixonado, quase 25 horas por dia de inesgotável paixão.

À Lia Pinheiro e Regina Coele, companheiras de vida e trabalho, histórias compartilhadas pelos sóis e girassóis de Crateús.

Aos queridos, Alber Uchoa, Josy e Marcos, Márcio Dianton, Maria Vitória, Michel Viana, Nelson Barros, Raimundo Bezerra, Sahmaroni Rodrigues, Washington Menezes, em (quase) impecável ordem alfabética, por todos os momentos compartilhados e, muitas vezes, inesquecíveis.

A ele, Anderson, meu amigo à primeira vista, do zodíaco às nuances de pronúncia dos fonemas em francês, ele sabe tudo, além de dominar as técnicas de cerzir os fios do amor amoroso entre iguais.

Aos membros da banca de qualificação desta pesquisa, pelas preciosas sugestões.

Aos estudantes do bosque de Letras

À turma de Economia Doméstica

À Funcap.

RESUMO

Objetiva entabular uma discussão em torno do saber discursivo (domínio do interdiscurso) e da formulação de sentidos (domínio do intradiscurso) no que diz respeito ao tema do amor, considerado como objeto do discurso, desde a análise da fala de jovens acadêmicos. Nosso propósito, em outras palavras, é buscar compreender como são construídos sentidos acerca do amor a partir de entrevistas com jovens de dois cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará-UFC – graduação em Economia Doméstica e em Letras –, além de delinear uma análise acerca de sentidos constitutivos de uma memória discursiva sobre o amor. Por nos comprometermos com os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de Linha Francesa, o amor aqui é pensado enquanto resultado de processos históricos de significação que se efetivam no e pelo sujeito falante, por conseguinte, é tomado como um objeto discursivo. Com base nesses pressupostos, trabalhamos com as categorias juventudes, amor e discurso (interdiscurso e intradiscurso). A primeira categoria é pensada à luz de estudiosos como Bourdieu (1983), Abramo (1994), Ariès (1981), Pais (2003; 2005; 2012), Groppo (2000), mais voltados para a área da Sociologia e da Educação, além de pensadores ligados ao campo da História, como Leuchtenburg (1976) e Hobsbawm (1995). O tema do amor é delimitado com base na obra de autores como o historiador suíço Rougemont (2003); nas reflexões dos escritores e ensaístas Paz (1994) e Bruckner (2011); em considerações advogadas por Luhmann (1991) e nas ideias propostas pela historiadora brasileira Del Priore (2012) e por Chauí (1991), além de postulados teóricos propostos pelos sociólogos Giddens (1993) e Bauman (2001; 2004). Ainda no que diz respeito ao tema, fazemos uma imersão em textos de autores consagrados na área da Literatura, sejam os de origem européia, americana ou brasileira, como Shakespeare, Jack Kerouac, Nelson Rodrigues, Adélia Prado, entre outros, além de referências à Música Popular Brasileira e à arte cinematográfica. A última categoria – o *discurso* (interdiscurso e intradiscurso) – configura-se como um postulado da AD, que aqui é vista a partir do viés teórico-metodológico proposto por Orlandi (2002). Como resultados, concluímos que os discursos dos jovens acadêmicos ora tendem a pôr em evidência aspectos negativos que singularizariam as transformações ocorridas no contexto das relações amorosas; ora, ao contrário, ressaltam aspectos positivos dessas mudanças. Os primeiros seriam, na perspectiva discursiva dos/das jovens, a instabilidade, o descompromisso com o outro, o desapego, a ausência de amor “verdadeiro”; enquanto os positivos estão diretamente relacionados com os avanços no tocante à liberdade de expressão da mulher e das minorias sexuais marginalizadas, por eles/elas considerados.

Palavras-chave: Juventude; Amor; Discurso.

ABSTRACT

This thesis has the objective of establishing a discussion about the discursive knowledge (mastery of the interdiscourse) and the formulation of meanings (mastery of the intradiscourse) concerning the love theme, considered to be the object of the discourse, starting from the speech of young undergraduation students. Our purpose, in other words, is to try to understand how the meanings about love are built starting from interviews made with two young students from the two undergraduation courses of the Federal University of Ceara-UFC - Home Economics graduation course and Letters Graduation Course – besides delineating an analysis about the constituent meanings of a discursive memory about love.

As we are committed with the theoretical methodological assumptions of the French norms in Discourse Analysis, the love here is thought of as the result of historical processes of signification that are made permanent to and by the subject speaker, consequently is taken as a discursive object. Based on these presuppositions, we work with the categories youth, love and discourse (interdiscourse and intradiscourse). The first category is thought of in light of scholars like Bordieu (1983), Abramo (1994), Ariès (1981), Muchow (1968), Matza (1968), Pais (2003), Groppo (2000), more concerned with the areas of Sociology and Education, besides thinkers concerned with the field of History, like Leuchtenburg (1976) and Hobsbawm (1995). The love theme is marked out with basis on the work of authors like the Swiss historian Rougemont (2003); in the reflections of the writers and essayists Paz (1994) and Bruckner (2011); in considerations advocated by Luhmann (1991) and the ideas proposed by the Brazilian historian Del Priore (2012) and by Chauí (1991), besides the theoretical view of the sociologists Giddens (1993) and Bauman (2004). Still in what the theme is concerned, we immerse ourselves in texts of consecrated authors in the field of Literature being them of European, American or Brazilian origin like Shakespeare, Jack Kerouac, Nelson Rodrigues, Adélia Prado, among others, besides references to the Popular Brazilian Music and the cinematographic art. The last category – the discourse (interdiscourse and intradiscourse) – configures itself as a postulate of the AD, that is seen here from the theoretical-methodological bias proposed by Orlandi (2002). As results, we have concluded that the discourses of the young undergraduation students sometimes tend to bring into evidence negative aspects which would singularize the transformations occurred in the context of the love relationships; sometimes, on the contrary, highlight positive aspects of these changes. The first ones would be, in the discursive perspective of the female/male young students, the instability, the non-commitment with the other, the detachment, the absence of “true” love; whereas the positive are directly related with the advances concerning women’s freedom of speech and the marginalized sex minorities considered by them.

Key words: Youth; Love; Discourse.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but d'entamer une discussion à propos du savoir discursif (domaine de l'interdiscours) et de la formulation du sens (domaine de l'intradiscours) en ce qui concerne le sujet de l'amour, considéré comme l'objet du discours à partir de l'analyse de la parole de jeunes universitaires. Autrement dit notre intention est de chercher à comprendre comment sont construits les sens au sujet de l'amour, en nous appuyant sur des interviews avec des jeunes étudiants/étudiantes de deux cours de licence de l'Université Fédérale du Ceara-UFC - Lettres et Économie domestique -, et d'esquisser une analyse sur les sens constitutifs d'une mémoire discursive sur l'amour. D'après les pressupposés théorico-méthodologiques d'Analyse du discours de courant français, l'amour ici est pris en tant que résultat de processus historiques de signification qui se réalisent chez et par le parlant. Par conséquent, il est vu comme un objet discursif. À partir de là, nous avons travaillé avec les catégories jeunesse, amour et discours (interdiscours et intradiscours). La première catégorie est vue selon la pensée de Bourdieu (1983), Abramo (1994), Ariès (1981), Pais (2003 ; 2005 ; 2012), Groppo (2000), orientée davantage sur la sociologie et l'éducation, et celle des penseurs liés au champ de l'histoire, tels que Leuchtenburg (1976) et Hobsbawn (1995). Le sujet de l'amour est délimité ayant pour base l'oeuvre des auteurs tels que l'historien suisse Rougemont (2003) ; les réflexions des écrivains et essayistes Paz (1994) et Bruckner (2011) ; les considérations établies par Luhmann (1991) ; les idées proposées par l'historienne brésilienne Del Priore (2012) et par Chauí (1991), ainsi que les postulats théoriques des sociologues Giddens (1993) et Bauman (2001 ; 2004). En ce qui concerne le sujet, nous pénétrons dans les textes d'écrivains connus dans le champ de la littérature, soit ceux d'origine européenne ou américaine soit ceux d'origine brésilienne tels que Shakespeare, Jack Kerouac, Nelson Rodrigues, Adélia Prado, parmi d'autres. Nous examinons aussi des références de la Musique populaire brésilienne et de l'art cinématographique. La dernière catégorie - le discours (interdiscours et intradiscours) se présente comme un postulat de l'AD qui est vue ici par le biais théorico-méthodologique proposé par Orlani (2002). Nous sommes arrivés à la conclusion selon laquelle les discours des jeunes étudiants/étudiantes universitaires ou bien ont tendance à mettre en évidence des aspects négatifs qui rendent singulières les transformations survenues dans le contexte des rapports amoureux ou, au contraire, font ressortir des aspects positifs de ces transformations. Les aspects positifs seraient, dans la perspective discursive des étudiants/étudiantes, l'instabilité, le non-engagement par rapport à l'autre, le détachement, l'absence d'amour « vrai », alors que les aspects positifs sont directement liés aux progrès concernant la liberté d'expression de la femme et des minorités sexuelles marginalisées.

Mots-clés : Jeunesse ; Amour ; Discours

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	22
2.1. Considerações gerais sobre a pesquisa qualitativa	22
2.1.1 Outros recursos de investigação	30
2.2. Pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso	36
2.2.1 Uma visão anti-positivista da linguagem	36
2.2.2 O lugar da subjetividade: o dispositivo de análise	36
2.2.3 O lugar da objetividade: o dispositivo teórico	38
2.3. Constituição do corpus	39
2.3.1 A relação com o texto	40
3. LITERATURA, OUTRAS ARTES E O CONTEXTO HISTÓRICO	43
3.1. A “velha” linguagem do amor: entre a ficção e a realidade	43
3.1.1. Do amor cortês: a dama, o cavaleiro e o poeta	44
3.2. Do sacramento à desobediência: o padre, os pais e os amantes	59
3.2.1. Uma revolução sentimental: o pai, a mãe e o filho	70
3.3. Da guerra ao amor: os hippies, Cleo e Daniel	76
4. O AMOR E A CIÊNCIA: ENTRE DITOS E CONTRADITOS	93
4.1. A perspectiva sociológica de Giddens (1993)	93
4.2. Das formas de amar: o amor apaixonado, o amor romântico e o amor confluyente	107
4.3. Uma apreciação da obra de Giddens (1993): a teoria <i>queer</i> , o cinema hollywoodiano e o amor líquido	128
5. CONCEITO DE JUVENTUDE(S) E UMA PROPOSTA DE ANÁLISE	135
5.1. A “palavra” juventude: um conceito	135
5.2. Jovens: entre outros afetos e os de outrora	150
5.3. As palavras dos jovens: uma análise	158

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198

INTRODUÇÃO

Embora seja um gesto enraizado no contexto das práticas acadêmicas, o ato de se posicionar na condição de pesquisador-autor trata-se sempre de um gesto espinhoso e delicado. É com esse pensamento que começo a desvirginar a brancura deste papel. Escrever uma tese é uma tentativa de conciliar, num único texto, diferentes vozes, palavras escritas ou ditas por diferentes locutores, sejam as palavras dos autores/pares a serem discutidos/revisitados ou dos sujeitos interpelados em situação de entrevista, sejam nossas próprias palavras, as que imaginamos ser inteiramente nossas. Embora não apresentem um selo de autenticação, muitas palavras são registras devidamente (em nome de seus respectivos “donos”) em livros e artigos científicos, assim como em obras de poesia, ou nos jornais e revistas impressos, e usá-las em outro contexto implica sempre uma atitude de (re)criação.

Reiteramos nosso pensamento, liturgicamente, mesmo que um punhado de palavras seja propriedade de um autor específico, publicado em um determinado artefato de papel ou eletrônico, fazer uso deste punhado/punhal fora do contexto original deixou de ser uma mera reprodução há bastante tempo, desde a era medieval quando nos vêm à mente os copistas ascetas na atividade de desenhar cada letra dos livros que reproduziam manualmente – fossem filosofias, ciência ou mistérios da fé, todos eram signos que permaneciam gravados nas pontas de suas penas. Mas é verdade que hoje fazemos bem menos esforços do que os monges copistas, porque fomos aos poucos desaprendendo a desenhar as letras desde o advento da imprensa até os dias atuais quando surgem magicamente ao toque das teclas de um computador. A propósito, tomemos ou copiemos as palavras de Barbosa (2010, p. 45-46):

Há uma aprendizagem a ser reescrita em nosso inconsciente. A aprendizagem da própria escrita. E tal aprendizagem somente se dará se houver a dedicação, a insistência, a descoberta do lúdico, do prazer da escrita. Enfim, um exercício que se inicia na escrita pela escrita, cotidiana, que nos seja significativa, com a qual nos sintamos autores daquilo que expressamos, embora no dia seguinte possamos deixar de lado muito do que foi escrito por não vermos sentido algum, mas, pelo menos, escrevemos, sentimo-nos donos do nosso texto e, como tais, podemos nos autorizar a reescrevê-lo, se julgarmos interessante fazê-lo ou, então, simplesmente desprezá-lo.

Deixando de lado o prólogo, vejamos nossos propósitos de pesquisa. Primeiramente, gostaríamos de elucidar que, neste trabalho, o amor não é visto como um

sentimento espontâneo, mas ao mesmo tempo não nos comprometemos com a afirmação de que o amor é “*aprendível* e, portanto, pode ser ensinado”, tal como admite Brandão (2005, p. 27). Para este autor, “assim como grandes amores podem ser por momentos inesquecíveis, vividos sem palavra alguma, assim também ele só pode ser ensinado por quem o vive primeiro entre seus gestos para com a pessoa do outro” (BRANDÃO, 2005, p. 27). Por nos comprometermos com os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) de Linha Francesa¹, não pensamos o homem, sua vivência, seus gestos, separados de sua capacidade de significar e significar-se, ou seja, do uso que ele faz da linguagem, de suas palavras. Deste modo, não poderíamos tratar aqui do amor “vivido sem palavra alguma”, tal como dito na citação anterior, ou ainda “[...] como uma experiência que se vive entre outros, antes de ser traduzida em palavra [...]”, conforme continua a reiterar Brandão (2005, p. 27).

Elucidamos que, nesta pesquisa, não buscamos problematizar “o amor em *si*, como objeto de análise a ser desvendado em uma perspectiva acadêmica”, nos termos de Coutto (2011). Para nós, o amor é pensado enquanto resultado de processos históricos de significação que se efetivam no e pelo sujeito falante, por conseguinte é tomado como um *objeto do discurso*. O que pretendemos, portanto, é direcionar nossa pesquisa para os modos como o amor é falado ou significado. Convém dizer que, na AD, há um deslocamento da noção de homem para a de *sujeito de linguagem*, ou *sujeito do discurso*; sujeito este que é descentrado, “pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2002, p. 20).

Assim, nos comprometemos com a afirmação de que “toda a linguagem do amor é [...] imposta e anterior a nós”, tal como pressupõe Bruckner (2011, p. 74). Ou ainda como diria Orlandi (2002, p. 20): “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós.” É nessa perspectiva que a AD propõe o conceito do *interdiscurso*, pensado como um “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2002, p. 31). Ou ainda como uma memória discursiva que “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2002, p. 31). Além disso, o *interdiscurso* é concebido a partir da sua relação com

¹ Doravante, utilizaremos AD para nos referirmos à Análise do Discurso de Linha Francesa.

intradiscurso, que corresponde ao domínio da fala, ou da formulação de sentidos, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (em contexto de entrevista, por exemplo, no caso de nossa pesquisa).

Nesta pesquisa, portanto, buscamos elaborar uma reflexão em torno dos significados atribuídos historicamente à palavra amor no contexto da sociedade ocidental, e analisar a fala de jovens acadêmicos no tocante ao modo como eles próprios atribuem sentidos a esta palavra. Reiteramos que não seria apropriado aos objetivos deste trabalho adotar a ideia de que o amor é “*aprendível* e, portanto, pode ser ensinado”, para retomar a frase de Brandão (2005), porque pensamos o tema do amor com base no postulado do *interdiscurso* (memória ou saber discursivo), isto é, “um ‘saber’ que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos”, na medida em que remete a “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI 2002, p. 33-34). Ainda conforme a autora (2013, p. 31): “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. Ou de acordo com Bruckner (2011, p. 74): “dispomos desde a mais tenra idade de um estoque de palavras doces que aplicamos indiferentemente a nossos próximos, aos animais domésticos, aos bebês [...]” Ainda nas palavras deste último autor (2011, p. 74):

Sem contar que amamos frequentemente, de maneira similar, seres diferentes, seguindo um roteiro quase idêntico com cada um. *Eu te amo*: o mais íntimo dirigido ao mais anônimo, a primeira vez como repetição de uma antiqüíssima litania. Seria necessário criar palavras únicas que só valessem para o instante em que as profiro e que se desintegrasse em seguida. O caminho que eu invento com o ser amado, devo inventá-lo considerando as sendas batidas por milhões de outros antes de mim.²

Além de explicitarmos nossos pressupostos teóricos, convém delimitar a palavra amor, nosso *objeto de discurso*. É com este propósito que recorremos ao pensamento de Paz (1993, p. 97), para quem “é mais fácil distinguir entre o amor e os outros afetos menos impregnados de sexualidade”. E continuamos com as ideias do ensaísta: “costuma-se dizer que amamos nossa pátria, nossa religião, nosso partido, certos princípios e ideias. É claro que em nenhum desses casos se trata do que chamamos amor: em todos eles falta o elemento

² Em contraposição à ideia de repetição, de que fala Bruckner (2011), Barthes (2003, p. 176) nos diz que a palavra (frase-palavra) não tem sentido senão no momento em que eu a pronuncio; não há nela nenhuma outra informação além de seu dizer imediato: nenhuma reserva, nenhum armazém de sentido. Tudo está no *lance*: é uma “fórmula”, mas essa fórmula não corresponde a nenhum ritual; as situações em que digo *eu-te-amo* não podem ser classificadas: *eu-te-amo* é irreprimível e imprevisível.

erótico [...]” (PAZ, 1993, P. 97). Da mesma maneira, “se utiliza a palavra amor para designar o afeto que professamos a nossos familiares: pais, filhos, irmãos e outros parentes”, tal como nos lembra o autor (1993, p. 97). Entretanto, para Paz (1993, p. 99), “o amor filial, fraternal, paternal e maternal não são amor: são *piedade*, no sentido mais antigo e religioso dessa palavra”. Ainda de acordo com suas palavras:

Piedade vem de *pietas*. É o nome de uma virtude, nos diz o *Dicionário de autoridades*, que ‘move e incita a reverenciar, acatar, servir e honrar a Deus, a nossos pais e a pátria’. A *pietas* é o sentimento de devoção que se professava aos deuses em Roma. Piedade significa também misericórdia e, para os cristãos, é um aspecto da caridade. O francês e o inglês distinguem entre as duas acepções e têm dois vocábulos para expressá-las: *piété* e *piety* para a primeira e, para a segunda, *pitié* e *pitty* (PAZ, 1993, p. 99).

Nesta perspectiva, salientamos que nosso intuito é nos concentrarmos nos modos como o amor é falado, significado, não o amor à pátria, aos familiares ou a Deus, mas o amor “impregnado de sexualidade” (PAZ, 1993). E apresentar como resultado algumas interpretações para os efeitos de sentido produzidos na fala dos jovens acadêmicos por meio da análise de suas entrevistas. Nosso propósito especificamente é buscar compreender como são construídos sentidos acerca do amor no momento em que se fala, no discurso articulado no e pelos sujeitos de linguagem, em nosso caso, os jovens acadêmicos.

No que diz respeito à razão pela qual nos propomos a analisar a fala de jovens acadêmicos, e não de outros sujeitos, primeiramente consideramos o fato de que historicamente o ambiente universitário, diferentemente do contexto escolar, tende a ser mais receptivo à livre expressão dos jovens. Além disso, salientamos o fato de que estes jovens ao mesmo tempo em que abraçam o ambiente universitário com uma bagagem de conhecimentos a ser considerada, inscrevem-se em um contexto diferenciado de elaboração do conhecimento, singularizado pelo debate em torno de teorias filosóficas, artísticas ou científicas. Nesse sentido, o universo acadêmico pode ser fértil não só para desencadear a reflexão de si mesmo e do outro como também para mobilizar os jovens em direção a mudanças sociais, com base em uma renovação de ideias, pensamentos e valores. Mas é preciso pôr em destaque o fato de que essa “livre expressão” não foi dada de antemão, mas conquistada pelos jovens, à custa de muito conflito e embates. Basta lembrarmos dos movimentos de rebelião ocorridos, sobretudo, no ano de 1968, período em que jovens franceses e americanos se insurgiram

contra os valores vigentes e passaram a questionar, de diversos modos, as concepções preexistentes acerca da política, da educação, da sexualidade e – por que não dizer? – do amor, tema que nos interessa mais de perto.

Seguindo esse enfoque, destacamos que, na segunda metade do século XX, estudantes universitários saíram às ruas para dizer não à morte e sim ao amor, não à guerra, e sim à vida. Mais precisamente nos últimos anos da década de 60, jovens em uníssono, nas ruas de cidades americanas, se mobilizaram em torno do slogan: “Make Love, not War” (“Faça Amor, não faça Guerra”). Neste contexto, os jovens atribuíam significados positivos ao amor, sentidos que o remetia à ideia de vida e não de morte, por exemplo. A partir daí, nos perguntamos como os jovens universitários de hoje significam o amor, que efeitos de sentido podemos apreender de suas falas no que diz respeito ao amor? Para a compreensão desses efeitos realizamos entrevistas com jovens de dois cursos de graduação desta Instituição, alunos do curso de graduação em Economia Doméstica e do curso de graduação em Letras.

Ainda no que diz respeito à década de 60 e ao modo como os jovens lidavam/lidam com questões relacionadas ao tema do amor nesse período e na atualidade, Bruckner (2011, p. 135) afirma que:

Objeta-se frequentemente que a juventude estaria voltando maciçamente à monogamia e à constância. Nada confirma esse voto piedoso: os jovens, apesar de seu desejo de romper com o entulho de 1968, conhecem romances não menos agitados do que os de seus antepassados. Crer que as novas gerações vão mudar radicalmente de existência é uma petição de princípio: elas começam reproduzindo os comportamentos herdados, e até mesmo sua dissidência lembra a dos pais.

No tocante à citação acima, poderíamos perguntar a que conceito de juventude o autor se refere e qual seria esse “entulho” da década de 1968 com o qual os jovens desejariam romper, segundo o autor? Em busca de respostas para estas questões, trabalhamos nesta pesquisa com as categorias *juventudes*, *amor* e *discurso* (interdiscurso e intradiscurso). A primeira categoria é pensada à luz de estudiosos como Bourdieu (1983), Abramo (1994), Ariès (1981), Pais (2003; 2005; 2012), Groppo (2000), mais voltados para a área da Sociologia e da Educação, além de pensadores ligados ao campo da História, como Leuchtenburg (1976) e Hobsbawm (1995). O tema do amor é delimitado com base na obra de autores como o historiador suíço Rougemont (2003); nas reflexões dos escritores e ensaístas Paz (1994) e Bruckner (2011); em considerações advogadas por Luhmann (1991) e nas ideias

propostas pela historiadora brasileira Del Priore (2012) e por Chauí (1991), além de postulados teóricos propostos pelos sociólogos Giddens (1993) e Bauman (2001; 2004). Ainda no que diz respeito ao tema, fazemos uma imersão em textos de autores consagrados na área da Literatura, sejam os de origem européia, americana ou brasileira, como Shakespeare, Jack Kerouac, Nelson Rodrigues, Adélia Prado, entre outros, além de referências à Música Popular Brasileira e à arte cinematográfica. A última categoria – o *discurso* (interdiscurso e intradiscurso) – configura-se como um postulado da AD, que aqui será vista a partir do viés teórico-metodológico proposto por Orlandi (2002); conceito este que será contemplado no capítulo seguinte deste trabalho, no qual abordaremos mais detalhadamente os pressupostos teórico-metodológicos da AD.

No que diz respeito ao meu interesse pela categoria *juventude*, fora gestado a partir de nossa experiência como membro de um grupo de estudo liderado pelo professor Dr. Luís Palhano Loiola, no período de 2007 a 2008, então vice-diretor da Faculdade de Educação de Crateús, intitulado NEJEMS – Núcleo de Estudos Juventude, Educação e Movimentos Sociais, local onde me inscrevo no quadro de professores efetivos. O trabalho investigativo do grupo se desenvolvia a partir de reuniões semanais (4 horas atividades/reunião), mas teve suas atividades encerradas logo após o falecimento de seu idealizador no dia primeiro de maio do ano de 2008.

Com relação à categoria *discurso*, desde o mestrado, concluído no ano de 2004, no Programa de Pós-Graduação em Lingüística desta Instituição, nos voltamos para o estudo e aplicação do aparato teórico-metodológico concernente à Análise do Discurso de Linha Francesa. E aqui caberia perguntar: o que dizer sobre as motivações que nos conduziram ao *objeto do discurso* desta pesquisa? Referindo-se a obra “Histórias de amor”, de Julia Kristeva, Brandão (2005) afirma que a autora “querendo falar a respeito do amor como uma psicanalista, descobre que a fala que pode dizer alguma coisa de amor, ou sobre o amor, é a da arte. É a da linguagem literária.” Vejamos as próprias palavras de Kristeva (apud Brandão, 2005, p. 3):

Até onde me lembre de meu amores, me é impossível falar deles. Essa exaltação para além do erotismo é felicidade exorbitante, tanto quanto puro sofrimento: ambos põem em paixão as palavras. Impossível, inadequada, imediatamente alusiva quando a queríamos mais direta, a linguagem amorosa é vôo de metáforas, é literatura.

A partir desta citação, poderíamos afirmar que existe uma relação estreita entre nossa motivação pelo tema do amor, na condição de *objeto do discurso*, e o interesse pessoal pela leitura de obras literárias e pela produção escrita de textos poéticos³. Por meio destes, nos filiamos em outras redes de produção de sentidos, ou melhor, somos capturados em outra condição do dizer, não a de pesquisadora que se pronuncia a partir da Instituição universitária, mas talvez a de “poetiza”, uma forma de se constituir como *sujeito do discurso* que se diferencia de posições assumidas no texto acadêmico. O poeta ou poetiza mantém-se à margem do discurso científico, inserindo-se no jogo de metáforas constitutivo da poesia. Nesta tese, entretanto, nos interessa outros dizeres, de outra ordem, nem científico ou poético, específicos de uma situação de entrevista, mas tão plenos de significância quanto estes outros, mesmo que haja uma tentativa de apagamento do caráter plural dos sentidos quando se trata do discurso científico.

Acreditamos que esta pesquisa pode trazer contribuições para a área da Educação, na medida em que estabelecemos um diálogo com estudos que pensam o amor enquanto *objeto de aprendizagem* e de *ensino*, como sugere Brandão (2005) na obra intitulada “Aprender o amor: sobre um afeto que se aprende a viver”. Retomamos as palavras deste autor (2005), já referidas no início deste capítulo (“o amor é *aprendível* e, portanto, pode ser ensinado”), para nos lançar fora delas, em outro espaço do dizer, na tentativa de construção de um discurso próprio (mesmo que só ilusoriamente sejamos a origem deste discurso, uma vez que a ideologia e o inconsciente são constitutivos de nossos dizeres). “Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade”, conclui Bakhtin (1997, p. 113).

Por outro lado, chamamos a atenção para o fato de que Bauman (2004, p. 17), em oposição a Brandão (2005), sustenta que “não se pode aprender a amar, tal como não se pode aprender a morte”. Embora, em outro momento, admita que a ilusão de aprendizagem ou “sabedoria conquistada” termine se impondo como “indispensável para nossa saúde mental”, para usar os termos do autor, conforme citação abaixo:

Chegado o momento, o amor e a morte atacam – mas não se tem a mínima ideia de quando isso acontecerá. Quando acontecer, vai pegar você desprevenido. Em nossas preocupações diárias, o amor e a morte aparecerão *ab nihilo* – a partir do nada. Evidentemente, todos nós tendemos a nos esforçar muito para extrair alguma

³ Sobre nossa produção poética, “A ÓPERA”, texto escrito por mim em 2010, foi publicado no livro “Antologia Poética, Prêmio Sarau Brasil 2012”, pela Vivara Editora.

experiência desse fato; tentamos estabelecer seus antecedentes, apresentar o princípio infalível de um *post hoc* como se fosse um *propter hoc*, construir uma linhagem que “faça sentido” – e na maioria das vezes obtemos sucesso. Precisamos desse sucesso pelo conforto espiritual que ele nos traz: faz ressurgir, ainda que de forma circular, a fé na regularidade do mundo e na previsibilidade dos eventos, indispensável para a nossa saúde mental. Também evoca uma ilusão de sabedoria conquistada, de aprendizado, e sobretudo de uma sabedoria que se pode aprender, tal como aprendemos a usar os cânones da indução de J. S. Mill, a dirigir automóveis, a comer com pauzinhos em vez de garfos ou a produzir uma impressão favorável em nossos entrevistadores (BAUMAN 2004, p. 17-18)

Em se tratando da organização do trabalho, no primeiro capítulo – a introdução –, delimitamos nossos propósitos de pesquisa, lançando questionamentos e nos posicionando em relação a outras perspectivas teóricas, que partem de pressupostos diferentes no modo de conceber o tema do amor. No segundo capítulo, abordamos mais especificamente questões relativas aos pressupostos teórico-metodológicos desta pesquisa, e aos recursos de investigação utilizados. No terceiro, tecemos considerações sobre textos literários que nos oferecem pistas para apreendermos uma memória discursiva ou saber discursivo sobre o amor. Cabe dizer que, como há uma vastidão incalculável de enredos, mitos e poemas gestados pela imaginação humana ou pelos processos simbólicos do inconsciente, priorizamos os romances literários que se centram nos pares *Tristão e Isolda*, na Idade Média; *Romeu e Julieta*, na Idade Moderna e *Cleo e Daniel*, personagens de um romance brasileiro, publicado em 1965. Este último romance nos oferece margem para investigar o “entulho” da década de 1968 mencionado por Bruckner (2011) em citação já explicitada, uma vez que a narrativa tem como núcleo dois jovens que se relacionam amorosamente no contexto dos anos 60. Ademais, neste capítulo, não deixamos de considerar textos literários da atualidade e letras de canções brasileiras. No quarto capítulo, traçamos considerações sobre a perspectiva sociológica de Giddens (1993), além de abordarmos questões relacionadas à noção de amor líquido, tal como proposta por Bauman (2001; 2004), à teoria *queer* e ao modo como a ideia de amor romântico foi apropriada pelo cinema americano. O conceito de juventude(s) é problematizado no quinto capítulo desta tese juntamente com uma análise mais aprofundada dos significados atribuídos ao amor materializados na fala dos jovens estudantes desta Instituição, além de nos referirmos aos “afetos juvenis” na atualidade, para usar os termos de Pais (2012), e de estabelecermos vínculos entre as juventudes e acontecimentos no âmbito da Música Popular Brasileira,

sobretudo nos anos 60/70. No último capítulo – a conclusão, traçamos considerações gerais acerca dos resultados obtidos a partir da análise da fala dos jovens acadêmicos.

2.PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 Considerações gerais sobre a pesquisa qualitativa

Consideramos pertinente descortinar este capítulo tecendo uma discussão em torno dos significados da palavra “pesquisa”. A esse respeito, as autoras Ludke & André (1986, p. 1), pesquisadoras e professoras da área da Educação, afirmam que “a palavra pesquisa ganhou ultimamente uma popularização que chega por vezes a comprometer seu verdadeiro sentido”. Nesta direção, citam como exemplo o uso desta palavra no campo da política, referindo-se “a um verdadeiro surto de ‘pesquisas’, que procuram revelar especialmente as tendências eleitorais de determinados grupos sociais [...]”. Outrossim, asseguram que no “âmbito do ensino de nível elementar e médio, tem-se usado e abusado do tema, de maneira a comprometê-lo, quem sabe, para sempre na compreensão dos estudantes”.

Destacamos que as autoras fizeram uma análise interessante sobre os diferentes contextos em que a palavra “pesquisa” é empregada, mas, partindo de nossos pressupostos teórico-metodológicos fundados na AD, não seria condizente abraçar a ideia de que a popularização desta palavra, para usar os termos das estudiosas, compromete seu sentido verdadeiro. Primeiramente, porque “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2013, p. 32). Aliás, já seria suficiente trazer à tona uma expressão tomada de empréstimo do autor de “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire (1989, p. 13): a de que as palavras são “grávidas de mundo”⁴. E poderíamos também recorrer ao pensamento de Bakhtin (1997, p. 46), segundo o qual o signo lingüístico é visto como “ideológico”⁵, ou seja, como necessariamente já habitado por outros pontos de vista, mas também e consequentemente de significação sempre inacabada e, por isso, sempre sujeita à disputa pelas forças sociais que o utilizam. De acordo com as palavras do autor (1997, p. 46):

[...] O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. (É) esta pluralidade social do signo ideológico [...], este entrecruzamento dos índices de valor, que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo de filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade.

⁴ Freire, Paulo. “A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam”. Cortez: São Paulo, 1989.

⁵ Convém dizer que Bakhtin (1997) usa o termo ideológico em um sentido bastante amplo. Ele o concebe no sentido de ponto de vista.

Ou ainda nas palavras de Orlandi (2013, p. 42), “podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Isto significa que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições [...]” (ORLANDI, 2013, p. 42-43). Seguindo esse enfoque, não convém, portanto, pensarmos as palavras isoladamente, fora do contexto em que são ditas. Neste caso, seria difícil sustentar a ideia de um sentido verdadeiro para a palavra “pesquisa”, tal como sugerem Ludke & André (1986), porque “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2013, p. 42).

“As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2013, p. 43). Nesta perspectiva, propomo-nos considerar a palavra “pesquisa” necessariamente atrelada sintática e semanticamente ao adjetivo “qualitativo/a”. Assim, poderíamos formular a expressão *pesquisa qualitativa*, que poderia ser convertida em *investigação qualitativa*, como preferem Bogdan & Biklen (1994), em seu livro “Investigação Qualitativa em Educação”. Segundo eles, “ainda que os investigadores em antropologia e sociologia tenham vindo a utilizar a abordagem descrita no presente livro desde há um século, a expressão ‘investigação qualitativa’ não foi utilizada nas ciências humanas até o final dos anos sessenta” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 16). A partir desta consideração, os autores comprometem-se em delimitar o sentido em que usam a expressão: “utilizamos a expressão *investigação qualitativa* como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 16). Deste modo, põem em evidência tais características:

Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a selecionar questões específicas à medida que recolhem os dados, a abordagem à investigação não é feita com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses. Privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. As causas exteriores são consideradas de importância secundária. Recolhem normalmente os dados em função de um contato

aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 16).

De acordo com o enfoque dos autores, chamamos a atenção para uma das características de “importância vital na abordagem qualitativa”, para usar as palavras dos estudiosos (1994, p. 50): o significado. “Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas”, afirmam Bogdan & Biklen (1994, p. 16). Conforme já foi dito no capítulo anterior desta tese, temos como objetivo central analisar a fala de jovens estudantes no que diz respeito ao modo como formulam sentidos sobre o amor. Neste caso, nosso escopo é justamente a compreensão de significados, com base na perspectiva dos sujeitos de investigação. Outra característica crucial para as abordagens qualitativas é a inserção do pesquisador no contexto em que se encontram os sujeitos a serem abordados. No caso de nossa pesquisa, trata-se do ambiente universitário, uma vez que nossas entrevistas foram realizadas com alunos do curso de Economia Doméstica e da graduação em Letras, regularmente matriculados nesta Instituição.

Aqui reiteramos que, na perspectiva teórico-metodológica da AD, há um deslocamento da noção de homem para a de *sujeito de linguagem*, ou *sujeito do discurso*. Na perspectiva da AD, “os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz [...]”. Portanto, para a AD, as condições de produção do dizer fazem parte da configuração dos sentidos, e “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória ‘aciona’, faz valer, as condições de produção é fundamental” (ORLANDI, 2013, p. 30). Consideramos importante salientar que “a memória [...] tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2013, p. 31). Dito de outro modo: “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2013, p. 31).

Aqui caberia perguntar a razão pela qual selecionamos estes estudantes e não outros. Conforme Biklen & Bogdan (1994, p. 115), “o primeiro problema com que o investigador se depara no trabalho de campo é a autorização para conduzir o estudo que planejou”. No que diz respeito à questão do acesso ao local de pesquisa, não houve muitos

entraves porque, além de nossa inserção já garantida no contexto desta Instituição, na condição de estudante de pós-graduação, nossa entrada foi devidamente negociada junto à turma da disciplina Estudo da Família do terceiro semestre do curso de Economia Doméstica, ministrada por nossa orientadora, no campus do Pici. Quanto aos alunos do curso de Letras, privilegiamos o contexto fora da sala de aula, mais particularmente o bosque Moreira Campos, espaço aberto ao público, situado na área I do Centro de Humanidades. É importante que se diga que a expressão “trabalho de campo” está sendo utilizada em sentido amplo, assim como o fazem os autores Biklen & Bogdan (1994). Para estes, “a maioria dos estudos qualitativos envolve mais do que uma técnica de recolha de dados. É raro o estudo qualitativo que não envolve trabalho de campo”, tomando aqui sob o ângulo das relações que estabelecemos nos contextos de pesquisa. Vejamos mais detalhadamente:

A qualidade do trabalho de campo passa pelo estabelecimento de relações, quer o método de investigação seja a observação participante, a entrevista ou a busca de documentos. No caso da entrevista, o investigador visita regularmente os seus sujeitos, entrevistando-os, por vezes, durante várias horas. Mesmo quando a entrevista é menos extensa, a tônica é colocada na qualidade e proximidade da relação em detrimento do formalismo. Mesmo quando se trabalha com registros de casos e com materiais de arquivo, o investigador, sempre que possível, desenvolve uma relação do tipo “trabalho de campo” com as pessoas que guardam o material. Esta relação não só maximiza o acesso às fontes, como também envolve as pessoas que guardam o material na realização do estudo. Estas podem facilitar ao investigador a percepção do contexto em que os materiais, sob análise, foram produzidos (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 16).

Com relação à autorização para o recolhimento dos dados, esclarecemos que todos os estudantes entrevistados já atingiriam a maioridade, variando entre 19 e 22 anos. Depois de explicitarmos nossos interesses de pesquisa, pedimos individualmente a colaboração de cada estudante no sentido de cooperar com nosso estudo. Segundo Biklen & Bogdan (1994, p. 120), abordar individualmente os sujeitos é uma maneira de evitar pedidos de autorização quando estes estão ligados à mesma instituição. Vale aqui ressaltar que, no contexto da universidade, podemos contar com a livre expressão dos alunos, tal como já comentamos no capítulo anterior, diferentemente do que acontece, por exemplo, no ambiente escolar, seja de ensino fundamental ou médio. A esse respeito, Bogdan & Biklen (1994, p. 120) afirma que “os membros de organizações educativas são, na maior parte dos casos, muito paternalistas

em relação aos seus alunos. É frequente mostrarem relutância em relação a entrevistas com os seus alunos [...]”. Isto se daria, conforme os autores, tanto “por recearem a falta de aprovação destes ou, no caso dos alunos mais novos, dos respectivos pais” (BIKLEN & BOGDAN, 1994, p. 120).

Tratando-se de questões relacionadas à ética, tivemos o cuidado de assegurar que as identidades dos sujeitos fossem protegidas, evitando-lhes qualquer tipo de transtorno ou prejuízo. Neste caso, fizemos uso de codinomes atribuídos aos estudantes. Ao longo deste trabalho, o nome próprio dos jovens será substituído por nomes de personagens da literatura, de poetas/poetisas ou escritores e artistas consagrados em outras artes: neste caso os jovens do curso de Economia Doméstica serão chamados Isolda, Julieta, Júlia, Cleo, Daniel e Romeu, enquanto os de Letras são a Elizabeth Bishop, a Frida, a Florbela Espanca, o Orlando e o Oscar Wilde. Segundo Orlandi (2013, p. 9), não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. Neste sentido, ao batizá-los de modo diferente, não poderíamos fugir da entrada no simbólico, “irremediável e permanente”, para usar as palavras de Orlandi (2013, p. 9). Ademais, no que diz respeito à autorização para fazer uso de suas falas no contexto de produção escrita desta tese, obtivemos a autorização de todos os estudantes, desde que garantíssemos o anonimato.

Ainda no que diz respeito aos critérios de escolha dos estudantes, importa dizer que tanto no curso de Economia Doméstica quanto na graduação em Letras o número de moças é bastante expressivo, em detrimento da quantidade de rapazes. Mais especificamente com relação ao curso de Letras, chama a atenção o número de estudantes que não se enquadram nos padrões normativos da heterossexualidade, e seguem orientações homoafetivas. Mas afinal qual seria a relação desses dados com nossos objetivos nesta pesquisa – o de analisar a fala de jovens universitários quanto ao modo de significar o amor? Para Giddens (1993), na discussão sobre questões pertinentes ao amor, é preciso partir do princípio de que foram justamente as mulheres, ao reivindicar igualdade com os homens, que desencadearam mudanças no tocante às formas de relacionamento amoroso pré-existentes, a partir das quais teria sido instituído o que o autor (1993) chama de “relacionamento puro”, conceito que será abordado em capítulo posterior ao discutirmos de modo mais detalhado o pensamento de Giddens (1993). Além disso, o autor põe em destaque o fato de que “as mulheres e os homens gays precederam a maioria dos heterossexuais no estabelecimento de relacionamentos no sentido que o termo veio a assumir hoje” (GIDDENS, 1993, p. 25).

A propósito, seria oportuno trazer à tona a fala de uma das jovens entrevistadas: “o curso de Letras é conhecido, né? Por ter muito homossexual. Mas pra mim tanto faz”. Esclarecemos que, em nossa discussão sobre o amor, ao longo desta tese, levamos em consideração as colocações de Giddens (1993), acima apresentadas. Neste prisma, terminamos por destacar as vozes que historicamente foram silenciadas (e por vezes ainda o são), a das mulheres que se enquadram nos padrões normativos da heterossexualidade, e dos que seguem orientações homoafetivas (“as mulheres e homens gays”, para usar os termos deste autor no parágrafo anterior). Conforme o sociólogo, estes grupos foram vanguardistas no que diz respeito às transformações quanto ao modo de nos relacionarmos amorosamente, forjadas no contexto da história ocidental. E aqui novamente apontamos para a fala de uma das nossas jovens entrevistadas, a quem chamamos Frida, também do curso de Letras, palavras estas que, por si sós, já poderiam justificar nossos propósitos nesta pesquisa:

As relações amorosas hoje... eu acho que elas tão passando por uma ebulição, né, assim. Hoje se discute muito isso, né? Eu acho que antes, talvez, fosse menos discutido justamente pela dominação muito forte do homem. E agora a mulher tem ganhado voz, também se admitem novas formas de amor, né?

Segundo Biklen & Bogdan (1994, p.16), “a investigação qualitativa em educação assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos”. Nesta direção, cita como exemplos ilustrações de *investigação qualitativa*, dentre os quais destacamos o seguinte:

Numa grande cidade, determinada investigadora entrevistou um grupo de professoras, na tentativa de compreender das relações entre as suas vidas privadas e as suas vidas profissionais. A amostra era reduzida, menos de dez sujeitos. Acabou por conhecer bem estas mulheres, dado que as entrevistas eram longas e em profundidade, [...]. A investigação analisou os dados deste estudo de caso com o objectivo de identificar padrões relativos às perspectivas das professoras face às suas vidas profissionais (SPENCER apud Biklen & Bogdan 1994, p.134).

Do ponto de vista de Biklen & Bogdan (1994, p.16), o caso acima descrito “trata-se de um exemplo do recurso à entrevista em profundidade”. Ademais, observam que “por vezes, este tipo de entrevista é designada por ‘não-estruturada’ (Maccoby e Maccoby, 1954) ou ‘aberta’ (Jahoda, Deutsch e Cook, 1951), ‘não-directiva’ (Meltzer e Petras, 1970) ou, ainda, entrevista de ‘estrutura flexível’ (Whyte, 1979)” (BIKLEN & BOGDAN, 1994, p. 16).

Seguindo estas considerações, assinalamos que nossa pesquisa poderia enquadrar-se no exemplo apresentado pelos autores, na medida em que nos valem do recurso à entrevista em profundidade, mais especificamente a entrevista semi-estruturada. Neste caso, por não ser totalmente aberta nem, por outro lado, rigidamente estruturada, seguimos um roteiro flexível em torno das seguintes questões: 1) O que os jovens dizem sobre as práticas amorosas na atualidade? 2) Que discursos articulam sobre sua própria vivência amorosa? 3) Qual a concepção de amor de cada jovem? 4) Que desejos ou aspirações configuram-se em suas falas no tocante ao amor? Em nosso caso, assim como no exemplo dos autores, a amostra também foi reduzida, no total de onze sujeitos entrevistados. É importante destacar que a transcrição das entrevistas realizadas será anexada ao final deste trabalho.

A propósito, as autoras Ludke & André (1986, p. 34) afirmam que “a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado”. Para Bakhtin (1997, p. 113), “a linguagem é essencialmente dialógica, porque cada palavra comporta duas faces, marcadas, de forma irredutível, pela presença da subjetividade e da alteridade.” Convém dizer que o termo dialógico não se refere exclusivamente ao diálogo face a face, pois, para o autor, toda comunicação verbal é fundamentalmente dialógica. Um romance, por exemplo, constitui um elemento da comunicação verbal, na medida em que “responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc” (BAKHTIN, 1997, p. 113). Com base neste pressuposto, o de que a “palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”, conforme Bakhtin (1997, p. 113), que buscamos construir um vínculo, para além do formal, e, por vezes, diríamos, até mesmo afetivo, com os jovens estudantes entrevistados.

Na busca de construção da ponte, além da entrevista, também recorreremos à observação (no bosque de Letras) e ao filme-debate (no caso da turma de Economia Doméstica), recursos sobre os quais falaremos mais adiante. Mas é preciso, de antemão, esclarecer e salientar que estes recursos foram utilizados em função de estabelecer um primeiro contato com os sujeitos a serem entrevistados no local de pesquisa, a fim de edificarmos uma relação de confiança e proximidade com eles. Ou seja, aqui a observação e o uso do filme-debate foram procedimentos utilizados sob o viés de um *estudo-piloto*⁶, para usar o termo de Biklen & Bogdan (1994, p.119). Nossa estratégia de investigação central é a

⁶ Grifo nosso

entrevista, fundamental para a coleta de dados, a partir dos quais procedemos à análise das falas, ou melhor, à análise do discurso dos jovens acerca do amor.

Salientamos que as falas dos estudantes foram encaradas como exemplares de discursos. Nessa perspectiva, é importante evidenciar que a construção do corpus e a análise, na perspectiva da AD, estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas (ORLANDI, 2013, p. 63). A sua constituição obedece a critérios que decorrem de princípios teóricos da AD, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar a sua compreensão. Na delimitação do *corpus* não se segue, portanto, critérios empiristas (positivistas), mas teóricos. Assim, ponderamos que a questão da exaustividade, conforme o que diz Orlandi (2003, p. 10), “adquire novas determinações, ou seja, a exaustividade deve ser considerada em relação aos objetivos e à temática e não em relação ao material lingüístico empírico (textos) em si, em sua extensão”. Para a AD, o objeto é inesgotável, na medida em que “não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2002, p. 62).

Primeiramente, realizamos entrevistas com seis alunos do curso de Economia Doméstica ao longo do semestre de 2013.2; em seguida, no período corresponde ao semestre de 2014.1, foram realizadas entrevistas com cinco alunos do curso de Letras, ao total de onze entrevistas, como já dissemos. A diferença no que diz respeito à quantidade de alunos entrevistados num caso e noutro tem a ver com a própria dinâmica dos contextos nos quais estabelecemos contato com os jovens, dentro e fora do espaço da sala de aula. No que diz respeito ao curso de Economia Doméstica, os seis alunos entrevistados correspondem ao grupo de alunos que se disponibilizou a participar de um filme-debate no âmbito da sala de aula. No tocante à graduação em Letras, quatro alunos me foram apresentados por uma das estudantes que também participou da pesquisa, a quem chamamos Florbela Espanca. Diríamos que ela fez as vezes de uma fadinha, ou, quem sabe, teria nos dado de presente a palavra mágica (o “Abre-te Sésamo”), apresentando-nos aos seus amigos do bosque. Detalharemos melhor nosso primeiro contato com Florbela mais a frente.

Convém salientar que as entrevistas foram realizadas em contextos diferentes porque, para a AD, é fundamental considerar as condições de produção do dizer, tal como já comentado, seja o contexto imediato (momento em que as palavras são ditas) ou o contexto mais amplo (que incluem o contexto sócio-histórico, ideológico). Nesta perspectiva, levamos

em consideração a forma como a universidade se organiza, os espaços que dispõe para a interação entre os estudantes, dentro e fora da sala de aula (no caso do bosque de Letras).

2.1.1 Outros recursos de investigação:

a) Estudo-piloto: filme-debate

Já dissemos que, no tocante ao problema do acesso ao local de pesquisa, não houve muitas dificuldades, mas, para conduzir nosso estudo, não seria suficiente a inserção já garantida no contexto desta Instituição, como aluna de pós-graduação, nem nos bastava termos sido apresentada à turma da disciplina Estudo da Família, no caso dos estudantes de Economia Doméstica, por nossa orientadora. Teríamos que construir uma relação de confiança com os estudantes, antes de abordá-los sobre o amor; tema este que poderia ser encarado por eles de fórum tão íntimo que não caberia tratá-lo com um estranho. A esse respeito, vejamos o que nos dizem os autores Biklen e Bogdan (1994, p. 134):

Em estudos que confiam predominantemente na entrevista, geralmente, o sujeito é considerado como um estranho. (Contudo, em estudos que envolvem entrevistas longas com um ou poucos sujeitos, é frequente os investigadores conhecerem o sujeito antes da investigação começar.) Grande parte do trabalho envolve a construção de uma relação: investigador e sujeito passam a conhecer-se e o investigador pôr o sujeito à vontade (Whyte, 1984, esp. Cap. VI) (Biklen E Bogdan (1994, p. 134).

Além disso, é preciso ter em mento que o pesquisador deve estar atento para ele mesmo não ser um reproduzidor de visões estereotipadas que dificultem o desenvolvimento do seu trabalho de campo, pois, assim como os sujeitos investigados, também ocupa um lugar fora do mundo acadêmico em que abraça a experiência da vida cotidiana, multifacetada, a partir da qual se somam vivências religiosas, de ordem moral familiar ou política. Biklen e Bogdan (1994, p. 137) também nos lembram que, “ao pedir a alguém que partilhe parte de si próprio consigo, é importante que não o avalie, para o não fazer sentir-se de alguma forma diminuído”. Os autores chamam a atenção para o fato de que “poderão existir conflitos de valores em relação aos pontos de vista que ouviu, mas o que realmente se pretende é encorajar os entrevistados a expressarem aquilo que sentem” (BIKLEN e BOGDAN, 1994, p. 137). E, nesta direção, fazem uma consideração bastante pertinente para nossa pesquisa, a seguir:

Muitas vezes, os sujeitos acreditam em perspectivas estereotipadas sobre, por exemplo, o mundo universitário. Muitos acham que na universidade todos são ‘superliberais’ ou ‘radicais’ e, podem, por isso, ter relutância em falarem das perspectivas mais conservadoras com que concordam (BIKLEN e BOGDAN, 1994, p. 138).

Diante destas considerações sobre os estudantes universitários, pensadas pelos autores, convém dizer que tivemos um primeiro contato com alunos/as do curso de Economia Doméstica no primeiro semestre de 2013, mas não obtivemos êxito na tentativa de aproximação. Nesta fase da pesquisa, havíamos decidido fazer uso da técnica do filme-debate (procedimento projetivo) a fim de construir nossa relação com os estudantes, depois de termos sido apresentados a eles por nossa orientadora, ocasião em que aproveitamos para explicitar nossos objetivos de pesquisa. Conforme Damasceno (2005, p. 125), os procedimentos projetivos de pesquisa são “técnicas de captação de informações que atuam como de forma reflexiva, de modo que os sujeitos se projetem como num espelho e revelem os significados de fatos e situações [...]”. Nessa perspectiva, foi negociado com os estudantes um encontro em sala de aula para a exibição e discussão de um filme.

Optamos pelo filme do diretor brasileiro Murilo Salles, intitulado “Nome próprio”, exibido nos cinemas nacionais no ano de 2007. A narrativa cinematográfica centra-se na personagem Camila, uma jovem que escreve textos de natureza literária com a finalidade de publicar em seu blog. A paixão amorosa é o combustível necessário para a produção de seus textos, quanto mais vivencia intensamente o amor, mais escreve. Para nossa surpresa, entretanto, o filme não foi bem recebido por alguns estudantes presentes em sala de aula. Inclusive, um dos alunos decidiu se retirar da sala, e depois nos procurou para dizer que havia saído porque não concordava com a exibição do filme, sem nos dizer o motivo da discordância; enquanto outros trocavam olhares entre si como se estivessem desconcertados com as cenas de sexo exibidas na tela. Outra estudante, que havia assistido ao filme até o final, nos procurou para explicar que o rapaz havia se retirado por ser evangélico. Ficou claro também que, embora tivessem assistido ao filme até a última cena, alguns estudantes estavam imbuídos de constrangimentos. Não conseguimos articular um debate nesta turma, tivemos que esperar pelo semestre seguinte, nosso elo com os alunos não havia sido firmado neste grupo, talvez tenhamos nos influenciado pelo estereótipo de que “na universidade todos são ‘superliberais’ ou ‘radicais’”, reiterando o comentário prudente de Biklen e Bogdan. No

tocante à relação entre sexo e cinema, seria oportuno nos referirmos às considerações de Lins (2012, p. 220-221):

O advento do cinema, no final do século XX, multiplicou as possibilidades do erotismo artístico, antes limitado à pintura, às gravuras e aos daguerreótipos. A imagem em movimento trouxe um realismo impensável ao sexo representado. Datam dos anos finais do século, logo após a invenção do cinematógrafo, os primeiros filmes eróticos, mudos, mas encantando e surpreendendo uma sociedade ainda carregada de preconceitos quanto ao que envolvesse a sexualidade. Em 1896, o mutoscope desfila séries fotográficas animadas com modelos se vestindo ou se despindo. Os cineastas confirmam a previsão de que o público quer sexo. Os filmes que mostram mulheres subindo em árvores chegam ao dobro do faturamento de fitas sobre a guerra.

Imaginemos as reações do público quando o cinema começou também a focalizar as relações afetivo-sexuais entre casais não regidos pelos padrões da heterossexualidade. A propósito, apontamos aqui para os percalços na experiência de pesquisa relatada por Damasceno (2005, p. 136), com jovens de um grupo estudantil, no contexto escolar, ao fazer uso da técnica projetiva, “especialmente no tema que teve como objeto de estudo a homofobia”:

Dentre os fatos mais surpreendentes, destacamos a postura assumida pelos integrantes de um grupo estudantil – a resposta dada foi o silêncio, não houve debate neste grupo, os olhares fixos na televisão e, posteriormente, entre eles, demonstraram total insegurança em abordar o tema da homossexualidade diante de seus camaradas. Já os demais grupos realizaram o debate na maior convicção de expressar suas ideias sobre o assunto (DAMASCENO, 2005, p. 136).

Pensamos que essas frustrações e desventuras fazem parte dos caminhos que nos levam, paradoxalmente, ao encontro com os sujeitos, mesmo que eles sejam outros, de outro semestre, ou de outro grupo, no caso do relato de Damasceno (2005), acima citado. É fato que o estudioso das ciências humanas não se trata de um observador impassível, pois vai talhando na própria carne sua pesquisa, inquietando-se e se contorcendo com os obstáculos que vão surgindo durante o encontro com os sujeitos que investiga, inclusive nas tentativas malfadadas de diálogos, ou entrevistas malsucedidas. A esse respeito, vejamos o que nos dizem Biklen e Bogdan (1994, p. 121): conduzir o estudo planejado “pode ser complicado.

[...] Se a sua primeira ideia não for bem aceite, tente uma tática diferente ou uma nova abordagem”.

No semestre seguinte, decidimos permanecer com a tática do filme-debate, mas, em vez do brasileiro “Nome próprio” (2007), exibimos um filme produzido por Estados Unidos, Suíça e França: “Antes do Amanhecer”, do diretor Richard Linklater, lançado no ano de 1995. O filme também se centrava, assim como o outro, em questões relacionadas à juventude e ao tema do amor, com a diferença de que a produção estrangeira não exhibe explicitamente o contato sexual entre os jovens personagens, o que acabou sendo relevante para a realização das entrevistas com os alunos de Economia Doméstica. No filme, os personagens Céline e Jessé encontram-se dentro de um trem e resolvem passar uma noite juntos em Viena, entre conversas, beijos e abraços. Entretanto, a cena de sexo entre o casal é apenas sugerida, e não mostrada.

Após a exibição do filme, os seis alunos que se disponibilizaram a estar presentes em sala de aula para colaborar com a pesquisa, quando fomos apresentados a turma pela nossa orientadora, fizeram comentários sobre a narrativa cinematográfica, relacionando-os ao cotidiano, dando exemplos ocorridos em suas famílias, com seus amigos ou ainda dando exemplos de pessoas conhecidas, embora distantes deles. Damasceno (2005, p. 137) afirma que, “ao ver o filme, o espectador se projeta naquela história, ou naquela personagem, como se a tela fosse um espelho, e o filme parece cair em sua vida – se ‘derrama na tela’, acontecendo uma interação reflexiva do sujeito [...]”. Ao final da atividade, ainda sortearmos um DVD da película exibida, entusiasmando os alunos, que logo se empenharam em organizar os papéis-surpresa, por assim dizer, para efetivar o sorteio. A premiada foi a jovem Júlia, comemorando festivamente na ocasião. Assim, terminamos por estabelecer com os estudantes uma relação de empatia, mais do que um vínculo formal entre o pesquisador e o pesquisado. Abria-se o caminho para a realização das entrevistas individuais. A propósito, também fizemos uso de partes dos comentários em grupo motivados pelo filme, sobretudo, ao procedermos, de forma mais aprofundada, à análise do discurso dos jovens no quarto capítulo.

b) Estudo-piloto: observação no bosque de Letras

No caso dos alunos do curso de Letras, nos perguntávamos durante os momentos preliminares desta pesquisa, como iríamos abordá-los no espaço do bosque, já que havíamos

decidido trabalhar a entrevista em outros ambientes da universidade, além da sala de aula, contexto que ensejou o uso do filme-debate. E nos inquietávamos: como poderíamos nos aproximar dos estudantes no espaço do bosque de Letras, a fim de entrevistá-los sobre amor? Como lidar com nossa condição de estranhos aos sujeitos no ambiente público do bosque Moreira Campos, onde transitam pessoas de dentro e fora da universidade? Então, decidimos fazer observações iniciais para conhecer a dinâmica do local, e entrever possíveis jovens dispostos a colaborar com nossa pesquisa. É verdade que já conhecíamos o local porque, durante o período de graduação em Letras nesta Instituição, na qual nos formamos e continuamos a nos formar, já o havíamos tomado como lugar de aconchego à sombra de frondosas mangueiras.

Assim, entre os meses de março e abril, do primeiro semestre de 2013, foram realizadas observações no espaço público do bosque (talvez não tão público, ou menos público do que outros), e registradas em notas de campo, com objetivos preliminares de pesquisa. O primeiro registro se deu no dia 05 de março de 2013:

Pela primeira vez, me apropriei do bosque como um “lugar” de pesquisa (locus), e não simplesmente como um lugar de aconchego à sombra de árvores ou de interação casual com outros estudantes, como no período em que era aluna do Curso de Graduação em Letras.

Poucos ocupavam seus bancos naquela tarde de terça-feira. Um e outro atravessava a Área I do Centro de Humanidades. Devido à greve e, consequentemente, a irregularidade do calendário de aulas da UFC, no mês de março era período de férias. Mas, mesmo na interrupção das aulas, o bosque não estava completamente vazio. Dois jovens, uma moça e um rapaz, conversavam ao chão. Outros dois rapazes estacionaram o carro nas proximidades e foram recebidos calorosamente pelos outros que estavam ali, sentados ao chão, com abraços e cumprimentos bem festivos. Pensei se tratar de uma turma que sempre se encontrava no bosque. Um dos que chegou foi elogiado por estar mais magro: “o que X anda fazendo com você, como você está magro?!”, comentou um dos rapazes que já estava no local. O grupo começou a conversar sobre a prática de exercícios físicos e dieta alimentar. Um dos rapazes retirou do porta-malas um skate. A moça correu na direção do objeto e demonstrou destreza no seu uso, deslizando sobre a laje do bosque habilmente.

Em seguida, um fato chama a atenção, um dos seguranças terceirizados da UFC se aproximou do grupo: “Por favor, não façam uso de skate aqui... vocês já sabem que não é permitido. Assim acabam prejudicando meu trabalho e depois a administração vai me cobrar um posicionamento em relação a isso.” Os estudantes tentaram dissuadi-lo: “não faz sentido a proibição no período de férias, não estamos pondo em risco o patrimônio público, é apenas um skate sobre o chão”. O segurança insiste mais uma vez e termina saindo de cena para manter-se à distância, embora à espreita. Pensei que meu trabalho, em certos aspectos, guardava semelhanças com o dele, me mantinha a certa distância dos jovens, mas atenta aos acontecimentos. Os jovens continuaram a usar o skate, à revelia do segurança.

A partir do entrevero entre segurança e estudantes, acima narrado, nos veio o pensamento de que, no bosque Moreira Campos, uma nova (des)ordem é praticada pelos jovens, diferentemente do contexto em sala de aula. Na ausência do enquadramento disciplinar – cadeiras uniformes e títulos de demarcação – que separam os corpos de mestres e doutores dos alunos de graduação, outra verticalidade é instaurada, diferente da que erige os prédios didáticos, com suas colunas modernas: a da verticalidade maleável dos troncos de árvores, com suas folhas flutuantes que se oferecem ao prazer das rodas de conversas, apagando momentaneamente o sol por sobre a cabeça de casais de namorados ou de pares/grupos de amigos. Neste prisma, reiteramos que, no bosque, predomina uma outra ordem de interação entre os estudantes, por vezes mais calorosa e afetiva, tal como observamos em nota de campo, no dia 08 de abril de 2013:

Primeiro dia de observação depois do início das aulas na UFC. O bosque está bastante movimentado, são 17: 20h. Ocupo uma das arquibancadas em torno da área verde, com formato de meia lua. Este espaço do bosque sugere um palco em semicírculo, onde já presenciei apresentações de grupos musicais. À minha direita, um casal de namorados, um rapaz e uma moça, trocam carícias ao mesmo tempo em que conversam sobre questões acadêmicas e acerca da aprendizagem de línguas estrangeiras, o rapaz está com um livro de introdução à sociologia na mão direita, aberto, enquanto a outra mão se confunde com a da namorada, entrelaçamentos acadêmicos e afetivos. Eles se dirigem um ao outro sem mencionar o nome próprio, rebatizados pela palavra amor, e iniciam uma conversa sobre uma terceira pessoa: “Ela me disse, amor, que não pensa em português, mas em espanhol”. À minha esquerda, um rapaz está concentrado na leitura de um livro em francês. Ao lado dele, outro casal de namorados: o rapaz se dedica a fazer massagens em torno dos ombros da namorada, ela está com o corpo totalmente relaxado sobre o cimento, deitada de bruços. Depois da massagem, ela se senta, trocam algumas palavras e se beijam. As luzes do bosque se acendem para receber a noite.

Destacamos também uma conversa eroticamente sugestiva, em que uma jovem manifesta sua orientação homoafetiva, no dia 10 de abril de 2013:

Estou no bosque às 15:20. Às árvores e o chão ainda banhados de chuva. A luz do bosque é a de um sol sem muito brilho. Céu nublado de abril. Sento-me próxima de duas jovens. Uma delas cumprimenta outra que atravessa o campus: “eita, bicha linda”, ao mesmo tempo em que se volta para a jovem que já estava ali: “ela se acha!”. A moça se aproxima e responde ao elogio com um sorriso estreito entre os dentes. Senta-se na parte superior da arquibancada, enquanto as outras duas que já estavam no local ocupavam o degrau inferior. Uma vantagem no que diz respeito à posição do degrau de baixo: “estou vendo tua calcinha”, ainda na voz da primeira garota que havia dito o elogio. Em resposta: “então para de olhar”. “Mas é incontrolável”.

Mas, apesar destas observações, continuávamos a nos interrogar: como nos aproximar dos jovens para entrevistá-los? Nesta direção, Biklen e Bogdan (1994, p. 135) sugerem que “em situações em que já conhece o sujeito, passe logo à entrevista, mas em situações em que não conhece o sujeito terá provavelmente de quebrar o gelo inicial, o que, nalguns casos, demora o seu tempo”. Os autores (1994, p. 135) também propõem que se procure “um interesse ou um tópico em comum, uma oportunidade para se começar a construir uma relação”.

Decidimos por nos guiar pelas sugestões de Biklen e Bogdan (1994), e miramos Florbela Espanca no bosque de Letras, que nos pareceu intuitivamente uma pessoa receptiva. No dia do nosso encontro providencial, ela conversava com um amigo no bosque, então pedi licença para interrompê-los, e, antes mesmo que eu me apresentasse, os jovens perguntaram qual era o meu signo? Respondi: “aquário”. Pronto! Esta era a palavra mágica (o “Abre-te Sésamo”). Depois do interesse referente ao zodíaco, eles abriram um largo sorriso, e disseram: “só poderia ser aquariana mesma. Então seja bem-vinda”. Expliquei meus interesses de pesquisa, e perguntei se eles poderiam colaborar. O rapaz disse que estava atrasado para a próxima aula, e pediu licença para se retirar do local, enquanto Florbela se disponibilizou, e ainda me apresentou os outros quatro alunos de Letras que entrevistamos, os quais também foram receptivos. Inclusive, uma das jovens que Florbela nos apresentou foi a moça do skate, de quem falamos em citação sobre o bosque anteriormente, a quem doravante será chamada Elizabeth Bishop.

Antes de finalizar essas considerações sobre nosso contato com os estudantes de Letras, colocamos em cena um comentário de Elizabeth sobre o bosque (optamos por iniciar a entrevista com cada um deles perguntando se estavam no bosque com frequência e o que achavam do local): “[...] parece outro mundo. O mundo em que as relações homoafetivas são muito melhores aceitas”.

2.2. Pressupostos teórico-metodológicos da AD

2.2.1. Uma visão anti-positivista da linguagem

O nosso método de análise distingue-se fundamentalmente do adotado nas correntes clássicas positivistas, porque, em particular, na Análise do Discurso de Linha Francesa, não se faz apenas uma descrição do objeto de pesquisa tal como na Lingüística de

base estruturalista, a qual visa isolar a dimensão supostamente sistêmica dos fatos de linguagem, a fim de descrever ou explicar o sistema lingüístico imanente conforme o modelo metodológico das demais ciências positivas (experimentação, taxonomia, formalização, etc.). Na AD, a linguagem não é encarada como um fato social suscetível de classificação, categorização e análise, mas como uma atividade complexa de mediação entre o ser humano e a realidade natural e social, historicamente construída e em constante transformação pelo trabalho dos sujeitos (ORLANDI, 1987).

A Análise do Discurso busca justamente compreender “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2002, p. 26). Para realizar essa compreensão, a AD parte de um dispositivo teórico, a partir do qual ela visa analisar os processos de significação presentes no texto. É importante ressaltar que, na AD, interpretar não é uma atividade metafísica de descobrir algo oculto na origem, mas compreender o modo como “o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido” a partir de um artefato teórico (ORLANDI, 2002, p. 26). Conforme a autora, a interpretação aparece em dois momentos da análise (2002, p. 59-60):

a. em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;

b. em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso, é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação.

2.2.2 O lugar da subjetividade: o dispositivo de análise

É uma característica das ciências que seguem a orientação positivista a busca pela neutralidade da ciência, ou seja, pela separação e pela distinção entre o sujeito do

conhecimento e o objeto a partir de técnicas e procedimentos científicos de observação e experimentação, os quais visam retirar dos objetos do conhecimento os elementos subjetivos.

Na Análise do Discurso, contudo, parte-se do pressuposto de que o próprio analista está envolvido na interpretação do objeto, pois “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face as suas (outras) questões” (ORLANDI, 2002, p. 27). Portanto, a cada análise é construído um dispositivo analítico, ou seja, “um dispositivo teórico já ‘individualizado’ pelo analista em uma análise específica”. (ORLANDI, 2002, p. 27.). Desse modo, o analista não trabalha numa posição neutra, pois “sua prática de leitura, seu trabalho com a interpretação, tem a forma de seu dispositivo analítico” (ORLANDI, 2002, p. 27).

Orlandi (2002, p. 59) coloca algumas questões, abaixo-descritas, que orientam o modo como o analista deve proceder quanto ao dispositivo analítico.

1. Que escuta o analista deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência?

2. O dispositivo de interpretação tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.

3. A escuta deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória.

2.2.3 O lugar da objetividade: o dispositivo teórico

No tocante aos pressupostos teórico-metodológicos que orientam as pesquisas sobre o discurso, a vertente com a qual estamos trabalhando é a que se interessa pelos processos histórico-sociais de produção da linguagem. Nessa perspectiva teórica, investigam-se os efeitos da história e da ideologia presentes na materialidade do sentido, tomando como

pressuposto a opacidade da linguagem. Conforme observa Orlandi (1988, p. 17), “tratar dos processos de constituição do fenômeno lingüístico e não meramente do seu produto é o recorte teórico inicial (básico) para a análise de discurso”.

A concepção de linguagem subjacente a uma dada teoria é determinante para a delimitação do seu objeto teórico. Assim como, por exemplo, na gramática transformacional tem-se a *competência lingüística* do falante como objeto teórico, dada a concepção que Chomsky tem de linguagem, na AD, é o *discurso* que assume esse papel. Ele é tomado como objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é lingüística.

Na AD, é fundamental considerar que há uma relação constitutiva entre linguagem e exterioridade, ou entre o discurso e o seu contexto histórico-social, ideológico. Além deste, as representações, no interior do discurso, da situação enunciativa e do lugar social dos interlocutores constituem o que se chama em AD de *condições de produção* do discurso. Nas palavras de Orlandi (1988, p. 18):

Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações.

Na concepção de discurso adotada por Orlandi (1988), dois grandes processos fundamentam a linguagem: o *parafrástico* e o *polissêmico*. Enquanto o processo parafrástico (matriz do sentido) é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas, o processo polissêmico (fonte da linguagem) é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos. A este último atrela-se a noção de *criatividade*, que se refere ao rompimento dos sentidos já-ditos, com a proposta de novos sentidos que entram em conflito com os já estabelecidos. O outro vincula-se ao conceito de *produtividade*, que se constitui pela reiteração de processos de produção do sentido já cristalizados.

2.3. Constituição do *Corpus*

Orlandi (2002, p. 77) propõe um dispositivo e procedimentos que determinam a forma de análise. Segundo a autora, as etapas de análise têm, como seu correlato, o percurso

que nos faz passar do texto ao discurso, no contato com o corpus, o material empírico. Tais etapas estão assim dispostas em sua correlação:

1ª Etapa: Passagem da	Superfície Lingüística para o	Texto (Discurso)
2ª Etapa: Passagem do	Objeto Discursivo para o	Formação Discursiva ⁷
3ª Etapa:	Processo Discursivo	Formação Ideológica ⁸

Na primeira etapa, o analista, no contato com o texto, procura ver nele sua discursividade. Nesse momento da análise é fundamental o trabalho com as paráfrases, sinonímia, relação do dizer e não-dizer etc. Esta etapa prepara o analista para que ele comece a vislumbrar a configuração das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva em questão. O que ele faz é tornar visível o fato de que ao longo do dizer se formam famílias parafrásticas relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito etc. Estes outros dizeres aí observados dão as delimitações das formações discursivas que intervêm, fazendo as palavras significarem de maneira x ou y.

Na segunda etapa, a partir do objeto discursivo, o analista vai incidir uma análise que procura relacionar as formações discursivas distintas – que podem ter-se delineado no jogo de sentidos observado pela análise do processo de significação (paráfrase, sinonímia etc.) – com a formação ideológica que rege essas relações. Aí é que ele atinge a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos naquele material simbólico, de cuja formulação o analista partiu.

2.3.1 A relação com o texto

⁷ Conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas “regras de formação”. A formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica, isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. A formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” a partir de um lugar social historicamente determinado. Um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando, com isso, variações de sentido (Brandão, Helena H. Nagamine, s/d).

⁸ É constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às oposições de classe em conflito umas com as outras. Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas (Brandão, Helena H. Nagamine, s/d).

A AD encara o texto como exemplar de discurso, por isso busca remetê-lo a uma formação discursiva que o regula e que, por sua vez, tem uma relação determinada com a formação ideológica. Segundo Orlandi (2003, p. 10), “é nessa remissão à ideologia que encontramos o que é sistemático, regular, constante, em relação ao funcionamento do discurso”. Desse modo, não se analisa o sentido do texto mas como o texto produz sentidos. A organização do texto em si também não interessa a AD, pois, no dizer de Orlandi (2003, p. 11), “o que interessa é o que o texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e das coisas”.

Por meio do texto, a Análise do Discurso busca compreender a materialidade histórica da linguagem. Nessa perspectiva, torna-se fundamental tratar da historicidade do texto, ou seja, da trama de sentidos inscrita nele, a qual se relaciona com a história externa de forma indireta. É importante enfatizar que não são os conteúdos históricos que se investiga no texto, mas o modo como ele se constitui como discurso, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. A partir daí, pode-se afirmar que o texto “é um conjunto de relações significativas individualizadas em uma unidade discursiva” (2003, p. 11). A “‘individualização’ de relações significativas, segundo Orlandi (2003, p. 11), é que constitui a especificidade, o ineditismo de cada texto enquanto acontecimento discursivo”.

Antes de finalizarmos estas considerações, é necessário ainda nos referir ao modo como a Análise de Discurso entende o sujeito, os lugares que ele ocupa no discurso, é essencial colocar a questão do *imaginário*. Conforme Orlandi (2002, p. 40), “esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica”.

A noção de imaginário está fundamentada nas idéias de Pêcheux sobre as representações das posições sociais dos falantes no discurso. Segundo esse autor (1990, p. 82), “os sujeitos ocupam lugares determinados na estrutura de uma formação social que são representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo”. Entretanto, não são os lugares tal como funcionam na sociedade que se encontram no interior do processo discursivo, mas as imagens que os interlocutores fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Abaixo, descrevemos as formações imaginárias tal como são designadas por Pêcheux (1990, p. 83):

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Nesse quadro, o autor faz menção ao lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, ou seja, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. É importante ressaltar, mais uma vez, que esses lugares não se referem às situações físicas (objetivamente definíveis), mas a representações desses lugares no discurso. Daí que as perguntas dispostas na terceira coluna do quadro referem-se ao lugar de fala que cada falante assume no momento do ato de comunicação.

3. O AMOR: LITERATURA, MEMÓRIA E CIÊNCIA

3.1. A “velha” linguagem do amor: entre a ficção e a realidade

Del Priore (2012, p. 321) afirma que os jovens “têm nostalgia da velha linguagem do amor, feita de prudência, sabedoria e melancolia, tal como viveram seus avós”. Ante essa consideração, nos perguntamos a que linguagem a autora se refere, isto é, como poderia ser caracterizada essa “velha” linguagem do amor. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da AD, entretanto, afirmamos que não convém falar em termos de uma linguagem “velha” ou “nova”, pois temos como foco os efeitos de sentidos produzidos no discurso, ou seja, o modo como se configuram o saber discursivo ou a memória discursiva (domínio do interdiscurso) e a formulação de sentidos (domínio do intradiscurso) sobre o amor. Partimos do princípio de que as palavras se definem discursivamente por sua historicidade, pelo *já-dito*, e pelo que vai ser dito em uma dada situação de fala. Em outros termos, “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (ORLANDI, 2013, p. 35).

Nessa perspectiva, não buscamos a compreensão da “velha” linguagem do amor de que fala Del Priore (2012), mas apreender formas de uso da linguagem que nos remetam à construção de significados sobre amor ao longo da história ocidental. Segundo Paz (1994, p. 93), “uma das funções da literatura é a representação das paixões; a preponderância do tema amoroso em nossas obras literárias mostra que o amor tem sido o tema central dos homens e mulheres do Ocidente”. Outrossim, apontamos para as considerações teóricas de Luhmann (1991, p. 22), estudioso para quem “as representações literárias, idealizantes e mitificantes do amor não escolhem ao acaso os seus temas e pensamentos directores, reagindo antes deste modo à sociedade e respectivas tendências de mudança”. Seguindo as orientações dos autores, buscamos neste capítulo entabular uma discussão acerca da constituição de sentidos e significados sobre o amor, construídos historicamente no contexto da esfera literária, relacionando estes à sua materialidade histórica. Além disso, nos pautamos em considerações à luz do pensamento do romancista e ensaísta francês, Pascal Bruckner (2011), e à luz de pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico, como artigos, dissertações e teses de doutorado, desta Instituição e de outras. Vale aqui também fazer menção às ideias de Barthes (2003) na obra “Fragmentos de um discurso amoroso”, publicada originalmente em 1977,

autor que fez uso de fragmentos de textos literários para construir à ideia de um sujeito amoroso, “alguém que fala em si mesmo, amorosamente, em face do outro (objeto amado) [...]”⁹. Ou ainda poderíamos nos remeter a um comentário da jovem Florbela Espanca, a quem o leitor já foi apresentado no capítulo anterior. Ao perguntarmos, em nosso diálogo/entrevista, por que você se diz uma pessoa romântica? Ela nos respondeu (observemos o grifo):

Porque eu... vamo pegar pra *literatura*... não.... Eu me aprofundo muito em qualquer tipo de relação, entendeu? Seja amizade, seja... qualquer tipo de relação. Então, assim, tu... eu... eu não sei explicar. É... como que eu posso falar em relação a... a...[...]. Eu tenho que te responder porque tá complicado. Porque, assim, eu dou muito o que eu tenho e não recebo nada em troca. Porque as pessoas não conseguem retribuir, entendeu? Elas acham que, tipo, se eu retribuir eu vou ser uma pessoa frágil, uma pessoa vulnerável a sofrimentos e tal. E isso doi, entendeu? Isso machuca. Porque você quer realmente amar e ser amado, né?

3.1.1 Do amor cortês: a dama, o cavaleiro e o poeta

É a partir de um estudo aprofundado de *Tristão e Isolda*¹⁰, personagens do imaginário literário medieval, que Rougemont (2003)¹¹ tece conclusões acerca da concepção de amor predominante na literatura ocidental, a qual foi se configurando, de acordo com seu pensamento, desde o período medieval. Para o historiador, o discurso sobre o amor na esfera da literatura fundamenta-se no binômio *amor e morte*. Em suas palavras:

Amor e morte, amor mortal: se isso não é toda a poesia, é, ao menos, tudo o que há de popular, tudo o que há de universalmente emotivo em nossas literaturas; em nossas mais antigas lendas e em nossas mais belas canções. O amor feliz não tem história. Só existem romances do amor mortal, ou seja, do amor ameaçado e condenado pela própria vida. O que o lirismo ocidental exalta não é o prazer dos sentidos nem a paz fecunda do par amoroso. É menos o amor realizado do que a *paixão* de amor. E paixão significa sofrimento. Eis o fato fundamental. (ROUGEMONT, 2003 p. 24).

⁹ Barthes (2003, p. XVII)

¹⁰ No que diz respeito às várias versões de *Tristão e Isolda*, difundidas no período medieval, Rougemont (2003) segue “a concordância estabelecida por Joseph Bédier (em seu estudo sobre o poema de Thomas) entre as cinco versões do século XII: Bérout, Thomas, Eilhart, *Folie Tristan* (A loucura de Tristão) e o *Romance em prosa*”. (ROUGEMONT, 2003, P. 38).

¹¹ Originalmente publicado com o título *L'amour et l'Occident*. Aqui utilizamos a 2ª ed. da Ediouro, do ano de 2003, correspondente ao original em francês, de 1972.

Da passagem citada, pode-se depreender que o autor estabelece uma dicotomia entre a “*paixão* de amor” e o “amor realizado”. Para o historiador, é a paixão transcendente – e não um amor que tende para a realidade – que delineia os gestos de expressão das emoções e sentimentos a partir dos quais são atribuídos sentidos ao amor na esfera da literatura. A *paixão* de amor, ou *amor-paixão*¹², se fortalece mais na ausência do que na presença do outro e implica necessariamente a existência de obstáculos que impossibilitam a efetivação do enlace amoroso, de modo a condenar os amantes à experiência do sofrimento. Na perspectiva do autor, portanto, a *paixão* de amor não estaria ligada à busca por uma vida harmoniosa, sem entraves, mas a vontade de transgressão, de desafiar normas socialmente estabelecidas ou de se pôr à prova diante da iminência da própria morte. “Eu me abismo, eu sucumbo...” é o título de um dos capítulos da obra de Barthes (2003, p. 3), e ao mesmo tempo corresponde à frase ficcionalmente pronunciada pelo jovem Werther, personagem da literatura moderna, cuja vida é interrompida em suicídio por sofrimento amoroso. E por que não nos remetermos também ao samba brasileiro, mais especificamente à canção “Notícia de Jornal”, interpretada por Chico Buarque, em que um personagem feminino também se lança para a morte por amor:

Tentou contra a existência num humilde barracão
Joana de tal por causa de um tal João
Depois de medicada retirou-se pro seu lar
Aí, a notícia carece de exatidão
O lar não mais existe, ninguém volta ao que acabou
Joana é mais uma mulata triste que errou
Errou na dose, errou no amor
Joana errou de João
Ninguém notou, ninguém morou
Na dor que era o seu mal
A dor da gente não sai no jornal

“A onda de abismo pode vir de uma mágoa, mas também de uma fusão: morremos juntos de nos amar: morte aberta, por diluição no éter, morte enclausurada da

¹² O autor utiliza uma e outra expressão alternadamente em seu estudo. Em “amor-paixão”, o destaque em itálico foi utilizado por nós, e não pelo autor, que só fez uso do itálico no primeiro termo da expressão “paixão de amor”.

tumba comum” (BARTHES, 2003, p. 4). No texto do imaginário medieval, *Tristão e Isolda* morrem abraçados. Seria oportuno dizer que “o gesto do abraço amoroso parece realizar, por um instante, para o sujeito, o sonho de união total com o ser amado” (BARTHES, 2003, 4). Para Rougemont (2003, p. 63), só uma morte de amor poderia redimi-los ou purificá-los dos sofrimentos a que foram conduzidos em vida, em razão da paixão que os uniu como se fosse um destino: “os amantes jamais desejaram outra coisa senão a morte! Sem saber, enganando-se apaixonadamente, não buscaram mais do que a redenção e a vingança contra ‘o que sofriam’”. Assim, poderíamos dizer que a vida passa a ser significada de maneira negativa, e à morte são atribuídos sentidos positivos: enquanto esta assegura a suspensão dos infortúnios atrelados à vivência da paixão, aquela é a condição de continuidade do sofrimento. E é nesse sentido que o autor nos remete à escrita poética de Rimbaud¹³: “a verdadeira vida está ausente”. Em outras palavras, sedimentadas no contexto religioso cristão, São Francisco de Sales diria: “morte vivificante e vida mortificada”, na referência de Bruckner (2011, p. 80).

A “*paixão* de amor” seria um arrebatamento que conduz os amantes a suplantar limites legais, morais ou religiosos, inclusive a exceder a fronteira entre a vida e a morte. (ROUGEMONT 2003). Nesse sentido, configura-se como uma relação afetiva que transcende o limiar do casamento, a união social e historicamente legitimada no ocidente por leis seculares ou religiosas, e se dá de modo extraconjugal, interpondo-se entre os amantes o obstáculo do adultério. Assim, foram imaginados *Tristão e Isolda*, personagens que se unem amorosamente depois da ingestão de um filtro mágico, à revelia de um casamento previamente estabelecido entre Isolda e o rei Marcos, pai adotivo de Tristão. Nas palavras do historiador:

Em verdade, como todos os grandes amantes, eles se sentem arrebatados “para além do bem e do mal”, numa situação de transcendência das nossas condições comuns, num absoluto inefável, incompatível com as leis que governam o mundo, mas que eles sentem como *mais real do que este mundo*. (ROUGEMONT, 2003, p. 55)

Nessa perspectiva, caberia dizer que o discurso sobre o amor na literatura ocidental, ao se configurar de modo a enaltecer o *amor-paixão* ou a *paixão-obstáculo*¹⁴,

¹³ A citação do historiador (2003, p. 70) foi extraída do livro “Uma estação no inferno”, consultado na página eletrônica da biblioteca virtual, disponibilizada pelo governo federal: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2260.

¹⁴ Outra expressão utilizada pelo autor que parece estabelecer uma filiação de sentidos com as expressões *paixão* de amor e *amor-paixão*. Aqui também grifada por nós.

engendra-se produzindo sentidos que apontam, conforme as palavras de Rougemont (2003, p. 24), para a ideia de um “*erotismo idealizado*”¹⁵, difundido em toda a nossa cultura, em nossa educação, nas imagens que compõem o cenário de nossas vidas”. Trata-se de um erotismo idealizado que foi se perfilando desde o período da literatura medieval, e se mantém presente até hoje, em especial, de acordo com o autor (2003 p. 34), “onde a paixão seja sonhada como um ideal, e não temida como uma febre maligna; onde quer que sua fatalidade seja chamada, invocada, imaginada como uma bela e desejada catástrofe, e não como catástrofe”. Para Barthes (2003, p. 49), a catástrofe pode ser compreendida como “uma crise violenta no curso da qual o sujeito, experimentando a situação amorosa como um impasse definitivo, uma armadilha da qual não poderá jamais sair, se vê fadado a uma destruição total de si mesmo”.

Diante do exposto, pensamos que o historiador se posiciona em favor da ideia de que o *amor-paixão*, discursivamente engendrado na literatura medieval, orientou e continuou a orientar pensamentos, atitudes e comportamentos de homens e mulheres da cultura ocidental no que diz respeito à vivência amorosa. De acordo com o pensamento de Rougemont (2003), o discurso sobre o amor na literatura medieval se configurou como resultado de processos histórico-sociais, ou, mais precisamente, para usar os termos do autor, como resultado de “um tipo de relação entre um homem e uma mulher num determinado grupo histórico: a elite social, a sociedade cortês e impregnada de cavalaria dos séculos XII e XVIII” (ROUGEMONT, 2003, p. 29). Para a compreensão dos sentidos atribuídos ao amor nesse contexto, é preciso ter em mente que o *amor cortês*¹⁶ implica uma oposição aos costumes feudais do século XII, em que “o casamento havia se tornado para os senhores um puro e simples meio de enriquecimento e de anexação de terras oferecidas em dote ou prometidas em herança.”¹⁷. Assim, vincular-se-ia a uma concepção de fidelidade independente do casamento legal e fundada exclusivamente no amor. A esse respeito, Bruckner (2011, p. 96) confirma que “uma tradição paralela, que vai dos travadores provençais às feministas e utopistas do século XIX, rejeitará a instituição matrimonial em nome da igualdade e da paixão”.

Para além dos sentidos atribuídos ao amor na esfera da literatura, seria oportuno trazer à tona o discurso da jovem Elizabeth Bishop no tocante à sua vivência amorosa extraconjugal, aluna do curso de Letras, um de nossos/as estudantes entrevistados/as:

Eu conheci ela numa casa de praia, ela tava com o marido dela lá, e foi amor a

¹⁵ Grifo nosso.

¹⁶ Grifo nosso

¹⁷ Ibidem

primeira vista, cara. Eu não movi uma palha por isso, porque eu respeitava o marido dela. Ela foi que veio até mim, na casa de praia mesmo, entendeu? Então rolou o adultério.

No discurso de Elizabeth, em substituição ao filtro mágico, temos “o amor à primeira vista”. No caso do filtro bebido por Tristão e Isolda, trata-se de magia, e, portanto, exclui explicações e libera os amantes de qualquer responsabilidade humana sobre seus atos extraconjugais. Em outras palavras, as de Rougemont (2003), o filtro mágico “é o álibi da paixão. É o que permite aos infelizes amantes dizer: “Bem vêem que não é culpa minha, bem vêem que é mais forte do que eu”. Em se tratando da expressão “amor à primeira vista”, “o amor vem de algum lugar que não se consegue identificar e é vivido de forma intensa em relação a alguém específico” (OLTRAMARI, 2009). Ou seja, “o amor à primeira vista” também exime os amantes de responsabilidades porque se dá de forma “arrebatedora e quase mística”, para usar as palavras de Oltramari (1999). Neste sentido, o autor (1999, p. 671) refere-se à pesquisa “realiza por Marie-Noelle Schurmans e Loraine Dominicie”. Segundo ele, “elas pesquisaram o que seria, para os brasileiros, a ideia de ‘amor à primeira vista’” (*coup de foudre*, em francês). Ainda conforme Oltramari (1999, p. 671), as pesquisadoras chegaram à conclusão de que “estas lógicas de pensamento do *coup de foudre* expressam formas de dar respostas religiosas, ou mesmo por meio de crenças e de magias, para explicar o mundo em que se vive”.

Ainda concernente à vivência amorosa da jovem Elisabeth Bishop, é pertinente chamar a atenção para o fato de que, tal como o *amor-paixão* ficcionalmente imaginado na narrativa medieval, aqui também se interpõe entre os amantes o obstáculo do adultério. Mas, diferentemente do amor cortês, em que a relação se dá entre um homem e uma mulher, neste caso temos duas mulheres amantes, em oposição a um marido, ou melhor, a um casamento forjado a partir da norma heterossexual. No caso de Elizabeth e sua amante, a paixão amorosa seria um arrebatamento que não transcende apenas os limites do casamento, mas também subverte “os estereótipos heterossexuais dominantes”, para usar os termos de Giddens (1993, p. 41)¹⁸. “Ela traiu ele ficando comigo. Eu fiquei com ela porque eu não consegui me segurar”, foi o que nos disse Elizabeth, em resposta a nossa pergunta sobre sua vivência

¹⁸ Sociólogo britânico que discute questões relacionadas ao amor e à sexualidade nas sociedades modernas, cujas ideias serão aprofundadas em outro capítulo deste trabalho, e já foram previamente mencionadas no capítulo anterior.

amorosa. Em contraposição ao contexto histórico em que se dá o amor cortês, o obstáculo do adultério, no caso das amantes de hoje, é legalmente suplantado pelo divórcio, e tão legítimo quanto o casamento:

E uma semana depois da casa de praia ela falou “me dá um tempo pra pensar, pra eu organizar minha vida”, e eu falei “você tem o tempo que quiser”. Daí uma semana ela chegou em casa e falou pra ele “olha, não dá. Eu tô saindo fora e eu não quero mais você”. E terminou com ele. [...] Eu acompanhei todo o processo. O divórcio em si. Ele é um cara que foi muito cabeça fria, entendeu? Porque ele me vê e me cumprimenta. Embora eu saiba que é falsidade, porque ele não gosta de mim.

Continuando a discussão sobre o relato de *Tristão e Isolda*, Rougemont (2003) pondera que o amor cortês, mesmo opondo-se às leis da sociedade feudal, ao propor uma disjunção entre amor e casamento, conserva-se fiel a ela, uma vez que os amantes, tal como ficcionalmente pensados, permanecem castos, e o *amor-paixão* se mantém restrito ao plano da transcendência. Partindo de outro prisma, Paz (1994) afirma que a narrativa de *Tristão e Isolda* não teria como fundamento as regras de conduta do amor cortês, por se tratar de uma literatura que intercalava as lendas bárbaras com a cortesia¹⁹, mas que não poderia ser reduzida a esta última. Admite que os personagens sejam arquétipos até nossos dias do que se chamou de *amor-paixão*; porém, em contraposição a Rougemont (2003), ele considera que, no ideal da cortesia medieval, “o amor é fruto de uma sociedade refinada; não é uma paixão trágica, apesar dos sofrimentos e penas dos apaixonados, porque seu fim último é a *joi*, essa felicidade que resulta da união entre o gozo e a contemplação, o mundo natural e o espiritual” (PAZ, 1993, p. 87-88). Nessa perspectiva, seria oportuno apontar para as considerações da antropóloga brasileira Lobato (2012). A pesquisadora chama nossa atenção para “uma perspectiva evolucionista e etnocêntrica da história humana, segundo a qual os povos primitivos ou bárbaros seriam incapazes de vivenciar emoções mais refinadas, intensas e persistentes do que o mero desejo sexual” (LOBATO, 2012, p. 13).

Em seus estudos sobre o amor, Lobato (2012, p. 10) tanto se volta para a apreensão de ideias, emoções e crenças próprias ao amor tal como ele se revela nas sociedades ocidentais como também busca realçar as que se ligam aos relacionamentos

¹⁹ Lembramos que à palavra cortesia atrela-se o verbo cortejar, cujo significado é *fazer a corte a (mulher); lisonjear, galantear (galante, cortejou todas as mulheres da festa)*, conforme o dicionário HOUAISS da língua portuguesa, 2009, 1 ed, p. 559. Palavras estas que historicamente remetem às práticas amorosas da sociedade cortês e ainda hoje podem ser acionadas em situações de conquista amorosa. Recentemente fui testemunha deste uso, para meu espanto, quando me dirigiram à pergunta: “poderia lhe fazer a corte”?

amorosos existentes em outros contextos culturais. Nessa perspectiva, a antropóloga toma como referência inicial, assim como Rougemont (2000) e Paz (1993), a tradição medieval de textos que versam sobre o amor. Diferentemente desses autores, entretanto, Lobato (2012, p. 10) se aprofunda na investigação das interconexões entre as produções poéticas e literárias do Oriente e do Ocidente, defrontando-se com uma “inesperada coincidência”, para usar as palavras da autora. A antropóloga (2012, p. 10) constatou, entre ambas as culturas, “a existência de semelhança na expressão do sentimento amoroso, apesar das diferenças consideráveis ligadas às condições e ao *locus* de sua manifestação”. Vejamos:

Deparei-me com uma coincidência que me pareceu extremamente instigante: a da produção, nessa mesma época, das versões clássicas de três histórias de amor – *Tristão e Isolda*, *Layla e Majnun* e *Gita Govinda* – que exerceram e continuam a exercer influência considerável sobre o imaginário amoroso dos povos do Ocidente, do Oriente e da Índia.

Retomando ao pensamento de Paz (1993), é importante assinalar que, para o autor, foram os poetas provençais do século XII que inventaram o amor cortês, e o nomearam de outro modo: “*fin’amors*”²⁰. Em menos de dois séculos, tal como pontua o autor (1993, p. 71), “esses poetas criaram um código de amor, ainda hoje vigente em muitos de seus aspectos, e nos legaram as formas básicas da lírica do Ocidente”. Nessa perspectiva, Paz (1993, p. 71) continua a delimitar os traços da poesia provençal, a seguir: “a maior parte dos poemas tem por tema o amor; esse amor é entre homem e mulher; os poemas não são mais escritos em latim: os poetas queriam ser entendidos pelas damas (*Vita nuova*)”. E nos remete a uma das principais particularidades desta poesia:

Poemas não para serem lidos, mas ouvidos, acompanhados por música, na *cour* do castelo de um gran senhor. Essa feliz combinação entre a palavra falada e a música só podia acontecer numa sociedade aristocrática amiga dos prazeres refinados, composta por homens e mulheres da nobreza. (PAZ, p. 71).

Nesse trecho, o autor, além de destacar a combinação entre poema e música, também chama a atenção para a relação que se estabelecia entre o amor cortês e a aristocracia. E nos lembra que “o termo ‘amor cortês’ reflete a diferença medieval entre *corte* e *villa*. Não o amor *villano* – copulação e procriação –, mas sim um sentimento elevado, próprio das cortes

²⁰ Grifo do autor (1994)

senhoriais” (PAZ 1993, p. 70). Nesse contexto histórico social, pode-se dizer que o amor era visto “como uma aristocracia do coração”²¹. Moisés (2003) corrobora essa idéia ao afirmar que Provença, região meridional da França, “tornara-se no século XI um grande centro de atividade lírica, mercê das condições de luxo e fausto oferecidas aos artistas pelos senhores feudais”. Ainda nas palavras de PAZ (1994, p. 69 -70): é nesta região da França que “aparece por fim o amor, não como um delírio individual, uma exceção ou um extravio, mas como um ideal de vida superior”.

De acordo com a leitura de Moisés (2003), estudioso especialista no campo da História literária, é possível justificar a diferença de perspectiva entre Rougemont (2003) e Paz (1993) no que diz respeito aos significados atribuídos ao amor cortês a partir do modo como cada autor se apropria do material literário pertinente à Idade Média. Não seria impróprio afirmar que Rougemont (2003) deu ênfase às narrativas de cavalaria do imaginário medieval, que se originaram, tal como afirma Moisés (2003), “da prosifcação e metamorfose das *canções de gesta* (poesia de temas guerreiros): estas, alargadas e desdobradas a um grau que transcendia qualquer memória individual, deixaram de ser cantadas para serem lidas”. Diferentemente, Paz (1994) teria se concentrado nos textos literários acompanhados por música, compostos por poetas profissionais para as damas casadas das cortes de Provença, dos quais, segundo ele, teria resultado a “poesia lírica ocidental e a ideia do amor como forma de vida” (PAZ, 1994, P. 70), assim como já mencionado. Até hoje é possível observar as marcas desta poesia cantada, inclusive na Música Popular Brasileira, especialmente na canção intitulada “O Rapto de Joana do Tarugo”, composta por Elomar Figueira Melo:

Enfrentei fosso muralha e os ferros dos portais
Só pela graça da gentil senhora
Filtrando a vida pelos grãos de ampolhetas mortais
D'além de trás dos montes venho
Por campos de justas honrando este amor
Me expondo à sanha sanguinária de cortes cruéis
Enfrentei vilões no Algouço e em Senhores de Biscaia
Fidalgos corpos de armas brunhidas
Não temo escorpiões cruéis carrascos vosso pai

²¹ Ibidem

Enfreado à porta de castelo
Tenho meu murzelo ligeiro e alazão
Que em lidas sangrentas bateu mil mouros infieis
Ó Senhora dos Sarsais
Minh'alma só teme o Rei dos Reis
Deixa a alcova vem-me à janela
Ó Senhora dos Sarsais
Só por vosso amor e nada mais
Desça da torre Naíla donzela
Venho d'um reino distante, errante e menestrel
Inda esta noite eu tenho esta donzela
Minha espada empenho a uma deã mais pura das vestais
Aviai pois a viagem é longa
Já vim preparado para vos levar
Já tarda e quase que o minguante está a morrer nos céus
Ó Senhora dos Sarsais
Minh'alma só teme o Rei dos Reis
Deixa a alcova vem-me à janela
Ó Senhora dos Sarsais
Só por vosso amor e nada mais
Desça da torre Joana tão bela
Naíla donzela, Joana tão bela.

Na canção, um cavaleiro (“Tenho meu murzelo ligeiro e alazão”) enfrenta obstáculos (“Enfrentei fosso muralha e os ferros dos portais”/ “Enfrentei vilões no Algouço e em Senhores de Biscaia”), inclusive sob ameaças vitais (“Filtrando a vida pelos grãos de ampulhetas mortais”), para honrar seu amor por uma donzela encastelada (“Só por vosso amor e nada mais/ Desça da torre Naíla donzela”). E desse modo o compositor brasileiro nos remete ao contexto da literatura medieval, em que um homem, tal como imaginado nas

narrativas de cavalaria, ou na condição de poeta da corte, devota-se amorosamente a uma mulher, quer seja uma princesa fictícia ou uma dama da sociedade feudal.

Em seu estudo sobre o século XII, no sul da França, para quem a região foi nesse período um “lugar privilegiado no qual se entrecruzavam as mais diversas influências, desde as dos povos nórdicos até as dos orientais²²”, convém ressaltar que Paz (1994) atribui relevância ao papel da mulher. Se, de um lado, no direito feudal, ela era repudiada quando o casamento fracassava, como nos lembra Rougemont (2003, p.48), embora este autor não dê ênfase à condição da mulher em seus estudos sobre o amor cortês; de outro lado, os poetas provençais adotam, assegura Paz (1994, p.74), o costume árabe da Espanha muçulmana, onde os emires e os grandes senhores haviam se declarado servidores e escravos de suas amadas; e assim invertem a relação tradicional dos sexos, e passam a chamar a dama de sua senhora e se confessar seus servos. Continua Paz (1994, p. 74):

Numa sociedade muito mais aberta que a hispano-muçulmana, no sul da França, no século XII, na qual as mulheres gozavam de liberdades impensáveis no Islã, essa mudança foi uma revolução. Inverteu as imagens do homem e da mulher consagradas pela tradição, afetou os costumes, atingiu o vocabulário e, através da linguagem, a visão do mundo.

Embora haja a inversão de imagens assinalada por Paz (1994), faz-se necessário frisar que a liberdade de que fala o autor restringia-se às mulheres da aristocracia, o que nos remete novamente a diferença medieval entre *corte* e *villa*, consubstanciada pelo termo “amor cortês”. Outrossim, convém atentar para o fato de que a estética trovadoresca, ao mesmo tempo em que valoriza a dama teórica e literariamente, acentuava “qualidades viris, como a coragem, a lealdade e a generosidade, encarnadas no cavaleiro”, assim como nos lembra Del Priore (2012, p. 77).

No tocante à cavalaria, diretamente ligada à formação de padrões de exercício da masculinidade, Irie & Oliveira (2008)²³, em artigo publicado na VII Jornada de Estudos Antigos e Medievais, afirmam que um jovem, para ser armado cavaleiro, submetia-se ao aprendizado de regras comportamentais durante toda a juventude, a fim de ser preparado para

²² (PAZ, 1994, p. 71-72)

²³ IRIE, Michelle Cristina; OLIVEIRA, Terezinha. Cultura cortesã e a influência feminina na educação do século XII. VII Jornada de Estudos Antigos e Medievais. VI Ciclos de Estudos Antigos e Medievais do PR e SC. Educação, Política e Religiosidade. ISSN: 2177-6687, set/2009. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2008/pdf/p008.pdf>, Acesso em: 20 maio 2014.

vincular-se ao círculo palaciano, com a substituição de hábitos rudes pelos da polidez e refinamento, necessários ao galanteio, aos torneios, ao convívio de modo geral com a corte, além de ser convocado a assumir compromissos com a sociedade, de proteção e bravura. O jovem Tristão, por exemplo, recebe permissão para combater um gigante irlandês, que vem exigir tributos de moças e rapazes da Cornualha, corte onde o personagem foi educado, justamente “no momento em que poderia ser armado cavaleiro, portanto, logo depois da sua puberdade”, conforme observa Rougemont (2003, p. 38).

No livro “Idade Média, Idade dos Homens”, Duby (2011) afirma que os jovens cavaleiros eram forçados ao celibato pelas disciplinas das linhagens, que privilegiavam na sucessão a masculinidade e a primogenitura, de modo que as normas de cortesia ou galanteio não passavam, para o autor, de uma compensação irrisória para as proibições a que eram submetidos estes jovens, impedidos de casar por seus pais porque a prioridade era do filho mais velho. Trata-se de um jogo em que o cavaleiro celibatário se empenhava em conquistar simbolicamente a esposa do senhor, a dama, “desafiando os ciumentos”, para usar a expressão do autor (2011, p. 28), de tal modo que se estabelecia “um conflito entre os ‘jovens’ e os outros” (DUBY, 2011, p. 93), ou mais especificamente, entre os jovens e os senhores ou ainda entre os jovens e o irmão mais velho. A esse respeito, Bruckner (2011, p. 49) apresenta uma análise mais positiva, no tocante à cortesia, em comparação com o modo como se dão as relações amorosas na atualidade: “da arte de fazer a corte faziam parte também o aprendizado das normas sociais, a honestidade, decência, a generosidade. Agora, um nada pode se voltar contra nós ou jogar a nosso favor: a idade, o tamanho, o aspecto, as roupas, a voz.”

Ainda em respeito à afirmação de que a mulher gozava de liberdade na região francesa de Provença, no século XII, Paz (1994, p. 72) argumenta que “nesse mundo, em perpétua guerra, à vezes em países longínquos, as ausências eram freqüentes e os senhores eram obrigados a entregar as suas esposas o governo de suas terras.” E aponta Leonor de Aquitânia, esposa de dois reis, mãe de Ricardo Coração de Leão e patrona dos poetas, que se destacou entre as mulheres desse período, e para a Condessa de Dia, famosa *troubairitz*²⁴, uma das várias damas da aristocracia a assumir a posição de trovadora. A esse respeito, sublinhamos a pesquisa de Deplage (2010), coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Medievais. Em seu trabalho, a autora (2010, p. 196) faz uma apreciação acerca da poesia trovadoresca escrita no feminino: “permite uma linguagem mais direta, mais ousada,

²⁴ Grifo do autor

com uma carga de sensualidade mais marcante”, o que se deixa evidenciar, segundo a autora, nos versos elaborados pela Condessa de Dia²⁵: “Belo amigo, cortês, charmoso,/ Quando em meu poder vos terei/ E junto a vós me deitarei/ Para dar-vos beijo amoroso?/ Em meu braço, como almejo/ Ter-vos em lugar do marido!/ Que vós cumprais o prometido:/ Será tudo ao meu desejo!”

Seguindo a linha de raciocínio de Paz (1994), Alves & Pitanguy (1985, p. 16) afirmam que “durante os primeiros séculos da Idade Média, enquanto não haviam sido reintroduzidos os princípios da Legislação Romana – o que ocorre do século XIII em diante – as mulheres gozavam de alguns direitos, garantidos pela lei e pelos costumes.” Especificam que, na ausência dos homens, envolvidos em constantes guerras e longas viagens, ou recolhidos à vida monástica, as mulheres assumiam os negócios da família, “sendo-lhes portanto necessário entender de contabilidade e legislação, para efetuar com eficiência as transações comerciais e defender-se em juízo”²⁶. Além disso, destacam a participação da mulher nas corporações de ofícios, na condição de aprendiz ou como mestre, nos casos de morte do marido, sob a restrição de um ano ou enquanto não mantivesse relações com outro homem.

Entretanto, as autoras chamam a atenção para o fato de que a grande massa de mulheres foi excluída de uma representação simbólica, ao passo que prevaleceu a ideia transmitida pelo “romantismo da cavalaria”, para usar a expressão adotada pelas autoras: “uma mulher frágil e indolente, entretida em bordados e bandolins, à espera de seu cavaleiro andante. [...] Existe, assim, uma defasagem entre a posição concreta da mulher na vida cotidiana e a representação simbólica de seu papel” (ALVES & PITANGUY 1985, p. 19). A esse respeito, cabe dizer que no discurso sobre o amor da literatura cortês, quer seja nos poemas cantados pelos trovadores ou nos romances de cavalaria, a mulher era simbolizada conforme a imagem que os homens faziam dela: era essencialmente uma dama aristocrata ou uma princesa, em geral casada, paradigma de beleza e virtude, a quem se rogava amorosamente por sua condição inacessível.

A esse respeito, poderíamos afirmar que mulheres e homens de grupos socialmente não privilegiados da Idade Média permaneceram historicamente excluídos do amor cortês. No

²⁵ Bels amics, avinenz e bos,/ Quora'us tnerai em mon poder/ Et que jagués ab vos um ser,/ Et qu'us dês um bais amoròs?/ Sapchatz, gran talan n'auria/ Que'us tengués en luòc del marit/ Ab co que m'aguessetz plevit/ De far tot co qu'eu volria

²⁶ Mesma página ibidem

contexto da literatura atual, destacamos um dos personagens de Nelson Rodrigues (2006, p. 19), cujos afetos se dirigem para as mulheres grã-finas no texto da peça “Otto Lara Resende ou Bonitinha, mas ordinária”: “Sempre gostei de grã-fina. A grã-fina é a única mulher limpa. A grã-fina nem transpira.” E aqui remetemos às considerações de Bruckner (2011, p. 40-41), referindo-se à vivência amorosa no contexto da atualidade: “[...] e o amor continua sendo um vilarejo encantado do qual são excluídos os velhos, os feios, os disformes; os sem dinheiro”.

Por outro lado, convém mencionar a tese de doutorado, defendida nesta Instituição, por Holanda (2012). Ao pesquisar sobre as trajetórias afetivas e sexuais de jovens com “experiência de moradia de rua”, para usar os termos da pesquisadora, foi verificado que eles constroem suas relações amorosas a partir de imagens atreladas à ideia do amor romântico²⁷, mesmo que suas vidas sejam marcadas por situação de violência e desigualdade social. Nesse sentido, a pesquisadora ressalta que “suas narrativas possuem uma entonação amorosa, especialmente através da constituição de um imaginário que percorre as linhas e entrelinhas dos sentimentos constituídos e narrados em seus diários e discursos” (HOLANDA 2012, p. 178)

Ainda no que tange à construção de significados atribuídos ao feminino, historicamente produzidos, não se poderia desconsiderar a tendência essencialmente teológica predominante na Idade Média, a partir da qual se intensificou a ideia da “‘maldição bíblica de Eva’, imagem difundida pela tradição cristã que acompanharia mais que nunca a mulher”. As autoras nos remetem à perseguição às “bruxas” pela Igreja Católica, que condenou à fogueira milhares de mulheres, na Europa e nas Américas, cujo início se deu na Idade Média, exacerbando-se no século XVI, início do Renascimento (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 20-21). Aqui é necessário trazer à tona a categoria gênero, termo que “parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72).

A perseguição à mulher-bruxa²⁸ pelo Tribunal da Inquisição suscita uma análise a partir da categoria gênero, que pode ser definida, em síntese, como o “sexo socialmente construído”, de acordo com Barbieri (1992, p. 4). E mais precisamente remete aos estudos acerca de gênero e religião. Nesse propósito, fazemos menção ao artigo de LEMOS (2007), em que a autora analisa a influência da religião na construção e manutenção social da

²⁷ Ainda neste capítulo teceremos considerações sobre o amor romântico.

²⁸ Na expressão das autoras

masculinidade, em oposição à representação social da feminilidade, sobretudo no que diz respeito ao âmbito religioso da tradição judaico-cristã. E aqui nos referimos também à pesquisa sobre as imagens do feminino sagrado, de Martins (2006, p. 41-42), segundo a qual “a imagem da mulher bruxa, da natureza sedutora e enganadora da mulher tornar-se uma ameaça à consciência masculina, podendo arrastá-la para as profundezas do pecado, da morte e da condenação”. Ainda em suas palavras, conclui-se que “a mulher como fonte representativa do feminino se torna um instrumento do diabo e uma ameaça ao plano de salvação das grandes religiões.” Incorporada ao imaginário literário da cultura ocidental, a imagem é evocada na peça “Henrique VI Parte I”²⁹, de Shakespeare, drama histórico em que Joana d’Arc é significada como bruxa:

Donzela francesa, creio que eu a tenho dominada.

Libere seus espíritos agora com suas magias

Para ver se eles a colocam em liberdade.

Um prêmio valioso, adequado para o demônio.

Veja como a bruxa feia franze as sobrancelhas

Como se, feito uma Circe, pudesse me transformar.

(....)

Bruxa maldita, feiticeira, segure essa língua.

(....)

Amaldiçoe, herege, quando estiver na fogueira.

No trabalho intitulado “A misoginia medieval como resíduo na Literatura de Cordel”, Assis (2010) defende a ideia de que o pensamento eclesiástico difundido na Idade Média, cristalizado ao longo do tempo na cultura ocidental, serviu como principal transmissor de arquétipos no imaginário do Nordeste brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao modo de significar socialmente o feminino. A pesquisadora enfatiza que há “diversos tipos de discurso de legitimação da desigualdade de gênero” (ASSIS, 2010, 21). E a esse respeito acrescenta: “a religião é outro dos discursos de legitimação mais importantes”³⁰. A imagem bíblica da Eva pecadora teria chegado ao Brasil colônia e afetado a mulher nativa, introduzindo-se no universo da Literatura de cordel, cuja origem é o romanceiro popular português: “No

²⁹ Disponível em: <http://www.institutoshakespeare.com.br/>. Acessando em 11.05.2014.

³⁰ Ibidem

comecinho do mundo/Tudo era diferente/Trabalhar não precisava/Adão vivia contente/Só arruinou ao juntar-se/Eva, a maçã e a serpente.³¹»

Por outro lado, no discurso religioso medieval, atribuíam-se sentidos positivos ao feminino quando se estabelecia um vínculo entre a mulher e Maria. Ao ser elevada à condição de santa, produzia-se uma imagem idealizada da mulher, a partir da qual era contemplada como modelo de virtude, pureza e devoção. Enquanto Maria é divinizada por ter concebido um filho sem pecado, de forma assexuada, Eva é símbolo do pecado original, a partir do qual os humanos se distanciaram de Deus, por meio da perda do Paraíso e da descoberta do sexo como vergonha (CHAUI, 1991).

Foi se estabelecendo, portanto, no discurso religioso uma visão dualista que vem sustentando ao longo de séculos a difusão de imagens tipificadas do gênero feminino. Imagens presentes nos textos poéticos de Adélia Prado, poetisa brasileira que busca na liturgia católica inspiração poética. Em sua tese de doutorado, apresentada à Escola Superior de Teologia, Boehler (2010, p. 107) assinala que, na obra de Prado, pode-se observar “a presença permanente do bíblico, do teológico, do religioso, reincidentemente interpretados numa perspectiva ficcional, própria da literatura”. Nessa perspectiva, a poetisa tanto faz referência à imagem da mulher como fonte do pecado, o que evoca a figura de Eva, como se permite a escrever versos em reverência à Maria. Para exemplificar o primeiro caso, a autora (2010) remete aos seguintes versos: [...] “Nisto consiste o crime,/em fotografar uma mulher gozando/e dizer: eis a face do pecado./Por séculos e séculos/os demônios porfiaram/em nos cegar com este embuste”. No que diz respeito ao segundo, Boehler (2010) aponta para a frase póstica: “Aí está a rosa,/defendida de lógica e batismo,/a inquebrantável,/a Virgem!”.

No que diz respeito às questões de gênero na atualidade, mais especificamente com relação à sexualidade e aos afetos juvenis, poderíamos finalizar este item com as palavras de Pais (2012, p. 44):

As formas de conquista dizem-nos muito sobre a mudança ocorrida nas relações de gênero, quando comparamos as novas expressões da subjectividade que pautam os afectos juvenis com as representações e os valores tradicionais. As raparigas de hoje vivem a sua sexualidade e afectividade de uma maneira mais livre do que aquela que as suas mães viveram e, mais ainda, as suas avós. Por sentirem que não devem reprimir os seus sentimentos e desejos, elas não renegam a possibilidade – muito pelo contrário – de tomarem a iniciativa de conquista.

³¹ Trecho citado pelas autoras

Na citação acima, Pais (2012) chama a atenção para o reconhecimento do direito às jovens, ou raparigas, para usar o termo do sociólogo português, se declararem ou darem o “primeiro passo”³² de aproximação nos ritos de cortejo. Nesse sentido, o sociólogo português faz referência ao pensamento de Octávio Paz, aqui já posto em discussão, quando retoma a ideia de que “não há verdadeiro amor sem a liberdade da mulher”³³ (Pais, 2012, p. 46). Reiteramos as próprias palavras de Paz (1994, p. 73): “a história do amor é inseparável da história da liberdade da mulher”.

Ainda no tocante aos ritos de cortejo, Bruckner (2011, p. 50), em seu ensaio, reitera que “tradicionalmente, só os machos, a quem caberiam os primeiros passos, se expunham aos perigos da vexação, e o pretendente ridículo se tornou um arquétipo da literatura”. No contexto atual, por outro lado, “eis as mulheres, fortalecidas por sua recente liberdade, suscetíveis de tomar a iniciativa e serem por sua vez repelidas, correndo o risco de passar pelos mesmos embaraços” (BRUCKNER, 2011, p. 50).

Depois da discussão em torno dos significados atribuídos ao amor no contexto medieval, no próximo item, contemplaremos os vínculos amorosos no período correspondente à fase inicial da Idade Moderna, com ênfase na tragédia shakespeariana *Romeu e Julieta*.

3.2. Do sacramento à desobediência: o padre, os pais e os amantes

Qual é a hora de casar, senão aquela em que o coração diz "quero"? A hora que o pai escolhe. Isso descobriu a Princesa na tarde em que o Rei mandou chamá-la e, sem rodeios, lhe disse que, tendo decidido fazer aliança com o povo das fronteiras do Norte, prometera dá-la em casamento ao seu chefe. Se era velho e feio, que importância tinha frente aos soldados que traria para o reino, às ovelhas que poria nos pastos e às moedas que despejaria nos cofres? Estivesse pronta, pois breve o noivo viria buscá-la (MARINA COLASANTI, 1993)

Na primeira frase do conto “Entre a Rosa e a Espada”, a escritora Colasanti (1993) lança mão de um questionamento: “Qual é a hora de casar, senão aquela em que o coração diz

³² Grifo do autor (2012)

³³ Ainda falaremos do vínculo que se pode estabelecer entre as mudanças nas formas de interação amorosa e o tema da liberdade da mulher ao discutirmos as ideias de Giddens (1993) no próximo capítulo.

‘quero’”? Mas nem sempre o “coração” foi ouvido ao longo da história ocidental, quando o assunto diz respeito à união entre cônjuges. No período medieval, como já mencionado ao discutirmos o amor cortês, o casamento legitimava a anexação de terras e o enriquecimento da aristocracia. Antes de se constituir como sacramento oficial da Igreja Católica Romana, “a aristocracia européia possuía suas próprias idéias e práticas relativas ao casamento, muitas delas vindas de costumes antigos da Roma pagã e dos grupos ‘bárbaros’ que invadiram o império romano” (CHAUÍ, 1991, P. 93). Os camponeses, por sua vez, também se orientavam de forma singular no que diz respeito às práticas de união entre casais, à revelia da Igreja. Adotavam o costume, por exemplo, da:

relação sexual pré-conjugal para verificar a fertilidade da futura esposa (se estéril, não havia casamento), coisa necessária numa época de alta taxa de mortalidade e de grande necessidade de braços para trabalhar na terra e fornecer homens para os exércitos nobres (CHAUÍ, 1991, p. 93).

Mas lentamente o casamento foi se constituindo como um sacramento ao se tornar alvo do controle da Igreja, sobretudo a partir do Concílio de Latrão, reunido em 1215 pelo papa Inocêncio III, conforme observa Del Priore (2012, p. 72). Se antes os ritos matrimoniais “espelhavam sempre uma aliança que atendia, antes de tudo, a interesses ligados à transmissão do patrimônio, à distribuição de poder, à conservação de linhagens e ao reforço de solidariedades de grupos”, com a intervenção da Igreja, as famílias passaram a estabelecer alianças que contemplavam interesses eclesiásticos. Foi justamente para garantir o controle eclesiástico sobre a sociedade que se transferiu a cerimônia da casa para a igreja. Nas palavras de Chauí (1991, p. 94), a “Igreja batiza, casa e dá a extrema-unção; registra nascimentos, casamentos e óbitos”.

No que diz respeito ao modelo de casamento eclesiástico, é preciso dizer que sua implantação foi acompanhada de uma teologia sexual, conforme salienta Chauí (1991, p. 95). Para São Jerônimo, por exemplo: “Nada é mais impuro do que amar sua mulher como a um amante. Que eles se apresentem às suas mulheres como maridos e não, amantes” (DEL PRIORE 2012, p. 75). Santo Agostinho concebia o casamento como remédio para quem conheceu os pecados da carne e as tentações, para “quem não tem força para obter a abstinência ou conseguir a continência”, além de considerá-lo fim natural na geração de filhos (CHAUÍ, 1991, P. 97). Em síntese, poderíamos dizer que, durante a Idade Média, enquanto

trovadores, ou cavaleiros, dedicavam-se a amores impossíveis, “os teólogos repetiam o aforismo de São Jerônimo: ‘Adúltero é também o marido muito ardente por sua mulher’”, de acordo com observação de Del Priore (2012, p. 74).

Em contraposição à exaltação amorosa da literatura medieval, alheia a leis e regras, fundamenta na concepção de “*amor-paixão*”, em detrimento do enlace matrimonial, outro discurso sobre o amor historicamente se fortalecia no contexto da cultura ocidental nesse período: “muito amor, no entender de Jerônimo, confessor e doutor da Igreja, era justamente o amor sem reservas nem limites. E muito amor era ruim [...], porque equivalia à paixão dos amantes fora do casamento.” (DEL PRIORE, 2012, p. 75). Nesses termos, seria oportuno dizer que o casamento “estava longe de ser o lugar de encontro amoroso entre homens e mulheres”³⁴, tal como, numa perspectiva ficcional, reitera um dos personagens de Nelson Rodrigues (2006, p. 1):

– Se isso é ou não é amor, só Deus sabe. Mas uma coisa te digo: casamento nada tem a ver com amor. E nem se deve amar a própria esposa. Não é negócio e só dar dor de cabeça. Compreendeste?

A dicotomia entre o casamento oficializado pela Igreja e as outras formas de convívio afetivo torna-se ainda mais evidente na Idade Moderna, devido a três mudanças na sociedade ocidental. Primeiramente, em razão de sua centralização, o Estado começa a exercer um controle maior sobre a população e a interferir em suas vidas privadas. Em segundo, as reformas Protestante e Católica tornam-se mais vigilantes sobre a moral de seus fiéis e, por último, a divulgação da leitura e do livro, ao contribuir para que os indivíduos se desvincilhassem de velhas amarras (DEL PRIORE, 2012, p. 77-78).

Entre outros exemplos da interferência do Estado na vida privada, a historiadora faz referência ao “reforço à autoridade dos maridos, que passam a exercer uma espécie de monarquia doméstica; a incapacidade jurídica das esposas; e quanto aos filhos, estes não podiam casar sem autorização dos pais” (DEL PRIORE, 2012, p. 77-78). Este último exemplo nos remete a *Romeu e Julieta*, “uma das primeiras peças mais populares de Shakespeare, e, ao que parece, a primeira tragédia inglesa a tratar tragicamente o amor juvenil” (O’SHEA E GUIMARÃES, 2007, p. 129), escrita pelo autor em fins do século XVI, embora o enredo da

³⁴ Ibidem (DEL PRIORE, 2012, p. 75)

história trágica dos amantes de Verona já fosse bastante popular nas novelas italianas do século XV³⁵.

Ainda de acordo com Del Priore (2012, p. 77), o sentimento amoroso, ausente dos registros cotidianos, todavia, multiplicava-se nos registros literários. Se antes uma princesa, esposa de um rei, ou uma aristocrata casada, era enaltecida em verso ou prosa por um cavaleiro-amante ou por um poeta-trovador, na Idade Moderna, o jovem Romeu secretamente contempla a beleza de sua amada Julieta, que “mal o curso notou de quatorze anos”³⁶, recostada a um balcão que separa seu dormitório do jardim onde ele se encontra:

Que luz é essa que irrompe na janela?

Será o nascente, e Julieta é o sol?

Levanta, sol, e assim mata essa lua,

Que já está pálida com a dor da inveja

Por seres tão mais bela do que ela.

[...]

Como ela ampara o rosto sobre a mão!

Ah, se eu fosse essa luva em sua mão,

Se eu pudesse tocar aquele rosto!

Além da exaltação da beleza de Julieta, o último verso evidencia a sua condição inacessível, e perfila, assim, uma imagem sublimada ou idealizada da mulher, remetendo-nos a imagens pré-construídas no discurso amoroso da literatura cortês. Mais precisamente, o último verso destaca a distancia entre Julieta e Romeu. Mas o que separa os amantes do século XVI? Se na Idade Média o obstáculo era simbolizado pela existência do marido, “desprezado pelo amor cortês”, como nos lembra Rougemont (2003, p. 61), aqui é a rivalidade herdada de seus antepassados, mais precisamente a rivalidade ficcional entre as famílias Capuleto e Montéquio.

³⁵ Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=FKFWICsKjUMC&pg=PA129&lpg=PA129&dq=uma+das+primeiras+pe%C3%A7as+mais+populares+de+Shakespeare+O%C2%B4SHEA+%26+GUIMAR%C3%83ES&source=bl&ts=pBMBgg0m4Q&sig=xfnv9cXIOcV1R3YcDalOyF84sdQ&hl=pt-BR&sa=X&ei=zsiJVJTJ4ufgwSPzoDgCQ&ved=0CCQO6AEwAQ#v=onepage&q=uma%20das%20primeiras%20pe%C3%A7as%20mais%20populares%20de%20Shakespeare%20O%C2%B4SHEA%20%26%20GUIMAR%C3%83ES&f=false>, acessado em 11.05.2014.

³⁶ Pai de Julieta

A tragédia de Shakespeare focaliza o envolvimento amoroso entre dois adolescentes, cuja morte acaba unindo suas famílias. O binômio *amor* e *morte*, previamente formulado no discurso amoroso da literatura cortês, é reiterado em *Romeu e Julieta*, e nos remete novamente a noção de *amor-paixão*, tal como formulada por Rougemont (2003, p. 69): “desejo daquilo que nos fere e nos aniquila pelo seu triunfo”. Dito de outro modo, a relação entre amor e sofrimento, discutida pelo historiador em seus estudos acerca dos romances de cavalaria, se faz presente nos versos de Shakespeare³⁷: “coisa terna julgais que seja o amor? Não; muito dura: dura e brutal, e fere como espinho”. Ou ainda na letra da canção interpretada por João Bosco, em que o amor equivaleria a “uma patada na cara do domador”:

O amor
É um falso brilhante
No dedo da debutante
O amor
É um disparate
Na mala do mascate
Macacos tocam tambor.
O amor
É um mascarado:
A patada da fera
Na cara do domador.
O amor
Sempre foi o causador
Da queda da trapezista
Pelo motociclista
Do globo da morte.
O amor é de morte.
Faz a odalisca atear fogo às vestes
E o dominó beber água-raz.

³⁷ Shakespeare, William. *Romeu e Julieta*. Ato I, Cena IV. Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook e eBooksBrasil.com

O amor é demais.
Me fez pintar os cabelos,
Me fez dobrar os joelhos,
Me faz tirar coelhos
Da cartola surrada da esperança
O amor é uma criança.
E o mesmo diante da hora fatal
O amor
Me dará forças
Pro grito de carnaval
Pro canto do cisne
Pra gargalhada final.

É necessário pôr em destaque que, na tragédia shakespeariana, o obstáculo à união dos amantes é o sobrenome de suas famílias, rivais, o que se evidencia nos versos do dramaturgo: “Ó Romeu, Romeu. Por que és Romeu?/ Nega teu pai, recusa esse teu nome;/ Senão, é só jurar-me o teu amor,/ E eu já não serei mais uma Capuleto/ [...] /É só teu nome que é meu inimigo./ Tu és tu mesmo, não és um Montéquio”. Os jovens de Verona desejam casar-se à revelia do consentimento de seus pais, e o fazem clandestinamente. Nesse ponto, a tragédia se distancia dos ideais do amor cortês, que “chega ao ponto de declarar que amor e casamento não são compatíveis”, de acordo com o pensamento de Rougemont (2003, p. 48), previamente comentado. Em contraste, nos versos de Shakespeare, estabelece-se uma relação mais estreita entre amor e casamento, sobretudo nos versos em destaque:

Três palavras, Romeu, depois boa noite.
Se as tuas intenções de amor são sérias,
Se o teu propósito é o casamento,
Manda comunicar-me quando e onde
Pretendes realizar a cerimônia,
Por quem te procurar da minha parte,
Que eu depositarei tudo o que tenho

Aos teus pés, para então seguir contigo

Até o final do mundo, meu senhor.³⁸

No contexto da literatura medieval, particularmente no *Romance de Tristão e Isolda*, tal como pontua o historiador Rougemont (2003, p. 48), cabe salientar que não se “perde uma só ocasião de menosprezar a instituição social, de humilhar o marido – rei das orelhas de cavalo, sempre facilmente enganado – e de glorificar a virtude daqueles que se amam à margem do casamento e contra ele.” Na obra de Shakespeare, por outro lado, não se configura propriamente uma imagem negativa do casamento, mas uma oposição ao domínio dos pais sobre as escolhas amorosas de seus filhos, o que nos remete às considerações de Del Priore (2012, p. 78): “o casamento era um negócio de longa duração que não podia começar sem a opinião de parentes e amigos”.

Embora se estabeleça uma aproximação entre amor e casamento na tragédia shakespeariana, é preciso destacar que se trata de uma compatibilidade imaginada na literatura. Como pontua Del Priore (2012, p. 78), “não se casar jamais por prazer e não casar jamais sem o consentimento daqueles a quem se devia obediência eram leis nas casas aristocráticas”. Nesse sentido, a autora reitera: “o lugar do amor ficava sendo, portanto, a literatura”³⁹. Talvez a peça se configure como uma tentativa de subversão aos valores predominantes na época, em que o pensamento cristão, sobretudo com a Reforma Católica no século XVI, continuava firme, desde a Idade Média, no intuito de “eliminar o amor-paixão do casamento e a impor à mulher sua obediência ao marido” (DEL PRIORE, 2012, p. 78). A historiadora (2012, p. 80) pontua ainda que “a ideia de um poderoso amor, ao mesmo tempo carnal e espiritual”, ligava-se diretamente a um castigo final, no caso do teatro elisabetano, à morte de Romeu e Julieta.

No que diz respeito à concepção cristã do casamento, em pleno vigor no período da Reforma Católica, Del Priore (2012, p. 81) nos lembra que, nos séculos do Renascimento, “foram proibidas as relações sexuais antes do casamento; instituíram-se camisolas de dormir para ambos os sexos; [...] idolatrava-se a pureza feminina na figura de Maria; retomaram-se os princípios tristes de Santo Agostinho.” Nessa perspectiva, a historiadora conclui que “um

³⁸ CARNEIRO, Geraldo. *O discurso do amor rasgado: poemas, cenas e fragmentos de William Shakespeare*. Rio de Janeiro: Nova Editora, 2012.

³⁹ *ibidem*

fosso era então cavado: de um lado os sentimentos, do outro, a sexualidade (DEL PRIORE, 2012, p. 81)”. Além da repressão sexual difundida pelo pensamento cristão, a propagação e tradução das ideias de Platão no período da Renascença, sobretudo no que diz respeito à divulgação do mito da androginia⁴⁰, deram ensejo à aprendizagem, pela Europa refinada, do “valor universal da paixão espiritual, cuidadosamente distinta do triste amor carnal” (DEL PRIORE, 2012, p. 81).

Com relação à oposição paixão espiritual/amor carnal, a que se refere a autora, é interessante observar que, na peça de Shakespeare, há uma lacuna ou “silenciamento” quanto ao ato de consumação do casamento clandestino entre os personagens Romeu e Julieta. De acordo com Lopes (2009, p. 165), quando Romeu sobe ao quarto de Julieta, “Shakespeare não faz menção aos acontecimentos, mas os deixa em suspenso [...], mostrando um diálogo dos pais de Julieta [...]” e, posteriormente, “o que se vê é a chegada da manhã e, com esta, a chegada da hora da partida” de Romeu. Neste ponto, lembramo-nos do par Céline e Jesse, casal do filme “Antes do Amanhecer” (1995), utilizado em nosso estudo-piloto, conforme dissemos, mais especificamos nos recordamos que a cena de sexo entre eles também é apenas sugerida, e não mostrada, assim como no texto de Shakespeare, séculos atrás. O estudo de Lopes (2009) trata-se de uma análise comparativa entre a peça inglesa e uma versão da história de Romeu e Julieta elaborada por Ariano Suassuna, em 1996, escrita por ele em linguagem de cordel. O autor (2009, p. 11) aponta como uma das diferenças entre as histórias o modo como o dramaturgo brasileiro elabora a cena da noite de núpcias do casal, com o uso de bonecos que simulam a fala de Romeu: “Eu toquei os seus belos peitos/que estavam adormecidos,/ e eles se ergueram, de súbito,/ como ramos de jacinto./ Naquela noite eu passei/ pelo melhor dos caminhos,/ montado em Potrinha branca/ mas sem Sela e sem estribos [...]”.

De acordo com a análise de Lopes (2009), existe uma grande diferença nas concepções de amor utilizadas nas duas peças porque cada autor imprime os valores presentes em sua sociedade, o que justificaria o contraste entre uma e outra história. Em Romeu e Julieta de Shakespeare, “o amor é um sentimento puro, capaz de elevar a alma e, além disto é um sentimento superior que justifica a atitude dos amantes contra as regras da sociedade”

⁴⁰ Na obra “O Banquete”, o personagem Aristófanes coloca em cena o mito da androginia, segundo o qual “a humanidade compreendia três sexos, não apenas dois, o masculino e o feminino, como agora. [...] O andrógino era então, quanto à forma e quanto à designação, um gênero comum, composto do macho e da fêmea” (PLATÃO, 2011, p. 62-63). Mas, em punição à tentativa de desafiar os deuses, “Zeus cortou os homens em dois como se partem sorvas para conserva ou como se dividem ovos à crina” (PLATÃO, 2011, p. 65).

(LOPES, 2009, p. 167). Na versão do escritor nordestino, em contraposição, “o amor possui um lado mais carnal, de atração dos corpos, que é demonstrada, sobretudo, na cena da noite de núpcias, embora seja interpretada por bonecos” (LOPES, 2009, p. 167).

Ainda a esse respeito, Lopes (2009, p. 165) chama a atenção para a cena do balcão, a qual já tivemos o cuidado de mencionar: “em Shakespeare, ficou famosa a cena do balcão, onde os jovens trocavam juras de amor e faziam planos, mas onde também a distância dos corpos é grande”. A análise do autor (2009) corrobora o que já dissemos sobre a condição ideal e inacessível de Julieta, e nos remete a imagens pré-construídas acerca do feminino no discurso amoroso da literatura trovadoresca ou de cavalaria: “o amor de Romeu por sua Julieta parece inalcançável, não somente pela distância que as conveniências familiares impunha, mas também pela distância que se mantém entre ela, no balcão, e ele, fincado ao chão”. Nesse sentido, poderia se dizer que, tal como na literatura cortês, “a dama é alguém que está acima do cavaleiro e que pode, através de um amor puro, elevá-lo acima de si mesmo. É por isso que Julieta está no alto, ela é quase divina, enquanto ele é humano” (LOPES, 2009, p. 15).

Não obstante, é preciso frisar que Romeu rompe a distância do balcão e sobe até o quarto de Julieta para a consumação do casamento, em contraposição à castidade de Tristão e Isolda, já mencionada no início deste capítulo. À distância entre eles é transposta não só porque o amor de Julieta por Romeu superava as regras e as conveniências sociais como também em razão de já estarem unidos perante a Igreja (LOPES, 2009). Neste caso, o padre, atendendo aos pedidos de Romeu, realiza o casamento dos jovens: “vamos, vamos; simplifiquemos o ato. Aqui, sozinhos, não pretendo deixar-vos um momento, sem que a Igreja celebre o casamento.” Será que sozinhos os jovens poderiam ceder às tentações de seus corpos, submetidos pela paixão incontrolável que os governa? A esse respeito, retomamos as palavras de Del Priore (2012, p. 81): “em toda a Europa, as autoridades religiosas têm sucesso em transformar o ato sexual e qualquer atrativo feminino em tentação diabólica”. Ou ainda poderíamos fazer referência à poesia de William Blake, em que o poeta inglês põe em cena o contraponto entre o desejo sexual e a repressão difundida pelo pensamento cristão:

Eu fui ao Jardim do Amor,
E vi algo jamais avistado:
No centro havia uma Capela,
Onde eu brincava no relvado.

Tinha os portões fechados, e “Proibido”

Era a legenda sobre a porta escrita.

Voltei-me então para o Jardim do Amor,

Que outrora dera tanta flor bonita,

E vi que estava cheio de sepulcros,

E muitas lápides em vez de flores;

E em negras vestes hediondas os Padres faziam rondas,

E atavam com nó espinhoso meus desejos e meu gozo

É interessante observar que Romeu e Julieta, apesar do ato de desobediência aos pais, casando-se sem o conhecimento deles, permanecem fiéis à Igreja. Para Castro e Araújo (2009, p. 164), entretanto, o personagem religioso, Frei Lourenço, está mais associado aos segredos e mistérios cósmicos do que ao domínio religioso da Igreja Católica Romana, enquanto instituição de poder, justamente por se tratar de uma figura ambígua, que assume ao mesmo tempo o papel de santo e alquimista⁴¹. Apesar de imaginar que o casamento poderia resolver a antiga discórdia entre os Capuletos e Montecchios, Frei Lourenço, segundo os autores, termina por unir indivíduos e não famílias. Assim, na peça de Shakespeare, a função do religioso é a de transformar os amantes em casal (CASTRO E ARAÚJO, 2009, p. 148): “o padre oficia os momentos secretos de união entre indivíduos”, o que demarcaria “a passagem dos valores de uma sociedade marcadamente coletivista em que a família é mais importante que o indivíduo, para uma sociedade com valores individualistas”, tal como conclui Lopes (2009, p. 164). Nessa perspectiva, Pais (2012, p. 36) afirma que “o individualismo modelou a intimidade no mundo.” E acrescenta: “[...] as novas correntes socioculturais abalaram velhas hierarquias sociais – entre as quais as familiares – que inibem a afirmação da individualidade”⁴². Ou ainda, dito de outro modo pelo mesmo autor: “os valores relacionados

⁴¹ É ele quem prepara uma porção que deixa Julieta em estado de morte aparente para que ela não se case com o pretendente escolhido pelo pai.

⁴² PAIS (2012, p. 30)

com a esfera da vida íntima e privada individualizaram-se, libertaram-se de enquadramentos tradicionais caracterizados por uma rigidez impositiva”⁴³.

Antes de iniciarmos o próximo item, seria oportuno colocar em evidência que os jovens de hoje, em contraposição aos personagens shakespearianos Romeu e Julieta, “encontram-se mais libertos do controlo dos pais, tanto por efeito de uma maior abertura de mentalidades, quanto por uma incapacidade de imposição de regras por parte dos pais e, sobretudo, de fazerem valer o cumprimento das mesmas” (PAIS, 2012, p. 31). Tomando como perspectiva este controle (ou a falta dele), remetemos a um trecho da entrevista da jovem Isolda, estudante do curso de Economia Doméstica. Em resposta a nossa pergunta sobre sua vivência amorosa, ela nos disse que tomou a decisão de coabitar com o namorado, sem previamente submeter-se aos ritos do casamento, à revelia do consentimento de seu pai: “meu pai não queria de jeito nenhum, de jeito nenhum aceitava, [...] mas aí insistimos: ‘a gente é responsável, tem responsabilidade, vamos alugar um cantinho pra gente’”.

Em vez de casamento, o concubinato e a desobediência. A esse respeito, Bruckner (2011, p. 142) salienta que “o casamento era um estado, análogo às ordens sociais, ao sacerdócio, à cavalaria: ritual de iniciação, marcava um corte na vida”. Nos dias atuais, “torna-se renovável e revogável, mas continua sendo uma etapa obrigatória para muitos. É preciso casar ao menos uma vez, mesmo que isso aconteça depois de dez anos morando junto, como uma consagração” (BRUCKNER, 2011, p. 142). É o que nos parece sugerir as palavras da jovem Isolda, nossa entrevistada: “a gente foi deixando pra lá o negócio do oficializar mesmo, a gente foi deixando passar mesmo naturalmente, mas a gente tem pensamento assim de oficializar, até porque é importante”. Para Bruckner (2011, p. 142), “saímos do casamento como regra, talvez não tenhamos saído como imaginário”, o que parece nos sugerir o poema “Quero me casar”, de Carlos Drummond de Andrade:

Quero me casar
na noite na rua
no mar ou no céu
quero me casar.
Procuró uma noiva
loura morena

⁴³ PAIS (2012, p. 32-33)

preta ou azul
uma noiva verde
uma noiva no ar
como um passarinho.
Depressa, que o amor
não pode esperar!

3.2.1 Uma revolução sentimental: o pai, a mãe e o filho

A tendência em direção aos valores individualistas de que fala Lopes (2009) conduz a “uma revolução sentimental na Europa”, para usar os termos de Bruckner (2011, p. 34). Nas palavras do autor:

A família moderna que surge entre os séculos XVII e XIX se funda na afeição crescente que une os pais aos filhos. Esse modelo forjado por uma burguesia em plena expansão faz do lar uma pequena comunidade sentimental que se isola do resto da sociedade. (BRUCKNER, 2011, P. 34)

Se na Idade Média as relações amorosas se submetiam à tutela coletiva, na Idade Moderna a pessoa privada pode privilegiar “a lei do coração sobre a lei do clã e declarar inexistentes as pressões da comunidade” (BRUCKNER 2011, p. 35). E aqui evocamos as palavras de Barthes (2003, p. 91): “o coração é o órgão do desejo (o coração infla, fraqueja etc., como o sexo), tal como é retido, encantado, no campo do Imaginário”. E continua o autor: “o que o mundo, o que o outro vai fazer de meu desejo? Essa é a inquietude em que se concentram todos os movimentos do coração, todos os ‘problemas’ do coração” (BARTHES, 2003, p. 91).

Ainda de acordo com o pensamento de Bruckner (2011, p. 35), a revolução sentimental na Europa manteria relações estreitas com o capitalismo nascente, na medida em que “pela primeira vez a massa tem direito às nobres paixões, graças ao assalariamento, um começo de autonomia, ela pode finalmente se interessar pela qualidade de suas emoções, valorizá-las como quiser”. Nessa direção, Giddens (1993, p. 53) nos lembra que os “padrões de interação pais-filhos foram substancialmente alterados, para todas as classes, durante o

período vitoriano [...]”. Nesse contexto, foi se estabelecendo “uma ênfase crescente sobre a importância do ardor emocional entre pais e filhos [...]” (GIDDENS, 1993, p. 53). Bauman (2004, p.58), por outro lado, aponta para um período anterior em que “o filho deveria juntar-se ao *oikos* familiar, somar-se à força de trabalho da oficina ou da fazenda [...]”. Assim, “os filhos podiam ser tratados com dureza, mantidos sob rédea curta, mas esse era um tratamento comum a todos os outros trabalhadores” (BAUMAN, 2004, p. 58).

No que diz respeito às relações entre pais e filho, Roudinesco (2003, p. 19) distingue três grandes períodos na evolução da família. No primeiro período, “a família dita ‘tradicional’ serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio”. Assim, “os casamentos são então arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, seja levada em conta” (ROUDINESCO, 2003, p. 19), tal como vimos em *Romeu e Julieta*, cujos pais desautorizavam seu enlace amoroso. A autora ainda acrescenta que, “nessa ótica, a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino” (ROUDINESCO, 2003, p. 19).

No segundo período, tal como já explicitado por Bruckner (2011), em citação anterior, “a família dita ‘moderna’ torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva [...]. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnavais por intermédio do casamento” (ROUDINESCO, 2003, p. 19). Para esta autora, trata-se de um modelo que se impõe entre o final do século XVII e meados do XX, e que “valoriza também a divisão do trabalho entre os esposos, fazendo ao mesmo tempo do filho um sujeito cuja educação sua nação é encarregada de assegurar” (ROUDINESCO, 2003, p. 19). A autora observa que “a atribuição da autoridade torna-se então motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães, de outro”.

Em destaque para a primeira metade do século XX, Canevacci (2005) nos oferece um estudo acerca das relações entre pais e filhos no contexto dos anos de 1927, com ênfase na relação entre a indústria cultural e a formação de uma cultura juvenil. Mais precisamente em outubro deste ano, “quando nasce o cinema sonoro com *The jazz singer* [*O cantor de jazz*], dirigido por Alan Crosland” (CANEVACCI, 2005, p. 21). Vejamos a síntese do filme, de acordo com o autor:

Para aqueles que não se lembram, Al Jonson – famoso cantor, na época não mais jovem – interpreta o papel de um filho que decide ser cantor contra a vontade

patriarcal do pai, que vê como imoral e degenerado o mundo do jazz em relação à música dita “clássica”. A mãe – fraca e doente, maternal e amorosa – não consegue opor-se ao marido e é obrigada a suportar a expulsão de casa do filho. Depois de alguns eventos, Al se torna um cantor famoso; porém, para não ser reconhecido, pinta o rosto de (e como) preto, camuflando-se de black. Pela dor, a mãe adoece cada vez mais, e o pai se fecha em cega condenação ao poder nascente da mídia [...]. No espetáculo final, toda a elite da cidade corre para ouvi-lo a fim de decretar seu triunfo no teatro, enquanto o rádio prolonga sua mensagem nos EUA (e o cinema em qualquer parte). A mãe morre de desgosto, o filho chora, cantando como estrela da nova mídia, o pai se desespera por ser demasiado retro; todo mundo se comove pela morte da mãe, condena a excessiva rigidez do pai e se alegra ainda mais por ter podido escutar e, ao mesmo tempo, ver, pela primeira vez, um cantor de jazz, fruto sincrônico do enxerto da vitrola com o cinema.

Nesta síntese do filme, podemos observar que já se manifesta na narrativa veiculada pelo cinema, que no ano de 1927, passou também a ser sonoro, uma oposição entre pai e filho, a qual se intensificará na década de 60, conforme será discutido mais adiante, no próximo item. De um lado, o filho deseja se tornar um cantor de jazz, enquanto, de outro, o pai aprecia música clássica. Canevacci (2005, p. 21) sugere um vínculo entre o poder nascente da mídia e a constituição de novos significados e valores que vão desencadear no movimento da *contracultura*⁴⁴, a partir do qual se aprofunda radicalmente a oposição jovem/não jovem. Para o autor, “o jovem teenager afirma-se com prepotência na comunicação metropolitana e midiática do Ocidente, particularmente por meio de sua visibilidade musical e filmica” (CANEVACCI, 2005, p. 21).

Para o autor, “o enxerto da vitrola com o cinema”, para usar suas palavras, está diretamente relacionado com a configuração “do conceito de democracia visual (e daquela que será chamada indústria cultural)” (CANEVACCI, 2005, p. 21). No caso do filme, dirigido por Alan Crosland, “o espectador é instado a identificar-se com o filho inovador e contra o pai autoritário e passadista: isto é, a *favor* do cinema sonoro e da nova mídia, *contra* a música tradicional pré- e antimídia” (CANEVACCI, 2005, p. 21).

Ainda no que diz respeito ao personagem Al Jolson, o autor (2005, p. 22) afirma que ele “não resulta fundamental somente para o cinema sonoro, mas também porque esse novo meio apresenta a ascensão e a legitimação do jazz [...] como cultura de massa expressa

⁴⁴ Este movimento será amplamente discutido no item a seguir.

pela geração dos filhos contra a geração dos pais”. Em outras palavras, o personagem “prevê o nexo fundamental entre a autonomia das culturas juvenis nas metrópoles, ascensão irresistível da mídia, dilatação do consumo (= imoral) contra a produção (=moral), o conflito com os pais autoritários e perdedores” (CANEVACCI, 2005, p. 21). E complementa o autor:

É esse nexo, tornado ainda mais conflituoso em termos de geração do contexto do pós-guerra, que produzirá a ascensão das culturas juvenis como subculturas, como contraculturas e como mídia-culturas: as culturas expressas e veiculadas pelos meios de comunicação social que então estavam nascendo, que terão como principais sujeitos de consumo justamente os jovens.

No terceiro período, Roudinesco (2003, p. 19) afirma que, “a partir dos anos 1960, impõe-se a família dita ‘contemporânea’ – ou ‘pós-moderna’”, sobre a qual nos debruçaremos no próximo item. Antes disso, seria interessante destacar o ponto de vista da psicanalista e ensaísta brasileira Kehl (2004). Para esta autora, “o adolescente pós-moderno desfruta de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades” (KEHL, 2004, p. 93). Nesta perspectiva, a pesquisadora pondera que os adolescentes da elite não são os únicos que de fato podem consumir e desfrutar da condição de jovens adultos cujos desejos e caprichos são sustentados pelos pais. Conforme a psicanalista, “a *imagem* do adolescente consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais” (KEHL, 2004, p. 93). Isto porque “na sociedade pautada pela indústria cultural, as identificações se constituem por meio das imagens industrializadas”, afirma Kehl (2004, p. 93). E argumenta a autora (2004, p. 95):

Caros ou baratos, vendidos em *shoppings* ou em camelôs, os acessórios *compõem* a mascarada adolescente, funcionando como objetos transicionais que ajudam na difícil tarefa de reinscrever esse novo corpo, estranho até para o próprio sujeito, nesse lugar também de transição entre a infância e a vida adulta que ele passa a habitar. Em nossas sociedades laicas, em que faltam ritos de passagem para sinalizar o ingresso na vida adulta, os objetos de consumo e os espaços próprios para frequência adolescente – a lanchonete, o baile funk, a boate, os megashows de rua – substituem os ritos característicos das culturas pré-modernas.

A psicanalista chama a atenção para o fato de que, na sociedade atual, o adolescente é erigido à posição de ideal para todas as idades, de modo que os adultos passam a sofrer de má consciência diante de sua experiência de vida (KEHL, 2004, p. 96). Em outras palavras, “se a regra é viver com a disponibilidade, a esperança e os anseios de quem tem 13,

15 ou 17 anos, que fazer da seletividade, da desconfiança e até mesmo da consolidação de um certo perfil existencial mais definido, inevitáveis para quem viveu 40 ou 50 anos? (KEHL, 2004, 96)”. E continua a argumentar:

O adulto que se espelha em ideais *teen* sente-se desconfortável ante a responsabilidade de tirar suas conclusões sobre a vida e passá-la a seus descendentes. Isso significa que a vaga de “adulto”, na nossa cultura, está desocupada. Ninguém quer estar “do lado de lá”, o lado careta do conflito de gerações, de modo que o tal conflito, bem ou mal, se dissipou. Mães e pais dançam rock, funk e reggae como seus filhos, fazem comentários cúmplices sobre sexo e drogas, frequentemente posicionam-se do lado da transgressão nos conflitos com a escola e com as instituições (KEHL, 2004, p. 96).

Em suas considerações, a pesquisadora não está comprometida com a defesa da ideia de que “os pais ‘de antigamente’ soubessem como os filhos deveriam enfrentar a vida”. Mas, segundo a autora, o ato de pensar que sabiam já era suficiente “para delinear um horizonte, constituir um código de referência – ainda que fosse para ser desobedecido” (KEHL, 2004, p. 96). Nesse sentido, acrescenta: “quando os pais dizem: ‘sei lá, cara, faz o que você estiver a fim’, a rede de proteção imaginária constituída pelo que o Outro sabe se desfaz, e a própria experiência perde significação” (KEHL, 2004, p. 96-97). Conforme a pesquisadora, a desvalorização da experiência esvazia o sentido da vida – não a “experiência como argumento de autoridade, saber imposto ao outro – ‘eu sei porque vivi’” (KEHL, 2004, p. 97). E continua:

É fato que em uma cultura plástica e veloz como a contemporânea pouco podemos transmitir aos outros com base em nossa experiência. No máximo, temos o dever de confrontar nossos filhos e educandos com o fato de que a alteridade existe – o que é um modo de dizer que é necessário impor limites à parcela de gozo a que cada um tem direito (KEHL, 2004, p. 97).

No que diz respeito ao modo como se dão na atualidade a relação entre pais e filhos, o ensaísta Bruckner (2011) chama a atenção para um fato significativo: “os pais recebem e hospedam na própria casa os companheiros ou companheiras dos filhos, fenômeno impensável antes dos anos 1970-1980”. Ou seja, salienta Bruckner (2011, p. 146), “a preocupação de permanecer em conexão é mais importante do que as convenções”. Para o autor (2011, p. 146), no contexto atual, “a família retorna, porém em outro lugar: unida

apenas pela afeição, pretende estar a serviço dos que a compõem e ser compatível com o florescimento de cada um, grande ou pequeno”. E aqui destacamos os significados atribuídos à família pelo ensaísta francês:

A família faz de nós o elo da longa corrente que nos precedeu e que nos sobreviverá. Ela nos acostuma a uma forma de convivência lado a lado entre jovens e idosos, em um tempo em que cada geração se considera uma nação à parte, em que adolescentes e seniores se isolam entre semelhantes para forjar seus rituais. Aberta, hospitaleira, pretende reconciliar dois valores antigamente irredutíveis: a independência e a segurança, permitindo que transformemos em livre escolha o que nos foi imposto pelo nascimento e pelo acaso. Cada um faz o que lhe agrada dentro do respeito a um código comum, e a rede de assistência existe para todos (BRUCKNER, 2011, p. 146).

Enquanto Bruckner (2011) atribui significados positivos a família, Bauman (2004) já se posiciona discursivamente de modo diferenciado. Na configuração de suas ideias, Bauman (2004, p. 58) salienta que “houve uma época (das fortunas de família passadas de geração para geração, segundo a árvore genealógica, e da posição social hereditária) em que os filhos eram pontes entre a mortalidade e a imortalidade”. Dito de outro modo, uma ponte “entre uma vida individual abominavelmente curta e a infinita (esperava-se) duração da família” (BAUMAN, 2004, P. 58). No que se refere à família no contexto atual, Bauman (2004) aponta para sua fragmentação, e não para os elos ou códigos comuns que é capaz de gerar, tal como enfatizou Bruckner (2011), em citação acima. Vejamos nas palavras de Bauman (2004, p. 59):

Com a nova fragilidade das estruturas familiares, com a expectativa de vida de muitas famílias sendo mais curta do que a de seus membros, com a participação em determinada linhagem familiar tornando-se rapidamente um dos elementos “indetermináveis” da líquida era moderna e com a adesão a uma das diversas redes de parentesco disponíveis transformando-se, para um crescente número de indivíduos numa questão de escolha – e uma escolha, até segundo ordem, *revogável* –, um filho pode ser ainda “uma ponte” para algo mais duradouro.

Mas, por outro lado, segundo Bauman (2004, p. 59), “está é uma época em que um filho é, acima de tudo, um objeto de consumo emocional”. Mais adiante, discutiremos de

forma mais detalhada o pensamento deste autor sobre o modo como se dão, a partir de sua visão, os laços afetivos no contexto atual.

3.3. Da guerra ao amor: os hippies, Cleo e Daniel

Na segunda metade do século XX, os personagens Romeu e Julieta, discutidos no item anterior, foram relançados no cinema pelo diretor Franco Zeffirelli. No contexto da época, os personagens pareciam representar a rebeldia da juventude dos anos 60, ao ser possível imaginá-los defendendo o lema “faça amor, não faça guerra”, embora terminassem sendo destruídos pela intolerância e pelo ódio das famílias inimigas, de acordo com as observações de O’Shea & Guimarães (2007, p. 135). Outra grande inovação do filme, segundo os mesmos autores, “refere-se ao tratamento da sexualidade, visto que uma cena sensual envolvendo os protagonistas é mostrada pela primeira vez, fato que parece ser sintomático da revolução sexual da década de 60” (2007, p. 135).

Séculos após, convocados à mutilação de seus corpos na guerra do Vietnã, jovens americanos também decidiram dizer sim ao amor e não à guerra. Os personagens de Shakespeare ousaram desafiar o controle de seus pais, desobedecendo-os, enquanto jovens universitários americanos, na segunda metade do século XX, se rebelavam “contra quase todas as personagens e instituições aceitas, algumas das quais de antiga linhagem. Oficiais do Exército e administradores universitários, dirigentes de Partido e cardeais não podiam mais contar com os padrões tradicionais de deferência”, de acordo com a visão de Leuchtenburg (1976, p. 890).

Nos Estados Unidos, já na década anterior aos anos 60, um outro universo de significados e valores, com suas regras próprias, em contraposição aos imperativos da sociedade de consumo americana, foi se delineando para anos depois eclodir em movimentos organizados de contestação social, com forte apelo junto à juventude. Leuchtenburg (1976, p. 769) afirma que, na década de 1950, “os críticos desencadearam um ataque devastador contra a cultura de consumo por promover o estabelecimento de uma nação dócil e padronizada.” “O americano típico, queixavam-se os analistas sociais, tornara-se conformista e brando”, acrescenta Leuchtenburg (1976, p. 770).

Além do discurso crítico dos analistas contrários ao conformismo da época, no campo da literatura, “com a publicação de *On the Road*, de Jack Kerouac, eclodiu no mundo burguês da América de Eisenhower aquele perturbador fenômeno a que Kerouac deu a designação de ‘beat’”, afirma Leuchtenburg (1976, p. 808). O termo “*beat*” sugeria uma provocação à sociedade de consumo americana porque tanto poderia significar a busca de beatitude – um estilo de vida de graça interior procurado através do culto do zen-budismo –, como também o estado especial de bem-aventurança alcançado pelos que, sem eira nem beira, andavam à deriva no mundo (LEUCHTENBURG, 1976, p. 808).

A *beat generation*, em cada sentido da palavra, rejeitava os cânones da respeitabilidade – religião organizada, a luta pelo sucesso material, homenagem ao Estado, além de chocar a burguesia de outras maneiras, não só por fazer abertamente uso da maconha como também por não guardar segredo a respeito de sua promiscuidade (LEUCHTENBURG, 1976, p. 808). Mas, por outro lado, tal como observa Leuchtenburg (1970, p. 809), “os *beatniks*⁴⁵, em determinados aspectos, no que diz respeito tanto à sua preocupação com o Eu quanto ao seu ‘desligamento’, pareciam compartilhar dos valores do mundo ‘quadrado’ da década de 1950”, sobretudo quando se tem em mente “os delinquentes juvenis que fizeram disparar as estatísticas sobre crimes de violência, ou todos aqueles ‘rebeldes sem causa’ que fizeram da morte de James Dean uma recordação mórbida” (LEUCHTENBURG 1970, p. 773).

Por outro lado, mesmo que os *beatniks* refletissem, embora de maneira inusitada e singular, a indiferença política da sociedade americana da época, “seu verdadeiro significado residia no fato de terem disparado o primeiro tiro da rebelião da ‘contracultura’ que iria abalar a década de 1960” (LEUCHTENBURG, 1970, p. 809). Paralelamente à moralidade fundamentada na ética protestante, com a concordância da maior parte dos americanos no que diz respeito a padrões de condutas sexuais, ia se constituindo um outro discurso baseado no uso livre do corpo e da mente, a partir do culto ao zen-budismo ou do uso de drogas, ou ainda pela vivência de práticas sexuais não-convencionais, como a expressão homossexual entre os *beatniks*, celebrada em versos no poema *Uivo*⁴⁶, escrito por Allen Ginsberg – um dos principais nomes da geração *beat* ao lado de Jack Kerouac:

[...] que morderam policiais no pescoço e berraram de prazer

⁴⁵ [...] como o pessoal bem comportado preferiu chamar-lhes (LEUCHTENBURG, 1970, p. 808).

⁴⁶ Originalmente publicado em 1956. Consultado em: <http://www.lpm.com.br/livros/Imagens/uivo.pdf>

nos carros de presos por não terem cometido outro
crime a não ser sua transação pederástica e tóxica,
que uivaram de joelhos no metrô e foram arrancados do
telhado sacudindo genitais e manuscritos,
que se deixaram foder no rabo por motociclistas santificados
e urraram de prazer,
que enrabaram e foram enrabados por esses serafins humanos,
os marinheiros, carícias de amor atlântico e
caribeano, [...]

Objeto na época de um processo por obscenidades em São Francisco, o berço dos *beatniks*, o poema de Allen Ginsberg, que pode ser traduzido como uivo ou berro (em inglês ‘Howl’), já prenunciava as vozes uníssonas de jovens universitários nas ruas de cidades americanas, mobilizando-se contra a guerra do Vietnã. Na segunda metade do século XX, “[...] a morte e mutilação de jovens americanos, os corpos de crianças vietnamitas calcinados pelo *napalm*, a pulverização de aldeias e o desfolhamento de zonas agrícolas – pareciam uma grosseira traição dos valores humanos e democráticos”, de tal modo que “[...] um número crescente de jovens, decepcionados com o liberalismo e enfurecidos com a guerra, sentia-se divorciado do Governo e mesmo da sociedade americana” (LEUCHTENBURG, 1976, p. 880-881).

Além de se manifestarem contrários à guerra, a juventude branca da classe média superior, especialmente no campus, posicionava-se *contra* muito do que era apreciado não só pela América da década de 50, nos anos de governo de Eisenhower, mas também pelo liberalismo de Kennedy-Johnson. Era uma revolta que se insurgia *contra* “[...] o crescimento econômico, a tecnologia e as instituições e sistemas de valores associados à ética protestante de espírito de sacrifício e repressão sexual, além das premissas mais modernas da cultura de consumo e da meritocracia” (LEUCHTENBURG, 1976, p. 885). Nessa perspectiva, os jovens passaram a organizar movimentos e manifestações públicas para dizer não à cultura oficial, prezada e defendida pelo Sistema, pelo *Establishment*⁴⁷, seja lançando-se em confronto violento com polícias, no interior das universidades americanas, seja a partir de uma “enorme

⁴⁷ [...] palavras consagradas pelo jargão da época (PEREIRA, 2009, p. 11)

e colorida manifestação pacifista na qual se tentou, nada mais nada menos, que fazer levitar o Pentágono, [...] uma nova e curiosa forma de enfrentar o poder” (PEREIRA, 2009, p. 87).

A posição de recusa dos jovens aos valores da sociedade americana ficou conhecida nos anos 60 como *contracultura*, palavra inicialmente difundida pela imprensa, para se referir a um conjunto novo de ideias e comportamentos em “ruptura, no sentido mais essencial da palavra, com a ordem dominante” (PEREIRA, 2009, p. 24). E entabular uma discussão sobre o tema, de acordo com o pensamento do autor (2009, p. 32), “é, num certo sentido, falar dos Estados Unidos – pelo menos num momento inicial. Afinal, foi lá onde primeiro se manifestou, de modo mais marcante e evidente, esse novo espírito de contestação”.

Os termos contracultura e juventude constituem um amálgama para a compreensão dos movimentos que marcaram a segunda metade do século XX. “Embora a contracultura não seja uma invenção exclusiva da juventude, ela encontra no jovem o seu intérprete principal e o seu motivo mais forte”, de acordo com as considerações de Pereira (2009, p. 24). E acrescenta o autor:

De uma certa forma, podia-se falar agora da entrada em cena de um poder jovem que, não apenas pelo seu vigor próprio, mas também pelas alianças que conseguia estabelecer com grupos de contestação às vezes muito diferentes, ia se revelando uma presença cada vez mais incômoda do ponto de vista do *status quo*. (PEREIRA, 2009, p. 24).

No que diz respeito à aliança com diferentes grupos de contestação, de que fala o autor, é preciso ter em mente a tríade contracultura, juventude e sociedade americana, porque, “ao contrário da juventude européia, que trazia às costas todo o peso de uma longa tradição de luta política de esquerda bastante institucionalizada, o jovem norte-americano contava com um *background* radical de esquerda bem menos sólido” (PEREIRA, 2009, p. 39). Assim, mostrava-se mais sensível às lutas de grupos sociais que, embora fossem significativos do ponto de vista político, como as minorias étnicas ou culturais, “não encontravam um lugar muito definido e estabelecido em espaços institucionais tradicionalmente voltados para uma atuação política mais reconhecida, como sindicatos ou partidos” (PEREIRA, 2009, p. 39-40).

Nessa perspectiva, a contracultura foi um movimento aglutinador a partir do qual as formas mais diversificadas de expressão contestatória encontraram eco, indo do *flower*

power, estilo típico de concentração e manifestação dos *hippies*, à SDS (*Students for a Democratic Society*), organização estudantil americana de amplitude mundial, passando por movimentos como o *gay power*, que se organizava em torno da abertura social para minorias sexuais marginalizadas, ao *women's lib*, liga feminista que reivindicava a igualdade de oportunidade de trabalho entre os sexos, sem perder de vista a resistência do “*black power*, o poder negro, cuja luta teve como ponto de partida e ponte de articulação com a revolta de outros grupos a difícil batalha pelos direitos civis que marcou, desde o início, a década de 60 nos Estados Unidos” (PEREIRA, 2009, p. 41).

Mesmo com toda a efervescência dos anos 60, não caberia aos jovens da década anterior o rótulo de “Geração Silenciosa”, de acordo com a observação de Leuchtenburg (1970, p. 885). Isto porque a expressão “não caracterizaria adequadamente as turmas arruaceiras que forneceram as *dramatis personae* para *West Side Story*, de Leonard Bernstein” (LEUCHTENBURG, 1976, p. 773). Aqui também nos remetemos ao filme dirigido por Nicholas Ray, de 1955, “Juventude Transviada”, no qual James Dean encena o papel de um adolescente de classe média que se confronta violentamente com outros adolescentes do colégio, líderes de gangues, além dos conflitos com a lei, professores e seus pais. Como especifica Pereira (2009, p. 9), “são ‘os rebeldes sem causa’, tão retratados, não importa se justa ou injustamente, pelos filmes da época e encarnados na figura de James Dean”, a quem já fizemos alusão em outro momento. É dessa maneira que “já começa a se delinear, de modo bastante claro, algo que seria de grande importância para a compreensão da década seguinte: uma consciência etária” (PEREIRA, 2009, p. 9-10).

Outrossim, ainda se pode fazer referência aos *hipsters* da década de 50. Seriam “aqueles que se opõem aos *square* – os ‘caretas’, os ‘quadrados’, aqueles que o Sistema pode transformar com sucesso em conformistas bem ajustados” (PEREIRA, 2009, p. 35). O romancista americano Norman Mailer é quem vai consagrar o assunto e o termo em um artigo intitulado “The White Negro: Superficial Reflections on the Hipsters”, publicado no ano de 1958, tal como pontua Pereira (2009, p. 35). E acrescenta o autor:

Ao contrário do *square*, conformista e fiel defensor do *american way of life*, o *hipster* é aquele que se rebela contra aquela situação. Diante da falência da revolução proletária nestas sociedades industriais avançadas, ele é aquele que se revolta e nega violentamente os valores estabelecidos. Na sociedade americana, ele pode ser definido como um ‘negro branco’ (o *white negro* de Mailer), exatamente porque nesta sociedade os negros são aquele grupo que, por sua posição

marginalizada, se vê obrigado a manter sempre uma atitude de rebelião, uma vez que está constantemente exposto ao perigo. Finalmente, *hispter* e *square* são, antes de mais nada, um ‘estado de espírito’, uma atitude de revolta ou de conformismo diante do *status quo* das então modernas sociedades tecnocráticas (PEREIRA, 2009, p. 36).

Tanto o aparecimento de jovens delinquentes quanto a atitude de revolta do *hispter*, em objeção ao conformismo do *square*, apontavam, desde o período do pós-guerra, para a construção de uma antinomia que se radicalizaria com o movimento da contracultura na década de 60: a oposição jovem/não-jovem, para usar o contraste de Pereira (2009, p. 10). Duas razões principais contribuíram para fomentar a delimitação desta oposição. Primeiramente, poderia ser destacada a grande novidade do período pós-guerra, a ascensão econômica dos Estados Unidos, o “primeiro grande exemplo de uma sociedade afluenta, tecnocrática, o que se materializava, por exemplo, na afirmação do *american way of life*, um estilo de vida exportado com razoável sucesso para o mundo inteiro” (PEREIRA, 2009, p. 26). Em segundo lugar, caberia frisar a expansão de cursos superiores, cuja consequência foi “[...] uma enorme concentração de jovens num espaço bastante aberto de discussão e questionamento, que por si só já favorecia o incremento de uma identidade grupal” (PEREIRA, 2009, p. 27).

Para Leuchtenburg (1976, p. 885), “nenhum movimento precursor conseguiria impregnar tão ampla e intensamente a juventude dos Estados Unidos”, com exceção da contracultura. E, para o autor, foi justamente a existência de condições históricas emergentes nos anos 60 que possibilitou a participação aguerrida dos jovens americanos no movimento, conforme elucida o autor:

[...] o surgimento de uma geração de jovens dotados de uma superabundância de bens terrenos, enclausurados num sistema educacional durante duas décadas ou mais, arrebanhados em *multiversidades*, perturbados pelo recrutamento e pela Guerra do Vietnã, preocupados com suas perspectivas num mundo que parecia cada vez mais burocratizado e tecnologicamente controlado (LEUCHTENBURG, p. 885).

A partir das condições históricas de que se refere o autor foi se constituindo uma cisão entre as gerações, tal com afirma Pereira (2009, p. 25): “a partir de um certo momento começou a ser cada vez mais freqüente e comum o emprego, em contextos diversos, da

expressão conflito de geração”. Em consenso, Leuchtenburg (1976, p. 889) assegura que “mais de metade da nação estava abaixo da idade crítica dos 30 anos e muitos tinham um sentido agudo de pertencerem à sua própria subcultura.” Nessa perspectiva, caberia dizer que os jovens da contracultura lançaram-se em busca de delimitar as fronteiras do seu próprio universo de valores, em detrimento da postura conformista em que estariam sendo encerradas as gerações mais velhas. “Os jovens descontentes, por seu lado, sentiam-se alienados, avessos ao conformismo de seus pais ‘quadrados’”, ainda conforme Leuchtenburg (1976, p. 889). Era preciso, portanto, demarcar fronteiras etárias, demarcar-se socialmente a partir do próprio corpo. “Nenhuma disputa entre as gerações provocou, provavelmente, maior torrente de palavras coléricas do que uma que se poderia supor trivial: a disputa sobre os cabelos”, argumenta Leuchtenburg (1976, p. 889). E prossegue o autor:

[...] Os pais que não podiam ter a certeza se um pedestre que passava por eles era rapaz ou moça ficavam profundamente chocados e sua maneira de proceder não era melhorada pela consciência de que havia um elemento irracional nessa reação. Para os jovens, os cabelos compridos expressavam a retirada do mundo reprimido e alinhado de seus pais, pelo menos no começo, antes de virar moda. Alguns jovens sentiram um prazer secreto no embaraço que causavam: ‘Somos as pessoas contra quem nossos pais nos advertiam, dizia um cartaz numa estação do metrô’ (LEUCHTENBURG, p. 1976, p. 889).

Para a juventude, portanto, era fundamental estabelecer os limites de seu próprio tempo, a partir da busca de formas de expressão cultural próprias, tal como o *rock*, ou de gestos corporais singulares, assim como o uso do *blue jeans*, um “traje deliberadamente popular introduzido nas universidades americanas por estudantes que *não* queriam parecer com seus pais” (HOBBSAWN, 2000, p. 320). Mais do que música, convém dizer que o *rock* é “um fenômeno verdadeiramente cultural, no sentido mais amplo da palavra, constituindo-se num dos principais veículos da nova cultura que explodia em pleno coração das sociedades industriais avançadas” (PEREIRA, 2009, p. 43).

Assim, eram delineados gestos e práticas culturais próprios da juventude, em articulação com um discurso fundamentado na oposição jovem/não-jovem, e materializado em frases como “‘Não Confie em Ninguém com Mais de Trinta Anos’, um *slogan* louvado como sendo de sabedoria extraordinária, quase transcendental”, conforme nos lembra

Leuchtenburg (1976, p. 889), ideia que também foi celebrada pelos compositores brasileiros Marcos Valle e Paulo Sergio Valle, na canção intitulada “Com mais de 30”:

Não confie em ninguém com mais de trinta anos
Não confie em ninguém com mais de trinta cruzeiros
O professor tem mais de trinta conselhos
Mas ele tem mais de trinta, oh mais de trinta
Oh mais de trinta
Não confie em ninguém com mais de trinta ternos
Não acredite em ninguém com mais de trinta vestidos
O diretor quer mais de trinta minutos
Pra dirigir sua vida, a sua vida
A sua vida
Eu meço a vida nas coisas que eu faço
E nas coisas que eu sonho e não faço
Eu me desloco no tempo e no espaço
Passo a passo, faço mais um traço
Faço mais um passo, traço a traço
Sou prisioneiro do ar poluído
O artigo trinta eu conheço de ouvido
Eu me desloco no tempo e no espaço
Na fumaça um mundo novo faço
Faço um novo mundo na fumaça
Não confie em ninguém...

Ainda em conformidade com as ideias pressupostas pelo slogan, acrescentamos as considerações de Hobsbawm (1995, p. 318):

A nova “autonomia” da juventude como uma camada social separada foi simbolizada por um fenômeno que, nessa escala, provavelmente não teve paralelo desde a era romântica do início do século XIX: o herói cuja vida e juventude acabavam juntas. Essa figura, antecipada na década de 1950 pelo astro de cinema

James Dean, foi comum, talvez mesmo um ideal típico, no que se tornou a expressão cultural característica da juventude – o *rock*. Buddy Holly, Janis Joplin, Brian Jones, membro dos Rolling Stones, Bob Marley, Jimi Hendrix e várias outras divindades populares caíram vítimas de um estilo de vida fadado à morte precoce. O que tornava simbólicas essas mortes era que a juventude por eles representada era transitória por definição. Ser ator pode ser uma carreira duradoura, mas não ser um *jeune premier*.

No que diz respeito especialmente à relação pais e filhos, “houve quem dissesse que a ‘revolução’ havia chegado às salas de visita de algumas das mais pacatas famílias burguesas ou mesmo sentado à mesa de jantar” (PEREIRA, 2009, p. 25). Ou ainda, dito de outro modo, poderia se dizer que, “ao invés de encontrar seu inimigo de classe no operariado das fábricas – afirmavam alguns –, a burguesia o encontrava na figura de seus filhos cabeludos” (PEREIRA, 2009, p. 25). A juventude se empenhava na tentativa de refutar os modos de existência de seus pais, e procurava inventar para si formas alternativas de construção de relações afetivas. É justamente para além dos laços familiares burgueses que se poderia situar o movimento *hippie*, cujo objetivo era a “construção, no mundo aqui e agora, do seu paraíso de paz e amor” (PEREIRA, 2009, p. 81).

Para a construção desse novo mundo, os *hippies* se orientavam segundo a filosofia do *drop out*, expressão que, em português, pode ser traduzida como *cair fora*, ou fugir “das amarras da repressão da sociedade e da cultura ocidentais” (PEREIRA, 2009, p. 84). É a partir desse pensamento que se poderia compreender os três principais aspectos de sua rebelião – “da cidade, a retirada para o campo; da família para a vida em comunidade; e do racionalismo cientificista para os mistérios e descobertas do misticismo e do psicodelismo das drogas” (PEREIRA, 2009, p. 82).

Com o intuito de procurar modos alternativos de existência, os *hippies*, organizados em comunidades, lançavam-se à ocupação de outros espaços: “em meados da década de 1960, milhares de *hippies* instalaram-se no distrito de Haight-Ashbury, em São Francisco, ou na East Village de Nova Iorque”, de acordo com Leuchtenburg (1976, p. 888). “As comunas *hippies* eram apenas uma das numerosas instituições de forma livre cujo propósito era o rompimento das barreiras que isolavam as pessoas umas das outras”, afirma Leuchtenburg (1976, p. 888). A proposta do movimento era a comunhão entre os jovens, ou a tentativa de construção de laços afetivos para além do espaço da casa, da família. “Para

aprender como se comunicar e para rever o seu auto-conhecimento, as pessoas juntavam-se em grupos de encontro e grupos de sensibilidade, e passavam os fins-de-semana em Esalen”, ainda conforme Leuchtenburg (1976, p. 888).

Na perspectiva de Leuchtenburg (1976), a contracultura teria atingido seu ápice na Feira de Música e Arte de Woodstock, festival musical em que jovens puseram em ação o ideal de paz e amor, tal como pensado pelos hippies, com atos de nudismo, de prática sexual entre os participantes, de forma livre e indistinta, além do uso de drogas. “Sem que a polícia os molestasse, os vendedores apregoavam ‘ácido, mescalina, haxixe’, e [...] mergulhados em comunhão oceânica, os jovens da geração da contracultura entregaram-se de corpo e alma à ‘grande transa’”, assinala Leuchtenburg (1976, p. 888). Leuchtenburg (1976, p. 894) afirma que a maior parte da sociedade americana considerou “a promiscuidade e o nudismo da Nação Woodstock peculiares ao ‘hippismo’, mas, na verdade, as novas atitudes em relação ao sexo antecederam o surgimento da contracultura e não se limitavam, em absoluto, aos jovens”. Segundo o autor, “os anos do pós-guerra assistiram a uma verdadeira revolução na aceitação pública de vocabulário e forma de comportamento sexual que tinham sido até então proscritos” (LEUCHTENBURG, 1976, p. 894). Mas foi justamente na década de 1960 que, conforme o autor, “tombaram quase todas as barreiras”:

A queda dos tabus nos meios de comunicação fez-se acompanhar de uma mudança radical na atividade sexual. A economia da abundância e a mobilidade encorajaram a experimentação e abrandaram o domínio das formas tradicionais de relacionamento sexual; a tecnologia contribuiu com a pílula, a qual eliminou virtualmente o medo de concepção no intercurso pré-marital. As universidades puseram à disposição das estudantes solteiras dispositivos de controle de natalidade; as jovens mães solteiras citavam o exemplo de Mia Farrow; e *Select*, uma revista para “swingers”, gabava-se de ter cem mil assinantes entre os membros de um movimento em rápido crescimento que se dizia contar, talvez, com dois milhões de cidadãos da classe média envolvidos em encontros transitórios. (LEUCHTENBURG, 1976, p. 895-896)

No Brasil, Del Priore (2012, p. 300) afirma que “entre as décadas de 1960 e 1970 eclode o fruto tão lentamente amadurecido: ‘a revolução sexual’. Nessa história, novo ato se abre com o desembarque da pílula anticoncepcional no Brasil”. No que diz respeito especificamente à juventude brasileira da época, a historiadora assinala que “livres da sífilis e ainda longe da aids, os jovens podiam experimentar de tudo. O *rock’and’roll*, feito sobre e para adolescentes, introduzia a agenda dos tempos: férias, escola, carros, velocidade e, o mais

importante, amor!” (DEL PRIORE, 2012, P. 300-301). E sobre a juventude nesse período continua:

A batida pesada, a sonoridade e as letras indicavam a rebeldia diante dos valores e da autoridade do mundo adulto. Um desejo sem limite de experimentar a vida *hippie*, os cabelos compridos se estabeleciam entre nós. As músicas de Bob Dylan, Joan Baez exportavam, mundo afora, a ideia de paz, sexo livre, drogas como libertação da mente e, mais uma vez, amor. (DEL PRIORE, 2012, p. 301)

Nas páginas do romance homônimo escrito pelo psicanalista brasileiro Roberto Freire, publicado em 1965, os personagens Cleo e Daniel remetem, a partir de um discurso ficcional, aos jovens brasileiros das décadas de 60 e 70, tal como caracterizados pela historiadora. No romance brasileiro, os dois jovens, Cleo, de quinze anos, e Daniel, de dezessete, integram “uma turma de moças e rapazes que freqüenta um mesmo clube. Nadam na piscina pela manhã, freqüentam o mesmo colégio, voltam ao clube à tardinha para dançar e, à noite, vão para um apartamento”, observa Rudolf, protagonista do romance *Cleo e Daniel*. No apartamento, os jovens praticam o ato sexual em grupo: “Tem um quarto. A gente se abraça, se beija. Eu gosto. Então eles nos levam para o quarto”, confessa Cleo a Rudolf, que na trama é um psicanalista, assim como o escritor do romance (FREIRE, 2012, p. 112).

No romance, o escritor, Roberto Freire, dá ênfase ao “hiato das gerações”, para usar a expressão de Leuchtenburg (1976, p. 8888), que marcou as décadas de 60 e 70. Conforme argumenta Pereira (2009, p. 25), apesar de ter pleno acesso aos privilégios da cultura dominante, por suas grandes possibilidades de entrada no sistema de ensino e no mercado de trabalho, era exatamente a juventude das camadas altas e médias dos grandes centros urbanos que rejeitava esta mesma cultura de dentro. “E mais. Rejeitavam-se não apenas os valores estabelecidos, mas, basicamente, a estrutura de pensamento que prevalecia nas sociedades ocidentais” (PEREIRA, 2009, p. 23). A dupla rejeição de que fala o autor, tanto dos valores quanto da forma de pensar predominante, torna-se patente na voz do personagem Daniel, transcrita abaixo:

Por que era assim tão importante um banco, para um homem entrar lá aos quinze anos, ser aposentado aos cinquenta e achar que o mundo é um banco cercado de desemprego por todos os lados? O que sai escrito nos jornais moderados para um homem não precisar ler livros e outros jornais mais corajosos a fim de compreender o mundo, a sociedade, a política e os outros homens? Por que o artista será sempre

um marginal, um antissocial, um comunista ou um pederasta? Por que o sexo rima com gonorréia, aborto, pecado, tara e casamento na polícia? Por que todo jovem precisa comer bem, dormir muito, ter método, não se masturbar, não trepar, estudar direitinho e forma-se em direito, medicina, engenharia, arquitetura, química ou farmácia? Por que o resto não tem futuro e por que ser poeta, escritor, jornalista, pintor e ator não dá futuro e é pior que ser bancário? E, afinal, por que é preciso economizar saúde e dinheiro, por que é preciso casar no civil e no religioso, ter filhos, enxaquecas, úlceras de estômago, alergia, reumatismo, miopia, câncer e enfarte do miocárdio (FREIRE, 2012, p. 157)

Os questionamentos do personagem se alinham com os ideais da contracultura, que, segundo Leuchtenburg (1976, p. 886), “lançou um desafio não só as instituições, mas a todo o modo de pensar que prevalecia no Ocidente desde o século XVIII”. Nesse sentido, pode-se ainda dizer que a “contracultura rejeitou o conhecimento sistematizado, a lógica aristotélica e, por vezes, a própria Razão.” E foi justamente o posicionamento crítico à racionalidade científica que levou muitos jovens a tentar “redefinir a realidade através do desenvolvimento de formas sensoriais de percepção” (PEREIRA, 2009, p. 23). Essa redefinição poderia se realizar tanto por meio da exploração dos antigos mistérios dos credos asiáticos, africanos ou do ocultismo quanto a partir da experiência com drogas (LEUCHTENBURG, 1976, p. 886-887).

Em conformidade com a rebeldia dos jovens americanos da contracultura, Cleo e Daniel encontram-se em conflito com seus pais. De acordo com a observação de Del Priore (2012, p. 301), “nas capitais e nos meios estudantis, os jovens vão escapando às malhas apertadas das redes familiares”. Os conflitos se evidenciam tanto nas palavras da personagem Cleo⁴⁸: “Depois do aborto minha mãe falou que aquelas coisas, as lá do apartamento, só podem ser feitas depois do casamento, que estava muito chateada, que eu era uma louca, uma imoral que estava pecando, ia para o inferno”; ou ainda nas reflexões de Daniel⁴⁹:

Falaria primeiro com o pai, depois com a mãe e, finalmente, com a irmã. Destruiria todas as barreiras domésticas (não pisar na grama; não deixar a porta do banheiro aberta; não se masturbar; não comer com os cotovelos na mesa; não dizer palavrões; fazer visitas aos parentes; não responder aos pais; não mijar na tábua da privada; não cabular aulas; fingir que não sabe que papai e mamãe trepam só aos sábados; tolerar papai ser a favor de tudo o que é conservador e moderado e ler jornais conciliadores

⁴⁸ (Freire, 2012, p. 114)

⁴⁹ (Freire, 2012, p. 156)

e ser religioso por temor ao inferno, cuja fornalha está nos colhões da gente). Depois, destruídas as barreiras gerais, passaria para as particulares. Arrancaria a bunda do pai da cadeira de balanço e seus olhos da televisão. Da mãe, cortaria o medo da maldade dos homens, o medo da violência dos homens. Levaria a irmã a conhecer um puteiro e um convento de freiras e depois, num parquinho de diversões, dar-lhe-ia pipocas, alegria, vertigem da roda-gigante e a certeza de poder encontrar um homem que as putas desconhecem e as freiras nem sequer supõem que existe.

A partir de um discurso literário que se demarca linguisticamente pelo uso de “uma linguagem solta, descolada, atraente, poética e sensual”, de acordo com a análise do escritor brasileiro Ignácio de Loyola Brandão⁵⁰, “*Cleo e Daniel*” está diretamente atrelado a mudanças no que diz respeito às formas de dizer o amor, pertinentes à década de 60. No Brasil, Del Priore (2012, p. 301) afirma que “por influência dos meios de comunicação e, sobretudo, da televisão, o vocabulário para dizer o amor passa a evitar eufemismos.” E continua a autora:

Embora na década de 1960 ainda se utilizasse uma linguagem neutra e distante para falar de sexo – mencionavam-se, entre dentes, “relações” e “genitais” –, devagarzinho se encaminhou para dizer coito, orgasmo e companhia. Os adolescentes ainda eram “poupados”, pelos adultos, de informações mais diretas. As relações no cotidiano dos casais começaram a mudar. Ficava longe o tempo em que os maridos davam ordens às esposas como se fossem seus proprietários. Um marido violento não era mais o dono de ninguém, apenas um homem bruto.

No final da citação, a autora se refere às relações entre maridos e esposas, que merecem aqui uma análise a partir do pensamento de Therborn (2011). Para este estudioso, “o patriarcado, o direito do pai, foi o grande perdedor do século XX. Provavelmente nenhuma outra instituição social viu-se forçada a se retrair tanto” (THERBORN, 2011, p. 113). Nessa perspectiva, o autor defende a ideia de que a quebra real do domínio patriarcal, processo histórico a qual denomina *despatriarcalização*, está diretamente relacionada com a segunda metade deste século: “particularmente seu último quartel, foi o período da mudança global mais rápida e radical da história do gênero humano e das relações geracionais” (THERBORN, 2011, p. 113-114). Convém dizer que o autor delimita três momentos de mudança no que diz

⁵⁰ Análise do escritor encontra-se explicitada, de forma pré-textual, na página de apresentação do romance de Freire (2012).

respeito ao desmonte da ordem patriarcal com efeitos internacionais: “por volta da Primeira Guerra Mundial, logo após a Segunda Guerra Mundial, e logo após ‘1968’” (THERBORN, 2011, p. 114). Para ele, esse último momento constitui-se de um movimento sociocultural internacional, cada vez mais global, encabeçado pela rebelião jovem dos anos 60, a qual foi amplamente discutida aqui, “e, em particular, pelas primeiras coortes feministas de educação superior em massa na América do Norte e na Europa Ocidental” (THERBORN, 2011, p. 114). E nessa perspectiva continua a argumentar o autor (2011, p. 150): “este movimento expandiu-se em uma onda global de feminismo, em grande parte por meio do dispositivo da ONU – o Ano Internacional da Mulher de 1975 e sua convocatória global no México”.

É importante frisar que, para Therborn (2011, p. 150), “o ‘1968’ teve seu epicentro em Paris e, para os estudantes rebeldes originais, o Movimento 22 de Março, as restrições sexuais da vida estudantil eram uma razão significativa para a rebelião”. Especificamente sobre a sociedade francesa, acrescenta que “por volta dos anos 1960, o patriarcado francês representava um dos mais explícitos e mais fortemente institucionalizados do mundo rico (THERBORN, p. 2011, p. 151)”. E continua o autor:

A dominação masculina e imperial napoleônica fora incorporada na corrente principal da tradição republicana. Os franceses haviam herdado do código napoleônico um poder patriarcal muito mais forte do que o do código alemão de 1896/1900, ou mesmo do que o código prussiano de 1794. O direito de família francês tinha seus aspectos progressistas, permitindo o divórcio e salvaguardando a herança das filhas, mas em sua origem foi virulentamente patriarcal, a ponto de permitir que os pais internassem seus filhos nas prisões do estado. Com o passar do tempo, o código napoleônico foi sendo suavizado por revisões graduais. Em 1935, foi abolido o *droit de correction*, o “direito de correção” paterno, que proporcionava os pais diversos modo de “corrigir” crianças desobedientes e, em 1938, a Frente Popular aboliu o infame parágrafo sobre o dever de “obediência” das mulheres a seus maridos. Em seu lugar, porém, colocou uma norma sobre ser o marido o “*chef de famille*” podendo, como tal, proibir ainda diversas atividades de sua esposa.

No que diz respeito às leis francesas que regiam as relações familiares, citadas pelo autor, convém ainda dizer que “o direito de família latino-americano foi modelado basicamente após o Código napoleônico, com sua ênfase na chefia masculina e nos deveres e obediência da esposa” (THERBORN, 2011 p. 137). E “o Código Civil Brasileiro de 1890 exigia o consentimento parental para o casamento”, nos lembra Therborn (2011 p. 137). E

ainda enfatiza que, na França, “a suprema corte francesa, *Cour de Cassation*, manteve a bandeira do patriarcado desfralda através dos anos 1960”, como quando, por exemplo, “em 1969, impediu uma mulher, a quem já fora negado o divórcio, de montar residência própria, uma vez que seu marido matinha publicamente uma amante” (THERBORN, 2011, p. 151).

Por outro lado, é interessante mencionar o fato de que, na esfera da literatura francesa, na voz de Júlia, personagem central do romance “A mulher de trinta anos”, escrito por Balzac no século XIX, já se delineia gestos de questionamento com relação ao direito do pai, ou do patriarcado: “Então o senhor quer, meu pai, replicou Júlia num tom entre a seriedade e o gracejo, contrariar meus sentimentos, casar-me pensando em si e não em mim?” (BALZAC, 2007, p. 30). Ao que o pai da personagem balzaquiana responde: “Desposa Vítor, minha Júlia. Um dia deplorarás amargamente sua nulidade, [...] e mil outros desgostos que ele te causará. Então, lembra-te que, sob essas árvores, a voz profética de teu velho pai ressoou em vão nos teus ouvidos” (BALZAC, 2007, p. 30).

Numa atitude demasiado diferente de outro pai aqui mencionado, o da tragédia shakespeariana, o pai no/do romance francês não faz uso de um discurso propriamente autoritário, pois não proíbe a filha de casar, mas se vale da estratégia discursiva da advertência ou – por que não dizer? – do medo. É assim que ele se configura como um profeta (“a voz profética de teu pai”), posicionando-se discursivamente como “uma pessoa que anuncia os desígnios divinos, que prediz acontecimentos por inspiração de Deus [...]”⁵¹. Portanto, poderíamos dizer que o pai de Júlia dispõe de um conhecimento que não se põe à prova por ser de origem divina ou de caráter intuitivo (um profeta também pode ser definido como um “indivíduo que prevê acontecimentos futuros por dedução ou intuição [...]”⁵²). Trata-se de um saber que, ao ser desconsiderado, conduz ao sentimento de culpa, o que de fato acontece no romance em se tratando da personagem feminina, Júlia: “as previdentes palavras do pai ressoavam mais uma vez em seus ouvidos, e sua consciência recriminava-a por ter-lhes ignorado a sabedoria” (BALZAC, 2007, p. 56).

Ainda sobre o modo como o romance configura modos de significar o patriarcado, os direitos do homem, seja na condição de pai ou marido, convém chamar a atenção para o fato de que ao casamento vinculam-se sentidos negativos formulados ficcionalmente pela personagem Júlia: “em poucos dias um marido te transformará naquilo que já sou, feia,

⁵¹ Definição de profeta apresentada pelo Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Objetiva, Rio de Janeiro, 2009, p. 1557

⁵² Outra definição apresentada pelo Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Objetiva, Rio de Janeiro, 2009, p. 1557

sofredora e velha” (BALZAC, 2007, p. 44); ou ainda por meio das palavras do personagem-narrador: “a marquesa⁵³, oprimida por todos os infortúnios dessa triste existência, tinha ainda que sorrir a seu marido imbecil, enfeitar de flores uma casa enlutada e ostentar felicidade num rosto empalidecido por secretos suplícios” (BALZAC, 2007, p. 54). Aqui lembramos o sociólogo Giddens (1993, p. 10), para quem “as mulheres – as mulheres comuns, que tratam de suas vidas cotidianas, e também os grupos conscientemente feministas – foram pioneiras em mudanças de grande e ampla importância” no que diz às transformações da intimidade.

Se, por um lado, no romance de Balzac, escrito no século XIX, a personagem feminina ousa questionar a posição de autoridade tanto de seu pai, casando-se contra a vontade deste, como a de seu marido, considerando este último um “tolo”, tal como neste fragmento literário: “antes de mais nada, seu instinto⁵⁴ tão delicadamente feminino dizia-lhe que é muito mais belo obedecer a um homem de talento do que conduzir um tolo” (BALZAC, 2007, p. 54); por outro, é oportuno mencionar que, desde o século XVIII, período marcado por revoluções, o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher, reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que os contrariam (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 19). E acrescenta as autoras:

As mulheres revolucionárias francesas dirigem-se à Assembléia, peticionando a revogação de institutos legais que submetem o sexo feminino ao domínio masculino. Reivindicam, assim, a mudança da legislação sobre o casamento que, outorgando ao marido direitos absolutos sobre o corpo e os bens de sua mulher, aparece-lhes como uma forma de despotismo incompatível com os princípios gerais da Revolução Francesa. (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 19)

E foi justamente no século XIX, mesmo século em que Balzac escreveu “A mulher de trinta anos”, que se intensificou a luta pelo sufrágio universal, cujo impacto se estendeu a “mulheres de todas as classes. Foi um luta longa, demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência. Prolongou-se, nos Estados Unidos e na Inglaterra, por 7 décadas. No Brasil, por 40 anos, a contar da Constituinte de 1891” (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 44). “Se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo, ele foi, no entanto, um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação pública” (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 19).

⁵³ Neste trecho do romance, o personagem-narrador refere-se à personagem Júlia.

⁵⁴ O personagem-narrado novamente refere-se à personagem Júlia.

Ressurgidos nos anos 60/70, os movimentos feministas, de acordo com o pensamento de Therborn (2011, p. 154), “emprestaram ao terceiro ato da despatriarcalização uma forte dimensão global”. Para o autor, como já mencionamos, o terceiro momento de ruptura da ordem patriarcal se deu logo após 1968. Nas considerações do estudioso:

O ponto de partida foi a ideia de um Ano Internacional da Mulher, surgida em uma reunião, em Genebra, da Comissão sobre a Condição Social e Jurídica da Mulher das Nações Unidas, em 1972, primeiro entre as organizações não governamentais feministas (ONGS) que cercavam a reunião. A iniciativa parece ter vindo da Federação Democrática Internacional das Mulheres Comunistas e de sua presidente finlandesa Herta Kuusinen. As iniciadoras conseguiram então um delegado oficial romeno para propor a moção. Nessa época, a Romênia, distanciada da URSS, era o país comunista preferido do Ocidente. A comissão adotou a proposta e a submeteu à Assembléia Geral da ONU, que a endossou. O ano de 1975 seria o Ano Internacional da Mulher, dedicado à igualdade, ao desenvolvimento e à paz. A chefe da delegação do governo da Finlândia na comissão das Nações Unidas, Helvi Sipilä, foi designada Secretária-Geral do Ano e decidiu-se tornar a Conferência na cidade do México o seu evento-chave (THERBORN, 2011, p. 154).

A partir destes acontecimentos nos anos 60/70, pode-se afirmar que as mulheres, ao reivindicar direitos de igualdade primeiramente no âmbito político (o do direito ao voto), terminaram por incitar mudanças no âmbito das relações familiares: “os direitos das mulheres ‘em todas as diferentes formas de família, na família nuclear, na família extensa, na união consensual e na família monoparental’ também foram enfatizados”⁵⁵, conforme parágrafo do “Plano de Ação Mundial”, resultado da Conferência na cidade do México, mencionada na citação acima. É nesse sentido que Giddens (1993, p. 10) atribui à mulher o pioneirismo no tocante a “exploração das potencialidades do ‘relacionamento puro’⁵⁶, um relacionamento de igualdade sexual e emocional, explosivo em suas conotações em relação às formas preexistentes do poder do sexo”. No próximo capítulo, apresentaremos o pensamento de Giddens (1993) sobre o amor de forma mais aprofundada.

⁵⁵ (§ 127), citado por Therborn (2011, p. 155)

⁵⁶ Aspas utilizadas pelo autor.

4. O AMOR E A CIÊNCIA: ENTRE DITOS E CONTRADITOS

4.1. A perspectiva sociológica de Giddens (1993)

O que se diz, segundo Giddens (1993, p. 9), “é que durante as últimas décadas ocorreu uma revolução sexual”. Tendo como fundamento este pressuposto, o estudioso acredita que “as esperanças revolucionárias têm conduzido à reflexão sobre a sexualidade muitos pensadores, para os quais ela representa um reino potencial da liberdade, não maculado pelos limites da civilização atual” (GIDDENS, 1993, p. 11). Em conformidade, Therborn (2011, p. 306) afirma que, “no último terço do século XX, o Ocidente assistiu a uma revolução sexual, da qual muito se falou”. E acrescenta a este respeito:

Em primeiro lugar, em termos culturais e legais, houve uma secularização da sexualidade, libertando-a de regras religiosas ou de quaisquer outras normas apriorísticas que a considerassem ‘pecaminosa’ ou condenável de algum modo, quando exercida fora do casamento e por puro prazer, sem intenção de procriação (THERBORN, p. 306-307).

O tema da revolução sexual, aqui em foco, motivou Giddens (1993, p. 9) a escrever a obra “A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas”. Em suas primeiras reflexões, o autor (1993) afirma que começou a escrever sobre sexo e se deparou escrevendo sobre o amor e sobre os gêneros masculino e feminino. Assim, termina por apontar uma limitação nos estudos que tratam da sexualidade: “em alguns dos estudos mais notáveis sobre a sexualidade, escritos por homens, não há virtualmente nenhuma menção ao amor, e os gêneros aparecem como uma espécie de adendo” (GIDDENS, 1993, p. 9).

O autor (1993) ressalta que, ao reivindicar igualdade com os homens, as mulheres desencadearam mudanças no tocante às formas de relacionamento amoroso pré-existentes, a partir das quais teria sido instituído o que o autor (1993) chama de “relacionamento puro”, em concorrência com a ideia de amor romântico. O primeiro é definido pelo sociólogo (1993, p. 10) como “um relacionamento de igualdade sexual e emocional”, tal como já dito, e teria o amor romântico como seu precursor, embora este permaneça em tensão com aquele (GIDDENS, 1993, p. 10). Nas palavras do autor:

A ascensão do amor romântico proporciona um estudo de caso das origens do

relacionamento puro. Durante muito tempo, os ideais do amor romântico afetaram mais as aspirações das mulheres do que dos homens, embora, é claro, os homens também tenham sido influenciados por elas. Pressupõe a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro, tendo-se como base as qualidades intrínsecas desse próprio vínculo. É o precursor do relacionamento puro, embora também permaneça em tensão em relação a ele.

Para o autor (1993), a emergência do que ele próprio chama de “sexualidade plástica” é crucial para a emancipação implícita no relacionamento puro, assim como para a reivindicação da mulher ao prazer sexual” (GIDDENS, 1993, p. 10). A esse respeito, acrescenta o sociólogo:

A sexualidade plástica é a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução. Tem as suas origens na tendência, iniciada no final do século XVIII, à limitação rigorosa da dimensão da família; mas torna-se mais tarde mais desenvolvida como resultado da difusão da contracepção moderna e das novas tecnologias reprodutivas (GIDDENS, 1993, p. 10).

O autor (1993, p. 10) ressalta que a sexualidade plástica, “em princípio, liberta a sexualidade da regra do falo, da importância jactanciosa da experiência sexual masculina”. E chama a atenção também para o fato de que “o controle sexual dos homens sobre as mulheres é muito mais que uma característica incidental da vida social moderna” (GIDDENS, 1993, p. 10). Nesse sentido, Giddens (1993, p. 11) adverte:

À medida que esse controle começa a falhar, observamos mais claramente revelado o caráter compulsivo da sexualidade masculina – e este controle em declínio gera também um fluxo crescente da violência masculina sobre as mulheres. No momento, abriu-se um abismo emocional entre os sexos, e não se pode dizer com qualquer certeza quanto tempo ele levará a ser transposto.

Para o sociólogo, convém frisar que “as possibilidades radicalizadoras da transformação da intimidade são bastante reais” (GIDDENS, 1993, p. 11). Apesar do abismo de que fala o sociólogo, na citação acima, ele admite, de forma mais esperançosa, que a mudança nas formas da intimidade “se considerada como uma negociação transacional de vínculos pessoais, estabelecida por iguais, ela surge sob uma luz completamente diferente” (GIDDENS, 1993, p. 11). E continua a argumentar o autor (1993, p. 11):

A intimidade implica uma total democratização do domínio interpessoal, de uma maneira plenamente compatível com a democracia na esfera pública. A transformação da intimidade poderia ser uma influência subversiva sobre as instituições modernas como um todo. Um mundo social em que a realização emocional substituísse a maximização do crescimento econômico seria muito diferente daquele que conhecemos hoje. As mudanças que atualmente afetam a sexualidade são, na verdade, revolucionárias e muito profundas.

Para exemplificar sua forma de pensar as relações amorosas na perspectiva de uma “negociação transacional de vínculos pessoais, estabelecida por iguais”, como já citado acima, o autor apresenta o caso de Graham e Ann, personagens da novela “Before She Met Me”, de Julian Barnes⁵⁷. Conforme a análise de Giddens (1993, p. 15-16), a novela “presume um grau significativo de igualdade sexual e, especificamente, depende do fato de que hoje é comum uma mulher ter muitos amantes antes de assumir (e mesmo durante, assim como depois de terminar) um envolvimento sexual ‘sério’”. Vejamos como o autor sintetiza a narrativa:

Após uma série de encontros clandestinos, que se transformam em um caso intenso, [...] Graham deixa sua mulher e filho e vai morar com Ann. Após o divórcio, os dois se casam. O âmagô da novela diz respeito à descoberta progressiva de Graham sobre os amantes na vida de Ann, antes de seu aparecimento. Ela esconde pouca coisa, mas não fornece espontaneamente qualquer informação, a menos que ele perguntasse diretamente. Graham torna-se aos poucos obcecado por uma necessidade de descobrir os detalhes sexuais do passado de Ann. Assiste repetidas vezes os pequenos papéis que Ann desempenhou na tela, tentando surpreender uma troca de olhares ou outros sinais que poderiam indicar que ela e um determinado homem com quem contracenou tivessem sido amantes. Às vezes ela admite que teve relações sexuais, mas na maioria nega insistentemente (GIDDENS, 1993, p. 13-14).

Para o autor (1993, p. 14), a novela focaliza um problema emocional, na medida em que o personagem Graham “reconhece como é absurdo supor que Ann pudesse ter vida própria antes de tê-lo conhecido. Mas a sua independência sexual, mesmo quando ele ainda não ‘existia’ para ela, é inaceitável [...]”. De acordo com o pensamento de Giddens (1993), “os acontecimentos descritos na novela são definitivamente contemporâneos; como uma

⁵⁷ De acordo com referência apresentada por Giddens (1993): Julian Barnes, *Before She Met Me*, London: Picador, 1986

discussão das vidas das pessoas comuns, a novela não poderia ter sido situada, digamos assim, há um século atrás”. E conclui que o fato de Graham agir violentamente matando seu melhor amigo, ao descobrir que Ann teve um envolvimento sexual com ele antes de conhecê-lo, está diretamente relacionado com a divisão que foi historicamente imposta às mulheres entre as virtuosas e as perdidas (GIDDENS, 1993). Nesse sentido, argumenta que:

Há muito tempo a “virtude” tem sido definida em termos da recusa de uma mulher em sucumbir à tentação sexual, recusa esta amparada por várias proteções institucionais, como o namoro com acompanhante, casamentos forçados e assim por diante (GIDDENS, 1993, p. 16).

Por outro lado, “os homens, no entanto, têm sido tradicionalmente considerados – e não apenas por si próprios – como tendo necessidade de variedade sexual para a saúde física”. E continua nesta mesma rede de sentidos:

Em geral tem sido aceitável o envolvimento dos homens em encontros sexuais múltiplos antes do casamento, e o padrão duplo após o casamento era um fenômeno muito real. Como diz Lawrence Stone em seu estudo sobre a história do divórcio na Inglaterra, até muito recentemente existiu um padrão duplo rígido com respeito à experiência sexual dos homens e das mulheres. Um único ato de adultério por parte de uma esposa era “uma violação imperdoável da lei da propriedade e da ideia da descendência hereditária” e a descoberta punha em ação medidas altamente punitivas. O adultério por parte dos maridos, ao contrário, era amplamente “encarado como uma fraqueza lamentável, mas compreensível” (GIDDENS, 1993, p. 16).

E finalizando sua análise a respeito da novela, Giddens (1993, p. 17) desfecha afirmando que o primeiro casamento de Graham “era uma coisa convencional, uma parte da vida não particularmente compensadora, assim como ter-se um emprego que não se aprecia muito, mas suporta-se por dever”. Em contraposição, “o casamento com Ann é uma série complexa de interações que têm de ser constantemente negociadas e ‘cuidadas’” (GIDDENS, 1993, p. 17). Posicionando-se para além do contexto ficcional, o autor sustenta que “as mulheres não admitem mais a dominação sexual masculina, e ambos os sexos devem lidar com as implicações deste fenômeno [...]” (GIDDENS, 1993, p. 18).

Depois de sua análise de “Before She Met Me”, Giddens (1993) aborda de forma mais específica à mudança social no tocante ao comportamento sexual. Nesse sentido, o autor faz referência à pesquisa de Lillian Rubin, realizada em 1989, a partir da qual a pesquisadora investigou as histórias sexuais de quase mil pessoas heterossexuais nos Estados Unidos, entre 18 e 48 anos de idade. “A vida sexual anterior dos pesquisados de mais de 40 anos contrastaram dramaticamente com aquelas relatadas pelos grupos de menos idade” (GIDDENS, 1993, p. 18). Para a geração mais velha, “a virgindade antes do casamento, por parte das garotas, era apreciada por ambos os sexos” (GIDDENS, 1993, p. 19). A esse respeito, complementa o autor:

Poucas garotas revelavam o fato de permitirem a um namorado uma relação sexual completa – e muitas só admitem que tal coisa acontecesse se estivessem formalmente comprometidas com o rapaz em questão. As garotas mais sexualmente ativas eram depreciadas pelas outras, assim como pelos próprios homens que buscavam “se aproveitar” delas. Assim como a reputação das garotas estava apoiada em sua capacidade de resistir, ou conter, os avanços sexuais, a dos rapazes dependia das conquistas sexuais que poderiam realizar. Segundo o depoimento de um homem de 45 anos, a maior parte dos rapazes conseguia tais conquistas apenas “circulando com uma *daquelas* garotas, as vadias” (GIDDENS, 1993, p. 19).

Em contraposição, “na pesquisa de Rubin, virtualmente nenhuma garota adolescente fala em ‘se guardar’ para o noivado e para o casamento” (GIDDENS, 1993, p. 19), embora a distinção garota decente/garota vadia ainda se aplique, conforme Giddens (1993), em certo grau, assim como a ética da conquista masculina, quando se observa a atividade sexual dos adolescentes⁵⁸. Esta distinção também se manifesta em nossa pesquisa, no discurso de um dos jovens entrevistados, a quem chamamos Daniel, do curso de Economia Doméstica:

Em festa dificilmente eu fico com mais de três, de três pra cima eu não fico. Eu fico com mais ou menos uma ou duas, porque eu não vou ficar com qualquer uma. As que eu vejo que são meio *atiradas*, vão e tal, com vários homens né, de três pra cima, eu já tento ter aquela questão de amizade, porque primeiro a pessoa tem que se valorizar, entendeu?

⁵⁸ “Não existe mais Don Juan desde que passou a existir Don Juana, mas há muitos rapazes indispostos com essa inversão de papéis, embora devessem se alegrar”, acrescenta Bruckner (2011, p. 50).

Por outro lado, o autor sustenta que “as garotas acham que têm o direito de se envolver na atividade sexual, incluindo a relação sexual, em qualquer idade que lhes pareça apropriada” (GIDDENS, 1993, p. 19). E complementa:

Assim, em resposta a uma pergunta de Rubin sobre suas atividades sexuais com seu namorado, uma entrevistada de 16 anos de idade observou, “Nós nos amamos, por isso não há razão para que não devamos fazer amor”. Rubin então perguntou em que extensão ela considerava um vínculo prolongado com seu parceiro. Sua resposta foi: Você quer saber se nós vamos nos casar? A resposta é não. Ou se estaremos juntos no próximo ano? Não posso responder a isso agora; ainda falta muito tempo até lá. A maior parte dos jovens não fica junto por muito tempo. Mas não temos vontade de estar com ninguém mais enquanto estamos juntos. Isso é um compromisso, não é? Giddens (1993, p. 19)

Assim, pode-se dizer que, “de acordo com as pesquisas de Rubin, as mudanças no comportamento e nas atitudes sexuais das garotas têm sido muito mais pronunciadas do que entre os rapazes” (GIDDENS, 1993, p. 20). Giddens (1993, p. 20) também chama a atenção para “um dos achados mais notáveis do estudo de Rubin, confirmado por outras pesquisas e que se aplica a todas as faixas etárias”. Vejamos:

É ampla a variedade das atividades sexuais em que a maior parte das pessoas ou se engaja ou julga apropriado que outros participem, se este é o seu desejo. Assim sendo, entre as mulheres e os homens acima dos 40, menos de um entre dez teve relação oral durante a adolescência; para cada geração sucessiva, a proporção aumenta. Entre a atual geração de adolescentes, embora não universalmente praticado, o sexo oral é encarado como uma parte normal do comportamento sexual (GIDDENS, 1993, p. 20).

Ainda sobre a pesquisa de Rubin, o sociólogo (1993, p. 20-21) põe em evidência que “a maior parte dos homens aceita bem o fato de as mulheres terem se tornado mais disponíveis sexualmente, e declaram que em qualquer vínculo sexual prolongado desejam uma parceira que seja intelectual e economicamente igual a eles”. Mas ao mesmo tempo, durante a entrevista realizada por Rubin, “demonstraram um desconforto óbvio e profundamente arraigado quando defrontados com as implicações de tais preferências” (GIDDENS, 1993 p. 21). No tocante mais especificamente ao vínculo entre sexo e casamento,

a pesquisa “mostra que muito mais é esperado sexualmente do casamento, tanto pelas mulheres quanto pelos homens, do que em geral ocorria nas gerações anteriores” (GIDDENS, p. 21). Isto se dá, conforme o que nos diz Giddens (1993, p. 21), porque “a maior parte das pessoas, homens e mulheres, chega atualmente ao casamento trazendo com elas uma reserva substancial de experiência e conhecimento sexual”.

E finalizando suas considerações sobre os dados levantados por Rubin, Giddens (1993, p. 22) afirma que as transformações apontadas no contexto de sua pesquisa “estão ocorrendo na maior parte das sociedades ocidentais – e em alguma extensão também em outras partes do mundo”. Mas admite que “há divergências significativas entre países, subculturas e camadas socioeconômicas diferentes”. A esse respeito, Bruckner (2011, p. 48) tece comentário acerca das diferenças entre as grandes cidades e o campo:

As grandes cidades são por excelência lugares de densidade humana que nos sugerem uma vida mais ardente. Nelas, o amor não é o mesmo que nos campos ou no interior (ou nos subúrbios norte-americanos): aqui, lentidão dos dias, escassez de companhias, mesquinhez das intrigas; lá, abundância de parceiros possíveis, entrechoque de apetites, transposição de barreiras de classe, regência enigmática dos desconhecidos.

Outrossim, convém dizer ainda que Giddens (1993, p. 22) faz uma ressalva no que diz respeito ao trabalho realizado por Rubin, ao afirmar que “sua decisão de excluir as experiências homossexuais é estranha”. E nesse sentido coloca em evidência os relatórios elaborados por Kinsey⁵⁹, direcionando, assim, seu pensamento para a discussão sobre a heterossexualidade e a homossexualidade. Nesse sentido, o sociólogo (1993, p. 23) faz referência aos dados alcançados pelo pesquisador, publicados em 1990, no “The Kinsey Institute New Report on Sex”, os quais teriam escandalizado, na época, um público “descrente”, para usar o termo de Giddens (1993). “Kinsey descobriu que apenas cerca de 50% de todos os homens americanos eram, em seus termos, ‘exclusivamente heterossexuais’” (GIDDENS, 1993, p. 23).

Para o sociólogo, “no último quarto de século, a homossexualidade foi afetada por mudanças tão profundas quanto aquelas que influenciaram a conduta heterossexual” (GIDDENS, 1993, p. 23). A esse respeito, o sociólogo acrescenta que “na ocasião em que os livros de Kinsey foram publicados, a homossexualidade ainda era considerada em grande

⁵⁹ Diretor do Instituto de Pesquisa Sexual da Universidade de Indiana, de acordo com a referência apresentada por Leuchtenburg (1976, p. 896).

parte da literatura clínica como uma patologia, uma forma de distúrbio psicosssexual [...]” (GIDDENS, 1993, p. 23). E nesse sentido afirma:

Continua a ser encarada como uma perversão por muitos heterossexuais – isto é, como especificamente não-natural e a ser moralmente condenada. Mas o próprio termo “perversão” desapareceu quase completamente da psiquiatria clínica, e a aversão sentida por muitos em relação à homossexualidade não recebe mais um amplo substancial da profissão médica (GIDDENS, 1993, p. 23).

Giddens (1993) faz referência tanto ao desaparecimento do termo “perversão”⁶⁰ como ao surgimento do termo “gay”⁶¹. Este último, ao sugerir “colorido, abertura e legitimidade”, para usar as palavras do autor, representou “um grito muito diferente da imagem da homossexualidade antes sustentada por muitos homossexuais praticantes, assim como pela maioria dos indivíduos heterossexuais” (GIDDENS, 1993, p. 23-24). Nesse sentido, o sociólogo acrescenta que “as comunidades culturais gays que surgiram nas cidades americanas, assim como em muitas áreas urbanas da Europa, proporcionaram uma nova fase pública para a homossexualidade” (GIDDENS, 1993, p. 23-24). Em contraste com estas proposições, no discurso da jovem Frida, do curso de Letras, destacam-se as palavras “desconforto” e “peso” para se referir a vivência pública de “uma relação homossexual”, em seus próprios termos. Vejamos o que nos disse em sua entrevista de forma mais detalhada:

Pra nós duas, né? Era muito pesado. Era muito difícil levar isso. E realmente não poder... a gente não poder dizer em todo lugar que éramos namoradas, né? E a relação heterossexual nesse sentido é mil vezes mais confortável, porque quando você vive uma relação homossexual o desconforto é muito grande, né? Porque você não pode andar de mãos dadas com a pessoa na rua, você não pode abraçar no momento que você tem vontade, você não pode beijar no momento que você tem vontade. Até mesmo na frente dos meus pais, que eram super tranquilos, e são super tranquilos, eu não me sentia à vontade pra fazer isso, enquanto que com o meu namorado é uma tranquilidade, não tenho vergonha, né? Então você realmente ter uma relação homossexual é carregar um peso muito maior. É extremamente confortável, é estar na zona de conforto ter uma relação heterossexual. Com certeza.

⁶⁰ Grifo do autor (1993)

⁶¹ Grifo do autor (1993)

Mas, por outro lado, a jovem Elizabeth Bishop, também aluna do curso de Letras, faz uso de um discurso, em diferentes trechos de sua entrevista, mais próximo das ideias de Giddens (1993) no que diz respeito à nova fase pública para a homossexualidade de que fala o autor:

a. Eu acho que isso é uma questão pessoal, porque eu não tenho nenhum problema. Eu saio pra restaurante, eu saio pra shopping, eu já fui ver filme infantil, porque eu gosto de filme infantil, esses filmes... Rio, tal, enfim, Homem-Aranha... eu já saí pra ver com namoradas e eu entro de mão dadas no cinema, se eu tiver com vontade de dar um beijo no meio da sessão pode ter duzentos moleques em volta, com suas mães loucas.

b. O pessoal fala “ah, ser gay é mais complicado”. Eu não acho que seja complicado, eu acho que a sociedade em si cria um complexo. Complexo esse que, graças a Deus, eu não desenvolvi. Eu sou muito bem resolvida comigo, com as minhas questões pessoais.

Ainda no tocante à palavra “gay”, o autor (1993, p. 24) diz que o vocábulo “trouxe com ele uma referência cada vez mais difundida à sexualidade como uma qualidade ou propriedade do *eu*”. Dito de outro modo: “uma pessoa ‘tem’ uma sexualidade, gay ou outra qualquer, que pode ser reflexivamente alcançada, interrogada e desenvolvida” (GIDDENS, 1993, p. 24). A partir daí, o autor (1993, p. 25) conclui que “a sexualidade torna-se livre; ao mesmo tempo que ‘gay’ é algo que se pode ‘ser’, e ‘descobrir-se ser’, a sexualidade abre-se a muitos propósitos”. Por outro lado, o discurso do jovem Romeu, entrevistado do curso de Economia Doméstica, já atribui sentidos diferenciados à homossexualidade, mais voltados para ideia de que seria uma condição “natural” ou “inata”. Observemos suas palavras e atentemos para o destaque:

Não é doença, não é nada, *é uma coisa que você já nasce... é uma coisa da gente. Tipo, eu não escolhi “mãe, eu quero ser gay”. Não, é lógico que eu não escolhi ser gay. Eu sinto atração por isso, eu sempre gostei foi disso, entendeu? Mas eu não nasci pra ser gay, eu não queria. E não quero, apesar de... eu não queria tá sofrendo esse preconceito que ainda sofro, eu ainda sofro.*

Quanto às parcerias amorosas, Giddens (1993, p. 25) afirma que “a ideia do ‘relacionamento’ emerge tão fortemente nas subculturas ‘gays’ quanto na mais heterossexual população”. E acrescenta:

As mulheres e os homens gays precederam a maioria dos heterossexuais no estabelecimento de relacionamentos no sentido que o termo veio a assumir hoje, quando aplicado à vida pessoal. Assim, tiveram que “seguir” sem estruturas de casamento tradicionalmente adotadas, em condições de relativa igualdade entre os parceiros (GIDDENS, 1993, p. 25).

A partir da discussão em torno da heterossexualidade e da homossexualidade, Giddens (1993, p. 25) tece considerações mais gerais acerca da sexualidade e sustenta que “hoje em dia a ‘sexualidade’ tem sido descoberta, revelada e propícia ao desenvolvimento de estilos de vida bastante variados”. Em outros termos, “é algo que cada um de nós ‘tem’, ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas preestabelecido” (GIDDENS, 1993, p. 25). E assim propõe que a sexualidade seja investigada, por ser “um aspecto maleável do *eu*, um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais” (GIDDENS, 1993, p. 25). Em consonância com as ideias do autor (1993), é interessante evocar novamente o discurso da jovem Frida, que nos confidenciou ter iniciado sua primeira experiência sexual com outra jovem, durante um período de namoro “sério”⁶² por três anos. De modo sexualmente maleável, para usar os termos de Giddens (1993), atualmente Frida namora um rapaz, com quem teve sua “primeira experiência sexual com homem”, de acordo com suas próprias palavras, aqui mais detalhadamente expressas (observemos também o destaque):

Então... com ela foi muito bom porque eu aprendi várias coisas. Tive a minha primeira experiência sexual com ela, né? E foi muito bom, porque eu acho que... e a minha primeira experiência sexual com homem foi com o meu atual namorado, né? E foi muito interessante porque com a mulher eu acho que é tudo mais... eu acho o pênis uma coisa meio agressiva (risos), né? [...] Não é uma coisa muito doce, assim (risos). E iniciar minha vida sexual com uma mulher é interessante porque o corpo é muito parecido, então você tem mais facilidade, sei lá... pra fazer o que você gosta. É uma coisa mais delicada (risos), né? Então foi muito bom nesse sentido, assim, *porque eu pude me descobrir durante esses três anos e meio, inclusive sexualmente*. E quando... né? Eu comecei minha vida sexual com o meu atual namorado foi muito tranquilo, porque eu já me conhecia... nem senti dor na primeira penetração, por exemplo. Então foi muito tranquilo. Mas o pênis realmente me assustou (risos). É um negócio muito estranho (risos) e faz uns movimentos, assim, involuntários. E eu

⁶² “Apesar da palavra ‘sério’ ser chata”, conforme nos disse Frida.

não entendo aquilo (risos). Aí eu achei que foi muito bom eu ter começado minha vida sexual com uma mulher porque é tudo realmente mais delicado, né? Mais tranquilo.

Seu interesse pela sexualidade, conduziu Giddens (1993) a fazer uma *leitura* da obra “História da Sexualidade”, escrita em três volumes por Michel Foucault. No que diz respeito ao surgimento da palavra “sexualidade”, Giddens (1993, p. 32), em seu comentário sobre o pensamento de Foucault, afirma que, para o filósofo, “a ‘sexualidade’ é na verdade um termo que aparece pela primeira vez no século XIX”. E acrescenta:

A palavra existia no jargão técnico da Biologia e da Zoologia já em 1800, mas somente próximo ao final do século ela veio a ser usada amplamente em um sentido mais próximo do significado que tem hoje para nós – como o que o Oxford English Dictionary se refere como “a qualidade de ser sexual ou possuir sexo” (GIDDENS, 1993, p. 32).

Segundo Giddens (1993, p. 32), a palavra está originalmente presente em textos da área da medicina, em contextos direcionados “a tentativas de se manter sob controle a atividade sexual feminina”. Nessa perspectiva, “a sexualidade emergiu como uma fonte de preocupação, necessitando de soluções [...]; as mulheres que almejavam prazer sexual eram definitivamente anormais” (GIDDENS, 1993, p. 32).

O sociólogo britânico nos lembra que, ao longo da história ocidental, novos sentidos foram sendo atribuídos à sexualidade, e para a compreensão destes significados é importante chamar a atenção, segundo o estudioso, para o modo como se davam os laços matrimoniais durante o século XIX. “Para a maior parte dos grupos na população, baseava-se em outras considerações além dos julgamentos de valor econômico”. E nessa perspectiva complementa o autor:

Idéias de amor romântico, antes de tudo exercendo a sua principal influência sobre os grupos burgueses, foram difundidas em grande parte pela ordem social. “Ser romântico” passou a ser sinônimo de cortejar, e os “romances” foram a primeira forma de literatura a alcançar uma população de massa. A difusão dos ideais do amor romântico foi um fator que tendeu a libertar o vínculo conjugal de laços de parentesco mais amplos e proporcionou-lhe um significado especial. Maridos e esposas eram vistos cada vez mais como colaboradores em um empreendimento emocional conjunto, este tendo primazia até mesmo sobre suas obrigações para com seus filhos. O “lar” passou a ser considerado um ambiente distinto, separado do

trabalho, e, pelo menos em princípio, converteu-se em um local onde os indivíduos poderiam esperar apoio emocional, em contraste com o caráter instrumental do local de trabalho.

Outro fator importante a ser considerado nesse período, particularmente em relação à sexualidade, conforme o sociólogo, é o fato de que “as pressões para se constituírem famílias grandes, características virtuais de todas as culturas pré-modernas, deram lugar a uma tendência a se limitar de uma forma rigorosa o tamanho da família” (GIDDENS, 1993, p. 36). Ou seja, pode-se dizer que, “pela primeira vez para uma população maciça de mulheres, a sexualidade se aparta de um círculo crônico de gravidez e parto” (GIDDENS, 1993, p. 36). A esse respeito, o autor acrescenta que “para as mulheres – e, em certo sentido, diferente também para os homens – a sexualidade tornou-se maleável, sujeita a ser assumida de diversas maneiras, e uma ‘propriedade’ potencial do indivíduo” (GIDDENS, 1993, p. 37). Ainda nas palavras do autor:

A sexualidade passou a fazer parte de uma progressiva diferenciação entre o sexo e as exigências da reprodução. Com a elaboração adicional de tecnologias reprodutivas, essa diferenciação hoje em dia tornou-se completa. Agora que a concepção pode ser artificialmente produzida, mais que apenas artificialmente inibida, a sexualidade fica afinal plenamente autônoma. A reprodução pode ocorrer na ausência de atividade sexual; esta é uma “libertação” final para a sexualidade, que daí em diante pode tornar-se totalmente uma qualidade dos indivíduos e de suas relações mútuas (GIDDENS, p. 37).

Consideramos que, para Giddens (1993, p. 38), as mudanças no que diz respeito ao modo de encarar o sexo desde a era vitoriana até os tempos mais recentes tiveram como principal consequência a criação da *sexualidade plástica*. Esta forma de sexualidade, terminologicamente forjada pelo autor, é posta em evidência logo nas primeiras páginas da obra de Giddens (1993), e está diretamente relacionada com o movimento do planejamento familiar ou controle da natalidade, amplamente difundido na maior parte dos países após a Primeira Guerra Mundial, além de ter sido intensamente potencializada pela difusão da contracepção moderna e das novas tecnologias de reprodução. Nesta direção, apontamos também para as considerações do ensaísta Bruckner (2011, p. 148):

A ciência e as mentalidades permitem hoje verdadeiras piruetas temporais: barriga

de aluguel, mãe que gesta o filho da própria filha e do genro, surgimento possível em algumas décadas de úteros artificiais, moça jovem virgem fazendo inseminação artificial para evitar qualquer relação sexual, pai idoso tendo um último filho mais jovem do que seus netos, homem rico decidindo fazer filhos sozinho, sem mulher, comercialização de células ou de úteros – um abismo que parece se abrir diante de nós, abalando nossas referências.

Referindo-se novamente, de forma mais direta, ao pensamento de Foucault, Giddens (1993, p. 39) afirma que o filósofo “certamente está correto ao declarar que o discurso torna-se essencial à realidade social que ele retrata”. Ou seja, “desde que há uma nova terminologia para se compreender a sexualidade, as idéias, os conceitos e as teorias expressos nestes termos penetram a própria vida social e ajudam a reordená-la” (GIDDENS, 1993, p. 39). Para Giddens (1993, p. 39), no que diz respeito ao discurso, “sem negar a sua conexão com o poder, devemos considerá-lo mais como um fenômeno de *reflexividade institucional* em constante movimento”. E complementa o autor:

É institucional por ser o elemento estrutural básico da atividade social nos ambientes modernos. É reflexivo no sentido de que os termos introduzidos para descrever a vida social habitualmente chegam e a transformam – não como um processo mecânico, nem necessariamente de uma maneira controlada, mas porque tornam-se parte das formas de ação adotadas pelos indivíduos ou pelos grupos (GIDDENS, 1993, p. 39).

Para o sociólogo (1993, p. 39), é preciso considerar que a maior mobilidade geográfica, os meios de comunicação de massa e muitos outros fatores característicos da modernidade estão vinculados com a expansão da reflexividade institucional. Segundo Giddens (1993, p. 39), a contínua incorporação reflexiva do conhecimento proporciona precisamente um ímpeto básico às mudanças que ocorrem nos contextos pessoais, e também globais, da ação, e não apenas se introduz na brecha. Nesse sentido, o autor defende o ponto de vista de que “na área do discurso sexual, os textos que informam, analisam e comentam a sexualidade, na prática, são de muito mais longo alcance em seus efeitos do que aqueles abertamente propagandistas, que recomendam a busca pelo prazer sexual” (GIDDENS, p. 39). E complementa:

Os Relatórios Kinsey, assim como outros que os seguiram, objetivavam analisar o que estava se passando em uma área particular da atividade social, como toda

pesquisa social busca fazer. Mas quando foram divulgados, também influenciaram, iniciando ciclos de debate, reinvestigação e mais debates. Estes debates tornaram-se parte de um domínio público amplo, mas também serviram para modificar opiniões de leigos sobre as próprias ações e envolvimento sexuais. Sem dúvida, o aspecto “científico” de tais investigações ajuda a neutralizar a inquietação moral em relação à adequação das práticas sexuais peculiares. Entretanto, o mais importante é que o avanço de tais pesquisas assinala e contribui para uma aceleração da reflexividade das práticas sexuais habituais, cotidianas (GIDDENS, 1993, p. 40).

Ainda no tocante à vida social moderna, Giddens (1993, p. 40) acrescenta que “a auto-identidade torna-se particularmente problemática, sobretudo nos períodos mais recentes” (GIDDENS, 1993, p. 40). Nesse sentido, o autor dá destaque aos problemas de gênero e aos que dizem respeito à homossexualidade. Vejamos mais detalhadamente os argumentos de Giddens (1993, p. 41):

As características fundamentais de uma sociedade de alta reflexividade são o caráter “aberto” da auto-identidade e a natureza reflexiva do corpo. Para as mulheres que estão lutando para se libertar de papéis sexuais preexistentes, a questão “Quem eu sou?” – que Betty Frieden rotulou como “o problema que não possui nome” – vem à tona com particular intensidade. O mesmo é válido para os homossexuais masculinos e femininos que contestam os estereótipos heterossexuais dominantes.

Para Giddens (1993, p. 41), portanto, “a questão é de identidade sexual, mas não apenas isso”. Nesta perspectiva, o autor (1993, p. 41) sustenta que “hoje em dia, o eu é para todos um projeto reflexivo – uma interrogação mais ou menos contínua do passado, do presente e do futuro”. Em outros termos, é “um projeto conduzido em meio a uma profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de auto-ajuda de todos os tipos, programas de televisão e artigos de revistas” (GIDDENS, p. 41).

O autor postula que “Freud revelou as conexões entre a sexualidade e a auto-identidade, quando elas eram ainda inteiramente obscuras, e ao mesmo tempo mostrou que essas conexões são problemáticas” (GIDDENS, p. 41). E salienta que a psicanálise foi encarada por Freud como um método de combate à neurose. Para o sociólogo, sua importância “é que ela proporciona um ambiente e uma base rica de recursos teóricos e conceituais para a criação de uma narrativa reflexivamente ordenada do eu” (GIDDENS, 1993, p. 41).

Ademais, o autor considera que, “assim como a sexualidade, e o eu, o corpo está hoje⁶³ intensamente impregnado de reflexividade. O corpo tem sido sempre adornado, acarinhado e, às vezes, na busca de ideais mais elevados, mutilado ou debilitado”. Para Giddens (1993), o corpo “[...] torna-se um portador visível da auto-identidade, estando cada vez mais integrado nas decisões individuais do estilo de vida”. Nessa perspectiva, Giddens (1993, p. 42) afirma que “a reflexividade do corpo se acelera de um modo fundamental com a invenção da dieta em seu significado moderno”. “A dieta está ligada à introdução de uma ‘ciência’ da nutrição e, portanto, ao poder disciplinar no sentido de Foucault; mas também situa a responsabilidade pelo desenvolvimento e pela aparência do corpo diretamente nas mãos do seu proprietário” (GIDDENS, 1993, p. 42). Dito de outro modo, o autor argumenta que “o que se come é uma escolha do estilo de vida, influenciado, e construído, por um imenso número de livros de culinária, tratados médicos populares, guias nutricionais, etc”. E nesse sentido, o autor lança questionamentos?

Causa algum espanto que os distúrbios da alimentação tenham substituído a histeria como as patologias de nossa época? Causa algum espanto que tais distúrbios afetem principalmente as mulheres, particularmente as mulheres jovens? A dieta associa a aparência física, a auto-identidade e a sexualidade no contexto das mudanças sociais que os indivíduos lutam para enfrentar. Atualmente, corpos emagrecidos não mais atestam uma devoção extática, mas a intensidade desta batalha secular.

Conforme a visão sociológica de Giddens (1993, p. 18), “a vida pessoal tornou-se um projeto aberto, criando novas demandas e novas ansiedades”. Nesse sentido, o autor (1993, p. 18) postula, com relação às transformações que operam na modernidade, que “nossa existência interpessoal está sendo completamente transfigurada, envolvendo todos nós naquilo que chamarei de *experiências sociais do cotidiano*, com as quais as mudanças sociais mais amplas nos obrigam a nos engajar”.

4.2 Das formas de amar: o amor apaixonado, o amor romântico e o amor confluyente

Depois de discutir mais especificamente o tema da sexualidade, Giddens (1993) se volta para a reflexão sobre o amor. Nessa direção, nos remete primeiramente às considerações de Malinowski sobre os habitantes da Ilha Trobriand, segundo as quais “o amor [...] é uma

⁶³ É importante chamar a atenção para o fato de que o advérbio “hoje”, na obra de Giddens (1997), aponta mais precisamente para duas décadas atrás.

paixão, tanto para o melanésio quanto para o europeu, e atormenta a mente e o corpo em maior ou menor extensão [...]” (1929 apud GIDDENS, 1993, p. 47). Depois faz referência a exemplos de poesia de amor que teriam sobrevivido entre as relíquias do Antigo Egito. “O amor é ali retratado como um esmagamento do eu, e, portanto, é semelhante a uma espécie de doença, embora também possua poderes ocultos [...]” (GIDDENS, 1993, p. 47).

A partir daí, o pesquisador se empenha em delimitar os sentidos da palavra “paixão”⁶⁴. Giddens (1993, p. 48) faz inicialmente uma distinção entre o uso secular desta palavra e sua utilização mais antiga, significando paixão religiosa, para em seguida, apresentar uma definição do amor apaixonado: “expressão de uma conexão genérica entre o amor e a ligação sexual” (GIDDENS, 1993, p. 48). E ainda no esforço de delimitar as especificidades do amor apaixonado, o autor (1993, p. 48) acrescenta que este seria “marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tende a se conflitar”. Nesta perspectiva, pode-se dizer que “o envolvimento emocional com o outro é invasivo – tão forte que pode levar o indivíduo, ou ambos os indivíduos, a ignorar as suas obrigações habituais” (GIDDENS, 1993, p. 48). Dito de outro modo:

O amor apaixonado é especificamente perturbador das relações pessoais, em um sentido semelhante ao do carisma; arranca o indivíduo das atividades mundanas e gera uma propensão às opções radicais e aos sacrifícios. Por esta razão, encarado sob o ponto de vista da ordem e do dever sociais, ele é perigoso.

Se o amor apaixonado é perturbador das relações sociais, para usar os termos de Giddens (1993), na citação acima, caberia a jovem Elizabeth Bishop, tal como nos disse em sua entrevista, assumir a “função de mandar o mundo pra caixa-prego”⁶⁵. Mais detalhadamente, em suas próprias palavras:

Não namorei por conveniência, porque a fulana é adequada pra mim. Não. Eram todas muito inadequadas (risos). Mas eu gostava delas e elas gostavam de mim. E por isso nos relacionamos e mandamos o mundo pra caixa-prego. Essa função de mandar o mundo pra caixa-prego é sempre minha. Porque sou sempre eu... e isso é uma cosia que veio delas, de dizer que eu sou a força. A força de dizer “ah, dane-se os seus pais. Dane-se os seus amigos. Dane-se o teu convívio, até agora. Cê tá

⁶⁴ Grifo do autor (1993)

⁶⁵ De acordo com o dicionário Houaiss. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, “caixa-pregos” significa ir (ou mandar ou mandar ir) para o inferno.

comigo.

Nesse sentido, abrimos um parêntese para destacar novamente o pensamento de Paz (1994, p. 17), para quem o sexo, e não propriamente o amor, “é uma ameaça à sociedade”. “Como o deus Pã, é criação e destruição. É instinto: tremor, pânico, explosão vital. É um vulcão⁶⁶, e cada um de seus estalos pode cobrir a sociedade com uma erupção de sangue e sêmen”, arremeta o ensaísta e poeta mexicano (1994, p.17). Ainda nas palavras do poeta: “o sexo é subversivo: ignora as classes e hierarquias, as artes e as ciências, o dia e a noite; dorme e só acorda para fornicar e voltar a dormir”. Em contraposição ao mundo animal, nos diz o escritor (1994, p. 17), “a espécie humana padece de uma insaciável sede sexual e não conhece, como os outros animais, períodos de excitação e períodos de repouso”. E reitera, com outras palavras: “o homem é o único ser vivo que não dispõe de uma regulação fisiológica e automática de sua sexualidade” (PAZ, 1994, p. 17). Ainda em suas considerações:

Assim como nas cidades modernas ou nas ruínas da Antiguidade, figuras do falo e da vulva às vezes aparecem nas pedras dos altares ou nas paredes das latrinas. Príapo em ereção perpétua e Astarte em sinuoso e eterno cio acompanham os homens em todas as suas peregrinações e aventuras. Por isso tivemos de inventar regras que ao mesmo tempo canalizam o instinto sexual e protegem a sociedade de seus excessos. Em todas as sociedades há um conjunto de proibições e tabus – também de estímulos e incentivos – designados a regular e controlar o instinto sexual. Essas regras servem simultaneamente à sociedade (cultura) e à reprodução (natureza). Sem elas a família se desintegraria, e com esta toda a sociedade. Submetidos à perene descarga elétrica do sexo, os homens inventaram um pára-raios: o erotismo. Invenção equívoca, como todas as que idealizamos: o erotismo propicia a vida e a morte. Começa a se desenhar agora com maior precisão a ambiguidade do erotismo: é repressão e permissão, sublimação e perversão. Nos dois casos, a função primordial da sexualidade, a reprodução, fica subordinada a outros fins – uns sociais e outros individuais. O erotismo defende a sociedade dos assaltos da sexualidade, mas também nega a função reprodutiva. É o caprichoso servidor da vida e da morte (PAZ, 1994, p. 17-18).

⁶⁶ A propósito da força de criação e destruição do sexo de que fala Pais (1994), arriscamos assumir, nos interstícios desta nota de rodapé, outra condição do dizer, não a de pesquisadora, mas a de “poetiza”, sobre a qual já nos referimos. Desta posição discursiva, em diálogo direto com a linguagem metafórica de Pais, desafiamos a ordem do discurso e poetizamos: “um magma escorre / de minha boca / um dragão dentro de mim / se agita / uma língua muda e cálida / me guarda os beijos / que movem montanhas/ dois lábios sinuosos / como as rochas de um vulcão/ a lambar o céu”.

Enquanto Paz (1994), no trecho em destaque, traceja uma distinção entre sexo e erotismo, Giddens (1993) diferencia o amor apaixonado do amor romântico. Para ele, o primeiro “é um fenômeno mais ou menos universal”, enquanto este último seria “muito mais culturalmente específico” (GIDDENS, 1993, p. 48-49). É oportuno dizer que “até meados da década de 1980, grande parte dos antropólogos acatava sem maiores objeções a concepção de que o amor romântico seria um sentimento requintado e raro, surgido em determinado momento da história do Ocidente” (LOBATO, 2012, p. 9). Mas, por outro lado, “a partir dessa época, e de um ponto de vista diametralmente oposto, foram realizadas pesquisas que visavam averiguar a possível universalidade ou quase universalidade desse tipo de amor” (LOBATO, 2012, p. 9). E acrescenta Lobato:

As posturas daí decorrentes são claramente antagônicas. A primeira, que pode ser designada particularista, afirma o caráter extraordinário das emoções associadas ao amor romântico, mas discerne apenas um vazio em sociedades em que existem experiências amorosas inegáveis, enquanto a segunda, que apresenta proposições universalistas generalizantes, reduz as manifestações de amor em diferentes culturas a um padrão único: o amor romântico.

Prosseguindo com os estudos de Giddens (1993, p. 49), com a finalidade de delinear os limites entre o amor apaixonado e o amor romântico, o sociólogo se volta para a discussão em torno das características distintivas deste último, as quais serão apresentadas a seguir. Para entabular sua reflexão, Giddens (1993) retoma a discussão sobre o vínculo que se estabelecia entre as uniões oficiais e os interesses financeiros, isto é, as heranças, demarcações de terra, de que falamos no terceiro capítulo desta tese. “Na Europa pré-moderna, a maior parte dos casamentos eram contraídos, não sobre o alicerce da atração sexual mútua, mas o da situação econômica. Entre os pobres, o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário” (GIDDENS, 1993, 49). O autor argumenta que seria “improvável que uma vida caracterizada pelo trabalho árduo e contínuo conduzisse à paixão sexual” (GIDDENS, 1993, 49). E acrescenta:

Tem sido relatado que, entre os casamentos da França e da Alemanha do século XVII, o beijo, a carícia e outras formas de afeição física associadas ao sexo eram raros entre os casais casados. No entanto, as oportunidades para os homens se

envolverem em ligações extraconjugais eram com frequência muito numerosas.

Em contraposição às práticas sexuais das mulheres de grupos socialmente não privilegiados da Europa pré-moderna, a licenciosidade sexual, na esfera dos grupos aristocráticos, era abertamente permitida entre as mulheres “respeitáveis”⁶⁷ (GIDDENS, 1993, p. 49). E complementa o autor:

A liberdade sexual acompanha o poder e é uma expressão do poder; em certas épocas e locais, nas camadas aristocráticas, as mulheres eram suficientemente liberadas das exigências da reprodução e do trabalho rotineiro para poderem buscar o seu prazer sexual independente. Evidentemente, isso jamais esteve relacionado ao casamento. A maior parte das civilizações parece ter criado histórias e mitos que carregam a mensagem de que aqueles que buscam criar ligações permanentes devido a um amor apaixonado são condenados.

Para o autor (1993, p. 50), “a diferenciação entre a sexualidade ‘casta’ do casamento e o caráter erótico ou apaixonado dos casos extraconjugais era absolutamente comum entre outras aristocracias, além daquelas da Europa”. Mas a emergência dos ideais do amor intimamente relacionados aos valores morais da cristandade era de especificidade europeia, conforme observa Giddens (1993, p. 50). Nessa perspectiva, nos diz o sociólogo que “o preceito de que era preciso devotar-se a Deus para conhecê-lo, e que através deste processo alcança-se o autoconhecimento, tornou-se parte de uma unidade mística entre o homem e a mulher” (GIDDENS, 1993, p. 50). Assim, ele afirma que “a idealização temporária do outro, típica do amor apaixonado, aqui se associou a um envolvimento mais permanente com o objeto do amor [...]” (GIDDENS, 1993, p. 50).

Para Giddens (1993, p. 50), portanto, o amor romântico, que foi delineando suas especificidades desde o século XVIII, teria se apropriado dos ideais cristãos, por um lado, e incorporado aspectos constitutivos do amor apaixonado, por outro. “O amor romântico introduziu a idéia de uma narrativa para uma vida individual [...]”. Assim, “contar uma história é um dos sentidos do ‘romance’, mas esta história tornava-se agora individualizada, inserindo o eu e o outro em uma narrativa pessoal, sem ligação particular com os processos sociais mais amplos” (GIDDENS, 1993, p. 50). De acordo com o autor, “o início do amor

⁶⁷ Grifo do autor (1993)

romântico coincidiu mais ou menos com a emergência da novela: a conexão era a forma narrativa recém-descoberta” (GIDDENS, 1993, p. 50). Aqui novamente se aponta para a relação entre a linguagem literária e as formas de dizer ou de construir sentidos para o amor, a que nos referimos, sobretudo no terceiro capítulo desta tese. O discurso sobre o amor no campo literário também se fundamenta na oposição entre o amor romântico e o amor apaixonado. É o que se observa neste trecho da fala de Riobaldo, personagem do romance “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa. Enquanto ele atribui ao amor de sua “mulher” valores ligados à devoção, ao bem-querer, às rezas, em síntese, valores cristãos, chama de “neblina” o amor que sente por Diadorim (personagem que simboliza o amor extraconjugal). A neblina ofusca, confunde e, neste caso, poderíamos dizer que seria um elemento “perturbador das relações pessoais”, tal como observou Giddens (1993) em consideração sobre o amor apaixonado. Vejamos:

De mim, pessoa, vivo para minha mulher, que tudo modo-melhor merece, e para a devoção. Bem-querer de minha mulher foi que me auxiliou, rezas dela, graças. Amor vem de amor. Digo. Em Diadorim, penso também – mas Diadorim é a minha neblina... (ROSA, 1994, p. 27)

Outro aspecto salientado pelo autor seria o vínculo que se estabelece entre o amor romântico e a noção de liberdade, “ambos sendo considerados como estados normativamente desejáveis” (GIDDENS, 1993, p. 50). Se o amor apaixonado foi posto à parte das instituições ao libertar-se do cumprimento da rotina e do dever, o amor romântico, em oposição, inseria-se “diretamente nos laços emergentes entre a liberdade e auto-realização” (GIDDENS, 1993, p. 50). Outra especificidade é o fato de que nas “ligações de amor romântico, o elemento do amor sublime tende a predominar sobre aquele do ardor sexual” (GIDDENS, 1993, p. 51). O autor acrescenta mais uma diferença entre um e outro. Para ele, “na medida em que a atração imediata faz parte do amor romântico, ela tem de ser completamente separada das compulsões sexuais/eróticas do amor apaixonado” (GIDDENS, 1993, p. 51). A esse respeito, acrescenta o autor:

O “primeiro olhar” é uma atitude comunicativa, uma apreensão intuitiva das qualidades do outro. É um processo de atração por alguém que pode tornar a vida de outro alguém, digamos assim, “completa”.

A cisão entre o amor apaixonado e o amor romântico está relacionada ao fato de que “a modernidade é inseparável da ascendência da razão, no sentido de que se supõe que a compreensão racional dos processos físicos e sociais substitui a regra arbitrária do misticismo e do dogma” (GIDDENS, 1993, p. 51). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o sociólogo (1993, p. 51) chama nossa atenção para o fato de que “até o início da Era Moderna, os encantamentos, filtros e afrodisíacos do amor faziam parte do estoque de homens e mulheres ‘malandros’, aos quais se poderia recorrer para auxiliar no manejo dos caprichos dos envolvimento sexuais”. Assim, “o destino do indivíduo nas ligações pessoais, e também em outras esferas, estava ligado a uma ordem cósmica mais ampla” (GIDDENS, 1993, p. 51). Em contraposição, o “romance”⁶⁸, apesar de ainda possuir ressonâncias de concepções anteriores do destino cósmico, “as mesclava a uma atitude que ansiava por um futuro livre” (GIDDENS, 1993, p. 51). Neste caso, “converteu-se em um via potencial para o controle do futuro, assim como uma forma de segurança psicológica (em princípio) para aqueles cujas vidas eram por ele afetadas” (GIDDENS, 1993, p. 51).

No tocante mais especificamente às relações de gênero, Giddens (1993, p. 51) acentua que “o surgimento da ideia do amor romântico tem de ser compreendido em relação a vários conjuntos de influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII”. Em suas palavras: “um deles foi a criação do lar. Um segundo foi a modificação nas relações entre pais e filhos; um terceiro, o que alguns chamaram de a ‘invenção da maternidade’” (GIDDENS, 1993, p. 53).

Giddens (1993, p. 53) chama a atenção para o fato de que o poder patriarcal no meio doméstico estava declinando na última parte do século XIX. Conforme anteriormente explicitamos, o romance “A mulher de trinta anos”, escrito por Balzac no século XIX, já apontava para o declínio de que fala Giddens (1993). Para o sociólogo, “o domínio direto do homem sobre a família, que na realidade era abrangente quando ele ainda era o centro do sistema de produção, ficou enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho” (GIDDENS, 1993, p. 53). Por outro lado, de acordo com o autor, “o controle das mulheres sobre a criação dos filhos aumentou à medida que as famílias ficavam menores, e as crianças passaram a ser identificadas como vulneráveis e necessitando de um treinamento emocional a longo prazo” (GIDDENS, 1993, p. 53).

Outrossim, “a idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns valores propagados sobre o amor

⁶⁸ Destaque do autor (1993).

romântico” (GIDDENS, 1993, p. 53). O autor frisa que “a imagem da ‘esposa e mãe’ reforçou um modelo de ‘dois sexos’ das atividades e dos sentimentos” (GIDDENS, 1993, p. 53). Assim, teríamos a mãe/esposa, com toda a sua carga de afeto e cuidados, e o pai/marido, metaforicamente pensado como o tronco, a espinha dorsal ou sustentáculo (aquele que provê), tal como sugerido na voz de André, personagem do romance “Lavoura Arcaica”, de Raduan Nassar (1999, p. 98):

Eram esses os nossos lugares à mesa na hora das refeições, ou na hora dos sermões: o pai à cabeceira; a sua direita, por ordem de idade, vinha Pedro, seguido de Rosa, Zuleika, e Huda; à sua esquerda vinha a mãe, em seguida, eu, Ana, e Lula, o caçula. O galho da direita era um desenvolvimento espontâneo do tronco, desde as raízes; já o da esquerda trazia o estigma de uma cicatriz, como se a mãe, que era por onde começava o segundo galho, fosse uma anomalia, uma protuberância mórbida, um enxerto junto ao tronco talvez funesto pela carga de afeto; podia-se quem sabe dizer que a distribuição dos lugares na mesa (eram caprichos do tempo) definia as duas linhas da família.

Assim, foi se configurando uma disjunção entre os gêneros de tal modo que “as mulheres eram conhecidas pelos homens como sendo diferentes, incompreensíveis – parte de um domínio estranho aos homens” (GIDDENS, 1993, p. 53). Nessa perspectiva, acrescenta Giddens:

Com a divisão das esferas de ação, a promoção do amor tornou-se predominantemente tarefa das mulheres. As idéias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior. Mas o desenvolvimento de tais ideias foi também uma expressão do poder das mulheres, uma asserção contraditória da autonomia diante da privação (GIDDENS, 1993, p. 54).

Em contraposição às mulheres, Giddens (1993, p. 54) afirma que, “para os homens, as tensões entre o amor romântico e o *amour passion* eram tratadas separando-se o conforto do ambiente doméstico da sexualidade da amante ou da prostituta”. O autor sustenta que “o cinismo masculino em relação ao amor romântico foi prontamente amparado por esta divisão, que não obstante aceitava implicitamente a feminilidade do amor ‘respeitável’” (GIDDENS, 1993, p. 54). Mas apesar do padrão duplo, que mais favorecia aos homens, “a fusão dos ideais do amor romântico e da maternidade permitiu às mulheres o desenvolvimento de novos domínios de intimidade” (GIDDENS, 1993, p. 55). Nesse sentido, Giddens (1993, p.

55) afirma que “as amizades entre mulheres ajudaram a mitigar os desapontamentos do casamento, mas também mostraram-se por si sós compensadoras”. A esse respeito, argumenta o autor:

Durante o período vitoriano, a amizade masculina perdeu muito da qualidade de envolvimento mútuo que os camaradas mantinham um pelo outro. Os sentimentos da camaradagem masculina foram em grande parte relegados a atividades marginais, como o esporte ou outras atividades de lazer, ou ainda a participação na guerra. Para muitas mulheres, as coisas ocorreram na direção oposta. Como especialistas do coração, as mulheres estabelecem contato uma com a outra em uma condição de igualdade pessoal e social, dentro dos espectros amplos das divisões de classe (GIDDENS, 1993, p. 55).

Voltando-se mais especificamente para a literatura, Giddens (1993, p. 55) afirma que “o consumo ávido de novelas e histórias românticas não era em qualquer sentido um testemunho de passividade. O indivíduo buscava no êxtase o que lhe era negado no mundo comum”, como já foi dito anteriormente por Del Priore (2012). A partir desta ideia, pode-se até considerar, conforme o que nos diz o autor (1993, p. 55), que “a realidade das histórias românticas era uma expressão de fraqueza, uma incapacidade de se chegar a um acordo com a auto-identidade frustrada na vida social real”. Mas, para o sociólogo, “a literatura romântica era (e ainda é hoje) também uma literatura de esperança, uma espécie de recusa. Frequentemente rejeitava a ideia da domesticidade estabelecida como o único ideal proeminente” (GIDDENS, 1993, p. 55). E acrescenta:

Em muitas histórias românticas, após um namoro com outros tipos de homens, a heroína descobre as virtudes do indivíduo íntegro, sólido, que se torna um marido confiável. Entretanto, pelo menos com a mesma frequência, o verdadeiro herói é um brilhante aventureiro que se distingue por suas características exóticas e ignora a convenção em sua busca de uma vida errante (GIDDENS, 1993, p. 55).

Retomando a discussão sobre as diferenças entre o amor romântico e o *amor passion*⁶⁹, Giddens (1993, p. 55) afirma que este último “jamais foi uma força social genérica da maneira que tem sido o amor romântico, desde o final do século XVIII até períodos relativamente recentes”. As ideias de amor romântico, como já foi dito, vinculam-se a transições importantes que afetaram o casamento e também outros contextos da vida pessoal,

⁶⁹ Grifo do autor (1993)

e implicam desde suas origens a questão da intimidade (GIDDENS, 1993, p. 56). Para Giddens (1993, p. 56), outra característica do amor romântico é que ele “presume algum grau de autoquestionamento”. Seguindo esse enfoque, o autor pressupõe os seguintes questionamentos: “Como eu me sinto em relação ao outro? Como o outro se sente a meu respeito? Será que os nossos sentimentos são ‘profundos’ o bastante para suportar um envolvimento prolongado?” (GIDDENS, 1993, p. 56).

Em outras palavras, o autor afirma que o amor romântico “presume uma comunicação psíquica, um encontro de almas que tem um caráter reparador” (GIDDENS, 1993, p. 56). Por outro lado, o autor chama a atenção para o fato de que esta forma de amor “se projeta em dois sentidos: apóia-se no outro e idealiza o outro, e projeta um curso do desenvolvimento futuro” (GIDDENS, p. 56). A esse respeito, Giddens (1993) argumenta que muitos críticos se fixaram no primeiro desses aspectos, mas, diferentemente, ele considera que o segundo constitui a sua base. Nesta direção, evocamos as ideias de futuro (ou de projeção de um curso de vida a dois) que se materializam no discurso da jovem Frida. Ao tecer comentário sobre seu namoro homoafetivo⁷⁰ durante a entrevista, nos disse que sua ex-namorada e ela planejavam “realizar coisas no futuro”, como adotar uma criança:

Talvez a primeira ideia relacionada ao amor seja que você quer passar muito tempo com aquela pessoa, né? Que você tem vontade mesmo de construir coisas com aquela pessoa, né? De realizar coisas em um futuro longo, sei lá [...]. Porque... primeiro, quando você conhece a pessoa é muita paixão. Aí você pensa em adotar criança, e num sei o que... e com o passar do tempo eu fui vendo que eu nem queria isso e *ela* permanecia querendo.

Essa tendência à projeção de um futuro está relacionada com a ideia de busca. Giddens (1993, p. 57) nos diz que “no amor romântico, a absorção pelo outro, típica do *amour passion*, está integrada na orientação característica da ‘busca’”. Em sua definição: “a busca é uma odisséia em que a auto-identidade espera a sua validação a partir da descoberta do outro”. Assim, o autor afirma que “possui um caráter ativo e, neste aspecto, o romance moderno contrasta com as histórias românticas medievais, em que a heroína em geral é relativamente passiva” (GIDDENS, 1993, p. 57). Vejamos mais detalhadamente:

As mulheres das novelas românticas modernas são em sua maioria independentes e corajosas e têm sido consistentemente retratadas desse modo. O motivo da conquista

⁷⁰ Embora Giddens (1993) faça uso do termo “homossexual” ou “homossexualidade”, temos consciência de que hoje há uma orientação para o uso do termo “homoafetivo” ou “homoafetividade”, em vez daqueles, a fim de que seja destacado o aspecto da afetividade.

nestas histórias não se parece com a versão masculina da conquista sexual: a heroína encontra e entenece o coração de um homem que inicialmente mostra-se indiferente e distante dela, ou ainda abertamente hostil. A heroína então ativamente produz amor. O seu amor faz com que ela seja amada, dissolve a indiferença do outro e substitui o antagonismo por devoção.

Para o autor (1993, p. 57), “se o *ethos* do amor romântico é simplesmente compreendido como o meio pelo qual uma mulher conhece o seu ‘príncipe’, isso parece realmente superficial”. E nesse sentido argumenta: “embora na literatura, como na vida, às vezes as coisas se passem deste modo, a conquista do coração do outro é na verdade um processo de criação e uma narrativa biográfica mútua”. Em consonância com estas ideias, Bruckner (2011, p. 90) nos diz que “o que dois seres se dão de mais bonito não são apenas seus corpos, seus prazeres, seus talentos mútuos, é uma história que não se parece com nenhuma outra, que os unirá para sempre mesmo que acabem se deixando”. Por outro lado, diferentemente de Giddens (1993), o escritor francês sustenta, ao seu modo ensaístico de se posicionar, que “o mito do príncipe encantado é um sonho masculino e feminino [...]. Que homem insignificante não sonhou em segredo em escapar à banalidade de sua vida, em se revelar transfigurado, irradiando graça?”.

No que diz respeito à criação de narrativas românticas, Giddens (1993) aponta para a pesquisa realizada por Sharon Thompson no final da década de 1980. Trata-se de “uma investigação das atitudes, dos valores e do comportamento sexual de 150 adolescentes americanos de classes e origens étnicas diferentes” (GIDDENS, 1993, P. 59). Em suas entrevistas, enquanto os rapazes “discorriam, sobretudo sobre episódios sexuais esporádicos, como desempenho heterossexual precoce ou conquistas sexuais diversas”, quase todas as garotas “contavam longas histórias ‘repletas de descobertas, de angústia e entusiasmo pelas relações íntimas’” (GIDDENS, 1993, P. 59). A partir daí, a pesquisadora concluiu que “as garotas possuíam algo que se aproximava das habilidades dos romancistas profissionais em sua capacidade para narrar uma história detalhada e complexa; muitas falavam durante várias horas [...]” (GIDDENS, 1993, P. 59-60).

Segundo Giddens (1993, p. 60), “o principal instrumento temático das histórias das garotas foi aquele que Thompson rotula como ‘a busca do romance’”. Nesse sentido, o estudioso nos diz que “o romance liga a sexualidade a um futuro antecipado, em que os encontros sexuais são vistos como desvios no caminho para um relacionamento amoroso

definitivo” (GIDDENS, 1993, p. 60). A esse respeito, arriscamo-nos a afirmar que a busca do romance pode estabelecer um vínculo com a expressão de um sentimento de *desencanto*, se for considerada uma ação fora de contexto, extemporânea, isto é, inapropriado ao modo como se configuram as relações amorosas na atualidade, ou tal como o sujeito imagina que estas relações aconteçam nos dias de hoje. Diríamos que a ideia de *desencanto* se materializa no discurso da jovem Florbela Espanca, também aluna do curso de Letras, em diferentes trechos de sua entrevista. Vejamos:

- a. E todas as vezes que eu me relacionei com alguém eu me ferrei muito, porque eu me entregava muito, eu sonhava... ou eu achava que aquilo era um conto de fadas. Porque é o que dizem “Flor, não é uma novela a sua vida”, então, “não é uma Malhação”, mas é porque eu realmente vivo como se fosse um conto-de-fadas e eu não consigo desacreditar, entendeu? [...].
- b. Então, assim, é... tá complicado as relações... hoje em dia todo mundo pensa só em si, só em si mesmo. Então, foda-se o outro. Então, pra mim tá um caso sério as relações amorosas de hoje. É triste saber disso, né? Porque eu, por exemplo, eu sou uma pessoa que sou, assim, sinônimo de amor, porque eu sou fofa ao extremo, romântica ao extremo, essas coisas do tipo, entendeu? Então tá complicado, tá muito complicado. Ainda mais pra pessoas como eu, né? Dói, machuca. Eu escrevo muito sobre textos assim porque me machuca muito ver que o amor hoje em dia tá em falta, entendeu? Em qualquer tipo de relacionamento.
- c. É aquele tal do conto-de-fadas, entendeu? Sei que não existe mas eu ainda quero. Eu ainda quero que realmente eu sinta aquele amor. Eu não tô falando de princesa e de príncipe, eu tô falando em relação a sentir aquele amor que é pra sempre.

Aliás, “Em busca do Amor” é o título de um dos poemas da escritora portuguesa Florbela Espanca, um soneto publicado em seu “Livro de Mágoas”, de 1919, a seguir:

O meu Destino disse-me a chorar:

“Pela estrada da Vida vai andando,

E, aos que vires passar, interrogando

Acerca do Amor, que hás-de encontrar.”

Fui pela estrada a rir e a cantar.

As contas do meu sonho desfiando...

E noite e dia, à chuva e ao luar,

Fui sempre caminhando e perguntando....

Mesmo a um velho eu perguntei: “Velhinho,

Viste o Amor acaso em teu caminho?”

E o velho estremeceu... olhou... e riu...

Agora pela estrada, já cansados,

Voltam todos pra trás desanimados...

E eu paro a murmurar: “Ninguém o viu!...”

Na configuração de sentidos sobre o amor, tanto a poetisa portuguesa quanto a jovem entrevistada, a quem também chamamos de Florbela Espanca, por fins de codinome, fazem referência à palavra *sonho*, e ambas se defrontam, desencantadas, com a *ausência do amor*: a poetiza diz que “ninguém o viu!”, e, por sua vez, a jovem pronuncia: “sei que não existe mas eu ainda quero”, referindo-se ao amor. O soneto da escritora é do início do século XX, enquanto a Florbela brasileira é uma jovem de 19 anos, estudante do curso de Letras, do século atual. Embora em contextos históricos distintos, seus discursos sobre o amor convergem em direção a uma rede de sentidos comuns. Neste caso, configura-se “um retorno aos mesmos espaços do dizer”, diria Orlandi (2003, p. 36).

“Eu vivo como se fosse um conto-de-fadas”, nos diz a jovem do curso de Letras. Assim, poderíamos dizer que, em seu discurso, se constitui a ideia de *suspensão do real*⁷¹, materializada tanto no uso da expressão “conto-de-fada” como na palavra “sonho”. “Eu sou uma pessoa que sou, assim, sinônimo de amor, porque eu sou fofa ao extremo, romântica ao extremo, essas coisas do tipo”, afirma sobre si mesma a Florbela do século XXI. Entretanto, no mundo real as pessoas dizem “foda-se o outro”, para usar a expressão da estudante, na transcrição acima. Ou seja, há uma incompatibilidade entre o “mundo real” e o “conto-de-fadas” em que se encontraria a jovem. Ou, diríamos, uma incompatibilidade entre a sua concepção de amor e a do “mundo real”, de tal modo que essa incongruência converge para a expressão do sentimento de *desencanto*, do qual falamos anteriormente. É um sentir-se “fora-

⁷¹ Em nossa dissertação de Mestrado (MORAES, 2004), na qual problematizamos a questão do discurso “machista” em textos humorísticos, utilizamos o termo *suspensão do real* em contraposição ao termo *efeito de real*.

do-mundo”, tal como se imagina que este mundo (“o real”) seja. “Eu sou a que no mundo anda perdida,/ Eu sou a que na vida não tem norte,/ Sou a irmã do Sonho, e desta sorte/ Sou a crucificada... a dolorida...”, anuncia a poetisa portuguesa.

A jovem estudante escreve: “Dói, machuca. Eu escrevo muito sobre textos assim porque me machuca muito ver que o amor hoje em dia tá em falta, entendeu? Em qualquer tipo de relacionamento”. A poetisa portuguesa nos diz em versos: “Vivo sozinha em meu castelo: a Dor!”. Ambas escrevem sobre suas mágoas e sonham encontrar o amor. Mundos sobrepostos? Almas irmãs? Apenas duas mulheres? Optamos pela resposta mais compatível com nossos pressupostos teóricos fundamentados na AD: a de que são discursos que nos atravessam pelo tempo nos constituindo como sujeitos “amorosos”, ou como sujeitos sexuados ou “generificados”, para usar o termo de Salih (2012, p. 20). Nesta direção, complementa:

Uma investigação genealógica da constituição do sujeito supõe que sexo e gênero são *efeitos* – e não causas – de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero (SALIH, 2012, 21).

Retomando as considerações de Giddens (1993, p. 61), o sociólogo afirma que “um dos achados importantes do trabalho de Thompson é que a diversidade sexual existe juntamente com a persistência das ideias de romance, embora às vezes em uma relação inquietante e conflituosa”. Ainda segundo o autor, “entre as entrevistadas de Thompson, as garotas lésbicas pareciam considerar o romance tão estimulante quanto as heterossexuais”. (GIDDENS, 1993, 61). Em consonância com estes resultados, em nossa pesquisa, a ideia de romance também fundamenta o discurso da jovem Elizabeth Bishop, aluno do curso de Letras:

Eu sou gay e quero e vou constituir família. Eu quero ter filhos, ponto [...]. Eu realmente acredito que a minha felicidade tá sim ao lado de alguém, pra eu poder dividi-la, entendeu? Eu acho que a vida ela só acontece a dois.

Mais especificamente com relação às práticas sexuais, Giddens (1993, p. 61) nos diz que, de acordo com a pesquisa, “a ‘perda da virgindade’⁷² para um rapaz, hoje em dia,

⁷² Caberia aqui chamar a atenção para uma reportagem publicada no jornal “O Globo”, 2/7/14, assinada por Roberta Salomone, que se reporta ao movimento “Eu escolhi esperar” (EEE), de caráter religioso, cujos

assim como desde os tempos imemoriais, continua sendo uma expressão imprópria: para os rapazes, a primeira experiência sexual é uma adição, um ganho”. Em contraposição, vejamos o que é dito com relação às garotas:

Para as garotas, a virgindade é ainda considerada como uma entrega. Para a maioria, a questão não é realizá-la ou não como parte da experiência sexual precoce, mas como escolher o momento e a circunstância certos. O acontecimento está diretamente relacionado a narrativas românticas. [...] A questão que as garotas colocam para si próprias, assim como implicitamente para o seu primeiro parceiro, seja ele (ou ela) quem for, é: será que a minha sexualidade vai me permitir determinar o caminho da minha vida futura? Será que vai me proporcionar capacidade sexual? A primeira experiência sexual é para muitas um teste para verificarem se um futuro enredo romântico pode ou não ser alcançado (GIDDENS, 1993, p. 61-62).

Giddens (1993, p. 62) põe em relevo outra descoberta de Thompson, segundo a qual “as garotas com quem falou não tiveram de lutar para conseguir liberdade sexual: tal liberdade existe, mas o problema é fazer algo quanto a isso diante das atitudes masculinas, que ainda carregam mais que um eco do passado”. Nesta direção, Bruckner (2011, p. 50) acrescenta que “a antiga sedução punha em cena três personagens: a comunidade, as conveniências e a mulher. Era preciso, com um só movimento, acalmar uma, respeitar as outras, seduzir a terceira”. Por outro lado, o ensaísta considera que “a nova sedução põe frente a frente dois indivíduos que arriscam a própria pele nesse empreendimento. Ir na direção do outro é tornar-se sua coisa, pois ele pode me entristecer, e é preciso muito tato para dizer não sem ferir”.

Outra questão importante da pesquisa corresponde ao fato de que “no final da adolescência, muitas garotas já tiveram experiência de amores infelizes, estando bem conscientes de que o romance não pode mais ser vinculado à permanência”. Nesse sentido, complementa o autor:

Em uma sociedade altamente reflexiva, assistindo a televisão e lendo, eles entram em contato e ativamente procuram numerosas discussões sobre sexo, relacionamentos e influências que afetam a posição das mulheres. Os elementos

seguidores todos jovens, de ambos os sexos, se comprometem a manter a virgindade até o casamento, inclusive um dos jogadores da Seleção Brasileira, David Luís, é adepto do movimento.

fragmentários da ideia do amor romântico a que estas garotas se aferram, buscando deter um controle prático de suas vidas, não estão mais imensamente ligados ao casamento (GIDDENS, 1993, p. 62).

Mesmo que haja a consciência de que não se pode vincular o romance a ideia de permanência, tal como defende Giddens (1993), enfatizamos que a jovem Florbela Espanca, de que já falamos, ainda sustenta um discurso baseado na ideia do “para sempre”: “pra mim é como se eu realmente fosse viver um relacionamento, casamento, ‘felizes para sempre’”. É verdade que ela admite ou reconhece que “[...] as pessoas não estão dispostas a fazer isso [...]” porque “[...] elas começam já pensando no término”. Não obstante, acrescenta: “E eu não, entendeu?”. Ou seja, embora ela tenha consciência de que as relações amorosas tendem a não ser duradouras, permanece inalterada sua ideia de amor “para sempre”, de acordo com o que nos disse em sua entrevista.

Outrossim, Giddens (1993, p. 63) enfatiza que as garotas entrevistadas por Thompson “virtualmente, [...] admitem que terão um trabalho remunerado durante a maior parte de suas vidas, a maioria considerando a importância da formação profissional como sendo uma base para a sua autonomia futura”. E ainda complementa o autor: “somente algumas garotas entrevistadas por Thompson – a maioria de classe média – encaram o trabalho como uma importante fonte de significado” (GIDDENS, 1993, p. 63). A esse respeito, vale trazer à tona o discurso da jovem Julieta, do curso de Economia Doméstica, no qual sustenta que foi orientada por seus pais para ser “independente e não depender de homem”, em suas palavras:

[...] a minha mãe sempre botou na minha cabeça, até mesmo o meu pai, estude, estude, estude, não vá casar muito cedo, estude, estude, e depois vá trabalhar, estude, vá trabalhar, seja independente e depois pense em se casar, então na minha vida todinha foi sempre essa meta, tá estudando e batalhando pra conseguir ser independente e não depender de homem né?

Depois de se referir à pesquisa de Thompson com adolescentes, Giddens (1993) traz à tona outro trabalho investigativo, também realizado no final da década de 1980, por Emily Hancock. A pesquisa teve como foco as histórias de vida de 20 mulheres americanas, de várias origens de classe, entre 30 e 75 anos de idade. “Algumas estavam ainda em seus primeiros casamento, outras haviam tornado a se casar, eram divorciadas ou viúvas” (GIDDENS, 1993, 64). O autor salienta que, para as entrevistas, “o casamento era o cerne da

experiência da vida de uma mulher – embora muitas tenham tido retrospectivamente de reconstruir o seu passado, porque quando se casaram o casamento era muito diferente do que é agora” (GIDDENS, 1993, 64).

Com relação aos resultados da pesquisa, Giddens (1993, 67) afirma que a maioria das mulheres “buscaram libertar-se das vidas que suas mães viviam, identificadas por elas com a domesticidade confinada”. Segundo ele (1993, p. 67), “o processo foi muito tenso, pois cada uma buscava distanciar-se de sua mãe sem rejeitar a feminilidade”. Vejamos de forma mais pormenorizada os resultados aos quais se refere o autor:

Não observamos aqui a perpetuação de atitudes que vinculam o amor e o casamento como um “estado final”; mas também não é simplesmente uma tentativa de entrar em um mundo masculino por meio da adoção de valores instrumentais. Estas mulheres, assim como as outras retratadas no livro de Hancock, são, em um sentido real, pioneiras que se movem através de um território não delimitado, que traçam alterações na auto-identidade à medida que se confrontam e são confrontadas com mudanças na natureza do casamento, da família e do trabalho (GIDDENS, 1993, 67).

Para Giddens (1993, 67), é preciso ter em mente que o casamento, no caso das mulheres entrevistadas, foi “utilizado como um meio para se alcançar uma certa autonomia”. Dito isto, o autor nos lembra que já sugeriu anteriormente que “o amor romântico é um jogo contra o futuro, uma orientação para o controle do tempo futuro por parte das mulheres que se tornaram especialistas em questões de [...] intimidade”⁷³ (GIDDENS, 1993, 67). O autor reitera ainda que, “nos períodos iniciais do desenvolvimento moderno, para muitas mulheres havia uma ligação quase inevitável entre o amor e o casamento” (GIDDENS, 1993, 67). Mas, por outro lado, pondera que “absolutamente à parte das intervenções dos autores feministas prescientes, as mulheres estavam *de facto* explorando outros caminhos” (1993, p. 67). E acrescenta:

A separação entre o casamento e suas raízes tradicionais nos fatores “externos” impôs-se muito mais intensamente sobre as mulheres do que sobre os homens, que poderiam encontrar no casamento e na família antes de tudo um refúgio do individualismo econômico. Para os homens, colonizar o futuro em termos de uma carreira econômica prevista significava deixar de avaliar a forma paralela, mas

⁷³ Ocultamos no texto principal, por fins de economia de espaço, um esclarecimento em parênteses utilizado pelo autor (1993, p. 67), a seguir: “(O que agora veio a ser compreendido como) intimidade”.

substantivamente muito diferente, de colonizar o tempo, proporcionada pelo amor romântico. Para eles, pelo menos aparentemente, o amor permanecia mais próximo ao *amour passion* (GIDDENS, 1993, p. 67-68).

Ainda com relação aos dados alcançados na pesquisa, o autor aponta para duas entrevistadas, Wendy e Helen, uma de 39 anos e a outra de 49, respectivamente. No caso delas, “o casamento, quando nele entraram, já era contraditório, mas também pronto para ser impregnado com um nível mais alto de reflexividade” (GIDDENS, 1993, 68). É verdade, segundo o sociólogo, que “ainda não havia sido considerado livre de suas âncoras ‘externas’, e proporcionava um *status* distinto para as mulheres enquanto esposas e mães” (GIDDENS, 1993, 68). Mas o autor defende, por outro lado, que “mesmo na primeira parte de suas vidas, ele já não era para elas uma questão de ‘encontrar um homem’, mas estava vinculado a tarefas e preocupações absolutamente diferentes daquelas da geração de suas mães” (GIDDENS, 1993, 68).

Mulheres como Wendy e Helen ajudaram a preparar o caminho para uma reconstrução da vida íntima [...]. Se as adolescentes não falam muito sobre o casamento, não é por terem realizado uma transição bem-sucedida para um futuro não-doméstico, mas porque são participantes, e colaboradoras, de uma reorganização importante por que realmente passa o casamento e outras formas de vínculo pessoal próximo. Falam mais em relacionamentos do que no casamento em si, e estão certas em assim fazê-lo.

Na citação acima, o autor faz uso do termo “relacionamento”⁷⁴, no sentido de “um vínculo emocional próximo e continuado com outra pessoa”. Mas, conforme, nos diz Giddens (1993, p. 68), esta acepção do termo só chegou ao uso geral em um período relativamente recente. Nesta direção, o autor aponta para um conceito pensado por ele, o de *relacionamento puro*. É peremptório ao dizer que esta expressão não tem nada a ver com pureza sexual, restringindo-a ao seu modo de compreendê-la, a seguir:

Refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela

⁷⁴ Grifo do autor (1993)

permanecerem (GIDDENS, 1993, p. 68-69).

Ao definir o sentido conceitual da expressão *relacionamento puro*, Giddens (1993) reitera que, “para a maior parte da população sexualmente ‘normal’, o amor costumava ser vinculado à sexualidade pelo casamento, mas agora os dois estão cada vez mais vinculados através do relacionamento puro” (GIDDENS, 1993, 69). Em outras palavras, “o casamento – para muitos, mas de forma alguma para todos os grupos na população – tem-se voltado cada vez mais para a forma de um relacionamento puro, com muitas outras conseqüências” (GIDDENS, 1993, 69). Mas salienta que este não se restringe ao casamento heterossexual, uma vez que emerge em outros contextos da sexualidade. Além disso, o *relacionamento puro* seria correlato ao desenvolvimento da *sexualidade plástica*, outro conceito pensado pelo autor, sobre o qual já falamos.

O autor (1993) nos chama a atenção para o fato que “na época atual, os ideais do amor romântico tendem a fragmentar-se sob a pressão da emancipação e da autonomia sexual feminina”. Assim, pode-se falar em termos de um conflito entre a ideia do amor romântico e o relacionamento puro. Este conflito se dá porque a identificação projetiva que gera a sensação de totalidade com o outro (entre a masculinidade e a feminilidade), no caso do amor romântico, termina por colidir com o desenvolvimento de um relacionamento cuja continuação depende da intimidade. A partir deste pensamento, o teórico elabora o conceito de *amor confluyente*, em contraposição à ideia de amor romântico. Este último foi necessário, segundo Giddens (1993, p. 69), para a abertura de caminhos no sentido da formação de relacionamentos puros no domínio da sexualidade, mas agora se enfraquecia por algumas das próprias influências que ajudou a criar.

O autor (1993, 72) especifica as diferenças entre a ideia de amor romântico e o seu conceito de *amor confluyente*. “Este seria um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias ‘para sempre’ e ‘único’ da ideia de amor romântico”. Nesse sentido, argumenta o autor: “a sociedade separada e divorciada de hoje aparece aqui mais como um efeito da emergência do amor confluyente do que como causa” (GIDDENS, 1993, 72). À diferença do amor romântico, em que se busca uma pessoal “especial”⁷⁵, no caso do relacionamento puro, o que mais conta, segundo o autor (1993, p. 72), seria a ideia de um

⁷⁵ Grifo do autor (1993, p. 72)

“relacionamento especial”⁷⁶. E o autor continua a especificar os aspectos em que o amor romântico se diferencia do amor confluyente:

Em contraste com o amor confluyente, o amor romântico tem sido sempre equilibrado em relação a gênero, como resultado de influências já discutidas. O amor romântico há muito tempo tem mostrado uma qualidade igualitária, intrínseca à ideia de que um relacionamento pode derivar muito mais do envolvimento emocional de duas pessoas do que de critérios sociais externos (GIDDENS, 1993, p. 72-73).

Apesar dessa qualidade igualitária pressuposta no amor romântico, na citação acima, o autor (1993, p. 73) enfatiza que “muito frequentemente os sonhos de amor romântico das mulheres têm conduzido a uma severa sujeição doméstica”. Em contraste, nos diz Giddens (1993, p. 73), “o amor confluyente presume igualdade na doação e no recebimento emocionais, e quanto mais for assim, qualquer laço amoroso aproxima-se muito mais do protótipo do relacionamento puro”. E dessa forma, pode-se dizer que “amor só se desenvolve até o ponto em que se desenvolve a intimidade, até o ponto em que cada parceiro está preparado para manifestar preocupações e necessidades em relação ao outro e está vulnerável a esse outro” (GIDDENS, 1993, p. 73).

Outro aspecto a ser considerado entre as diferenças que separam o amor romântico do amor confluyente está relacionado à questão da *ars erotica*. Enquanto no amor romântico, a satisfação e a felicidade sexuais são apenas supostamente garantidas, para Giddens (1993, p. 73), “o amor confluyente pela primeira vez introduz a *ars erótica* no cerne do relacionamento conjugal e transforma a realização do prazer sexual recíproco em um elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento”. Nessa perspectiva, o autor acrescenta que

O cultivo de habilidades sexuais, a capacidade de proporcionar e experimentar satisfação sexual, por parte de ambos os sexos, tornam-se organizados reflexivamente via uma multiplicidade de fontes de informação, de aconselhamento e de treinamento sexual (GIDDENS, 1993, p. 73).

O sociólogo postula que, em uma sociedade onde quase todos têm a oportunidade de tornarem-se sexualmente realizados, o amor confluyente desenvolve-se como um ideal. A legitimação do prazer sexual por parte de ambos os gêneros favorece também o esgotamento da “distinção entre as mulheres ‘respeitáveis’ e aquelas que de algum modo estão marginalizadas da vida social ortodoxa” (GIDDENS, 1993, p. 74). Ao contrário do amor

⁷⁶ Grifo do autor (1993, p. 72)

romântico, o amor confluyente não seria baseado de forma necessária na monogamia, “no sentido da exclusividade sexual”, para usar os termos do autor (1993, p. 74). Ainda em suas palavras:

O que mantém o relacionamento puro é a aceitação, por parte de cada um dos parceiros, “até segunda ordem”, de que cada um obtenha da relação benefício suficiente que justifique a continuidade. A exclusividade sexual tem um papel no relacionamento até o ponto em que os parceiros a considerem desejável ou essencial (GIDDENS, 1993, p. 74).

A propósito, quando as palavras monogamia e poligamia aparecem no discurso da jovem Frida, o sujeito discurso se posiciona em tom de autoquestionamento, para usar um termo de Giddens (1993), lançando a si mesmo perguntas. Trata-se, neste caso, de um sujeito em estado de *conflito*, diríamos, fragmentado entre as formas da monogamia e da poligamia, entre o *nós* (dois) e o *nós* (mais de dois), em busca de entender a si mesmo e ao outro. Aqui a palavra “busca” não corresponde ao sentido utilizado por Giddens (1993) anteriormente (“uma odisséia em que a auto-identidade espera a sua validação a partir da descoberta do outro”), mas à procura de entendimento, a uma tentativa de investigação racional no que diz respeito aos modos de relacionamento amoroso. Nas palavras da jovem:

Eu tenho namorado. E é muito complicado. Eu sei que ele sente desejo e sentirá desejo por outras pessoas. E eu sinto também, né? Só que... né? Qual é o limite, né? Qual é o limite desse desejo Eu até... a gente tem até conversado muito sobre isso e eu fiquei meio chateada com algumas coisas que aconteceram, e eu falei “a monogamia é uma hipocrisia. Mas eu não sei se a poligamia, o poliamor, um relacionamento aberto me traria felicidade”, né? Porque você está com um, sabe que ele sente desejo por outra e não pode falar sobre isso, né? Todo mundo sabe. Ele sabe que eu sinto, eu sei que ele sente, mas a gente não pode falar sobre isso por quê? Se isso é tão natural, se isso é tão comum... Então será que a solução é enxergar a monogamia de uma maneira mais tranquila, né? Entendendo o outro na sua, sei lá, inteireza como ser humano. Será que é isso, né? Porque eu também vejo... é realmente o que eu vejo. As pessoas com relacionamentos abertos com muitas angústias. Muitas nem conseguem se livrar do ciúme, né? Então tem outro casal homossexual, de homens, que é relativamente próximo a mim, e um deles vive angustiado porque eles tão numa festa e o parceiro dele começa a ficar com outro cara, ele não gosta, mas ele fica com outro cara pra dizer que tá tudo bem. E eles tão juntos há anos, né? E essa pessoa notadamente fica angustiada e não consegue se livrar do amor que tem pelo outro, né? E se submete a essa situação. Então, que liberdade é essa, né? Então a gente tá vivendo esse momento de muita transformação

nos relacionamentos. E eu não sei onde isso vai parar, né?

Vejamos que, no discurso da jovem, emergem palavras que introduzem frases interrogativas “porque”, “então”, “qual”, além do uso de termos que expressam dúvida, como a partícula “se”; e ainda há demarcadores textuais como “mas”, “só que”, os quais configuram a ideia de adversidade, de oposição (entre os diferentes *nós*, o da monogamia e o da poligamia?). Ou seja, nesse “momento de muita transformação nos relacionamentos”, para usar novamente as palavras de Frida, diríamos que há mais perguntas do que respostas. Giddens (1993) nos sugere o conceito de *amor confluyente*, como resposta para o entendimento do modo como se dão hoje às relações amorosas, consideradas de modo ideal, enquanto a jovem estudante nos oferece a dúvida – “E eu não sei onde isso vai parar, né?”.

Há outro contraste entre o amor romântico e o amor confluyente que Giddens (1993) considera muito importante. Não se pode duvidar de que a ideia de romance se estenda “ao amor homossexual, demonstrando, também certa influência sobre as distinções de feminilidade e masculinidade desenvolvidas entre parceiros do mesmo sexo”; mas, por outro lado, esta ideia tende a se orientar, sobretudo, pelo casal heterossexual (GIDDENS, 1993, p. 74). Em contraposição, o sociólogo britânico nos diz que o “amor confluyente, embora não necessariamente andrógono, e ainda talvez estruturado em torno da diferença, presume um modelo de relacionamento puro em que é fundamental o conhecimento das peculiaridades do outro” (GIDDENS, 1993, p. 74). Em outras palavras, “seria uma versão de amor em que a sexualidade de uma pessoa é um fator que tem de ser negociado como parte de um relacionamento”, conclui Giddens (1993, p. 74).

4.3. Uma apreciação da obra de Giddens (1993): a teoria *queer*, o cinema hollywoodiano e o amor líquido

Antes de finalizar nossas considerações acerca do pensamento de Giddens (1993), não poderíamos deixar de dizer que a obra “História da Sexualidade v. I”, revisitada pelo sociólogo britânico em seus estudos sobre a sexualidade, também foi interpretada/lida por Butler, “vista por muitos como a teórica *queer* por excelência” (SALIH, 2012, p.18). Nas palavras de Salih (2012, p. 18): “a combinação de foucaultianismo, psicanálise e feminismo que, desde o início, caracteriza sua obra é parte daquilo que faz com que suas teorias sejam qualificadas como *queer*”.

Segundo Salih (2012, p. 18), “em 1980, quando Butler ingressou no campo teórico filosófico, a teoria feminista começava a questionar (tal como Butler) a categoria ‘o sujeito feminino’ como uma entidade estável e evidente” (SALIH, 2012, p.18). Se, de um lado, Giddens (1993) considera que Foucault atribuiu demasiada ênfase na sexualidade em detrimento do gênero sexual, o que constituiria, na visão do estudioso britânico, um aspecto limitado de suas pesquisas sobre a sexualidade; de outro, “uma série de teóricas, influenciadas por Foucault, rejeitava a ideia de que o ‘sexo’ era – como até então se acreditava – uma entidade biologicamente determinada” (SALIH, 2012, p.18). Neste caso, portanto, a leitura/interpretação da obra do filósofo francês contribuía justamente para uma renovação das pesquisas ligadas ao feminismo, para as quais o conceito de gênero, sexo e sexualidade são categorias constitutivas. “A partir das formulações de Foucault sobre os modos pelos quais o sexo e a sexualidade são discursivamente construídos ao longo do tempo e das culturas”, foi possível concluir que:

A mulher não era mais uma categoria cuja estabilidade pudesse ser suposta como tinha sido muitas vezes nos discursos feministas dos anos 1960 e 1970 (fundamentalmente centrados na libertação da mulher), na medida em que as categorias de gênero, sexo e sexualidade passavam agora pelo escrutínio de teóricas como Butler, Rubin e Eve Sedgwick (SALIH, 2012, p.18).

De acordo com as considerações de Salih (2012, p. 19), a teoria *queer* teria surgido a partir “de uma aliança (às vezes incômoda) de teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas que fecundavam e orientavam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria sujeito”. No que diz respeito aos significados da palavra “*queer*”, Salih (2012, p. 19) afirma que “constitui uma apropriação radical de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar, e seu radicalismo reside, pelo menos em parte, na sua resistência à definição – por assim dizer – fácil”. Nesse sentido, acrescenta: “Sedgwick, uma teórica *queer* cujo influente livro *Epistemologia do armário* foi publicado em 1990, no mesmo ano de *Gender Trouble*⁷⁷, caracteriza o *queer* como indistinguível, indefinível, instável” (SALIH, 2012, p.19). Ainda a esse respeito, sustenta que “o *queer* não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação” (SALIH, 2012, p.19).

⁷⁷ Acrescentamos que *Gender Trouble* é título de um dos livros de Butler.

Para a compreensão da teoria *queer*, seria preciso ter em mente que, “enquanto os estudos de gênero, os estudos gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de ‘o sujeito’ (isto é, o sujeito gay, o sujeito lésbico, a ‘fêmea’, o sujeito feminino) como um pressuposto”, de modo distinto, “a teoria *queer* empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e ‘genericadas’” (SALIH, 2012, p.20).

Não é nosso objetivo, na presente pesquisa, contemplar de modo aprofundado as questões relacionadas à teoria *queer*, apenas a utilizamos como exemplo de outros possíveis gestos de interpretação/leitura que podem ser mobilizados quanto se trata das ideias de Foucault sobre a sexualidade, para não ficarmos presos unicamente à leitura de Giddens (1993). Aliás, aqui também poderíamos nos arriscar a considerar uma limitação nos estudos de Giddens (1993) no que diz respeito às suas reflexões sobre o amor romântico. Nesse sentido, diríamos que o sociólogo britânico não fez referência ao modo como essa ideia de amor foi incorporada aos meios de comunicação de massa, sobretudo pela industrial cultural ligada ao cinema americano. A esse respeito, Lins (2012, p. 219) nos remete aos anos 1920 para dizer que, além da Ópera e do teatro, também frequentavam-se os cinematógrafos, que exibiam filmes. Para a autora (2012, p. 219), “foi Hollywood, desde os dias em que sua popularidade se difundiu, nessa época, até a televisão passar a ter mais influência nos anos 1950, que sustentou a imagem do casamento como objetivo natural da mulher, a culminação romântica de sua vida”. E complementa a autora:

Muitas mensagens sempre foram vendidas ao público, mas nunca nenhuma o foi tão efetivamente como a mensagem hollywoodiana de glamour, romance e casamento. Muito depois que a “mulher moderna” se libertou das ideias e hábitos de sua avó vitoriana, Hollywood continuava a condicioná-la à crença de que o lugar e o destino da mulher estavam no lar. Não porque, como no passado, inexistissem opções para ela, mas porque essa mulher estava voluntariamente atada lá, pelo mágico poder do amor (LINS, 2012, p. 219-220).

Evidentemente “que o conceito de Hollywood sobre o amor não era novo, em absoluto”, pondera Lins (2012, p. 220). Se, por um lado, “as novelas românticas do século XIX o reconheceram como uma rara reação química entre indivíduos bem dotados”, por outro, “Hollywood o apresentava como um direito inato a todas as pessoas atraentes, e o casamento de branco como uma garantia de sua validade vitalícia” (LINS, 2012, p. 220).

Em suas observações sobre o elo entre a ideia de amor romântico e o cinema americano, Lins (2012) frisa que “a sociedade ocidental é a única cultura da História que tem

a experiência do amor romântico como um fenômeno de massa”. A propósito, já nos referimos às considerações de Canevacci (2005, p. 21), cujos estudos dão destaque ao vínculo entre o poder nascente da mídia e a constituição de novos significados e valores que vão concorrer para aprofundar posteriormente, mais precisamente nos anos 60, conforme discutimos anteriormente, as diferenças entre os jovens e a geração de seus pais. Seguindo este enfoque, Lins (2012, p. 22) acrescenta que “os jovens logo descobriram a delícia de namorar no cinema. Se havia uma cena alimentando a imaginação, melhor ainda”. E chama nossa atenção para a reação dos “moralistas”, para usar seu termo, segundo ela, estes teriam pedido “mais luz nas salas de projeção, mas a audiência reclamou e os empresários da Europa Central, que conduziam o cinema, não cederam: ‘o público prefere a obscuridade’” (LINS, 2012, p. 220).

Direcionando nossa discussão para as categorias amor e juventude(s), é oportuno aqui trazer à tona o pensamento crítico de Bauman (2004) no que diz respeito ao conceito de *relacionamento puro*, tal como pensado por Giddens (1993). Segundo Bauman (2004, p. 111), “os jovens que estão nascendo, crescendo e amadurecendo nesta virada do século XX para o XXI também achariam familiar, talvez até autoevidente, a descrição de Anthony Giddens do ‘relacionamento puro’”. Mas, na visão de Bauman (2004, p. 63), “os relacionamentos humanos tendem a preencher, infestar e modificar todos os recessos e frestas, por mais remotos, do *Lebenswelt*⁷⁸, de modo que podem ser tudo menos ‘puros’”. Nesse sentido, poderíamos dizer que, para Bauman (2004), seria uma contradição imaginar um relacionamento que se dê de forma “pura”, separado do mundo da vida.

Referindo-se diretamente a Giddens (1993), Bauman (2004) sustenta “que o isolamento do sexo em relação a outros domínios da vida tem avançado mais do que nunca”. E complementa: “hoje o sexo é a própria síntese, talvez o silencioso/secreto arquétipo, daquele ‘relacionamento puro’ [...] que, como indica Anthony Giddens, se tornou o modelo alvo/ideal predominante da parceria humana” (BAUMAN, 2004, p. 63). Em contraposição ao pensamento do sociólogo britânico, Bauman (2004, p. 63), referindo-se ao sexo, chama a atenção para o fato de que “tem crescido enormemente sua capacidade de gerar frustrações e de exacerbar a própria sensação de estrangulamento que se esperava que curasse”. Nesta direção, complementa:

A vitória do sexo na grande guerra de independência tem sido, na melhor das

⁷⁸ O termo em alemão, no destaque, foi traduzido pelo próprio autor em outra passagem de seu livro como “o mundo da vida” (BAUMAN, 2004, p. 50).

circunstâncias, uma vitória de Pirro. Os remédios maravilhosos parecem produzir moléstias e sofrimentos não menos numerosos e comprovadamente mais agudos do que aqueles que prometiam curar (BAUMAN, 2004, p. 63).

Para melhor situar as observações de Bauman (2004) no que diz respeito ao pensamento de Giddens (1993), consideramos pertinente apontar para os pressupostos teóricos de que parte o autor para a configuração de suas críticas ao conceito de *relacionamento puro*. Ao se voltar para o estudo das sociedades modernas, tal como Giddens (1993), o sociólogo polonês apontou para o uso das palavras “‘fluidez’ ou ‘liquidez’ como metáforas quando queremos captar a natureza da presente fase, *nova* de muitas maneiras, na história da modernidade” (BAUMAN, 2001, p. 9). Vejamos os significados que o autor atribui a estas palavras:

Os fluidos se movem facilmente. Eles “fluem”, “escorrem”, “esvaem-se”, “respigam”, “transbordam”, “vazam”, “inundam”, “borrifam”, “pingam”; são “filtrados”, “destilados”; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos – contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho. Do encontro com sólidos emergem intactos, enquanto os sólidos que encontram, se permanecem sólidos, são alterados – ficam molhados ou encharcados (BAUMAN, 2001, p. 8).

Delimitadas as especificidades dos fluidos, em contraste com os sólidos, o autor nos lança perguntas: “[...] a modernidade não foi um processo de ‘liquefação’ desde o começo? Não foi o ‘derretimento dos sólidos’ seu maior passatempo e principal realização? Em outras palavras, a modernidade não foi “fluida” desde sua concepção?” (BAUMAN, 2001 p. 9). Para depois respondê-las: “se o ‘espírito’ era “moderno”, ele o era na medida em que estava determinado que a realidade deveria ser emancipada da ‘mão morta’ de sua própria história – e isso só poderia ser feito derretendo os sólidos [...]”. Neste caso, seria preciso dissolver “o que quer que persistisse no tempo e fosse infenso à sua passagem ou imune a seu fluxo”, desfecha Bauman (2001, p. 9).

Mas o autor (2001, p. 9) pondera que “tudo isso seria feito não para acabar de uma vez por todas com os sólidos e construir um admirável mundo novo livre deles para sempre, mas para limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos”. Nesse sentido, o sociólogo polonês salienta que “os tempos modernos encontraram os sólidos pré-modernos em estado

avançado de desintegração” (BAUMAN, 2001, p. 10). É justamente por isso que [...] “um dos motivos mais fortes por trás da urgência em derretê-los era o desejo de, por uma vez, descobrir ou inventar sólidos de solidez *duradoura*”, solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo previsível [...]” (BAUMAN, 2001, p. 10). Vejamos quais seriam estes sólidos:

Para poder construir seriamente uma nova ordem (verdadeiramente sólida!) era necessário primeiro livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores. “Derreter os sólidos” significava, antes e acima de tudo, eliminar as obrigações “irrelevantes” que impediam a via do cálculo racional dos efeitos; como dizia Max Weber, libertar a empresa de negócio dos grilhões dos deveres para com a família e o lar e da densa trama das obrigações éticas; ou, como preferiria Thomas Carlyle, dentre os vários laços subjacentes às responsabilidades humanas mútuas, deixar restar somente o “nexo dinheiro” (BAUMAN, 2001, p. 10).

Dito de outra maneira, “os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos” (BAUMAN, 2001, p. 10). A partir daí, instaura-se uma nova ordem e as sociedades modernas encaminham-se para uma “progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais. Sedimentou uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos” (BAUMAN, 2001, p. 10). Para o autor, é importante salientar que “essa nova ordem deveria ser mais ‘sólida’ que as ordens que substituía, porque, diferentemente delas, era imune a desafios por qualquer ação que não fosse econômica” (BAUMAN, 2001, p. 10). Nesta direção, complementa:

Esse estágio na carreira da modernidade foi bem descrito por Claus Offe (em “A utopia da opção zero”, publicado originalmente em 1987 em *Práxis internacional*): as sociedades “complexas se tornaram rígidas a tal ponto que a própria tentativa de refletir normativamente sobre elas ou de renovar sua “ordem”, isto é, a natureza da coordenação dos processos que nelas têm lugar, é virtualmente impedida por força de sua própria futilidade, donde sua inadequação essencial” (BAUMAN, 2001, p. 11).

O autor sustenta que “essa rigidez é o resultado de ‘soltar o freio’: da desregulamentação, da liberdade, da ‘flexibilização’, da ‘fluidez’ crescente, do descontrole dos mercados financeiro, imobiliário e de trabalho” (BAUMAN, 2001, p. 11-12). Parece-nos

interessante chamar a atenção para a natureza paradoxal desta nova ordem, sobre a qual fala Bauman (2001): ao mesmo tempo rígida e, por outro lado, sustentada pelo seu caráter fluido. A sua rigidez se mantém de forma inabalável porque “a tarefa de construir uma ordem nova e melhor [...] não está hoje na agenda – pelo menos não na agenda daquele domínio em que se supõe que a ação política resida” (BAUMAN, 2001, p. 11-12). Neste caso, existiriam, segundo o autor (2001, p. 12), outros sólidos que estão para ser lançados ao derretimento, “além dos que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida. Estes seriam os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas [...]”. Isto é, “os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro” (BAUMAN, 2001, p.12). E acrescenta o autor:

Numa entrevista a Jonathan Rutherford no dia três de fevereiro de 1999, Ulrich Beck (que alguns anos antes cunhara o termo “segunda modernidade” para conotar a fase marcada pela modernidade “voltando-se sobre si mesma”, a era da assim chamada “modernização da modernidade”) fala de “categorias zumbi” e “instituições zumbi”, que estão “mortas e ainda vivas”. Ele menciona a família, a classe e o bairro como principais exemplos do novo fenômeno (BAUMAN, 2001, p. 13)

Considerando essas “instituições zumbis”, retomando a expressão utilizada acima, correspondentes à família, a classe e ao bairro, o autor (2001, p. 13) acredita que há no contexto atual “uma redistribuição e realocação dos ‘poderes de derretimento’ da modernidade”. Primeiramente, o caráter fluido da modernidade, de acordo com a concepção do sociólogo, teria afetado “as instituições existentes, as molduras que circunscreviam o domínio das ações-escolhas possíveis como os estamentos hereditários com sua alocação por atribuição, sem chance de apelação” (BAUMAN, 2001, p. 13). Mas, por outro lado, o autor defende que, “na verdade, nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outros; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas apenas para ser admoestadas e censuradas caso não conseguissem se realocar” (BAUMAN, 2001, p. 11-12). O autor (2001) salienta que esta realocação dependeria dos próprios esforços das pessoas, os quais seriam contínuos e verdadeiramente infundáveis, em direção aos nichos pré-fabricados da nova ordem: a *classes*⁷⁹. Neste caso, a liberdade dos indivíduos limitava-se a “encontrar o nicho apropriado e

⁷⁹ Grifo do autor (2001)

ali se acomodar e adaptar: seguindo fielmente as regras e modos de conduta identificados como corretos e apropriados para aquele lugar” (BAUMAN, 2001, p. 13).

O sociólogo ressalta que “são esses padrões, códigos e regras a que podíamos nos conformar, que podíamos selecionar como pontos estáveis de orientação e pelos quais podíamos nos deixar depois guiar, que estão cada vez mais em falta” (BAUMAN, 2001, p. 14). Isto significaria, conforme o autor, que “estamos passando de uma era de ‘grupos de referência’ predeterminados a uma outra de ‘comparação universal’” (BAUMAN, 2001, p. 14). Neste sentido, o pensador polonês corrobora que “hoje os padrões e configurações não são mais ‘dados’, e menos ainda ‘auto-evidentes’; eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes [...]” Assim, acrescenta o autor, “em vez de preceder a política-vida e emoldurar seu curso futuro, eles devem segui-la (derivar dela), para serem formados e reformados por suas flexões e torções”, referindo-se aos padrões e configurações. Em outras palavras,

Bauman (2001) põe em destaque que os padrões de dependência e interação estão vulneráveis, à mira da liquefação característica da modernidade. “Eles são agora maleáveis a um ponto que as gerações não experimentaram e nem poderiam imaginar; mas, como todos os fluidos, eles não mantêm a forma por muito tempo” (BAUMAN, 2001, p. 14). Inclusive a interação amorosa, diria o sociólogo polonês. Daí vem a sua concepção de *amor líquido*. Para o autor, os laços afetivos perderam a força e se tornaram suscetíveis aos “poderes de derretimento” da modernidade, para usar seus termos. Para ele, as relações humanas são fundadas em vínculos motivados por interesses de consumo, assim também os relacionamentos de natureza amorosa seriam tomados como investimentos, a serem controlados de acordo com os custos e vantagens que podem oferecer (BAUMAN, 2004).

5.O CONCEITO DE JUVENTUDE(S) E UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

5.1 A “palavra” juventude: um conceito

No que diz respeito ao contexto sócio-histórico da palavra juventude, seria possível abordá-lo, por exemplo, a partir da relação que se estabelecia entre um jovem (erômeno) e um homem mais velho (erasta) na Grécia Clássica, vínculo erótico-amoroso referido por Platão na obra “O Banquete”. Entretanto, nosso objetivo é discutir a juventude como fenômeno da sociedade moderna, sem perder de vista as considerações postuladas por Bourdieu (1983) no texto “A ‘juventude’ é apenas uma palavra”, em que o autor chama a atenção para o fato de que a fronteira entre as idades são arbitrárias, e objeto de disputas em todas as sociedades.

Mais do que uma palavra fixada em um dicionário, juventude é um signo sócio-historicamente delineado, de tal modo que seria redutor defini-lo simplesmente como faixa etária correspondente a uma etapa do ciclo vital:

A noção mais geral e usual do termo juventude refere-se a uma faixa de idade, um período da vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e uma série de mudanças psicológicas e sociais ocorre, quando este abandona a infância para processar a sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos modificam-se de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através das suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude se configura como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social. (ABRAMO 1994, p.1)

Para além de um contexto espontâneo e consuetudinário, o termo juventude passou a integrar o campo semântico de teorias científicas, erigindo-se como palavra-conceito no campo da sociologia a partir do interesse por determinados setores juvenis na passagem do século XIX para o seguinte, período em que a bússola aponta em direção à modernidade, pós-comunidades tradicionais. Seguindo essa linha de pensamento, seria possível dizer que a crise ou mal-estar que se instaura na história do ocidente no contexto de formação das sociedades modernas, confunde-se com o surgimento de “um comportamento ‘anormal’ por parte de grupos de jovens *delinquentes*, ou *excêntricos*, ou *contestadores*, implicando todos, embora de formas diferentes, em um contraste com os padrões vigentes.” (ABRAMO, 1994, p. 8).

Ainda nesse sentido, Ariès (1981, p. 12) afirma que os primeiros estudos em torno dessa questão foram realizados “especialmente nos EUA, onde as ciências humanas se preocuparam mais do que em qualquer outro lugar com as crises da juventude.” E é

justamente esse autor, na obra *História Social da Criança e da Família* (1981), quem apresenta um das principais análises sobre a reconfiguração ou a ressignificação das idades a partir do século XVII, cujas consequências sobressaltam-se no limiar do século XIX. Em primeiro lugar, o pesquisador coloca em evidência o modo como as crianças se relacionavam com os adultos nas comunidades pré-modernas:

A duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos (ARIÉS, 1981, p. 10).

Nessa perspectiva, o autor defende que não havia um sentimento em relação à criança tal como hoje, ou conforme foi se perfilando na modernidade. Os laços familiares não se davam necessariamente em função do afeto, e priorizavam a “conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas” (ARIÉS, 1981, p. 10). Mais especificamente sobre a juventude o estudioso afirma que

De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje (ARIÉS, 1981, p. 10).

Em conformidade com o pensamento de Áries (1981), Groppo (2000) sustenta que o processo histórico de delimitação de faixas etárias, como a infância, a Terceira Idade e a própria idade adulta, assim como a juventude, está diretamente relacionado ao período da modernidade. “Por exemplo, acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade [...]” (GROPPO, 2000, p. 12). Em outras palavras, o autor (2000, p. 12) confirma seu pensamento sobre a relação entre juventude e modernidade: “a criação das instituições modernas do século XIX e XX – como a escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial etc. – também se baseou no reconhecimento das faixas etárias e na institucionalização do curso da vida.”

Convém dizer que Groppo (2000, p. 13) chama a atenção para o fato de que a

criação simbólica de faixas etárias na modernidade não se deu de modo estanque, ao contrário “sofreram várias alterações, abandonos, retornos, supressões e acréscimos ao longo dos dois últimos séculos”. E complementa:

Do mesmo modo as, categorias sociais que delas se originaram também tiveram mudanças e até supressões. Giraram em torno de termos como infância, adolescência, juventude, jovem-adulto, adulto, maturidade, idoso, velho, Terceira Idade e outros. No tocante aos três momentos básicos do curso da vida social – nascimento-ingresso na sociedade, fase de transição e maturidade –, muitas divisões e subdivisões foram criadas, recriadas e suprimidas ao sabor das mudanças sócias, culturais, e de mentalidade, pelo reconhecimento legal e na prática cotidiana (GROPPO, 2000, p. 13).

Com relação particularmente ao período de transição da fase de ingresso na sociedade para a maturidade, Groppo (200, p. 13) afirma que “três termos apareceram e aparecem com mais contundência, principalmente os dois primeiros a serem citados: juventude, adolescência e puberdade.” A criação deste último termo foi possível a partir de ideias pensadas no campo de práticas discursivas ligadas às ciências médicas, as áreas da psicologia, da psicanálise e da pedagogia dizem respeito ao segundo termo apresentado, respectivamente, e, finalmente, juventude é uma concepção trabalhada pela sociologia “quando trata do período interstício entre as funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto” (GROPPO, 2000, p. 13).

Ainda no que diz respeito a esse período de transição, o autor (2000, p. 14) apresenta uma segunda análise, “mais atenta ao uso cotidiano dos termos e considerando outros usos feitos pelas próprias ciências sociais”, em que a adolescência e a juventude são vistas como fases sequenciais do desenvolvimento individual. Mas também chama a atenção para o uso sociológico no plural do termo juventude⁸⁰, que aponta para a existência “dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sócio-cultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero etc” (GROPPO, 2000, p. 15).

O uso no plural do termo é reafirmado quando o estudioso (2000, p. 15) sustenta que a juventude é “uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana”. Essa diversidade na vivência se daria, segundo o autor,

⁸⁰ Uso que adotamos aqui, inclusive já no título desta tese.

em razão da “sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social –, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero” (GROPPO, 2000, p. 15). Aqui remetemos ao artigo intitulado “Juventude e Juventudes”, de autoria de Reis (2006, p. 62), texto em que a autora corrobora a ideia de que “não é possível pensarmos em uma história geral dos jovens, nem como história universal, nem como história dos jovens de uma mesma sociedade”.

Nessa perspectiva, Groppo (2000, p. 16) argumenta que as implicações de classe são relevantes para a compreensão das diferentes experiências da juventude, visto que esta foi vivida, assim como a infância, primeiramente pelas “classes burguesas e aristocratas, para depois tornar-se um direito das classes trabalhadoras”. No tocante à juventude típica do século XX, a “rebelde-sem-causa”⁸¹ – sobre a qual já fizemos referência no capítulo anterior, ao abordar os jovens americanos e a contracultura – é, segundo o autor, “primordialmente, uma imagem baseada no jovem das chamadas ‘novas classes médias’” (GROPPO, 2000, p. 16). Assim, seria possível dizer, com as palavras do autor, que “à juventude ideal e primitivamente construída – urbana, ocidental, branca e masculina – outras juventudes vieram (ou tentaram) juntar-se – rurais, não-ocidentais, negras, amarelas e mestiças, femininas etc” (GROPPO, 2000, p. 16). Aqui lembramos o que já foi dito sobre a juventude americana da década de 60 no que diz respeito à diversidade dos grupos que foram aglutinados no movimento da contracultura: os hippies, os jovens de organizações americanas estudantis, os jovens negros do movimento *black power*, além do gay power e de grupos feministas.

Voltando-se para as questões de gênero, Groppo (2000, p. 16) enfatiza que “diversos estudos descreveram as dificuldades, em geral, de as adolescentes experimentarem todas as prerrogativas dadas aos adolescentes – inclusive dentro de um mesmo grupo concreto juvenil”. Em consonância com as ideias de Groppo (2000), apontamos para a pesquisa de Weller (2005, p. 107), intitulada “A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível”, a partir da qual se põe em evidência que “tanto nos trabalhos sobre o *hip hop* como nas pesquisas sobre juventude em geral, existe uma grande lacuna no que diz respeito à presença feminina nas manifestações político-culturais”. E é nesse sentido que a autora lança um questionamento aqui transposto: “será que jovens-adolescentes do sexo feminino formam uma minoria no movimento *hip hop*, em outros movimentos estético-musicais ou em outras formas associativas como as galeras ou gangues?” (WELLER, 2005, p. 107).

⁸¹ Grifo do autor (2000)

Outra questão levantada por Groppo (2000, p. 17) refere-se ao tema dos jovens pertencentes a uma classe social ou etnia marginalizada. Estes, na análise do autor, “podem criar uma identidade juvenil calcada no reconhecimento e até na explicitação de sua diferença, num gesto inesperado diante do processo que gerou o direito à juventude mais tardiamente para as classes populares e etnias marginalizadas”. Nessa perspectiva, convém remeter ao trabalho de Rocha & Silva (2008), cujo estudo abrange “no caso brasileiro, a crescente e intensiva atribuição a segmentos juvenis urbanos – primordialmente os pobres, negros e marginais [...] – de uma suspeita condição de protagonista na prática de atos de violência” (ROCHA, SILVA, 2008, p. 114). De um lado, as autoras destacam que “a recorrente associação entre juventude e violência constitui um imperativo na análise crítica das relações entre cultura juvenil e ambiência midiática no Brasil”; por outro defendem que “a autonomização da violência mesclando-se à falta de perspectivas e a atuação da criminalidade organizada tem interferido de modo flagrante em discursos e comportamentos juvenis” (ROCHA, SILVA, 2008, p. 117-118). Nesse último sentido, as autoras (2008, p. 120-121) evidenciam que, a partir da ostentação de signos distintos, de uma identidade cunhada na exclusão, de uma estética própria, jovens invadem as praias cariocas (ação qualificada pela mídia como “arrastões”), áreas consagradas ao relaxamento e ao ócio, e, assim, terminam por romper os limites entre o prazer e o risco.

De acordo com estudos de Pais (2003, p. 27), os problemas vividos pela juventude (droga, delinquência, desemprego, etc.) são problemas sociais cuja solução passa pela liquidação desses problemas, pela projecção de uma modificação do real-social. Convém dizer que o autor estabelece uma distinção entre “problemas sociais” e “problemas sociológicos”. Os primeiros são “problemas que emergem de uma realidade material e social (real-social)”, enquanto estes últimos são “dirigidos essencialmente à interrogação da realidade: será esta o que parece ser? Porque se fala em problemas da juventude? Sempre os houve? Como surgiram?” (PAIS, 2003, p. 27). E nesse sentido o autor complementa:

Estas duas classes de problematismo – uma que radica em problemas sociais e outra em problemas sociológicos – têm, por conseguinte, origem completamente distinta, não tolerando, como veremos, uma redução mútua. Por esta razão, tem começado a generalizar-se uma ‘consciência sociológica’ que toma a juventude – categoria da linguagem comum, de intervenção administrativa, do discurso político – como um mauvais objet: objecto ‘pré-construído’ que importa ‘destruir’ para eventualmente o reconstruir.

Pais (2003, p. 28) ressalta que, na tentativa de reconstrução do conceito de juventude, “a teoria sociológica se vê cada vez mais confrontada com a necessidade de estabelecer rupturas com as representações correntes da juventude”. Nessa perspectiva, o autor afirma que, “nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil ‘unitária’” (PAIS, 2003, p. 29). Por outro lado, caberia à sociologia da juventude:

Explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo) mas também – e principalmente – as diferenças sociais que entre eles existem (PAIS, 2003, p. 29)

O autor sustenta, entretanto, que há estudos sociológicos que tendem a conceber a juventude “como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada ‘fase de vida’, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes” (PAIS, 2003, p. 29). Por outro lado, existem tendências teóricas da sociologia, conforme assegura o autor, que apontam para outra direção, a partir da qual a “juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em diferentes situações sociais” (PAIS, 2003, p. 29). E nessa perspectiva, o autor complementa que

Aos diferentes sentidos que o termo ‘juventude’ tem tomado e às manifestações de sentido contrário que entre os jovens é possível encontrar – nos seus comportamentos quotidianos, nos seus modos de pensar e de agir, nas suas perspectivas em relação ao futuro, nas suas representações e identidades sociais – chamarei, em sentido lato, os *paradoxos da juventude* (PAIS, 2003, p. 30)

Quanto aos sentidos que se pode atribuir ao termo juventude, Pais (2003, p. 47) se compromete metodologicamente com a ideia de que “a juventude deve ser olhada não apenas na sua aparente *unidade* mas também na sua *diversidade*”. Para o autor, “não há, de facto, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados (PAIS, 2003, p. 29)”. “A diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias”, complementa o autor (PAIS, 2003, p. 29). É a partir dessa linha de pensamento que o

pesquisador afirma ser possível agrupar essas teorias em duas principais correntes: a corrente *geracional* e a corrente *classista*. As pesquisas realizadas na linha desta última corrente, conforme Pais (2003, p. 56), adotam uma postura crítica não só “em relação ao conceito mais vulgar de juventude – isto é, quando aparece associada a uma ‘fase de vida’⁸²”, como também “acabam mesmo por ser críticos em relação a qualquer conceito de juventude, já que, mesmo entendida como categoria, acabaria por ser dominada por ‘relações de classe’⁸³”.

Em nossa pesquisa, cabe fazer uma apreciação mais pormenorizada da corrente *geracional*, uma vez que foi frequente o emprego da expressão conflito de gerações nas décadas de 60/70, período em que as juventudes, seja na Europa, nos Estados Unidos ou no Brasil, abraçaram outras formas de vivência afetiva, à revelia dos modos de existência de seus pais, conforme já discutimos no capítulo anterior. A corrente *geracional*, conforme Pais (2003, p. 48), “toma como ponto de partida a noção de juventude, entendida no sentido de *fase de vida*, e enfatiza, por conseguinte, o aspecto unitário da juventude”. Para esta corrente, as “*descontinuidades intergeracionais* estariam na base da formação da juventude como uma *geração social*” (PAIS, 2003, p. 48). “Admite-se a existência de uma *cultura juvenil* que, de certa maneira, se oporia à cultura de outras gerações (das gerações ‘adultas’, mais concretamente)”. Trata-se de uma oposição que pode “assumir diferentes tipos de *descontinuidades intergeracionais*, falando-se ora de *socialização contínua* ora de *rupturas, conflitos ou crises intergeracionais*” (PAIS, 2003, p. 48).

O pesquisador delinea aspectos dos dois tipos de descontinuidades intergeracionais. “Fala-se de *socialização contínua* quando, sem grandes fricções, os jovens são socializados segundo normas e valores predominantes entre as gerações mais velhas (PAIS, 2003, p. 49)”. E continua o autor:

As teorias da ‘socialização contínua’ foram dominantes nos anos 50, quando médicos e psicólogos quase detinham o monopólio do discurso sobre os jovens, ao assimilarem a adolescência à crise de puberdade e ao definirem a juventude como um ‘período difícil’ de maturação psicológica que deveria conduzir à idade adulta. É durante este período que adquirem relevância os conceitos de *identidade* ou *autonomia* juvenil. Mesmo quando a sociologia (nos anos 60, com o *funcionalismo*) começa a explorar a juventude como ‘fonte de problemas’, diversos são os estudos que, na linha da teoria da ‘socialização contínua’, acabam por reconhecer as atitudes positivas dos jovens perante a família, a escola e a autoridade (PAIS, 2003, p. 50).

⁸² Grifo do autor

⁸³ Destaque do autor

Por outro lado, “fala-se de *rupturas*, *conflitos* ou *crises intergeracionais* quando as descontinuidades entre as gerações se traduzem numa clara tensão ou confrontação” (PAIS, 2003, p. 50). Como exemplo, o autor faz referência ao “caso de algumas gerações políticas formadas no curso de crises ou processos políticos de certa amplitude” (PAIS, 2003, p. 50). Tais processos seriam vivenciados pelos jovens de modo singular, “por se encontrarem num estado de disponibilidade, de aprendizagem da vida social e de alguma permeabilidade ideológica, formando-se entre eles uma ‘consciência ‘geracional’”⁸⁴ (PAIS, 2003, p. 50).

Pais (2003, p. 50) afirma que a corrente geracional parte do pressuposto de que “os indivíduos experimentaríamos o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas, como *membros de uma geração* e, não, por exemplo, como *membros de uma classe social* (como defende a corrente *classista*)”. Em outras palavras, no caso desta corrente, “as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse facto, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares” (PAIS, 2003, p. 51).

Convém ressaltar ainda que esta corrente baseia-se na pressuposição de que há dois tipos de relacionamento entre jovens e adultos. O primeiro é pensado como “um relacionamento aproblemático – o que revela que na definição *juvenil* prima a noção de fase intermédia, não conflituosa, entre a adolescência e o estatuto adulto” (PAIS, 2003, p. 52). O segundo seria “um relacionamento de tipo problemático que coloca de manifesto que jovens e não jovens se vêem mutuamente como *outros*, isto é, situados sob tectos culturais diferentes” (PAIS, 2003, p. 52). Lembramos aqui a oposição jovem/não-jovem, tal como pensada por Pereira (2009), em suas reflexões sobre o movimento da contracultura na década de 60, às quais já fizemos menção no capítulo antecedente.

No primeiro caso, conforme considerações de Pais (2003, p. 52), o do relacionamento aproblemático, “as pautas culturais dos jovens e dos adultos seriam compatíveis e, inclusivamente, complementares”. Ao contrário, no segundo, pode-se falar da existência de “pautas culturais incompatíveis ou, de algum modo, divergentes, ou só muito relativamente articuláveis” (PAIS, 2003, p. 52). Convém dizer, entretanto, que, em ambos os casos, a existência de uma *cultura juvenil*⁸⁵ é considerada, ora “integrada no tecido social

⁸⁴ Aspas do autor

⁸⁵ Grifo do autor

compartilhado pela cultura adulta”; ora “podendo aquela apresentar-se como *contracultura*, isto é como cultura que – na medida em que negaria ou poria em causa a ‘cultura adulta’ – a ameaçaria” (PAIS, 2003, p. 52), de acordo com a perspectiva do tipo problemática. Com exemplo deste último caso, o autor faz referência à década de 60, e traz novamente à tona particularidades desse período já discutidas neste trabalho. Vejamos em suas palavras:

Na geração de 60, os ‘jovens’ (nesta corrente confunde-se, frequentemente, determinadas vanguardas juvenis com toda a geração etária a que pertencem) teriam tentado transformar a sua segregação em contra-sociedade ‘utópica’, onde reinariam os valores negados ou ignorados pela ‘sociedade adulta’, o que, em alguns casos, teria originado a constituição de autarquias existenciais (do tipo *beat*, *yippie*, ou *hippie*) ou, no caso de alguns jovens universitários, teria originado a vontade de transformar a própria universidade em contra-sociedade revolucionária (PAIS, 2003, p. 52).

No que diz respeito particularmente ao prefixo “contra”, que tanto aparece na palavra “contracultura” como também em “contra-sociedade”, na citação acima, Canevacci (2005, p. 13) afirma que a partícula gramatical “atestava a dimensão da oposição que as novas culturas juvenis dirigiam à cultura dominante ou hegemônica”. Observemos o que acrescenta o autor:

Ser contra significava que, antes de qualquer possibilidade de falar em ‘cultura’, aliás, ainda antes de chegar ao termo ‘cultura’, era preciso ser antagonista, opositor. O prefixo não era casual: enfatizava também lexicologicamente um *antes* que informava tudo o que vinha depois. Por isso o duplo sentido do vocábulo. Por um lado, era possível produzir cultura somente se se declarasse, preventiva e publicamente, contra; era, pois, necessário postar-se contra a cultura dominante, não só contra os valores, os estilos de vida, as visões de mundo ao poder, mas também contra a cultura intelectual dominante (a filosofia, a religião, a arte...) (CANEVACCI, 2005, p. 13).

Para Sales (2001, p. 29), “a contracultura seria pensar contrapoderes, criando possibilidades de práticas inovadoras, de lutas sociais de resistência. Isso vem demonstrar que a juventude faz parte dessas forças sociais de resistência [...]”. A autora afirma ainda que “o potencial criador dos jovens constrói possibilidades de mudança na vida cotidiana” (SALES, 2001, p. 30). Corroborando essa visão, a de que há uma relação estreita entre juventude e potência criativa, Queiroz (2006, p. 158)⁸⁶, no artigo “Juventude, Cultura e Linguagens na

⁸⁶ Publicado na Coleção Diálogos Intempestivos, Edições UFC.

década de sessenta”, chama a atenção para a “[...] criação de novos arranjos sociais, prefiguradores de formas novas de experimentação grupal e de vivência urbana”, referindo-se ao contato entre jovens na década de sessenta no Brasil; contatos estes, segundo a autora, “mediados por um conjunto de aparatos técnicos e informativos advindos da abertura do país a uma cultura mundial em rápida expansão” (QUEIROZ, 2006, p.159).

Em seu trabalho, Queiroz (2006, p. 158) sugere campos possíveis de pesquisa sobre o período da década de 1960 com base em quatro eixos de investigação: “as tensões no âmbito da linguagem; os espaços conquistados pela juventude em colisão com as velhas estruturas, e, em especial, no campo da cultura e dos costumes; a música sinalizando a abertura para o mundo [...]”, além de questões ligadas aos sentidos atribuídos à política e ao gênero. Em particular, no artigo mencionado, a autora (2006) põe em relevo a relação entre linguagem e juventude. A esse respeito, afirma a pesquisadora: “no que concerne às linguagens, sugiro o plural, desde que o jogo do poder e a força impositiva do novo na década de sessenta se expressam e se constituem no âmbito das mais diversas linguagens” (QUEIROZ, p. 158). Em continuação:

Trata-se de uma época de quase incomunicabilidade entre gerações e entre frações do social e de composição de repertórios próprios de grupos. É significativa a invenção da língua dos jovens e a comunicação dirigida pelo uso de gírias, tão específicas e tão remarcadoras de um social em ebulição [...] (QUEIROZ, 2006, p. 158).

A autora salienta que a juventude urbana do período está comprometida “com a construção das novas subjetividades e com a busca da diferença”, ignorada pelo “movimento mais geral de ampliação das classes médias, de homogeneização via escolarização e consumo, enfim, pela ameaça real da avassaladora sociedade de massa” (QUEIROZ, 2006, p. 159). Para a pesquisadora (2006, p. 159), “parcela da música do período, vista pelo crivo do hoje como um misto de pretensão e ingenuidade, é reveladora desse processo de subjetivação dos jovens”. É nessa perspectiva que, do ponto de vista da autora, “o movimento da Jovem Guarda seja o exemplo mais completo da expressão de uma jovem classe média urbana, consumidora, e igualmente produtora de artefatos, objetos e significações” (QUEIROZ, 2006, p. 160).

Voltando-se para o uso da linguagem nas canções da Jovem Guarda, a autora afirma (2006, p. 161) que “a invenção de novas linguagens pelos jovens remete não apenas à emergência de novas configurações sociais que se operam pelo deslocamento dos lugares de

jovens e não jovens, mas igualmente a fraturas no corpo da juventude”. “Essas fraturas aparecem em formulações do tipo bom moço, bom rapaz, boa moça, moça de família, transviado, maconheiro e outras expressões do vocábulo da época”, tal como nos lembra Queiroz (2006, p. 161): “Te amar demais/Ser um bom rapaz/Foi o meu mal”⁸⁷, trecho de canção na interpretação de Wanderley Cardoso.

As expressões acima, ou fraturas, tal como prefere a autora, emergentes no discurso literomusical da Jovem Guarda⁸⁸, configuram sentidos que apontam em direção a “novas exigências para o ser homem e a referência a modelos de masculinidade não mais aceitos por todos os jovens” (QUEIROS, 2006, p. 160). Por exemplo, no trecho da canção referida, há sentidos que podem sugerir a “valorização de um perfil de namorado distanciado do bom rapaz, agora detentor de virtudes vistas como do passado” (QUEIROS, 2006, p. 161-162). Em outras palavras, poderíamos dizer que o enunciador na/da canção sente-se culpado por ter “amado demais” e por ter sido um “bom rapaz”, atitudes relacionadas a atributos negativos do enunciador (caracterizadas como o seu “mal”), e que teriam forjado o fim do seu relacionamento amoroso: “Parece que eu sabia/ Que hoje era o dia/ De tudo terminar/ Eu logo notei/ Quando telefonei/ Pelo seu jeito de falar/ Eu nunca pensei/ Quem eu tanto amei/ Fosse assim me desprezar [...]”⁸⁹. Convém remeter aqui ao pensamento de Costa (2007, p. 27): “no Brasil, a canção, no âmbito do que chamamos de Música Popular Brasileira, adquiriu a peculiaridade de procurar intervir na esfera afetiva e cognitiva da população.” Ou ainda, nas palavras do mesmo autor: “se estamos afetivamente ligados a uma pessoa, a canção presencia e presentifica essa ligação: está presente e torna presente, na medida em que nos evoca o ser amado, fazendo-nos viver ou reviver o sentimento (COSTA, 2007, p. 27)”.

Ainda no tocante à Jovem Guarda, Queiroz (2006, p. 167) nos lembra que Roberto Carlos, “o ‘rei’ da juventude”, na expressão utilizada pela autora, “sugeria o modelo de broto digno de uma paquera e que, com certo esnobismo diferenciador, chama a atenção para os seus dotes, a moeda do momento”. Conforme a pesquisadora, “a nova garota ideal assim é cantada: Essa garota é papo-firme/ É papo-firme, é papo-firme/ Ela é mesmo avançada/ E só dirige, em disparada/ Ela adora uma praia/ E só anda, de minissaia/ Está por dentro de tudo/ E só namora/ Se o cara é cabeludo [...]”⁹⁰. Por outro lado, a autora evoca o contraste entre a

⁸⁷ CARDOSO, 1967, conforme referência apresentada pela autora (2006, p. 161).

⁸⁸ A expressão *discurso literomusical* foi utilizado por Costa (2001) em sua tese de doutorado, intitulada “A produção do discurso litero-musical brasileiro”, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁸⁹ Cardoso, 1967, conforme citação da autora (2006, p. 161).

⁹⁰ Roberto Carlos, 1966, conforme citação da autora (2006, p. 167).

garota “papo-firme” e a “garota triste, romântica, derrotada e suicida no percurso da história amorosa pessoal, cantada por Martinha, e significada nela mesma no papel de apaixonada pelo Rei”, tal como se observa no trecho da canção também interpretada por Roberto Carlos: “Eu daria minha vida para você voltar/ Eu daria minha vida p’ra você ficar”/ Já não tenho nada, a não ser você comigo [...]”⁹¹.

Para finalizar essas considerações sobre a Jovem Guarda, apontamos ainda para o artigo de Mattos (2011, p. 9), publicado no livro “Vou fazer você gostar de mim”, em que a autora “tem como objetivo perceber entrelaçamentos, semelhanças e continuidades existentes entre o movimento da Jovem Guarda e a música brega”. Segundo Mattos (2011, p. 15), “a denominação ‘música brega’ é utilizada por muitos para designar um tipo de música romântica de forte apelo sentimental e de difícil classificação, já que não há um ritmo musical propriamente brega [...]”. Com base no livro *Eu não sou cachorro não* (2005), do historiador Paulo César Araújo, a autora traz à tona que “o termo brega começou a ser divulgado na imprensa a partir da década de 1980 para designar pejorativamente a música considerada cafona, cujos artistas na maioria das vezes começaram a fazer sucesso na esteira da Jovem Guarda”. Complementa Mattos (2011, p. 15):

Seus artistas seriam uma aposta da indústria fonográfica no período em que o cenário político brasileiro era marcado pela instauração de uma Ditadura Militar (1964-1985) que infligia a seus opositores forte censura, perseguição e torturas, chegando ao seu extremo, no ano de 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que, entre outras coisas, intensificava a censura e perseguição aos cantores mais engajados na crítica ao regime. Tanto os cantores pertencentes à Jovem Guarda quanto os pertencentes ao segmento da chamada “música brega” foram acusados de serem aliados pelos críticos e artistas mais engajados na oposição ao governo militar.

De acordo com as finalidades deste trabalho, importa dizer que a palavra “brega” não se liga sintática e semanticamente só a um ritmo musical, qualificando-o, mas também ao amor, pelo menos é o que nos disse, em entrevista, a jovem Elizabeth Bishop: “somos bregas. O amor é brega e eu não vejo nenhum problema nisso. Amor é dor de cotovelo, é loucura”. Diríamos que, no contexto da música brega, os gestos de expressão das emoções e sentimentos que atribuem sentidos ao amor se dão de modo a amplificar a dor amorosa, a

⁹¹ Martinha, 1968, conforme citação da autora (2006, p. 167).

exacerbar a sensação de tristeza suscitada pelo fim de um relacionamento, a ponto de quem ama se expor publicamente em sofrimento amoroso, tal como sugere a jovem Elizabeth, nossa entrevistada: “Eu sou do tipo que termina um relacionamento e vai prum bar encher a cara. Que vai chorar, entendeu? Que não tem vergonha”. Aqui poderíamos estabelecer uma relação de *paráfrase*, ou de retorno aos mesmos espaços do dizer, entre o discurso de Elizabeth e as palavras cantadas por Reginaldo Rossi: “Saiba que o meu grande amor/ Hoje vai se casar/ Mandou uma carta pra me avisar/ Deixou em pedaços o meu coração”/ E pra matar a tristeza/ Só mesa de bar/ Quero tomar todas/ Vou me embriagar/ Se eu pegar no sono me deite no chão [...]”. “Ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas” (ORLANDI, 2013, p. 36).

Ainda no contexto dos anos 60/70, não poderíamos deixar de fazer referência a outro movimento da Música Popular Brasileira, o Tropicalismo⁹². Nessa perspectiva, Queiroz (2006, p. 168) atribui destaque à canção “Panis et Circensis, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, que remarca o distanciamento entre gerações e a ruptura de interesses no interior da família”⁹³.

eu quis cantar minha canção iluminada de sol

soltei os panos sobre os mastros no ar

soltei os tigres e os leões nos quintais

mas as pessoas na sala de jantar

são ocupadas em nascer e morrer

mandei fazer

de puro aço luminoso punhal

para matar meu amor e matei

às cinco horas na avenida central

mas as pessoas na sala de jantar

são ocupadas em nascer e morrer

mandei plantar

⁹² “Movimento surgido na década de 1960, em sua fortíssima vertente literomusical liderada por Caetano Veloso e Gilberto Gil (Costa, 2007, p. 262).

folhas de sonho no jardim do solar
as folhas sabem procurar, procurar
pelo sol e as raízes procurar, procurar
mas as pessoas na sala de jantar
são ocupadas em nascer e morrer

essas pessoas na sala de jantar
essas pessoas na sala de jantar
essas pessoas na sala de jantar

Vejamos a análise da autora com relação à letra dos compositores:

Ao mesmo tempo em que o personagem narrador ocupa-se em cantar sua canção iluminada de sol, soltar tigres e leões nos quintais, fazer de aço um luminoso punhal, matar o amor às cinco horas na Avenida Central, plantar folhas de sonhos no jardim do solar, ou seja, em subverter a ordem do mundo, as pessoas na sala de jantar permanecem indiferentemente ocupadas em nascer e morrer (QUEIROZ, 2006, p. 158).

A subversão da ordem do mundo, de que fala a autora, na citação acima, é uma das principais características do Tropicalismo, movimento estético, para além da música⁹⁴, que “questionou valores culturais, nacionais e internacionais. Revelou-se num episódio de subversão de costumes que pôs à mesa as contradições da sociedade burguesa e o caos do mundo pós-moderno [...]” (LEMOS, 2007, 219).

Nessa perspectiva, pensamos que seria oportuno chamar a atenção para uma das letras compostas por Tom Zé⁹⁵, que inicialmente integrou o movimento. Na canção intitulada “O amor é um rock”, o compositor atribui sentidos negativos ao amor, de modo a subverter ou a desconstruir formas “românticas” ou idealizadas de conceber o amor: “– Dr. Burgone:/ O amor é egoísta?/ Coro de Medeia:/ Sim, sim, sim, tem que ser assim/ [...] / “– Dr. Burgone:/ Então quer dizer que o amor é sem caráter?/ Coro de Média: sim, sim, sim, sim”. Ou ainda na

⁹⁴ “Expressou-se em vários âmbitos de manifestação artística, como na literatura, no cinema, nas artes plásticas e principalmente na música” (LEMOS, 2007, p. 220).

⁹⁵ Compositor que participou do disco *Tropicália ou Panis et Circensis*, álbum de lançamento do movimento” (LEMOS, 2007, p. 219).

canção “O amor é velho-menina”, ainda de sua autoria, em que a palavra amor mantém uma relação de paráfrase com os termos “culpa”, “medo”, “lixo”, “sacrifício”, “traições”:

O amor é velho, velho, velho

E menina.

O amor é trilha

De lençóis e culpa

Medo e maravilha.

O tempo a vida lida

Andam pelo chão,

O amor aeroplanos

O amor zomba dos anos

O amor anda nos tangos,

No rastro dos ciganos,

No vão dos oceanos.

O amor é poço

Onde se despejam

Lixo e brilhantes:

Orações, sacrifícios, traições.

5.2 Jovens: entre outros afetos e os de outrora

Direcionando-nos mais especificamente para os modos como se dão as relações afetivas entre os jovens na atualidade, destacamos a pesquisa realizada por Pais (2012), intitulada “Sexualidade e Afectos Juvenis”. Em seu estudo, o sociólogo tem como objetivo “captar e compreender atitudes perante importantes dimensões da vida, a partir de um conjunto de questões colocadas separadamente a grupos de jovens e a grupos de pais [...]” (PAIS, 2012, p. 25). O autor busca “colocar em evidência possíveis convergências e divergências que possam aproximar ou afastar, em termos atitudinais, as diferentes gerações” (PAIS, 2012, p. 25).

Nas entrevistas realizadas pelo pesquisador, com os jovens e pais de Portugal,

evidenciou-se que “o namoro perdeu uma boa parte do significado que tinha” (PAIS, 2012, p. 33). Seguindo o enfoque do autor, caberia fazer referência às palavras da jovem Isolda, nossa entrevistada do curso de Economia Doméstica. Para ela, “se já passou de dois meses ou três meses [...] já é namoro”. Vejamos suas considerações sobre o tema, ao se posicionar com relação a questões formuladas no contexto da interação em grupo, após a exibição do filme *Antes do amanhecer*: vocês vivenciam o ficar? O que vocês poderiam me dizer a respeito do ficar?:

Pra mim se já passou de dois meses ou três meses pra mim já é namoro porque já é muito tempo, eu já considero como namoro porque tá difícil viu?, ficar com uma pessoa dois meses, três meses com uma pessoa, eu acho raro porque hoje em dia a pessoa vai pra balada fica com uma pessoa dois dias no máximo, conhece aquela pessoa e depois já vai beijar na boca da outra.

A jovem Júlia, também do curso de Economia Doméstica, por sua vez, considera que “primeiro se *fica* para depois namorar”, atribuindo um sentido diferente ao termo, em comparação às palavras de Isolda, cujo discurso acentua o aspecto efêmero do *ficar* (“vai pra balada fica com uma pessoa dois dias no máximo, conhece aquela pessoa e depois já vai beijar na boca da outra”). Observemos então o que nos diz Júlia: “acredito que é muito difícil alguém namorar assim sem *ficar*, nem que seja só pra conversar, pra ir ao cinema”. Ainda em suas palavras:

Mas eu acho que ninguém começa namorar namorando, assim: [neste instante a jovem projeta os lábios fechados à sua frente e simula o som de um beijo; logo em seguida todos riem]. Eu passei uns quatro meses ficando pra poder namorar, pra poder saber se eu gostava daquele menino, pra saber se eu queria ficar com aquele menino, eu não vou namorar por namorar.

Consideramos que o posicionamento discursivo da jovem Júlia é uma tentativa de convencer os outros colegas do grupo de que o *ficar* seria, digamos assim, um pré-requisito para a escolha do namorado/a; enquanto Isolda, por outro lado, não só destaca o caráter efêmero do *ficar* como também estabelece uma oposição entre este e o ato de *namorar*. Para esta última, trata-se de duas formas distintas de se relacionar, excludentes entre si: ou se fica ou se namora (“Ou Isto ou Aquilo”)⁹⁶. No discurso de Júlia, entretanto, o *ficar* é encarado na forma de um estágio ou teste para que a decisão de namorar seja tomada ou não. Neste caso,

⁹⁶ Em referência ao título do poema de Cecília Meireles.

existe a possibilidade de que haja uma continuidade, um direcionamento em que o *ficar* se encaminha para o *namoro*, consolidando-se.

A estudante Júlia também chamou a atenção do grupo para as divergências entre as gerações no que diz respeito ao *ficar*: “em relação aos nossos pais, acredito que seja tudo diferente, porque eles falam: ‘ah no meu tempo não sei o quê; ah no meu tempo não era assim’ [...]”. Somando-se às palavras de Júlia, Julieta acrescenta: “no meu tempo tinha que pedir os pais, hoje em dia *fica* nem fala nada pros pais”. A propósito, convém dizer que, segundo os dados levantados pelo sociólogo português, não há uma separação abrupta entre pais e filhos com relação a mudanças atitudinais, para usar o termo de Pais (2012, p. 34), uma vez que o “corte mais abrupto deu-se entre a geração dos actuais jovens e a dos seus avós”.

Para a compreensão desse corte de que fala o pesquisador (2012), é importante mencionar as noções de *princípio do prazer* e *princípio da realidade*, pensadas por Herbert Marcuse, e retomadas por Pais (2012). Vejamos o que nos diz este último a respeito:

Outrora, o princípio do prazer aparecia condicionado pelo princípio da realidade. Estes princípios foram contrapostos por Herbert Marcuse derivando o primeiro do instinto natural para o prazer e remetendo o segundo para os constrangimentos sociais que o bloqueiam. Marcuse defendia que o princípio da realidade empurra as pessoas para o trabalho e as obrigações, desviando-as do prazer. Mas também admitia que, uma vez satisfeitas as necessidades materiais, o princípio do prazer ganharia ascendência. No caso de muitos jovens – principalmente os estudantes – as necessidades materiais vão sendo relativamente satisfeitas pelos pais. Chegou mesmo a instituir-se a *mesada* e a *semanada*, frequentemente reforçados por sucessivos sopros financeiros que também não ajudam a uma disciplina dos gastos. Desse modo cria-se uma disponibilidade para o prazer (PAIS, 2012, p. 33).

Nesta perspectiva, de um lado temos os jovens, e do lado oposto, seus avós, “no meio temos uma geração – a dos pais – que, sofrendo ainda de constrangimentos materiais, já usufruiu, na sua juventude, de liberdades que permitiam aderir ao princípio do prazer, embora com alguns constrangimentos” (PAIS, 2012, p. 34). É pertinente aqui evocar um trecho da fala de Daniel, também aluno do curso de Economia Doméstica, no contexto da entrevista individual. Ao referir-se a sua avó, ele nos disse o seguinte, em resposta à nossa pergunta sobre as relações amorosas na atualidade: “a minha vó se casou com 16 anos, ela disse que no tempo dela os casamentos começavam frios e terminavam quentes, hoje é ao contrário

começam quentes e terminam frios”.

No caso dos pais de Daniel, entretanto, o casamento se deu muito tempo depois, embora tenham se conhecido quando a mãe tinha 15 anos e o pai 17. Nesse período, tornaram-se namorados, mas se separaram logo depois que o pai do jovem teve que prestar serviços à aeronáutica fora do local onde moravam. O pai então já havia casado, tido filhos e se divorciado, e já namorava outra pessoa, quando se reencontrou com a mãe de Daniel, que continuava oficialmente solteira, embora também tivesse à época um namorado. Ao responder nossa pergunta sobre como era a vivência amorosa em sua família, entre seus pais, o jovem estudante pôs em evidência justamente à cena do reencontro:

Eles meio que não tinham terminado o relacionamento deles. Aí meu pai foi até a casa onde ela morava antes, os avós da minha mãe ainda moravam lá... Conversaram tal, aí ele deu um jeito, arrumou um jeito de se encontrar com ela, isso ela tendo a rotina dela normal, aí eles começaram a conversar e depois foram morar juntos, depois eu nasci, depois meu irmão. E casado, casado no papel, eles só se casaram em 2003.

O que teria mobilizado Daniel a destacar esse episódio em seu discurso? Entre outros sentidos possíveis, poderíamos dizer que a ideia de *destino* atravessa as palavras do jovem, embora aqui não se trate da ingestão de um filtro mágico como no caso de *Tristão e Isolda*, destinados um ao outro até o momento em que morrem abraçados⁹⁷, tal como já anunciado por Rougemont (2003). Com relação à noção de destino, Bruckner (2011, p. 64) nos lança um questionamento: “escolhemos verdadeiramente nossos parceiros ou somos programados quando acreditamos agir com total lucidez?” É o próprio autor quem nos sugere uma resposta:

A liberdade inventa um determinismo depois do acontecido. Os amantes tinham de ter se encontrado, estavam destinados um para o outro antes mesmo de se cruzarem. O acaso que os colocou cara a cara, em determinado dia, determinada hora, é convertido em fatalidade: é impensável que isso não tivesse acontecido

⁹⁷ Para além da ficção medieval, é oportuno chamar a atenção para o fato de que ainda hoje vêm à tona acontecimentos envolvendo casais, sobretudo de idosos, que morrem juntos, inclusive de mãos dadas. É o caso de uma notícia recentemente disponibilizada na Internet, publicada pela Redação Yahoo! Brasil, sobre um casal de idosos americanos que morreu de mãos dadas em um hospital de Nova York, nos Estados Unidos. Destacamos aqui um trecho da notícia: “com uma pequena melhora em seu quadro, Ed foi transferido para o hospital no qual estava Floreen e colocado em uma cama ao lado dela. Os dois trocaram juras de amor e, poucos momentos depois, ela morreu. Ed não deixou a esposa e, de mãos dadas com ela, morreu 36 horas depois com piora grave em seu quadro”. Acessado em 11.12. 2014 <https://br.noticias.yahoo.com/casal-que-estava-junto-h%C3%A1-mais-de-60-anos-morre-de-m%C3%A3os-dadas-nos-eua-233231863.html>

Retomando a pesquisa de Pais (2012, p. 34), o autor chama a atenção para o fato de que “antigamente os namorados eram quase sempre olhados como potenciais cônjuges. Tomada como reduto das relações de afetividade e intimidade, cabia à família vigiar a reputação das moças [...]”. Nesse contexto, o autor ainda acrescenta que “os pais exerciam um apertado controle sobre os namoricos que, por decorrência, aconteciam às ‘escondidas’, quando muito ‘à janela’, ela na dita, ele de plantão, pescoço vergado para a janela dela”, o que nos remete novamente ao casal quinhentista *Romeu e Julieta*, ela, no balcão, e ele, fincado ao chão, a contemplá-la.

Mas vale ressaltar que, apesar desse controle referido por Pais (2012), nossos avós, assim como os jovens shakespearianos, também transgrediam convenções e saltavam obstáculos em direção ao enlace amoroso. Em seu romance autobiográfico, o escritor Santos (2010, p. 77) nos conta que seu avô Isidro – nascido no limiar da década de 1920, filho de uma ex-escrava com um capitão do mato, que, ainda bebê, foi doado para uma família branca, no interior da Paraíba –, apaixonou-se por Cassiana, sua avó, casando-se com ela à revelia de seus familiares. Nas palavras do escritor (2010, p. 83-84):

Minha avó era a princesa do lugar: linda e detentora de um vigor no olhar de causar inveja em Beatriz de Dante Alighieri. Filha de um ex-escravo com uma mulher branca, descendente de portugueses – o que não era comum naquela época, sobretudo, porque sendo negro e ex-escravo, o pai de Cassiana, era detentor de razoáveis propriedades [...]. Portanto a filha caçula, linda e letrada, preparada para se matrimoniar com um doutor jamais podia enamorar-se de um negrinho, metido a besta, filho de um capitão-do-mato com uma ex-escrava.

Numa atitude de paixão e desobediência ao pai da moça letrada, Isidro, depois de banhar-se “em água de cheiro de flor de laranjeira”, foi ao encontro de Cassiana, que já o esperava “sentada em uma cadeira de balanço na varanda lateral de sua casa [...], com um vestido de chita franzido na cintura e com bainha de renda branca que ia até pouco abaixo do joelho” (SANTOS, 2010, p.89). Ainda na linguagem poética do escritor, destacamos a cena do desfecho afetivo/definitivo:

Isidro, por sua vez, ao se aproximar da futura mãe de seus filhos, a mulher a quem ele acompanharia até o último instante de vida, perdeu a voz. Olhou nos olhos da moça e sentiu uma pontada no estômago ao ver-se neles. Era como se o negrume

daquele olhar epigrafasse o seu nome no horizonte. Se existia ainda qualquer dúvida ou medo em encarar o futuro, naquele instante, ficara claro que correr o risco seria o mínimo a se fazer (SANTOS, 2010, p. 89-90).

No que diz respeito à atualidade, em contraposição à época dos avós de Santos (2010), Pais (2012, p. 35) afirma que “hoje os pais podem interrogar os filhos sobre o namoro, mas, mesmo que falem dele, situam-no num registro de inteligibilidade diferente”. A esse respeito, entretanto, salientamos o fato de Júlia ter se referido de forma bastante enfática ao modo como seu pai lida com suas escolhas amorosas, como se sua reputação ainda estivesse em jogo: “eu não vou levar um cara pra apresentar ao meu pai, com uma espingarda [risos generalizados do grupo] pra depois o menino não ser uma pessoa que eu goste, eu não vou”. No contexto desta frase, configura-se uma relação de tensão entre as escolhas amorosas da jovem e o controle exercido pelo pai. Aqui o sujeito discursivo recorre à imagem de um pai autoritário, cujo poder está explicitamente sinalizado pela arma de fogo. Neste caso, não se pode falar em termos de uma interrogação situada em um “registro de inteligibilidade diferente”, para usar os termos de Pais (2012), mas em retorno à lei patriarcal. “As regras do jogo mudaram, mas as regras de antigamente ainda estão valendo”, defende Bruckner (2011, p. 68). Segundo este autor, é a “superposição desses dois estados que explica nossa desorientação atual. Tudo está caduco. Tudo continua pertinente. Nossos costumes não construíram uma morada absolutamente nova: ela se parece estranhamente com a outra [...]” (BRUCKNER, 2011, p. 68). Ou ainda na voz de um dos nossos jovens entrevistados, a quem chamamos Oscar Wilde, ao referir-se a seu pai como “uma pessoa mais conservadora”, em suas palavras:

Eu até tava comentando com o meu pai, há uns meses atrás, sobre isso. Que meu pai tinha, até uns dois anos atrás, um certo problema com tudo que era diferente da época dele. Meu pai e minha mãe, mas principalmente meu pai. Porque ele é uma pessoa mais conservadora. Era, né? E eu comentando com ele é... um tempinho atrás, sobre essa espécie de transição. Antigamente você não podia, é... por exemplo, antigamente uma criança não podia se envolver numa conversa de adultos porque senão o pai dava um beliscão nela, dava um puxão de orelha, mandava pro quarto, porque aquela conversa era de adultos. Hoje uma criança já tem autonomia pra opinar, pra dizer o que ela acha daquilo. Inclusive, até de discordar do próprio pai, da própria mãe.

Com base neste enfoque, poderíamos prosseguir reiterando que o binômio *amor e morte*, do qual falamos no terceiro capítulo desta tese, ainda perdura. De um lado, o amor; de outro, a *espingarda* do pai de Júlia, nossa jovem entrevistada, ou o *alfanje* do patriarca de “Lavoura Arcaica”. No caso deste romance, de que já falamos anteriormente, o amor é mortal porque se dá entre irmãos, André e Ana (“a dançarina oriental”, no trecho a seguir), cuja vida é extinta pelas mãos do próprio pai:

O alfanje estava ao alcance de sua mão, e, fendendo o grupo com a rajada de sua ira, meu pai atingiu com um só golpe a dançarina oriental (que vermelho mais pressuposto, que silêncio mais cavo, que frieza mais torpe nos meus olhos!), não teria a mesma gravidade se uma ovelha se inflamasse, ou se outro membro qualquer do rebanho caísse exasperado, mas era o próprio patriarca, ferido nos seus preceitos, que fora possuído de cólera divina (pobre pai!), era o guia, era a tábua solene, era a lei que se incendiava [...] (NASSER, 1999, p. 102).

Referindo-nos novamente ao registro de inteligibilidade, já referido por Pais (2012, p. 35), ou, em palavras nossas, aos usos da linguagem ou do discurso, o sociólogo chama a atenção para o fato de que “[..] falar de noivo, noiva ou noivado não soa bem para as novas gerações. Ao mudarem, as realidades reclamavam novas nomeações”. Dito de outra maneira, “as palavras acabam por nos dizer o que o mundo é quando acreditamos que o mundo é a realidade que as palavras nomeiam” (PAIS, 2005, p.53). Neste prisma, acrescenta que “raramente os jovens dizem ter um noivo(a) ou até mesmo um namorado(a). É mais freqüente que digam ter um amigo ou amiga ‘especial’ ou simplesmente alguém com quem andam ou têm uma curte” (PAIS, 2012, p. 35). No caso do Brasil, em vez de “curte”, mais relacionado ao português de Portugal, os jovens usam o termo *ficar*, ao qual já fizemos referência. Retomando a discussão sobre esta palavra, apontamos novamente para o modo como os jovens do curso de Economia Doméstica foram atribuindo sentidos a ela, até alcançar uma definição que abrangesse os diferentes modos de compreendê-la. Por exemplo, referindo-se ao contexto da interação em grupo, Julieta chega à seguinte conclusão: “Parece que do jeito que a gente tá falando tem vários tipos de ficar: tem o ficar de balada e tem o ficar que foi o dela, quatro meses se conhecendo, conversando e tal”. O primeiro corresponderia à maneira como Isolda significa o *ficar* (em oposição ao namoro), e o segundo aos sentidos atribuídos por Júlia (como pré-requisito para a escolha do namorado/a).

No que diz respeito às conclusões de Pais (2012, p. 36), vale ressaltar que, para o

autor, “o individualismo modelou a intimidade no mundo contemporâneo, alargando o campo das opções”. E complementa:

Se numa época de repressão da sexualidade o problema era o dos limites que inibiam a expressividade sexual, noutra época relativamente liberta de constrangimentos, a preocupação, como muitos pais reconhecem, é a dos limites que impeçam a banalização da sexualidade, subtraindo-a das suas componentes afectivas (PAIS, 2012, p. 36).

A esse respeito, chamamos a atenção para o fato de que a palavra “banalização”, a qual se refere o autor na citação acima, foi acionada pelos jovens que entrevistamos justamente no tocante ao vínculo que se pode estabelecer entre o *ficar* (o de balada, no sentido utilizado por Isolda) e as práticas sexuais. Vejamos o que nos disseram:

Romeu: De um fica, uma pessoa engravida, é assim.

Daniel: Está muito banal.

Julieta: Banalizado.

Isolda: Tá muito baldeado (risos generalizados do grupo).

Romeu: Muito bagunçado.

Julieta: É por isso que o amor verdadeiro... a gente já fica até assim, meio assim... com tudo isso, essa coisa muito fácil, é tudo muito fácil, é tudo muito perfeito, namoro de dois meses..., acho que meu pai nunca teve um namoro de três meses.

Daniel: Por exemplo, há uns dois ou três anos, quando eu tinha dezesseis, hoje eu tô com dezenove, pra mim a única coisa que existia era beijinho, beijinho e pronto, e nada mais. Nesses últimos três anos é que a coisa começou – como é que eu posso dizer? – começou a esquentar um pouquinho mais, né? Em três anos, na minha visão, eu vi as coisas se agilizarem muito rápido, por exemplo, antes o que eu ouvia muito falar era a questão de ficar numa festa, beijava pronto, hoje não, o que eu escuto dos meus amigos, e o que eu vejo muito: fica, leva prum canto, depois volta, vai um prum lado, o outro pra outro, como se nada tivesse acontecido, já vi muito isso em festa. Meus colegas levam a menina pro carro, fica 20, 40 minutos dentro do carro, depois volta, pega outra, vai. Isso é que eu acho que é a banalização.

Isolda: É algo só pra satisfazer os desejos e pronto, não entra amor, nem paixão acho que chega a entrar, só satisfação e acabou-se.

Daniel: É banal porque uma coisa que antigamente era amor, depois passou pra paixão e hoje já não é nada, é só o desejo.

No contexto acima, os jovens relacionam o *ficar* diretamente ao ato sexual (“De um fica, uma pessoa engravida”), e tal como os pais entrevistados por Pais (2012), consideram “banal” privar a sexualidade de seus componentes afetivos. Isto fica bem explícito nas palavras de Daniel, as quais sugerem uma redução gradual em que se passa do *amor* para a *paixão* e depois para o *nada* (“é só o desejo”). Para o jovem estudante, em síntese, “antigamente era amor”, “hoje já não é nada”. “O tempo, o tempo, esse algoz às vezes suave, às vezes mais terrível, demônio absoluto conferindo qualidade a todas as coisas”, diria André, personagem de “Lavoura Arcaica” (NASSER, 1999, p. 53).

5.3. As palavras dos jovens: uma análise

Ao longo desta tese, foram feitas apreciações quanto às palavras ditas pelos jovens entrevistados. Neste item, aprofundaremos a análise, sobretudo no que diz respeito às falas dos jovens em resposta à seguinte questão: O que você poderia me dizer sobre o amor no contexto atual?

Isolda: Hoje eu tô vendo, que tá muito escasso a relação mesmo do amor, de companheirismo, de atenção, de parceria, de fidelidade. Então, as pessoas elas estão se envolvendo de maneira tipo assim: ah, me envolvi com uma pessoa, no outro dia, no outro mês já tô com outra. Então tá muito assim, como é que eu posso dizer, muito escassa mesmo, muito dispersa, muito fluida né, muito assim entendeu, não tá muito forte. Tá muito fluida mesmo, muita escassa. As pessoas não tão tendo mais a concepção do que é o amor mesmo. As relações tão muito instáveis né, pronto. Mais alguma coisa?

Julieta: As relações amorosas de hoje, elas são muito rápidas, as pessoas antes de se relacionar, não pensam com quem estão se relacionando, não planejam, não tem critério pra se relacionar, não analisa a pessoa que você tá se relacionando, não conhece e já se relaciona. Mesmo porque algumas delas, a maioria, mesmo porque eu não fiz uma pesquisa pra saber, mas pelo que eu conheço, as pessoas se envolvem pra absorver só aquilo que ela deseja da outra pessoa e depois, se der certo deu, se não der, acabou mesmo, assim. E elas não pensam o que pode causar dor na outra pessoa e até a outra pessoa não pensa na dor que ele pode causar na outra, é só aquela coisa que a gente tava falando mesmo, descartável, hoje em dia. É difícil você ter um relacionamento hoje planejado, onde as pessoas se conheçam mesmo,

pra decidir se vai querer ou não aquela pessoa na sua vida. Eu dou um exemplo: eu né, porque eu namoro e antes de eu me relacionar, oficializar um namoro, eu pensei bem antes de namorar, eu conheci ele, perguntei tudo sobre ele, não deixei nada escapar, pedi informação de outras pessoas, puxei o histórico dele todinho, porque eu não vou ficar com qualquer um. Primeiro né, eu não vou deixar qualquer um beijar na minha boca, então analisei tudo bem direitinho, vi os defeitos, pensei: será que eu vou aceitar isso mesmo? Eu analisei bem muito e é isso que eu quero, a partir daí sim que a gente foi namorar e tinha que pedir também a minha mãe e o meu pai. As relações amorosas de hoje eu penso que é assim, muito rápido, as pessoas não pensam, quer só ficar mesmo, nem todos querem ficar, os que querem relacionamento sério não sabem o que... as pessoas não sabem o que querem.

Cleo: Naquele dia né, do grupo, eu acho que às vezes a gente coloca muito assim que as relações de antigamente eram melhores, tinham mais respeito, só que às vezes a gente esquece de colocar outras questões... Tipo a gente tem uma noção só daquela relação amorosa de antes, mas às vezes não percebe tudo que se passava ao redor. Assim, como se aquilo fosse isolado de todos os fatos que aconteceram. Tipo da época dos pais pra cá, da época dos meus avós pra cá, porque às vezes se fala: ah, antigamente as pessoas tinham mais respeito, até mesmo essa questão da traição né. Mas a gente não enxerga voltando pra esse lado da mulher, a mulher não tinha a liberdade de escolher, nem de escolher o seu parceiro, seus pais que escolhiam por contrato ou então até mesmo a idade que elas poderiam se casar.

No primeiro texto, o sujeito refere-se a um estado de escassez. O adjetivo “escasso” atrela-se à palavra amor, isto é, estabelece uma relação de sentido com o termo amor na trama interna ao texto. Logo em seguida, o sujeito discursivo esforça-se por delimitar o significado deste termo, apresentando seus aspectos definidores: companheirismo, atenção, parceria, fidelidade, adjetivando tais substantivos com o auxílio da partícula *de* para circunscrever o que considera “a relação mesma do amor”. Delimitado o termo, com base no ponto de vista de quem fala, retoma-se o adjetivo escasso, somando-o a outras palavras que terminam por se equivaler no discurso em análise, ou por construir relações parafrásticas: disperso, fluido, instável. Vejamos que se trata de uma sobreposição de termos que apontam para um sentido negativo: o da falta. Ou melhor, para uma dupla falta: de *totalidade* (o amor se encontra reduzido, em estado de escassez) e de *estabilidade* (o amor não tem uma base sólida, um fundamento que o sustente). Em síntese, o amor, tal como caracterizado pelo sujeito, está em falta porque “as pessoas não têm tendo mais a concepção do que é o amor mesmo”. Dito de outra maneira, não está sendo concebido ou compreendido como deveria, ou

melhor, tal como o próprio sujeito o concebe. Desse modo, poderíamos dizer que, no enunciado de Isolda, emerge uma relação de univocidade entre a palavra amor e a definição proposta pelo sujeito do discurso, como se o amor não pudesse ser significado de outro modo, por outros sujeitos, em outras circunstâncias de produção da linguagem. Nessa perspectiva, evocamos as considerações de Orlandi (2013, p. 35):

Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação ‘natural’ entre palavra e coisa.

No que diz respeito aos sentidos atribuídos ao amor, Bauman (2004, p. 19) argumenta que “a definição romântica do amor como ‘até que a morte nos separe’ está decididamente fora de moda, tendo deixado para trás seu tempo de vida útil [...]”. E acrescenta que “o desaparecimento dessa noção significa, inevitavelmente, a facilitação dos testes pelos quais uma experiência deve passar para ser chamada de ‘amor’”. Nessa perspectiva, conclui que “em vez de haver mais pessoas atingindo mais vezes os elevados padrões de amor, esses padrões foram baixados. Como resultado, o conjunto de experiências às quais nos referimos com a palavra amor expandiu-se muito” (BAUMAN, 2004, p. 19). Conclusão que parece ser compatível com a rede de sentidos configurada no texto de Isolda, quando é sugerido pelo sujeito do discurso que “as relações mesmo do amor” se encontram em estado de escassez ou fluidez. Isto se daria porque “[...] as pessoas elas estão se envolvendo de maneira tipo assim: ah, me envolvi com uma pessoa, no outro dia, no outro mês já tô com outra”, ainda nas palavras do sujeito falante. Nesta mesma linha de pensamento, Bauman (2007, p. 19) acrescenta que “noites avulsas de sexo são referidas pelo codinome de ‘fazer amor’”. Ainda nas palavras do autor:

A súbita abundância e a evidente disponibilidade das experiências amorosas podem alimentar a convicção de que amar (apaixonar-se, instigar o amor) é uma habilidade que se pode adquirir, e que o domínio dessa habilidade aumenta com a prática e a assiduidade do exercício. Pode-se até acreditar (e frequentemente se acredita) que as habilidades do fazer amor tendem a crescer com o acúmulo de experiências; que o próximo amor será uma experiência ainda mais estimulante do que a que estamos vivendo atualmente, embora não tão emocionante ou excitante quanto a que virá depois.

Para o autor, a convicção de que há uma relação entre o acúmulo de experiências e o desenvolvimento da habilidade para amar trata-se de uma ilusão, de um equívoco, porque “o conhecimento que se amplia juntamente com a série de eventos amorosos é o conhecimento do ‘amor’ como episódios intensos, curtos e impactantes, desencadeados pela consciência *a priori* de sua fragilidade e curta duração” (BAUMAN, 2007, p. 20). Nessa perspectiva, poderíamos afirmar que, de acordo com as ideias de Bauman (2007, p. 20), não se poderia falar em termos de aprendizado no que diz respeito ao amor. Mas convém atentar para o fato de que este autor faz uso do termo “aprendizado” restringindo-o ao sentido de “aquisição de hábitos úteis”, para usar as palavras do teórico. Vejamos mais detalhadamente o que diz o estudioso com relação a essa questão: “pode-se aprender a desempenhar uma atividade em que haja um conjunto de regras invariáveis correspondendo a um cenário estável e monotonamente repetitivo que favoreça o aprendizado, a memorização e manutenção dessa simulação” (BAUMAN, 2007, p. 20). Por outro lado, “num ambiente instável, fixar e adquirir hábitos – marcas registradas do aprendizado exitoso – não são apenas contraproducentes, mas podem mostrar-se fatais em suas conseqüências” (BAUMAN, 2007, p. 20). No que diz respeito à questão da aprendizagem, apontamos para o discurso de uma outra jovem entrevistada, Elizabeth Bishop, a quem já fizemos referência. Para ela, pode-se falar em termos de um jogo entre o aprender e o desaprender, quando se leva em consideração a possibilidade de se viver diferentes relacionamentos ao longo da vida. Em suas palavras:

A gente aprende e desaprende a amar. Cada uma tinha suas peculiaridades. Foram quatro relacionamentos e nenhum tinha a ver com o outro. Nada. A única coisa igual... acho que nada, né? Porque eu mudo com eles. Você muda. Independente de... se você morar no Brasil, se você morar na África você já é outra pessoa. Não vai mudar a sua essência, mas a maneira... Assimila, e descarta outras que não são necessárias, entendeu?

Do ponto de vista de Bauman (2004), entretanto, o amor é irredutível ao aprendizado de regras invariantes; assim, não seria passível de previsibilidades e prognósticos, tal como se faz, por exemplo, com relação a previsões meteorológicas. “Em todo amor há pelo menos dois seres, cada qual a grande incógnita na equação do outro. É isso que faz o amor parecer um capricho do destino – aquele futuro estranho e misterioso, impossível de ser descrito antecipadamente [...]”, arremata o autor (2007, p. 21). Por outro lado, no texto de Julieta, o sujeito aponta para a necessidade de minimizar ou até mesmo, se

fosse possível, de reduzir a zero as incertezas no/do amor: “[...] eu pensei bem antes de namorar, eu conheci ele, perguntei tudo sobre ele, não deixei nada escapar, pedi informação de outras pessoas, puxei o histórico dele todinho, porque eu não vou ficar com qualquer um”. E continua a usar as palavras nos mesmos espaços do dizer: “as pessoas antes de se relacionar, não pensam com quem estão se relacionando, não planejam, não tem critério pra se relacionar, não analisa a pessoa que você tá se relacionando, não conhece e já se relaciona”. Ou ainda na mesma rede de sentidos: “é difícil você ter um relacionamento hoje planejado, onde as pessoas se conheçam mesmo, pra decidir se vai querer ou não aquela pessoa na sua vida”.

Analisando os sentidos constitutivos do discurso de Julieta, poderíamos dizer que o sujeito estabelece uma relação de causalidade entre a possibilidade de obtenção de êxito no amor (não sofrimento) e o conhecimento prévio do outro: “pelo que eu já vi, as pessoas ficam aí... sofrem, aí depois pergunta porque tá sofrendo, mas se for analisar antes: você conheceu ele? Você perguntou isso? Você analisou isso? Não, não sabia”. Por outro lado, em contraposição à idéia de conhecimento prévio, Bauman (2007, p. 22-23) nos lembra que “eros é ‘uma relação com a alteridade, com o mistério, ou seja, com o futuro, com o que está ausente do mundo que contém tudo o que é...’”. Dito de outro modo pelo estudioso: “e não sabe o que está pela frente e o que o futuro pode trazer. Nunca terá confiança suficiente para dispensar as nuvens e abafar a ansiedade”. Ou ainda para sintetizar: “o amor é uma hipoteca baseada num futuro incerto e inescrutável” (BAUMAN, 2007, p. 23).

No discurso de Julieta, as práticas amorosas na atualidade caracterizam-se por uma dupla falta, assim como no discurso de Isolda, mas aqui se trata da falta de planejamento (ausência de esforços para minimizar as incertezas do futuro) e de critério (a escolha do parceiro se dá de forma aleatória). O sujeito discursivo posiciona-se criticamente com relação à falta de planejamento e de critério, a qual se refere, apontando para si mesmo como exemplo contrário: “primeiro né, eu não vou deixar qualquer um beijar na minha boca, então analisei tudo bem direitinho, vi os defeitos, pensei: será que eu vou aceitar isso mesmo?”. No enunciado de Julieta, “as pessoas não sabem o que querem”, mas o sujeito discursivo, ao contrário, posiciona-se como *aquela que sabe o que quer*. Trata-se, portanto, de um sujeito que planeja, que possui critérios, em resumo, de um *sujeito racional*, ao contrário das “pessoas que não pensam”, dos que agem por “impulso”: “então muitas vezes as pessoas agem pela emoção, elas deixam se levar pelo coração e não ouvem a razão, não ouvem a

realidade dos fatos [...]. Então as pessoas vão mais pelo impulso, pelo coração e não usa a razão [...]”, afirma Julieta.

O viés da racionalidade também se faz presente quando o sujeito do discurso, ao tecer suas considerações sobre as relações amorosas, o faz de forma prudente: “eu não fiz uma pesquisa pra saber”. Reconhece, assim, que se trata de um conhecimento restrito às suas impressões pessoais: “mas pelo que eu conheço”. Aqui se instaura uma disjunção entre o saber que se constitui a partir da própria vivência, e o saber que se adquire por meio de um estudo ou investigação. O sujeito se mostra “consciente” de que sua fala corresponde a um discurso socialmente desautorizado, fora do campo da “pesquisa”, atividade que se atrela aos textos produzidos em instituições científicas, acadêmicas, jornalísticas ou instituições ligadas a órgãos do governo, como os produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Mas, por outro lado, busca autorizar-se a partir de um outro discurso: o cristão. Vejamos em suas palavras:

Como eu sou cristã, a palavra de Deus diz que se deve guardar, guarde o teu coração. Guarda o coração mesmo, assim de qualquer coisa que não vai me trazer bem, tá guardadozim, não vou dar pra qualquer um também não e a palavra de Deus também diz que o mais enganoso é o nosso coração, quem o conhecerá?

Ao recorrer à palavra de Deus, mais especificamente ao cristianismo, o sujeito filia-se a uma rede de sentidos ou a uma formação discursiva que, desde a Idade Média, comprometeu-se com a produção de um discurso sobre o amor, sobretudo com o intuito de eliminar o *amor-paixão* do casamento (DEL PRIORE, 2012), conforme já discutimos em capítulo anterior. Nessa perspectiva, Chauí (1991, p. 100) afirma que “até o século XX, a Igreja tratou o amor sob dois ângulos: como amor profano a ser afastado, e como amor divino; o amor sempre foi emasculado ou transformado em caridade [...]”. Por outro lado, Chauí (1991, p. 100) diz que “agora o amor profano recupera dignidade”. E nesse sentido argumenta a autora:

Essa mudança de foco possui causas precisas. Em primeiro lugar, para conservar o controle social-sexual, a Igreja não poderia ignorar as mudanças da sociedade contemporânea, o advento da psicanálise e a consolidação de uma cultura leiga. Em certo sentido, aliás, a Igreja foi responsável pelo interesse dessa cultura pelo amor (a começar pelo chamado *amor cortês*, desenvolvido nos séculos precedentes, no qual o jovem escolhe a amada para servi-la, sem dar contas à família e à religião), pois,

ao colocá-lo fora do casamento que ela controlava, deixou-o nas mãos dos leigos, que dele trataram de cuidar.

De acordo com May (2012, p. 37), “as Escrituras judaicas dão ao mundo ocidental ambos os elementos essenciais do que foi chamado mais tarde de amor ‘cristão’”. Este pode ser compreendido, por um lado, como amor altruístico em que nos damos aos outros sem reserva ou discriminação; e, por outro, como devoção apaixonada a Deus e seus mandamentos. É nesse sentido que o autor (2012, p. 114) faz referência a um dos principais mandamentos de Jesus, expresso nos Evangelhos⁹⁸:

Respondeu Jesus: “O primeiro [mandamento] é, ‘Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor, e amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, com toda a alma, com toda a mente e com todas as forças.’ O segundo é este: ‘Amarás o próximo como a ti mesmo.’ Não há mandamento maior do que estes”.

Aqui chamamos a atenção para a frase “amarás o próximo como a ti mesmo”, na citação acima, e para a rede de sentidos configurada no discurso de Julieta, a seguir:

As pessoas se envolvem pra absorver só aquilo que ela deseja da outra pessoa e depois, se der certo deu, se não der, acabou mesmo, assim. E elas não pensam o que pode causar de dor na outra pessoa e até a outra pessoa não pensa na dor que ele pode causar na outra, é só aquela coisa que a gente tava falando mesmo, descartável, hoje em dia.

Ao se posicionar como cristão, o sujeito assume um discurso que valoriza o amor ao próximo, o que contrasta com a ideia de “não pensar na dor do outro”. É plausível que um sujeito discursivamente comprometido com a doutrina cristã adote uma atitude de compromisso com o outro, de forma a não tratá-lo de maneira “descartável”, conforme o termo usado na fala de Julieta. E é nesse sentido que evocamos o sujeito discursivo: “porque se eu vou ter aquela relação eu não vou fazer hora com o coração de outra pessoa, eu não vou brincar com o coração de outra pessoa, assim como eu não quero que ninguém brinque com o meu coração”. Aqui se pode estabelecer uma relação parafrástica com frases atribuídas a “voz” de Jesus: “tudo o que vocês quiserem que as pessoas façam a vocês, façam vocês também a elas”. Ou ainda, dito de outro modo: “não faça aos outros o que não quer que façam

⁹⁸ Conforme referência bíblica apresentada pelo autor: Marcos 12:29-31.

contigo”. Embora os sentidos desta última frase estejam historicamente atrelados ao pensamento cristão, também tem sua origem atribuída ao sábio chinês Confúcio. Não obstante, é preciso esclarecer que, na AD, despreza-se a tentativa de busca de um sujeito originário, isto é, de um Adão mítico, que *falou* pela *primeira* vez, tal como afirma Bakhtin (apud Authier-Revuz, 1990, p. 27):

Somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala de outro.

Convém ainda dizer que a ideia expressa pelo adjetivo “descartável” também se encontra no pensamento de Bauman (2004), assim como o uso do substantivo “impulso” para se referir às escolhas de parcerias amorosas. A esse respeito, vejamos o que nos diz o sociólogo:

Guiada pelo impulso (“seus olhos se cruzam na sala lotada”), a parceria segue o padrão do shopping e não exige mais que as habilidades de um consumidor médio, moderadamente experiente. Tal como outros bens de consumo, ela deve ser consumida instantaneamente (não requer maiores treinamento nem uma preparação prolongada) e usada uma só vez, “sem preconceitos”. É, antes de mais nada, eminentemente descartável (BAUMAN, 2004, p. 27).

Aqui o estudioso parte de pressupostos diferentes dos que sustentam o discurso de Julieta, cujo fundamento ou base geradora de sentidos é o pensamento cristão, embora um e outro apontem para a falta de preparação ou de critério para a escolha das parcerias amorosas, e particularmente das parcerias sexuais, no caso de Bauman (2004). O sociólogo parte do pressuposto de que “as agonias atuais do *homo sexualis* são as mesmas do *homo consumens*. Elas nasceram juntas. Se um dia se forem, marcharão ombro a ombro” (BAUMAN, 2004, p. 67). Mais detalhadamente, segundo o autor:

Nos dias de hoje, os shoppings centers tendem a ser planejados tendo-se em mente o súbito despertar e a rápida extinção dos impulsos, e não a incômoda e prolongada criação e maturação dos desejos. O único desejo que pode (e deve) ser implantado por meio da visita a um shopping é o de repetir, vezes e vezes seguidas, o momento estimulante de “abandonar-se aos impulsos” e permitir que estes comandem o espetáculo sem que haja um cenário predefinido. A curta expectativa de vida é o triunfo dos impulsos, dando-lhes uma vantagem sobre os desejos. Render-se aos

impulsos, ao contrário de seguir um desejo, é algo que se sabe ser transitório, mantendo-se a esperança de que não deixará conseqüências duradouras capazes de impedir novos momentos de êxtase prazeroso. No caso das parcerias, e particularmente das parcerias sexuais, seguir os impulsos em vez dos desejos significa deixar as portas escancaradas “a novas possibilidades românticas” [...] (BAUMAN, 2004, P. 27).

Poderíamos dizer que as ideias do sociólogo sobre o tema do amor apontam para uma ambivalência que traz conseqüências negativas para o relacionamento humano. Para Bauman (2004, p. 8), nossos contemporâneos sentem-se tanto “desesperados por terem sido abandonados aos seus próprios sentidos e sentimentos facilmente descartáveis, ansiando pela segurança do convívio e pela mão amiga com que possam contar num momento de aflição, desesperados por ‘relacionar-se’”, mas também “desconfiados da condição de ‘estar ligado’, em particular de estar ligado ‘permanentemente’, para não dizer eternamente, pois temem que tal condição possa trazer encargos e tensões que eles não se considerem aptos nem dispostos a suportar [...]”.

No terceiro texto, articulado por Cleo, desde o início se pode evidenciar que o sujeito demarca sua posição discursiva estabelecendo um contraponto entre seu discurso e o de outros sujeitos. Para Bakhtin (1997), o *outro* desempenha papel fundamental na constituição do sentido, dado que a linguagem nasce de um processo de interação verbal pelo qual tanto o locutor quanto o ouvinte são responsáveis. É interessante frisar que o sujeito não se posiciona explicitamente como negando o discurso do *outro*, o qual teria sido pronunciado em um momento anterior ao instante em que fala (o da entrevista individual): “Naquele dia né, do grupo”, referindo-se ao dia em que realizamos a atividade do filme-debate, conforme dissemos no segundo capítulo deste trabalho. Mas, por outro lado, se move discursivamente como um sujeito *ponderado*, que não se compromete necessariamente com uma atitude que seria claramente de confronto com o *outro*. Trata-se, neste caso, poderíamos dizer assim, de um sujeito que assume um “tom” de ponderação: “naquele dia né, do grupo, eu acho que às vezes a gente coloca muito assim que as relações de antigamente eram melhores, tinham mais respeito, só que às vezes a gente esquece de colocar outras questões”.

Mais precisamente o *outro* a que o sujeito se refere são os 6 (seis) jovens do Curso de Economia Doméstica, os quais, assim como o próprio sujeito, atribuíram sentidos ao amor no contexto de uma discussão em grupo em sala de aula, correspondente ao primeiro

momento de interação entre a pesquisadora e os estudantes desta Instituição. Ao se colocar de maneira ponderada, o sujeito ao mesmo tempo em que se distancia do grupo, une-se a ele: “eu acho que às vezes a gente coloca muito assim que as relações de antigamente eram melhores”. Neste caso, é a expressão “a gente” que instaura um sujeito clivado, o qual aponta para *si* e para o *outro*, sem eximir-se do compromisso com os sentidos atribuídos às relações amorosas no referido contexto. Por outro lado, ao mesmo tempo distanciando-se do *dizer*, na medida em que se volta de forma reflexiva para o próprio discurso, que também é o discurso do *outro*, ou melhor, “do grupo”, para analisá-lo, colocá-lo em apreciação ou em juízo: “[...] só que às vezes a gente esquece de colocar outras questões”.

Mas a que discurso o sujeito se refere? Observemos o enunciado de Júlia, dita no momento da interação em grupo:

[...] Eu chego a pensar que esse amor todo deles⁹⁹, hoje, na nossa época, na minha idade, não há, não é mais fácil que aconteça do que antigamente porque hoje é tudo tão mais diferente, sabe, as questões do divórcio, de tudo, as pessoas amam e não é amor.

É particularmente a esse discurso que o sujeito se refere, um discurso que nega a possibilidade de o amor se realizar como “antigamente”; ou ainda na voz de Romeu: “Eu não acredito. Eu não acredito no amor. Eu acho muito falso hoje em dia, antigamente não”. Os discursos de Júlia e Romeu equivalem-se, conjugam-se numa relação parafrástica, pois ambos configuram-se como discursos que atribuem sentidos negativos ao amor atual em razão de apreendê-lo significativamente como um sentimento “falso”, não verdadeiro como o de “antigamente” (nos tempos dos pais de Júlia?). Mesmo que os sujeitos usem palavras diferentes, posicionam-se discursivamente nos mesmos espaços do dizer: “as pessoas amam e não é amor” (Júlia); “Eu acho muito falso hoje em dia” (Romeu).

A jovem Cleo, ao se posicionar discursivamente como um sujeito *ponderado*, chama a atenção para o fato de que há uma limitação em modos de dizer as relações amorosas de “antigamente”, tal como o fazem Júlia e Romeu. Em suas próprias palavras: “Tipo... a gente tem uma noção só daquela relação amorosa de antes, mas às vezes não percebe tudo que se passava ao redor. Assim, como se aquilo fosse isolado de todos os fatos que aconteceram”. Dito de outro modo, Cleo, na condição de sujeito do discurso, afirma que a compreensão sobre as relações amorosas de “antes” implica uma limitação caso não sejam levados em

⁹⁹ referindo-se aos seus pais

consideração “todos os fatos que aconteceram”. Mas a que fatos o sujeito se refere em seu discurso? Leiamos novamente as palavras de Cleo: “Mas a gente não enxerga voltando pra esse lado da mulher, a mulher não tinha a liberdade de escolher, nem de escolher o seu parceiro, seus pais que escolhiam por contrato ou então até mesmo a idade que elas poderiam se casar”. Neste caso, o sujeito adverte que os dizeres sobre as relações amorosas de “antes”, “tipo da época dos pais pra cá, da época dos meus avós pra cá”, desconsideram acontecimentos históricos. Assim, seria necessário ancorá-las historicamente, sobretudo no que diz respeito às mudanças ocorridas com relação à ordem patriarcal (“seus pais que escolhiam por contrato”) e ao controle das mulheres (“a mulher não tinha liberdade de escolher, nem de escolher o seu parceiro”). A esse respeito, Giddens (1993, p.11) afirma “que o controle sexual dos homens sobre as mulheres é muito mais que uma característica incidental da vida social moderna”.

É interessante chamar a atenção para o fato de que Cleo não se posicionou desta maneira no contexto da discussão em grupo, em sala de aula, não fez menção a questões relacionadas à “mulher”, tal como na entrevista individual: “[...] voltando pra esse lado da mulher”. Observei que, enquanto outros estudantes se manifestavam espontaneamente, Cleo, em muitos momentos, se manteve apenas presente à discussão, sem se expressar, e só falava quando era instigada por mim. Neste ponto, lembramos “As formas do silêncio”, obra escrita por Orlandi (2007, p. 12), na qual a autora estabelece uma distinção entre “o silêncio e o silenciamento (que já não é silêncio mas “pôr em silêncio”)”. Este último “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73).

Em síntese, a autora (2007) defende a ideia de que o silêncio ou o silenciamento produzem sentidos: todo dizer estabelece uma relação fundamental com o não-dizer devido ao caráter de incompletude da linguagem. Em outros termos, “a linguagem é passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras” (ORLANDI, 2007, p. 70). E continua a autora: “evidentemente, não é do silêncio em sua qualidade física de que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significativa” (ORLANDI, 2007, p. 70).

Ao apontar para as questões de gênero, Cleo se aproxima discursivamente de teóricos aqui já mencionados, como Therborn (2011), Giddens (1993) e Paz (1994), os quais apostam num liame entre as mudanças no modo como se dão os relacionamentos amorosos na

atualidade e os avanços no que diz respeito à igualdade da mulher, seja no âmbito político ou na esfera da vida privada. Nessa perspectiva, ressaltam aspectos positivos das transformações na intimidade na medida em que articulam discursos que remetem à quebra do poder patriarcal, ao rompimento da subordinação da mulher ao lar e às conquistas em favor de sua liberdade sexual. Ademais, o discurso de Cleo também dialoga consensualmente com os sentidos configurados no enunciado da jovem Frida, abaixo transcrito, aluna do curso de graduação em Letras:

As relações amorosas hoje...eu acho que elas tão passando por uma ebulição, né, assim. Hoje se discute muito isso, né? Eu acho que antes, talvez, fosse menos discutido justamente pela dominação muito forte do homem. E agora a mulher tem ganhado voz, também se admitem novas formas de amor, né? A homossexualidade já está mais aceita, né?

No enunciado articulado por Frida, vem à tona, além de questões referentes à mulher, a temática da homossexualidade ou dos “amores entre iguais”, para usar a expressão de Del Priore (2012). Aqui lembramos as considerações que já tecemos sobre a abertura social para as minorias sexuais marginalizadas desde o movimento da contracultura nos anos 60, conforme as ideias de PEREIRA (2009), discutidas no capítulo anterior. A esse respeito, Del Priore (2012, p. 296) acrescenta que “discretos, quando não perseguidos, e vítimas de toda a sorte de preconceitos, esses grupos tiveram de viver seu amor nas sombras, pelo menos até os anos 60”. Enquanto Giddens (1993), assim como Pereira (2009) e Leuchtenburg (1976), chama a atenção para os avanços alcançados pelas comunidades culturais gays americanas e da Europa, anteriormente comentados, Del Priore (2012, p. 296) faz menção particularmente à sociedade brasileira, e nos lembra que

[...] entre a década de 1930 e a de 1960, houve alterações significativas na composição e no desenvolvimento das subculturas homossexuais em grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, centros que acabavam por atrair migrantes homossexuais de todo o Brasil. A pressão que sofriam em suas localidades de origem, para arrumar namorada ou casar, levava muitos homossexuais a profundas crises familiares ou de saúde, obrigando-os a partir rumo à cidade grande. Ir para os centros em busca de trabalho, mas, sobretudo, para escapar à pressão familiar, era a meta para muitos.

No tocante às crises familiares mencionadas pela historiadora, na citação acima, aqui cabe trazer à tona o discurso de um dos jovens entrevistados, do curso de graduação em Letras, ao articular comentários sobre o modo como sua família lida com sua homossexualidade. O jovem nos disse que sua mãe “lida mais tranquilamente apesar de ela ser evangélica”. Vejamos mais detalhadamente:

Tipo, ela aceita desaceitando, né, porque ela acredita muito nessa coisa da salvação, e ela se preocupa muito com a minha alma mas eu sei que isso é uma preocupação dela então eu não tento podar ela, eu deixo ela se preocupar, deixo ela ter o cuidado mas ao mesmo tempo eu tento demonstrar pra ela que "olha, mãe...", porque as pessoas associam muito a homossexualidade com drogas, associam a homossexualidade com doenças sexualmente transmissíveis, e eu digo "olha, mãe, eu me cuido, né, eu tô me cuidando, eu não bebo, eu não fumo, não faço sexo desprevendo", né, eu tento sempre deixar isso claro que é pra tranquilizar ela pelo menos nesse aspecto, já que no aspecto da salvação eu não acredito na mesma coisa que ela...

Diferentemente da mãe do jovem, o pai reagiu violentamente no dia em que o estudante nos disse ter confessado a ele sua homossexualidade:

Enfim, eu explicitiei que realmente eu era homossexual [...]. Magna, ele correu atrás de mim. Pegou o cabo de vassoura e correu atrás de mim, e eu corri no corredor, né? E nisso ele tentou me acertar com o cabo de vassoura, acertou o cabo de vassoura na parede, quebrou o cabo de vassoura na parede, mas graças a Deus eu consegui entrar no banheiro e me trancar. E aí nisso eu fiquei trancado no banheiro e ele gritando, querendo derrubar a porta e minha madrastra tava segurando ele. E aí essa noite foi bem tensa, mas aí ele não passou muito tempo tentando não, só questão de cinco minutos. Depois ele voltou pro canto dele e continuou falando, continuou falando... E aí nisso eu fiquei dentro do banheiro, não sabia se eu chorava, não sabia se eu gritava. Eu só tava pálido porque eu não tava acreditando que eu tinha tido coragem de falar isso, e aí, quando eu senti que o clima tava mais frio, porque frio não ia ficar de jeito nenhum, mas quando tava mais frio eu saí, fui buscar minha toalha, tomei meu banho e fui pra rede e aí eu ouvi, ouvi, ouvi, ouvi, ouvi, ouvi... e aí na mesma madrugada minha madrastra foi conversar comigo, né? Pra falar que eu não falasse assim, né, e tal e coisa, e que eu tivesse mais cuidado. Na hora eu fiquei com raiva dela também, porque eu “ai, Ivonete”, que é o nome dela, “ai, Ivonete, como é que tu pode ficar do lado dele, olha o que ele tá fazendo”, né? Eu fiquei com muita raiva mas hoje eu entendo ela, né? Até porque é marido dela, né? Ela casou foi com ele, não comigo. E aí... e aí, assim, eu me assumi. E aí depois disso, assim, nós nunca

mais tocamos no assunto diretamente, né, como aconteceu nessa noite, sempre assim, rodeando.

Retomando a fala da jovem Frida, vejamos ainda outros dados que se apresentam como vestígios lingüísticos ou pistas textuais; dados estes que nos conduzem à compreensão do funcionamento de seu discurso e reclamam análise. Em suas palavras:

Mas apesar dessas transformações que tem acontecido ainda há uma onda de conservadorismo muito forte. Por isso que eu ressalto isso no meu dia-a-dia, porque é importante que a mulher, que o homossexual, que o transexual não deixem de falar, né? Não deixem de se expressar e de se colocar, onde eles tiverem. E se colocar como tais, se o forem mesmo, né? Enfim. Porque se um homem quiser defender os homossexuais... um homem heterossexual quiser, ótimo. Mas você se colocar como homossexual e ter a coragem de falar onde quer que você esteja, seja em casa, seja na escola, seja na faculdade, é muito importante pra quebrar todos esses preconceitos mesmo. Porque eu acredito que o conservadorismo sempre vem com muita força, né? A depender do momento político que a gente vive, é... a Igreja eu acho que ainda tem uma forte interferência. A Igreja Evangélica vem se expandindo também, talvez ainda mais conservadora e fechada que a Católica.

No texto acima, primeiramente, apontamos para o uso do advérbio “apesar”, que aparece na expressão “apesar de”, a qual indica oposição a uma outra ideia exposta, mas que não é impeditiva¹⁰⁰. A partir daí, destacamos que o sujeito discursivo se posiciona articulando um par opositivo entre os substantivos *transformações* e *conservadorismo*, que poderia estabelecer uma relação de paráfrase com outros pares potenciais: *novo* e *velho*, *atual* e *antigo*, *moderno* e *tradicional*. Consideremos que o primeiro termo dos pares elencados (transformações, novo, atual, moderno) atrela-se a fatos ou acontecimentos que se dão no presente, no *aqui* e *agora*; o segundo (conservadorismo, velho, antigo, tradicional) aponta para fatos/acontecimentos que se vinculam a um tempo passado, transcorrido, que já foi vivido, mas que não se mantém totalmente inerte, inexistente, podendo ser restabelecido, “a depender do momento político que a gente vive”, de acordo com as palavras de Frida. Cabe mencionar que o termo tradição, para Bauman (2001, p. 9), define-se como um “sedimento ou resíduo do passado no presente”. Nesse sentido, poderíamos estabelecer uma relação entre a

¹⁰⁰ "Apesar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/apesar> [consultado em 02-09-2014].

noção de sedimento/resíduo, utilizada pelo autor, e a instituição Igreja, a qual Frida faz menção em seu discurso. Para a jovem, esta instituição “ainda tem uma forte interferência”, e a igreja evangélica seria “ainda mais conservadora e fechada que a Católica”. Com relação ao tema, a estudante acrescenta:

Então, assim, na minha sala de aula eu me assustei quando foi perguntado, né, na aula de Espanhol, que tipo de música a gente escutava e, tipo, quase metade da sala diz que escutava só música gospel e eu “caramba! Essa quantidade! Então devem ser evangélicos”. E aí uma que eu sei que é católica disse que escutava música religiosa. Então, assim, você nota que há um fechamento do outro... pra outros tipos de música, né? E isso deve se refletir de outras maneiras na vida da pessoa, né? Então... eu fiquei realmente bastante assustada. E eu acho que não é a toa. Porque é... essas igrejas... eu acho que a atmosfera geral quando surgem muitas novidades é justamente pro conservadorismo voltar com força total e tentar imprimir ou reprimir a liberdade da mulher ou das diversas formas de amor mesmo, né? Então eu acho que há... a mulher tem mais voz mesmo dentro da sua relação, né? É... mas ainda continua difícil. A gente tem que continuar reagindo. Nós não estamos ainda numa situação confortável, né?

Neste trecho da entrevista de Frida, configuram-se sentidos que apontam para um distanciamento entre, de um lado, os alunos que só ouvem música gospel, provavelmente evangélicos, ou música religiosa, identificados como católicos e, de outro lado, os estudantes que talvez não ouçam nem uma nem outra, grupo no qual o sujeito discursivo poderia ser incluído (interessante perceber aqui a separação entre música gospel e religiosa¹⁰¹). O sujeito se coloca na condição de quem se vê numa situação de conflito/desconfiança: quase metade da sala parece ser constituída por alunos evangélicos, que se fecham pra “outros tipos de música”, o que pode “refletir de outras maneiras na vida da pessoa”, de acordo com o que nos diz Frida. Aqui se tem um discurso atravessado pela *suspeita* de que o “conservadorismo” das igrejas cristãs (católicas e, sobretudo, evangélicas) pode “voltar com força total”, “quando surgem muitas novidades” – neste último segmento verbal articulado pela jovem Frida se estabelece de forma mais explícita a relação parafrástica entre os pares *novo* e *velho*, *atual* e *antigo*, *moderno* e *tradicional*.

Neste ponto, é interessante nos referirmos ao pensamento de Orlandi (2003, p. 18), segundo o qual “a categorização novo/velho é sobretudo uma categorização do domínio

¹⁰¹ A separação entre música gospel e música religiosa parece remeter à disputa histórica entre Protestantes e Católicos.

psicológico, podendo também ser referida à história quando está é compreendida como cronologia, evolução”. Com base nessa consideração, a autora frisa que “não há linearidade histórica, quando pensamos o discurso” (ORLANDI, 2003, p. 18). E acrescenta: “a historicidade do discurso está ligada ao modo de funcionamento da linguagem e tem a ver com a produção de sentidos, na relação entre Formações Discursivas. [...] O sentido se faz sentido. Em suas relações” (ORLANDI, 2003, p. 18). “Em Análise do Discurso, a história não é cronologia, não é evolução, nem relação de causa-efeito, mas filiação, produção e mecanismos de distribuição de sentidos”, conclui Orlandi (2003, p. 9). A partir daí, poderíamos perguntar o que quer dizer o novo e o que quer dizer o velho, ou melhor, a relação de oposição entre eles, a que discurso ou formação discursiva atrela-se constitutivamente estes opostos? Outrossim, caberia ter em mente, de acordo com as observações de Orlandi (2003), que a cronologia é apenas um sentido possível, dentre outros modos de se dizer o histórico.

Mas como não acionar o tempo sob o viés da linearidade, se no momento de produção de “nossas” palavras repetidamente nos comprometemos com a “cronologia” da linguagem, quando, por exemplo, dizemos *atual, atualidade, no momento, hoje, ontem, agora*? Assim também o faz Bruckner (2011, p. 228), ao tecer considerações sobre a Igreja, aqui tomada, com base na fala da jovem Frida, seja como sedimento/resíduo do passado no presente ou como símbolo de conservadorismo, em oposição ao novo:

A Igreja romana se tornou, ainda que a contragosto, um parlamento obrigado a arbitrar entre suas diversas facções. Mesmo que continue se considerando a única depositária da verdadeira fé, ela consente, não sem reticência, em se autocriticar, em dialogar com o ateísmo, o agnosticismo e outras confissões. Ela praticou a intolerância por paixão; ei-la obrigada a ser tolerante por fraqueza. Com exceção do islã, que permanece pertinaz, o princípio da laicidade é admitido na Europa inteira e, no momento, não se cogita revê-lo. As grandes religiões não têm mais a possibilidade, nas nações democráticas, de mandar prender e executar os que as contradizem.

Embora defenda, na citação acima, que as grandes religiões não recorrem mais a repressão nas nações democráticas, Bruckner (2011, p. 230) afirma “que nós vivemos mais do que nunca sob o grande aparato cristão, ele mesmo herdado do platonismo, quer sejamos ateus ou anticlericais radicais”. Seu discurso sobre a suposta permanência do aparato cristão dialoga consensualmente com os sentidos configurados no texto de Frida, no tocante à

tradição cristã e o risco que ela representaria para as transformações ocorridas na história ocidental com relação à igualdade de direitos entre homens e mulheres e ao preconceito contra a homossexualidade. Assim como Frida, o autor enfoca negativamente aspectos da religião cristã, no caso dele, mais especificamente, da Igreja católica: “podemos julgar lamentável a atitude de Roma em relação ao celibato dos padres, à ordenação de mulheres, à contracepção, ao aborto, à homossexualidade, e irresponsável quando proíbe a pílula” (BRUCKNER, 2011, p. 228).

No discurso produzido por Frida, o que temos é uma posição de desconfiança que conduz o sujeito discursivo a uma resposta ou reação, assim expressa: “por isso que eu ressalto isso no meu dia-a-dia, porque é importante que a mulher, que o homossexual, que o transexual não deixem de falar, né? Não deixem de se expressar e de se colocar, onde eles tiverem. [...]”. E dessa maneira, é configurada a rede de sentidos que gera um discurso de resistência, mobilizado pelo sujeito, com base na autoafirmação das identidades sexuais e de gênero: “[...] mas você se colocar como homossexual e ter a coragem de falar onde quer que você esteja, seja em casa, seja na escola, seja na faculdade, é muito importante pra quebrar todos esses preconceitos”. Ou ainda neste trecho, mais especificamente com relação à mulher: “a mulher tem mais voz mesmo dentro da sua relação, né? É... mas ainda continua difícil. A gente tem que continuar reagindo. Nós não estamos ainda numa situação confortável, né?”. E continua:

Então a gente tá vivendo esse momento de muita transformação nos relacionamentos. E eu não sei onde isso vai parar, né? E isso sempre... sempre vem na cabeça a onda conservadora. Porque a gente não pode retroceder, né? Porque sempre vem muitos discursos religiosos que, ah, que “bom era como era antes”, que os casais viviam casados eternamente, que era maravilhoso, mas por trás disso havia uma opressão gigantesca da mulher, e, em certa medida, até do homem que não podia se... se fosse homossexual não podia se assumir. E isso ainda existe, né? Talvez fosse mais forte antes.

Em síntese, convém enfatizar que, na fala de Frida, o uso do advérbio “apesar”, já referido anteriormente, é um signo que aponta para disjunções. De um lado, teríamos os alunos evangélicos, restritos em seus interesses musicais, ouvintes unicamente do estilo gospel, e, portanto, com posições musicais e ideológicas fechadas; de outro, os alunos que não se identificariam com estilos musicais e ideologias de caráter religioso. Em outras palavras,

segundo a perspectiva do sujeito discursivo, teríamos o conservadorismo cristão, de um lado e, de outro, às transformações referentes à liberdade de expressão da mulher e das minorias sexuais marginalizadas. Temos, portanto, uma disjunção entre um discurso fechado/cristão e um discurso aberto/secular. Mais uma vez nas palavras de Frida:

Então, eu acho que há um grupo que ainda é muito conservador, que são esses, né? Que tem mais influência da Igreja. Acho que a Igreja é preponderante nisso, e há outro grupo que sim, que está se libertando e que quem é partidário de alguma religião vai ter que entender (risos). E realmente hoje eles se manifestam com mais prudência, né? E tem que compreender que as coisas estão mudando, né? Inclusive algumas igrejas admitem, né? Uma liberdade maior hoje, então... mas eu realmente não sei onde vai dar (risos)

Para além desta dicotomia, o discurso de Frida também aponta para a relação entre juventude e mudança social. A esse respeito, Groppo (2000, p. 24) nos lembra que, para Mannheim, sociólogo alemão radicado na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, “a juventude é paradoxal – uma ameaça que é impossível neutralizar e que deve ser conquistada”. Para Groppo (2000, p. 24), o pensamento de Mannheim sobre a juventude está diretamente relacionado com as referências que ele trazia dos grupos juvenis formados pelo nazismo. A existência destes grupos, portanto, teria legado ao sociólogo alemão a visão de que “a mobilização da juventude podia ser perversa, direcionada ao ‘conservantismo’¹⁰²”, conforme o que nos diz Groppo (2000, p. 24). Nesta perspectiva, este último autor termina por concluir que “a juventude de Mannheim é uma ‘força potencial de transformação da sociedade’. Mas também pode ser, e este é o problema, uma força de conservação” (GROPPO, 2000, p. 24-25).

Vejamos que as observações de Groppo (2000) sobre o modo como Mannheim compreendia a juventude apontam para o par opositivo entre os substantivos *transformações* e *conservação/conservantismo*¹⁰³, que também está presente no discurso de Frida, de modo parafrástico, a partir da oposição entre os termos *transformações* e *conservadorismo*, tal como já comentado. Para Frida, o *conservadorismo* é simbolizado por jovens estudantes de Espanhol, supostamente evangélicos, enquanto os teóricos aqui comentados fazem referência

¹⁰² Grifo do autor

¹⁰³ Termo utilizado por Mannheim na obra “Diagnóstico de nosso tempo”, Rio de Janeiro, Zahar, 1961, segundo referência apresentada por Groppo (2000, p. 24).

aos grupos juvenis formados pelo nazismo. Em contraposição ao destaque dado a estes grupos, Abramo (1994, p. 20) afirma que

No período em torno da Segunda Guerra, assiste-se ao engajamento de jovens em movimentos de ‘oposição à ordem’, desde lutas de resistência ao nazi-fascismo e anticolonialistas, passando pelos movimentos estudantis, que desenrolam bandeiras de alcance político geral, até movimentos tais como o *existencialismo* e o *beatnik*. Esse engajamento se acentuará nas décadas seguintes, com as diversas formas de radicalização do movimento estudantil e da “contracultura”, como veremos mais adiante.

No tocante aos discursos dos estudiosos em foco, há uma tendência de se reconhecer a juventude ora como agente social progressista, conforme o que nos diz Abramo (1994), na citação acima, ora como agente conservador, tal como nos chama a atenção Groppo (2000), com base em suas considerações sobre Mannheim e os jovens ligados ao nazismo. Este último posicionamento também se manifesta no discurso de Frida com relação aos estudantes ouvintes de música gospel, presumivelmente evangélicos, os quais seriam reprodutores do conservadorismo das igrejas evangélicas. Neste ponto, não poderíamos deixar de retomar a questão do *imaginário*¹⁰⁴, conceito utilizado pela AD para se referir às imagens que os falantes fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro no processo discursivo (PÊCHEUX, 1990), já referido no segundo capítulo desta tese.

No que diz respeito às imagens do lugar dos “evangélicos”, configuradas no discurso de Frida, poderíamos perguntar: em que medida os “evangélicos” representariam uma ameaça à liberdade da mulher? Observemos o discurso da jovem Julieta, evangélica, aluna do Curso de Economia Doméstica, cuja fala já contemplamos inicialmente. Na entrevista, perguntamos: “você é católica ou protestante? Eu sou protestante. Qual é a sua igreja? Eu era da Canaã, mas tô visitando outras igrejas aí, por enquanto tô na Canaã. Assembleia de Deus Canaã? Pois é, sou de lá”. Em seguida, sobre seu namorado: “E ele é da

¹⁰⁴ Seria oportuno dizer que, recentemente, na revista Carta Capital, o jornalista e escritor Ricardo Alexandre, radialista e blogueiro, Prêmio Jabuti 2010, ex-diretor de redação das revistas Bizz, Época São Paulo e Trip, e membro da Igreja Batista Água Viva em Vinhedo, interior de São Paulo, publicou um artigo de opinião intitulado “Afim, quem são os ‘evangélicos’?”, com o intuito de desconstruir a tendência atual de se considerar os “evangélicos” como um grupo homogêneo, inclusive referindo-se a igrejas de tradição evangélicas que são chamadas “inclusivas”, que têm política acolhedora e amorosa com as minorias. O texto pode ser acessado no próprio site da revista: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/afim-quem-sao-201cos-evangelicos201d-2053.html>.

mesma igreja? É, só que tem várias Canaã né, tem a sede que é ali perto do Castelão e tem as outras pequenas, mas é do mesmo líder, mesmo pastor, aí ele é daquela do José Walter”. Vejamos o que foi dito por ela quando abordamos as relações de gênero: “no que diz respeito às relações entre homem e mulher, você pensa como será a relação de vocês depois do casamento, já que você planeja casar-se com ele?” Resposta:

Voltando pra Bíblia né, a bíblia diz que a mulher tem que ser submissa ao homem e também diz que o homem deve amar sua esposa, assim como Cristo amou a sua igreja. Cristo ele deu a vida pela sua igreja, então eu acho que ele tá pior assim, entre aspas, tá no mesmo nível eu e ele. O submisso não quer dizer que eu estou sujeita a vontade dele, é algo voluntário e ele não vai abusar da minha submissão porque ele me ama, então ele não vai fazer aquilo que eu não goste que vai me explorar ou alguma coisa e eu cobro isso dele e a gente conversa isso com certeza, quanto a isso não tem problema e a bíblia também fala que não há desigualdade entre o homem e a mulher, nenhum é superior ao outro, o fato de eu ser submissa a ele, não quer dizer que ele seja maior do que eu, ele tem plena consciência disso. Uma coisa é ele ter autoridade, outra é ele exercer de autoritarismo sobre a minha pessoa, isso jamais vai acontecer e ele sabe isso porque ele estuda e eu também. Então se ele cobra de um lado eu também cobro de outro. E eu tenho consciência, eu sei que muitas vezes as pessoas pensam que a mulher tem que ser submissa ao homem, tem que fazer tudo que ele quer e que o homem é autoridade dentro de casa e não veem a função do homem também, porque ele tem que amar a sua esposa e amar é tudo isso, respeito, generosidade, perdão, compaixão, é tratar bem, quando você ama, você trata bem, você não maltrata, ainda mais ele, que tem que ter um amor parecido com o de Cristo, aí boa sorte pra ele né.

“A bíblia diz que a mulher tem que ser submissa ao homem”, afirma Julieta. É interessante perceber que o sujeito discursivo evoca a bíblia para se referir à condição de submissão da mulher, mas logo em seguida (re)significa o dizer bíblico ao fazer uso do termo “voluntário”. Ou seja, no discurso pronunciado por Julieta, a submissão da mulher trata-se de um ato de vontade, e não de uma sujeição ao homem, pois, conforme as palavras do próprio sujeito, “nenhum é superior ao outro, o fato de eu ser submissa a ele, não quer dizer que ele seja maior do que eu”. Em defesa de sua tese de que nos dizeres bíblicos não se preconizam à condição de inferioridade da mulher (“e a bíblia também fala que não há desigualdade entre o homem e a mulher”), o sujeito do discurso vale-se também da oposição entre autoridade e autoritarismo. Neste caso, o homem dispõe de autoridade porque o amor do homem é

semelhante ao de Cristo, conforme o que nos diz o sujeito: “o homem deve amar sua esposa, assim como Cristo amou a sua igreja”. Mas não caberia a ele o autoritarismo porque quem ama não abusa da condição de submissão do outro (“não vai abusar da minha submissão porque ele me ama”). Em outras palavras: “porque ele tem que amar a sua esposa e amar é tudo isso, respeito, generosidade, perdão, compaixão, é tratar bem, quando você ama, você trata bem, você não maltrata, ainda mais ele, que tem que ter um amor parecido com o de Cristo”, conclui Julieta.

“As pessoas pensam que a mulher tem que ser submissa ao homem, tem que fazer tudo que ele quer e que o homem é autoridade dentro de casa e não veem a função do homem também”, conforme o que nos diz a jovem evangélica. Entretanto, considerar esta submissão uma inferioridade, de acordo com o sujeito discursivo, é desconhecer o(s) texto(s) bíblico(s), cuja compreensão implica um processo de aprendizagem, assim como o fazem a jovem Julieta e seu namorado: “porque ele estuda e eu também”. Ou melhor, quem estuda é autorizado a saber/interpretar/ler o que diz a bíblia. Aqui se faz oportuno comentar o modo como a AD pensa a leitura e o sujeito-leitor. A esse respeito, Orlandi (2003) afirma que “há uma divisão social da leitura, como diz M. Pêcheux, ou seja, o direito à interpretação (à leitura) é sócio-historicamente distribuído”. Mas convém destacar que, para a AD, embora haja essa divisão que implica a construção social de espaços potenciais de coerência em relação aos sentidos, “o leitor resiste. Foge pelos interstícios. Produz contradições. Há, assim, não um mas uma variedade de leitores como efeito de resistência ao perfil ‘leitor-ideal’” (ORLANDI, 2003, P. 23).

São essas contradições produzidas pelo sujeito discursivo ou sujeito-leitor que engendram o gesto de interpretação de Julieta, quando esta mobiliza, por exemplo, o sintagma¹⁰⁵ “submissão voluntária”, para se referir à condição de submissão da mulher no(s) texto(s) bíblico(s). Trata-se, portanto, de uma leitura diferente, possível. Na AD, “a leitura é um processo de desvelamento e de construção de sentidos por um sujeito determinado, circunscrito a determinadas condições sócio-históricas” (FERREIRA, 2003, p. 208). Assim, caberia dizer que, “por sua própria natureza e especificidade constitutiva, a leitura tende a ser múltipla, a ser plural, a ser ambígua” (FERREIRA, 2003, p. 208). Nessa perspectiva, convém afirmar que a leitura do(s) texto(s) bíblico(s) produz diferentes gestos de interpretação,

¹⁰⁵ Denominamos sintagma a relação sintático-semântica que se estabelece entre o substantivo (submissão) e o adjetivo (voluntária).

inclusive concorrentes entre si¹⁰⁶, como o da jovem estudante Julieta: “a bíblia também fala que não há desigualdade entre o homem e a mulher”; e, por outro lado, como o de Lemos (2007), pesquisadora na área de gênero e religião, cujo trabalho foi discutido em capítulo anterior, para quem a tradição judaico-cristã exerce influência na construção e manutenção social da masculinidade, em oposição à representação social da feminilidade.

Ao sintagma “submissão voluntária”, articulado por Julieta, poderíamos relacionar à seguinte frase, com base no processo da paráfrase: “é querer estar preso por vontade”, formulada por Luís de Camões no soneto intitulado “amor é fogo que arde sem se ver¹⁰⁷”. A frase de Camões poderia ser materializada pelo sintagma “aprisionamento voluntário”. Tanto neste último quanto no sintagma de Julieta, os dois primeiros termos, “submissão” e “aprisionamento”, apresentam uma carga semântica negativa, no sentido de que implicam prejuízos para aquele que é submetido ou aprisionado. Mas a carga negativa é atenuada, ou mesmo completamente suplantada, a partir da relação que estes termos estabelecem com o adjetivo “voluntário(a)”, que poderia ser substituído pela expressão “por amor”, se considerarmos o contexto sintático-semântico em que é expresso. “Submissão por amor” ou “Aprisionamento por amor”. Neste caso, o amor implicaria o “sacrifício” da submissão ou o da condição de aprisionamento. Caberia aqui perguntar: amor se opõe à liberdade? Não, diriam os jovens hippies da década de 60 de que tratamos no capítulo anterior. Por sua vez, a ideia de “sacrificar-se por amor” aparece nas Escrituras hebraicas, conforme o que nos diz May (2012, p. 48), de acordo com sua leitura de passagens da bíblia, aqui em destaque: “Encontrarás teu eu sacrificando-te. Esse sacrifício, longe de ser resignado, transforma a ordem de Deus numa ordem com que concordas e te comprometes com todo o coração, com toda a alma, com todas as forças”¹⁰⁸. Na apreciação de May (2012, p. 49):

Mas o que a piedade da religião monoteísta, a começar pelas Escrituras hebraicas com seu magnífico mandamento de amar a Deus, de fato nos ensina e não pode ser contestado é que o amor exige submissão irrestrita às leis essencialmente inescrutável do amado. Essa relação significativa com outrem pressupõe uma obediência através da qual podemos tornar nossa a sua lei, mesmo que isso também envolva muita discussão e afastamento esporádico. Nesse caso, a conclusão é clara: o amor, precisamente através de seu respeito ilimitado pelo amado, é potencialmente

¹⁰⁶ O que explica, entre outros motivos, a diversidade de igrejas evangélicas, cada qual seguindo uma interpretação diferente da bíblia.

¹⁰⁷ Conferir no site de literatura: <http://www.leme.pt/literatura/textos-literarios/poemas-de-amor/>, consulta no dia 13.09.2014.

¹⁰⁸ Deuteronômio, 6:5, conforme referência de May (2012, p. 48)

tão imoral quanto a disposição de Abraão de matar seu filho – com o pleno assentimento de sua consciência. O amor está disposto a suspender a moralidade e a consciência humana para com os outros se o amado supremo o exigir. Ele estará, como Abraão, disposto a matar qualquer outra coisa que repute sagrada.

Mas qual seria a relação do verso de Camões e o discurso religioso inscrito no(s) texto(s) bíblico(s)? “Portugal tornou-se, durante os séculos XV e XVI, um dos países europeus que mais defendeu o cristianismo e a Igreja Católica dentro e fora de suas fronteiras”, de acordo com Souza (2009, p. 808)¹⁰⁹. Segundo as considerações do autor (2009, p. 808), foi justamente a religiosidade portuguesa que motivou Camões, em “Os Lusíadas”, a expressar “um sentimento patriótico que se mistura com o sentimento de fé dos lusitanos. Assim, ao defender e dilatar a fé, segundo Camões, o povo defendia e dilatava a própria pátria”. E acrescenta Souza (2009, p. 809): “o poeta não só defende a sua fé católica, mas também mostra a sua revolta contra aqueles povos que já não a defendem”¹¹⁰. No contexto da atualidade, já nos remetemos à escritora Adélia Prado, cuja poesia também mobiliza a temática da liturgia católica.

Retomando ao tema das relações de gênero, tal como pensadas por Julieta, vejamos outro trecho de sua fala, em que ela reproduz um diálogo com seu namorado: “eu disse a ele: olhe, não espere eu por comida no seu prato, não espere eu lavar seu pratinho sujo, vá lá e lave, dependendo da minha vontade, se eu tiver afim de agradar você, eu vou lá, boto seu pratinho, lavo sua loucinha e ele: tá certo.” Mais uma vez, o sujeito discursivo aciona o termo “vontade” para defender a ideia de que não há desigualdade entre homens e mulheres, de acordo com seu gesto de interpretação produzido a partir de sua leitura do(s) texto(s) bíblico(s). E continua:

Ele é acostumado porque a mãe dele é bem aquele estilo tradicional, bota o prato na mesa e tal, eu disse: olha, comigo não vai ser assim viu, tem nem perigo, tá certo. E ele: tá certo. Vai se acostumando, já disse a ele: já lavou o banheiro? Então vá se acostumando, porque na nossa casa você vai lavar, não vai ter essa mordomia não. Ele: tá certo, tá certo.

¹⁰⁹ http://www.ple.uem.br/3celli_anais/trabalhos/estudos_literarios/pdf_literario/085.pdf, acesso em 16.09.2014

¹¹⁰ Lembramos que a religiosidade e poesia de Camões consubstanciaram-se na canção “Monte Castelo”, composta e interpretada por um ícone da juventude brasileira dos anos 80, Renato Russo. Na canção, o soneto “amor é fogo que arde sem se ver”, aqui em destaque, confunde-se “intencionalmente” com passagens bíblicas (Coríntios 13:1, 2, 4, 7, 13).

No discurso de Julieta, configura-se uma disjunção entre duas formas de vivenciar a feminilidade: a mãe e a esposa. A primeira é tomada pelo sujeito discursivo como uma “mãe bem aquele estilo tradicional”, enquanto a segunda diverge desta por não ser a que “bota o prato na mesa e tal”. Enquanto a mãe é tradicional, conforme as palavras do próprio sujeito do discurso, a outra, Julieta, seria moderna? Em resposta, poderíamos dizer que a jovem Julieta, na condição de evangélica, segue preceitos cristãos “tradicionais”, mas ao mesmo tempo filia-se à outra formação discursiva, em que se configuram sentidos em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, ou discursos constitutivos de movimentos feministas; sentidos tais que apontam para valores “novos”, ditos como “modernos”, em contraposição à religião cristã, tomada, acima, como *resíduo* (do passado no presente), conforme os termos de Bauman (2001).

Em síntese, no discurso de Julieta, poderíamos nos referir a um sujeito discursivo inscrito em formações discursivas ideologicamente diferentes, que ora apontam para o *tradicional/cristão/antigo* ora para o *moderno/feminista/novo*. Vejamos o que nos diz Orlandi (2003, p. 22):

As posições do sujeito são intercambiáveis mas uma posição-sujeito “x” e uma posição-sujeito “y” não se equivalem, os sentidos produzidos não são os mesmos. Na memória do dizer não é indiferente você filiar-se a um sentido ou a outro. Os lugares diferem significativamente.

Se as posições dos sujeitos discursivos são intercambiáveis no discurso, conforme Orlandi (2003), o ensaísta Bruckner (2011, p. 77), por sua vez, faz referência à atual troca de papéis entre homens e mulheres no contexto da atualidade:

Antigamente elas eram destinadas ao lar e à ordem do sentimento, eles ao espaço público e à conquista; as primeiras eram ligadas à natureza, os segundos à cultura. Cada sexo pretende agora assumir as tarefas reservadas ao outro: as mães trabalham, dirigem, estudam; os pais cuidam das crianças e em princípio participam dos trabalhos domésticos. Executam com perfeição essas atividades? Criticam-nos de falta de autoridade, de determinação. Suas mulheres são bem-sucedidas na vida profissional? Culpam-nas de negligenciar a progenitura.

“Que o amor não é vivido da mesma maneira no masculino e no feminino, trata-se de uma evidência: mas isso quer dizer que há pelo menos duas maneiras de viver o amor, seja

qual for a pessoa envolvida, homem ou mulher”, argumenta Bruckner (2011, p. 79). E nesse sentido, arremata o autor: “um e outro, ao menos nos países democráticos, são livres para se inventar como pessoas mesmo que continue sendo mais fácil ser homem, ainda hoje, em nossas sociedades”. (BRUCKNER, 2011, p. 79).

Procederemos à análise da fala de outro jovem, ainda com relação às práticas amorosas na atualidade, a quem chamaremos Orlando, em remissão ao personagem de Virgínia Woolf, protagonista de seu romance homônimo, “publicado pela escritora inglesa em 1928” (ANASTÁCIO, 2006):

É... Assim, ao meu ver, eu acho que o que define tanto as relações amorosas hoje como essa comparação entre a maneira como se davam antes e a maneira como se dão agora é, pra mim, uma palavra: velocidade. Eu acho que o ritmo mudou, né, e com isso vieram várias consequências, né. A questão que eu acho que hoje em dia tá mais desapegado, hoje em dia tá, tá mais livre, né, assim, essa questão de você poder experimentar e depois "não, não deu certo" e trocar e "não, não deu certo" e tentar de novo, e tentar de novo, e tentar de novo. Antigamente eu acho que isso não era tão permitido por não ser tão bem visto, principalmente para determinados gêneros e pra determinadas expressões sexuais [...].

A palavra “velocidade”, que mantém uma relação de paráfrase com os adjetivos “fluidez ou instantâneo”, define as relações amorosas hoje, para Orlando, nosso jovem entrevistado, e marca a diferença entre “a maneira como se davam antes e a maneira como se dão agora”. Para Bauman (2001), a velocidade do movimento e o acesso a meios mais rápidos de mobilidade são aspectos definidores das mudanças que caracterizam os tempos modernos. E nesse sentido acrescenta o autor:

A modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca.

No Romance de Virgínia Woolf, o protagonista andrógino, Orlando, é ficcionalmente imaginado percorrendo séculos, de modo que a narrativa sobre sua vida prolonga-se por um período que se estende de 1580 a 1920 (ANASTÁCIO, 2006). Ou seja, desde carruagens puxadas a cavalo, passando pela invenção do automóvel, até às primeiras travessias transatlânticas em um avião. Assim, Orlando atravessa a história da Inglaterra, assumindo diferentes comportamentos e pensamentos, na medida em que assimila mudanças forjadas em cada século que percorre/vive (ANASTÁCIO, 2006). Em cada período, outros modos de locomoção e outras formas de experimentar o mundo e a si próprio, inclusive destaca-se a mudança de sexo da personagem, que passa de homem, no início da narrativa, para mulher (ANASTÁCIO, 2006). Poderíamos afirmar, nesse sentido, que Orlando viveu o amor de duas maneiras, no masculino e no feminino, uma vez que “há pelo menos duas maneiras de viver o amor”, conforme o pensamento de Bruckner (2011), acima referido.

Retomando as atenções para o nosso jovem entrevistado, cujo codinome, conforme já dissemos, é Orlando, não só o ritmo dos veículos de locomoção mudou, mas também, de acordo com seu discurso, o ritmo das relações amorosas. O que se têm hoje, segundo o ponto de vista do sujeito discursivo, é velocidade, desapego, liberdade e experimentação. Trocar rapidamente de parceiro é ocupar-se do tempo de outro modo, de um modo diferente de antes. Poderíamos dizer que, para o sujeito falante, no caso Orlando, seria apropriado pensar “o amor nos tempos da velocidade”, parafraseando o título do romance de Gabriel Garcia Marques. E nessa perspectiva, convém dizer que, na modernidade, “o tempo adquire história uma vez que a velocidade do movimento através do espaço [...] se torna uma questão do engenho, da imaginação e da capacidade humanas” (BAUMAN 2001, p. 16).

“Trocar” e “tentar de novo, e tentar de novo, e tentar de novo”. O sujeito discursivo se vale da repetição cadenciada do sintagma verbal¹¹¹ “tentar de novo” para atribuir ênfase a sua ideia de velocidade e mudança de ritmo nas relações amorosas. Em vez de redundância desnecessária, o uso da expressão “tentar de novo” aponta para a ideia de um começo e um fim que se dão repetidamente em um curto período de tempo. No tocante ao par opositivo começo/fim, vejamos as considerações de Bauman (2001, p. 137):

A distância em tempo que separa o começo do fim está diminuindo ou mesmo desaparecendo; as duas noções, que outrora eram usadas para marcar a passagem do tempo, e portanto para calcular seu ‘valor perdido’, perderam muito de seu

¹¹¹ Denominamos sintagma verbal a relação sintático-semântica que se estabelece entre o verbo (tentar) e o advérbio ou expressão adverbial (de novo).

significado – que, como todos os significados, derivava de sua rígida oposição. Há apenas ‘momentos’ – pontos sem dimensões.

Em vez de longa-metragem, teríamos relações amorosas em ritmo de curta-metragem, por assim dizer. Em outras palavras, vejamos o que nos diz Pais (2012, p. 38): “a fluidez das relações entre os jovens, como voos de borboleta sem pouso certo, é uma das principais características nas aproximações guiadas por um instinto sexual”. Aqui também chamamos a atenção para o fato de que Orlando, no contexto da entrevista, mobiliza um termo de carga semântica negativa para se referir às práticas afetivo-sexuais dos jovens, em vez da expressão “voos de borboleta”, poeticamente engendrada, utilizada pelo sociólogo português: “assim, eu acho que... a promiscuidade também é uma característica das relações amorosas atuais, principalmente nas juventudes, bem assim, impactante né?”. Vejamos mais detalhadamente as considerações de Pais a esse respeito:

A sexualidade tende a transforma-se num domínio de colecção de experiências, terreno de circulação errante dos afectos, de ‘relações soltas’ que podem ou não implicar um compromisso, uma vez que as práticas afectivo-sexuais que as caracterizam não se subordinam, necessariamente, a imperativos de estabilidade (PAIS, 2012, p. 38).

De outro prisma, poderíamos dizer que, para Bauman (2001, p. 137), em vez de imperativos de estabilidade, na citação acima, o que se tem hoje é, ao contrário, o imperativo da instantaneidade. Para o teórico, “‘instantaneidade’ significa realização imediata, ‘no ato’ – mas também exaustão e desaparecimento do interesse”. E complementa o autor:

Num mundo em que o futuro é, na melhor das hipóteses, sombrio e nebuloso, porém mais provavelmente cheio de riscos e perigos, colocar-se objetivos distantes, abandonar o interesse privado para aumentar o poder do grupo e sacrificar o presente em nome de uma felicidade futura não parecem uma proposição atraente, ou mesmo razoável. Qualquer oportunidade que não for aproveitada aqui e agora é uma oportunidade perdida; não a aproveitar é assim imperdoável e não há desculpa fácil para isso, e nem justificativa. Como os compromissos de hoje são obstáculos para as oportunidades de amanhã, quanto mais forem leves e superficiais, menor o risco de prejuízos. ‘Agora’ é a palavra-chave da estratégia de vida, ao que quer que essa estratégia se aplique e independente do que mais possa sugerir (BAUMAN, 2001, p. 186-187).

Se, de um lado, Pais (2012) articula um discurso em termos de “circulação errante dos afectos”, de “relações soltas”, ou ainda “voos de borboletas”, para se referir ao modo como se dão às práticas afetivo-sexuais entre os jovens, Bauman (2004), por outro lado, faz uso da expressão “relação de bolso” ao tecer considerações sobre os relacionamentos amorosos numa dimensão mais totalizante, seja entre jovens ou não-jovens. “Assim chamadas porque você as guarda no bolso de modo a poder lançar mão delas quando for preciso” (BAUMAN, 2004, p. 36). Para este teórico, estas relações seriam “a encarnação da instantaneidade e da disponibilidade”¹¹². Mais especificamente no tocante às juventudes, Bauman (2004, p. 111) dá destaque ao uso que os jovens americanos fazem da palavra “*cool*”¹¹³. Mais detalhadamente:

Uma palavra adequada: independentemente das outras características que os atos e interações humanos possam ter, não se deve admitir que a interação esquente e particularmente que permaneça quente: é boa enquanto continua *cool*, e ser *cool* significa que é boa. Se você sabe que seu parceiro pode preferir abandonar o barco a qualquer momento, com ou sem a sua concordância (tão logo ache que você perdeu seu potencial como fonte de deleite, conservando poucas promessas de novas alegrias, ou apenas porque a grama do vizinho parece mais verde), investir seus sentimentos no relacionamento atual é sempre um passo arriscado. (BAUMAN, 2001, p. 186-187).

As considerações de Bauman (2001; 2004) sobre os relacionamentos amorosos na atualidade estão diretamente pautadas na perspectiva teórica do autor a respeito da racionalidade moderna direcionada ao consumismo, de que falamos anteriormente. O estudioso advoga o pensamento de que, no contexto atual, há uma desintegração dos vínculos e liames humanos, tanto na perspectiva do trabalho como no que diz respeito ao amor. “A política de ‘precarização’ conduzida pelos operadores dos mercados de trabalho acaba sendo apoiada e reforçada pelas políticas de vida, sejam elas adotadas deliberadamente ou apenas por falta de alternativas” (BAUMAN, 2001, p. 187). Nesse sentido, o autor sustenta que “ambas convergem para o mesmo resultado: o enfraquecimento e decomposição dos laços humanos, das comunidades e das parcerias” (BAUMAN, 2001, p. 187). Mais especificamente no que tange aos laços amorosos, o teórico argumenta que “compromissos do

¹¹² (BAUMAN, 2004, p. 36)

¹¹³ Palavra que pode ser traduzida para o português como *legal, frio, fresco, apático*. Google tradutor?

tipo ‘até que a morte nos separe’ se transformam em contratos do tipo ‘enquanto durar a satisfação’¹¹⁴, temporais e transitórios por definição, por projeto e por impacto pragmático” (BAUMAN, 2001, p. 187). E conclui que estes contratos são “passíveis de ruptura unilateral, sempre que um dos parceiros perceba melhores oportunidades e maior valor fora da parceria do que em tentar salvá-la a qualquer – incalculável – custo” (BAUMAN, 2001, p. 187). Dito de outro modo: “[...] laços e parcerias tendem a ser vistos e tratados como coisas destinadas a serem *consumidas*, e não produzidas; estão sujeitas aos mesmos critérios de avaliação de todos os outros objetos de consumo” (BAUMAN, 2001, p. 187).

Por outro lado, Giddens (1993, p. 58) afirma que, “quando o casamento, para a maioria da população, efetivamente *era* para sempre, a congruência estrutural entre o amor romântico e a parceria sexual estava bem delineada”. Porém, “o resultado pode, com frequência, ter sido anos de infelicidade, dada a conexão frágil entre o amor como uma fórmula para o casamento e as exigências para progredir posteriormente” (GIDDENS, 1993, p. 58). Em diálogo com Bauman (2001, 2004), embora de forma controvertida, defende que “um casamento eficaz, ainda que não particularmente compensador, podia ser sustentado por uma divisão de trabalho entre os sexos, com o marido dominando o trabalho remunerado e a mulher, o trabalho doméstico” (GIDDENS, 1993, p. 58).

Retomando a entrevista de Orlando, apesar de ter acionado em seu discurso a palavra “promiscuidade” – que aponta para aspectos negativos do modo como se dão as relações amorosas na atualidade –, o jovem admite a existência de traços positivos que poderiam ser considerados a partir de seu ponto de vista, vejamos quais seriam:

Assim, eu acho que... a promiscuidade também é uma característica das relações amorosas atuais, principalmente nas juventudes, bem assim, impactante, né? Mas eu considero, assim, que não é de todo mal, né, porque isso permite com que as coisas sejam mais sinceras, porque você não precisa é... é, você não precisa mentir, você não precisa enganar, né? Quando não tá dando mais certo você chega e conta "não tá dando mais certo e, tipo, "vamos procurar outra pessoa", né? Eu acho que isso é positivo, agora, com essa questão de DSTs também, né, é um pouco preocupante, mas, assim, eu acho que pra quem tem a cabeça no lugar eu acho que é super positivo e eu acho que é isso mesmo, a gente tem que tentar até, até dar certo, não vale a pena a gente ficar se enganando, e eu acho que isso é uma coisa que hoje acontece menos porque antigamente a gente via muito as pessoas casarem cedo, né, e não podiam separar, às vezes a mulher, porque tinha o desejo muito grande de sair

¹¹⁴ Aqui evocamos o paradoxo articulado poeticamente por Vinícius de Moraes: “que seja eterno enquanto dure”.

de casa e só via o marido como oportunidade de se emancipar do pai, né, e ficava sob outro jugo, que era o do marido e a gente vê o quê? Essa... essa explosão do divórcio, né? Principalmente, assim, na meia idade, na terceira idade, de pessoas que viveram uma vida juntas mas que nem sempre estiveram sintonizadas. Não que eu não acredite que você possa tá com a pessoa e tá sintonizado com aquela pessoa pro resto da vida, eu acredito muito nisso, muito muito mesmo, é o que eu procuro, né? Mas...

Aqui o sujeito do discurso estabelece uma associação entre as DST's e o modo como se dão as relações amorosas na atualidade, caracterizadas, de sua perspectiva discursiva, pela "promiscuidade". Por outro lado, num processo discursivo que nos parece marcado pela gradação, vai reduzindo a carga negativa da palavra "promiscuidade", ao fazer uso da expressão "não é de todo mal", para em seguida atribuir ao termo sentidos positivos: "porque isso permite com que as coisas sejam mais sinceras, porque você não precisa é... é, você não precisa mentir, você não precisa enganar, né". Adiante, usa o prefixo *super* para minimizar ainda mais os aspectos negativos e elevar o grau dos aspectos positivos: "eu acho que isso é positivo, agora, com essa questão de DSTs também, né, é um pouco preocupante, mas, assim, eu acho que pra quem tem a cabeça no lugar eu acho que é super positivo". Assim, o jovem Orlando demarca sua posição favorável ao modo como se dão as relações amorosas na atualidade, embora haja a problemática das DST's: "eu acho que é isso mesmo, a gente tem que tentar até, até dar certo, não vale a pena a gente ficar se enganando". E é nessa perspectiva que argumenta em favor das mudanças ocorridas, apoiando-se, assim como a jovem Frida e a jovem Cleo, em ideias ligadas à quebra do patriarcado e às questões de gênero: "porque antigamente a gente via muito as pessoas casarem cedo, né, e não podiam separar". E continua a argumentar nesse sentido: "às vezes a mulher, porque tinha o desejo muito grande de sair de casa e só via o marido como oportunidade de se emancipar do pai, né, e ficava sob outro jugo, que era o do marido e a gente vê o quê?".

"[...] Anteriormente, deixar a casa significava para todas, com exceção de uma pequena proporção de mulheres, casar-se", é o que também nos diz Giddens (1993, p. 63). Ainda em consonância com as ideias configuradas nos discursos de Cleo, Frida e Orlando, Giddens (1993, p. 38) acrescenta que:

Do ponto de vista dos gêneros masculino e feminino, a "revolução sexual" dos últimos trinta ou quarenta anos não é apenas, ou mesmo primariamente, um avanço

neutro na permissividade sexual. Ela envolve dois elementos básicos. Um deles é a revolução na autonomia sexual feminina – concentrada naquele período, mas possuindo antecedentes que remontam ao século XIX. Suas conseqüências para a sexualidade masculina são profundas e trata-se muito mais de uma revolução inacabada. O segundo elemento é o florescimento da homossexualidade, masculina e feminina. Homossexuais de ambos os sexos demarcaram um novo campo sexual bem mais adiante do sexualmente “ortodoxo”.

Os desenvolvimentos da autonomia sexual feminina e do novo campo sexual demarcado pela homossexualidade, de que fala o autor na citação acima, estão relacionados “com o livre-arbítrio sexual proclamado pelos movimentos sociais da década de 1960”, conforme o que nos diz Giddens (1993, p. 38). Mas, por outro lado, o autor (1993, p. 38) considera que tais desenvolvimentos configuram-se como “mudanças muito mais profundas e irreversíveis do que aquelas provocadas por tais movimentos, por mais importantes que eles tenham sido na facilitação de discussões mais livres sobre a sexualidade, o que anteriormente não era possível”.

Direcionando-nos para o discurso de Orlando, o sujeito discursivo considera que, se hoje há “promiscuidade”, e mais riscos de DST’s, porém há mais sinceridade. Ao contrário, “antigamente”, conforme advérbio de tempo utilizado pelo sujeito, os casamentos eram assinalados pela falta de sinceridade e sintonia entre os pares: “Essa... essa explosão do divórcio, né? Principalmente, assim, na meia idade, na terceira idade, de pessoas que viveram uma vida juntas mas que nem sempre estiveram sintonizadas”. Por outro lado, Bauman (2001) encara o divórcio à luz do seu pensamento sobre a racionalidade moderna direcionada ao consumismo. Para o sociólogo, laços e parcerias amorosas como aspectos da vida humana submetidos ao imperativo do consumo tornam-se frágeis e mais ajustados ao divórcio: “se o prazer obtido não corresponder ao padrão prometido e esperado, ou se a novidade se acabar junto com o gozo, pode-se entrar com a ação do divórcio, com base nos direitos do consumidor” (BAUMAN, 2001, p. 188). Ou seja, “não há qualquer razão para ficar com um produto inferior ou envelhecido em vez de procurar outro ‘novo e aperfeiçoado’ nas lojas” (BAUMAN, 2001, p. 188).

Em contraposição às ideias de Bauman (2001) sobre o divórcio, Bruckner (2011) considera que “poder escolher entre o casamento clássico, o concubinato, a união livre, poder

estabelecer, ao longo de uma vida, várias formas de aliança é, afinal, um fantástico progresso”. E continua a argumentar:

Nós não destruímos a instituição matrimonial, nós a adaptamos, como se fôssemos caranguejos-ermitões, segundo nossa conveniência, nós a dobramos à vontade a ponto de torná-la irreconhecível. A velha fortaleza não desabou e continua desejável para muitos. Sua genialidade é ter reintegrado tudo o que se fez contra ela, o entusiasmo, a inconstância, a liberdade de ação dos que a compõem. Ela dirigiu os fenômenos que a contestavam, reforçou-se com o que a atacava. Diversificou-se até o infinito: é um absurdo condenar tanto o casal quanto nos condenar a só viver como casal. Se o modelo conjugal resiste, é porque vários indivíduos o adaptaram a seu modo; ele tornou um albergue espanhol, um pot-pourri de ambições e de expectativas que podem ser abertas a todos, incluindo gays e lésbicas (BRUCKNER, 2001, p. 144).

Bruckner (2001, 144-145), por outro lado, também aponta para limitações no que diz respeito às mudanças que afetam as relações conjugais: “em caso de filhos, o reinado do bem-querer pessoal não funciona mais. Criar filhos é um ato irrevogável e compromete os genitores para sempre, para além das peripécias do coração”. E continua o ensaísta: “[...] é tarefa do legislador garantir a segurança da filiação, proteger os mais fracos para compensar a precariedade conjugal: seguir os costumes, sim, mas não às expensas da responsabilidade. Uma dimensão da questão que teremos de considerar” (BRUCKNER, 2001, p.145). A esse respeito, acrescentamos o comentário de Júlia, nossa entrevistada, a quem já fizemos menção: “mais difícil do que casar, é ter filho, ter que cuidar, então você acaba se prendendo, muita mulher se prende: ‘ah, vou deixar meu filho crescer pra terminar um relacionamento’. Eu nunca quero passar por isso na minha vida, nunca mesmo.”

Em síntese, Bruckner (2001, p. 100) advoga que “o casal deixou de ser a forma canônica do amor”. Assim, como afirma a jovem Cleo: “[...] assim o amor ele se dá por exemplo de várias outras formas, nem sempre dentro do casamento, nem sempre entre um homem e uma mulher, então tem várias outras formas né assim”. Ou ainda, na perspectiva de outro estudante, do curso de Letras, Oscar Wilde:

Eu vejo a relação de hoje em dia bem diferente, na verdade, completamente o oposto de um conceito moral da geração passada. Hoje em dia tem uma pluralidade, digamos assim, do sentimento amoroso. Não tem mais aquela coisa de homem com mulher, mulher com homem e outros tipos de relações sejam espécies de tabu.

Existe ainda, mas tá, digamos que... eu interpreto, numa espécie de transição.

Bruckner (2001, p. 100) também estabelece um diálogo com o pensamento de Bauman, ao produzir um gesto de interpretação/leitura acerca das ideias deste autor, aqui comentadas: “conhecemos o refrão cantado por ilustres autores: a paixão não existe mais, morta pela emancipação das mulheres, pelo hedonismo consumista que torna o universo ‘líquido’ (Zygmunt Bauman)”. Opondo-se explicitamente ao sociólogo, afirma: “pode-se emitir a hipótese exatamente inversa: vivemos em uma época hipersentimental, e os casais morrem hoje porque se colocam sob a jurisdição de um deus cruel e sem piedade: o Amor” (BRUCKNER, 2011 p. 100).

Mas é interessante chamar a atenção para o fato de que Bauman (2004) e Bruckner (2011) apresentam discursos aproximados quando fazem uso do termo “conflito”, no caso do primeiro autor, e da palavra “paradoxo” (desde o título do livro, intitulado “O paradoxo amoroso”), no caso do segundo, para caracterizar os vínculos amorosos. Enquanto Bauman (2004, p. 8) afirma que os relacionamentos amorosos são afetados por desejos “conflitantes [...] de apertar os laços e ao mesmo tempo mantê-los frouxos”; Bruckner (2011, p. 39), por sua vez, diz que “como crianças grandes, queremos tudo e o contrário de tudo: continuar unidos sem nos ligar a ninguém, o que a tecnologia favorece”. E ainda se pode estabelecer entre os autores um diálogo consensual no que diz respeito ao modo como pensam o vínculo entre as formas de amor na atualidade e o uso da tecnologia. Vejamos primeiramente o que nos diz Bruckner (2011, p. 39) a esse respeito:

O telefone é, assim, o marido/mulher dos solteiros, permitindo-lhes estar com todos sem precisar estar ao lado de ninguém. Os meios de romper a solidão, a Internet, os celulares são, em princípio, um meio de confirmá-la, uma vez que a tornam tolerável.

De seu lugar no discurso, Bauman (2004) afirma que “diferentemente dos ‘relacionamento reais’, é fácil entrar e sair dos ‘relacionamentos virtuais’”. E continua a argumentar: “em comparação com a ‘coisa autêntica’, pesada, lenta e confusa, eles parecem inteligentes e limpos, fáceis de usar, compreender e manusear, em detrimento dos bares para solteiros e das seções especializadas dos jornais e revistas [...]”. Nessa perspectiva, cita como exemplo a fala de um jovem de 28 anos da Universidade de Bath, o qual teria apontado uma vantagem decisiva da relação eletrônica: ‘sempre se pode apertar a tecla de deletar’, ao ser

entrevistado a respeito da crescente popularidade do namoro pela Internet (BAUMAN, 2004 p. 13).

No caso de nossa pesquisa, o jovem Daniel, estudante do curso de Economia Doméstica, acredita que “por causa da internet, tem casais que se formam, como também tem casais que se separam por causa da internet e com certeza casamentos de 10, 15 anos, hoje já se desfizeram”. Vejamos também a fala da estudante Júlia no que diz respeito aos relacionamentos virtuais, a quem já nos referimos: “[...] aí eu vejo, até tava conversando com uma amiga a questão do amor no meio virtual... é aquela coisa de que, aparentemente, por exemplo, no facebook, tem pessoas que namoram: ‘aí meu amorzinho’”. E conclui: “Gente, mas vocês não têm noção de como aquele casal está na vida, de como aquilo ali é falso, porque relacionamento tem briga sim, relacionamento tem discussão”. Por sua vez, a jovem Elizabeth Bishop diz que “queria tanto ter nascido nos anos 70, que não tinha nada disso. Não tinha nem telefone, pra alguém ligar e perguntar onde eu tô, sendo que eu não quero dizer”, entendeu? Eu não gosto”. E acrescenta:

E eu acho que o maior medo que eu tenho na minha vida inteira é a solidão. E isso, na atual configuração social, é muito complicado, porque todo mundo é individualista demais. Você vê hoje que as pessoas vão pra um bar, pra conversar com os amigos e ficam cada uma no whatsapp, cada uma no facebook, entendeu? Isso é triste, na minha concepção.

No discurso da jovem Elizabeth, configuram-se sentidos que apontam para os conflitos ou paradoxos que trespasam os vínculos amorosos no contexto da atualidade, tal como sugerido por Bauman (2004) e Bruckner (2011). Ao mesmo tempo em que a jovem não deseja ser encontrada por meio telefônico, salienta, por outro lado, que o seu maior medo é a solidão.

Antes de seguirmos em direção às considerações finais, no próximo capítulo, pensamos que seja oportuno nos referirmos aos comentários de Orlandi (2013, p.64) sobre a conclusão da análise:

O que podemos avaliar é a capacidade analítica do pesquisador, pela habilidade com que ele pratica a teoria, face a sua responsabilidade teórica, portanto, e sua capacidade de escrita – explicitação da análise – para interpretar os resultados de seu processo de compreensão do discurso que analisou.

Nesta direção, continua a autora (2013, p. 64): “uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição.” Além disso, enfatiza que “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso” (ORLANDI, 2013, p. 39).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese, tecemos considerações sobre o *amor cortês* à luz da perspectiva histórica de Rougemont (2003), cujo pensamento se volta para a dicotomia entre o “amor-paixão” e o “amor realizado”, conforme seus estudos acerca dos personagens medievais Tristão e Isolda. Por outro lado, consideramos também a visão de Paz (1994), para quem estes mesmos personagens posicionam-se à margem das regras de conduta do amor cortês, por estarem mais relacionados às lendas bárbaras, segundo ele, embora admita que sejam arquétipos do “amor-paixão”. Fizemos referência também à antropóloga Lobato (2012), estudiosa que, ao se aprofundar na investigação das interconexões entre as produções poéticas e literárias do Oriente e do Ocidente, constatou semelhanças entre ambas as culturas, no que diz respeito a três histórias de amor: *Tristão e Isolda*, *Layla e Majnun* e *Gita Govinda*.

Apontamos para diferenças entre o modo como se dava o casamento no período do amor cortês e nos séculos iniciais da Era Moderna, período em que a dicotomia entre o casamento oficializado pela Igreja e as outras formas de convívio afetivo torna-se mais evidente. Outrossim, salientamos que o Estado, na modernidade, começa a exercer um controle mais efetivo sobre a população e a interferir em suas vidas privadas. Além disso, colocamos em cena o par amoroso *Romeu e Julieta*, cuja união matrimonial se deu à revelia de seus pais, culminando em tragédia. Chamamos a atenção para o fato de que, na tragédia de Shakespeare, já se poderia vislumbrar a preponderância de valores individualistas em que a união amorosa se dá entre indivíduos e não famílias, o que se intensifica nos séculos XVII e XIX, segundo Bruckner (2011).

Além disso, foram postas em evidência as considerações de Roudinesco (2003) no tocante aos três grandes períodos na evolução da família: a família dita “tradicional”, a família dita “moderna” e a família dita “contemporânea”. E apresentamos o trabalho de Canevacci (2005), a partir do qual o autor trata das relações entre pai e filho no contexto dos anos 1927, em que ainda persiste o modelo da família dita “moderna”, já em desintegração, além de sugerir um vínculo entre o poder nascente da mídia e a autonomia das culturas juvenis urbanas. E empreendemos um amplo estudo sobre os anos 60/70, no que diz respeito, sobretudo, ao movimento da *contracultura* com base nas considerações do historiador Leuchtenburg (1970). Nesse sentido, foi enfatizado que os termos contracultura e juventude

constituem um amálgama para a compreensão dos movimentos que marcaram a segunda metade do século XX.

Apresentamos a perspectiva sociológica de Giddens (1993), autor que aponta para uma limitação nos estudos que tratam da sexualidade, os quais, segundo ele, não fazem menção ao amor nem aos gêneros. Apontamos para o modo como o sociólogo aborda o pensamento de Foucault sobre a sexualidade, retomando suas ideias e apreciando-as criticamente. Detalhamos o pensamento de Giddens (1993) sobre as distinções entre o *amor apaixonado* e o *amor romântico*. Especificamos o conceito articulado pelo autor de *relacionamento puro*, relacionando-o à sua concepção sobre o desenvolvimento do que ele chama de *sexualidade plástica* ao longo da história ocidental. E fizemos uma exposição detalhada do seu conceito de *amor confluyente*, em contraposição à ideia de *amor romântico*. Foi necessário também fazer menção à teoria *queer*, originalmente desenvolvida com base nas ideias de Foucault sobre a sexualidade, a fim de pôr em destaque outras formas de interpretação das ideias do filósofo francês, para além do gesto de leitura delineado por Giddens (1993). Também sugerimos que, em suas reflexões sobre o amor romântico, este último autor isenta-se de pôr em discussão a incorporação desta ideia de amor pelos meios de comunicação de massa, sobretudo pela industrial cultural ligada ao cinema americano. E ainda fazemos menção à crítica articulada por Bauman (2001; 2004) no tocante ao conceito de *relacionamento puro*, tal como pensado por Giddens (1993).

E, por fim, fizemos uma discussão em torno do conceito de juventude(s), tomando-o, primeiramente, como um signo sócio-historicamente engendrado. Em um segundo momento, tratamos de situá-lo como palavra-conceito, emergente no campo da sociologia. Enfatizamos o estudo de Groppo (2000), a partir do qual o autor sustenta que o processo histórico de delimitação de faixas etárias está relacionado com o período da modernidade. Destacamos o uso no plural do termo juventude, com base nas considerações de Groppo (2000). E focalizamos o pensamento de Pais (2003), para quem é necessário estabelecer uma distinção entre o conceito de juventude no contexto da sociologia e no contexto das representações correntes da juventude. Foram também discutidas as correntes *geracional* e *classista*, teorias que adotam diferentes maneiras de olhar a(s) juventude(s), a partir da perspectiva teórica de Pais (2003). Fizemos uma apreciação mais pormenorizada da corrente *geracional*, em razão do emprego da expressão conflito de geração nas décadas de 60/70, relevante para os propósitos de nossa pesquisa no que diz respeito ao vínculo entre

juventude(s) e amor. Foi também destacado o conceito de *cultura juvenil*, de acordo com o ponto de vista de Pais (2003). Reiteramos considerações sobre a palavra *contracultura*, tomando na perspectiva teórica de Canevacci (2005) e Sales (2001), no propósito de ressaltar a relação estreita entre juventude(s) e potência criativa. E ainda estabelecemos uma relação entre a experimentação grupal de jovens brasileiros na década de sessenta e o uso da linguagem no contexto da Música Popular Brasileira, com base nos estudos de Queiroz (2006) e Costa (2007). Mais especificamente com relação aos modos como se dão as relações afetivas entre os jovens na atualidade, foi dado destaque à pesquisa de Pais (2012), a partir da qual o autor discute questões relacionadas à sexualidade e aos afetos juvenis com grupos de jovens e de pais no contexto de Portugal. Estabelecemos uma relação entre a pesquisa deste autor e a nossa, sobretudo no que diz respeito à atividade realizada, em sala de aula, com nossos jovens de Economia Doméstica, durante a discussão em grupo, após o filme-debate, recurso utilizado em nosso estudo piloto.

No que diz respeito às análises, destacamos que, em seus discursos, os jovens apontam para uma dupla falta: de *totalidade* (o amor se encontra reduzido, em estado de escassez) e de *estabilidade* (o amor não tem uma base sólida, um fundamento que o sustente). Em síntese, reiteramos aqui os sentidos formulados no discurso de Isolda, para quem o amor está em *falta*, termo concebido como “ausência”. A ideia incutida na palavra *falta* (ausência de) se repete no discurso de Julieta, a partir de outro prisma: trata-se, no caso do discurso desta jovem, da falta de *planejamento* (ausência de esforços para minimizar as incertezas do futuro) e de *critério* (a escolha do parceiro se dá de forma aleatória).

Outro sentido que emerge no discurso dos jovens nega a possibilidade de o amor se realizar como “antigamente”. Lembramos que os discursos de Júlia e Romeu equivalem-se, conjugam-se numa relação parafrástica, pois ambos configuram-se como discursos que atribuem sentidos negativos ao amor em razão de apreendê-lo significativamente como um sentimento “falso”, supostamente não “verdadeiro”, tal como o de “antigamente”. Com base nas ideias engendradas em seus discursos, assim como também nas palavras da jovem Frida, poderíamos dizer que se perfilam efeitos de sentido que apontam para uma dupla temporalidade: o resíduo (ou tradição) e o novo (moderno).

Em dissonância, teríamos o discurso de Cleo, para quem a discussão sobre o amor deve ser ancorada historicamente, sobretudo no que diz respeito às mudanças ocorridas com relação à ordem patriarcal e ao controle das mulheres. Conforme já explicitamos, Cleo se

aproxima discursivamente de teóricos como Therborn (2011), Giddens (1993) e Paz (1994), que chamaram a atenção para o vínculo entre os avanços no que diz respeito à igualdade da mulher, tanto no âmbito político quanto na esfera da vida privada, e as mudanças no tocante às formas de relacionamento amoroso ao longo da história ocidental.

Outra relação de sentido que se estabelece se dá entre o discurso da jovem Frida e o de Bruckner (2011). O discurso deste autor (2011) sobre a suposta permanência do aparato cristão dialoga consensualmente com os sentidos configurados no discurso de Frida, no tocante à tradição cristã e o risco que ela representaria para as transformações ocorridas na história ocidental com relação à igualdade de direitos entre homens e mulheres e ao preconceito contra a homossexualidade. Ressaltamos que, no discurso de Frida, teríamos o conservadorismo cristão, de um lado e, de outro, às transformações referentes à liberdade de expressão da mulher e das minorias sexuais marginalizadas. Temos, portanto, uma disjunção entre um discurso fechado/cristão e um discurso aberto/secular. Destacamos ainda, em suas palavras, configura-se uma rede de sentidos geradora de um discurso de resistência, com base na autoafirmação das identidades sexuais e de gênero.

Por outro lado, seria possível admitir que a jovem Julieta, na condição de evangélica, segue preceitos cristãos “tradicionais”, mas ao mesmo tempo filia-se à outra formação discursiva, em que se configuram sentidos em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, ou sentidos constitutivos de um discurso atrelado a movimentos feministas; sentidos tais que apontam para valores “novos”, ditos como “modernos”, em contraposição à religião cristã, tomada aqui, na perspectiva de Bauman (2001), como *sedimento/resíduo*.

Remetemos novamente ao pensamento de Giddens (1993), segundo o qual o desenvolvimento da autonomia feminina e o novo campo sexual delimitado pela homossexualidade estão relacionados com o livre-arbítrio sexual proclamado pelos movimentos sociais da década de 1960, mas, por outro lado, configuram-se, reiteramos, como “mudanças muito mais profundas e irreversíveis do que aquelas provocadas por tais movimentos, por mais importantes que eles tenham sido na facilitação de discussões mais livres sobre a sexualidade, o que anteriormente não era possível” (GIDDENS, 1993, p. 38).

Diferentemente da jovem Julieta, o jovem Orlando coloca-se explicitamente em favor das mudanças no contexto das relações amorosas, tal como analisamos anteriormente, mas, ao mesmo tempo, poderíamos caberia aqui dizer que ele traz à tona sentidos negativos

relacionais às formas do amor no contexto atual, inculcados no uso das palavras “desapego”, “velocidade”, “promiscuidade”, destaca ainda a questão das “doenças sexualmente transmissíveis (DST’s)”, além de fazer uso do adjetivo “preocupante”. De outro lado, em seu discurso também emerge sentidos relacionados ao desejo de ser “ter uma pessoa para o resto da vida”, conforme suas próprias palavras. Tal desejo implica apego e não desapego; continuidade e não velocidade; parceria monogâmica e não promiscuidade; menos riscos de se contrair doenças (hipoteticamente), em vez da exposição a vários parceiros – o que supostamente está relacionado com a aquisição de DST’s.

Diante do exposto, se um de nós – você, leitor, ou esta pesquisadora – tivéssemos a pretensão de perguntar: afinal, o jovem Orlando seria arcaico (no sentido aqui dado à palavra tradição, via Bauman) ou moderno (atual, novo, modificável)? O ensaísta Bruckner (2011, p. 69) estaria pronto para nos dar a seguinte resposta, talvez pouco esclarecedora:

É esse o regime temporal de nossas afeições, o mil-folhas, simultaneamente muito avançado e muito arcaico, imensa gama de possibilidades passionais que se pode percorrer como quiser.

Ou ainda, poderia nos responder: “eis-nos instados a ser arcaicos ou modernos, conformados ou libertados” (BRUCKNER, 2011, 18). Mas, por outro lado, pondera: “Nossa ambição é recapitulativa, nosso modelo é cumulativo, ao mesmo tempo romântico e libertino, altruísta e caprichoso, cortês e pornográfico, imensa câmara de ecos em que convivem as práticas mais convencionais e as mais estranhas” (BRUCKNER, 2011, p. 69).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARIÈS, PHILIPPE. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ASSIS, Anne Caroline Moraes de. *A misoginia medieval como resíduo na Literatura de Cordel*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras). – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

ABRAMO, HELENA. *Cenas Juvenis*. São Paulo: SCRITTA, 1994.

BAKHTIN, MIKHAIL (V. N. Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BALZAC, Honoré. *A mulher de trinta anos*. Porto Alegre: (Coleção L&PM Pocket)

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBIERE, Teresita de. In: Revista Interamericana de Sociologia. Ano VI, nº 2-3, México, maio/dezembro, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. *O amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BOGDAN, Roberto C. & BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em Educação*. Portugal: Porto, 1994.

BOURDIEU, Pierre (1930–2002). A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112 – 121.

BOEHLER, Genilma. *Poesia, teologia e gênero*. Revista Educação & Linguagem, Vol. 24 nº 18, julho/dezembro/2008, p. 107-122

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Unicamp, s/d.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Aprender o amor: sobre um afeto que se aprende a viver*. Campinas: Papirus, 2005.
- BRUCKNER, Pascal. *O paradoxo amoroso: ensaio sobre as metamorfoses da experiência amorosa*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.
- CANEVACCI, Massimo. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005
- CASTRO, E.B.V.; ARAÚJO, R.B. *Romeu e Julieta e a origem do Estado*. In: ARTE e sociedade: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CHAUÍ, Marilena de. *Repressão Sexual*. São Paulo: Brasiliense, 1991
- COLASANTI, Marina. *Entre a espada e a Rosa*. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
- COSTA, Nelson Barros da. *O objeto e o sujeito na pesquisa da canção: uma reflexão bakhtiniana sobre a análise do discurso literomusical*. In: O charme dessa nação: música popular, discurso e sociedade brasileira. COSTA, Nelson Barros (org). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.
- DAMASCENO, Maria Nobre. *Técnicas gerais e projetivas no estudo da juventude*. In: DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Maria (orgs); O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticos na pesquisa qualitativa. Fortaleza: UFC, 2005
- DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DEPLAGE, Luciana Eleonora de Freitas Calado. – *Gênero em desafio: das trobairitz provençais às repentistas nordestinas*. In: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. n. 35. janeiro-junho/2010, p. 193-205.
- DUBY, Georges. *Idade média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulos: Companhia das Letras, 2011.
- ESPANCA, Florbela. *Sonetos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s/d.
- FREIRE, Roberto. *Cleo e Daniel*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo Cortez, 1989.
- GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

- HOBBSBOWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEMOS, Altaíla Maria Alves. *A bossa subversiva de Tom Zé: uma outra estética*. In: O charme dessa nação: música popular, discurso e sociedade brasileira. COSTA, Nelson Barros (org). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.
- LEUCHTENBURG, William E. (org.). *O Século Inacabado*. Rio de Janeiro: Zahar, v.2, 1976.
- LINS, Regina Navarro. *O livro do amor*. Vol 2. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012
- LOBATO, Josefina Pimenta. *Antropologia do amor: do Oriente ao Ocidente*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- LOPES, Rogério. *A trajetória de Romeu e Julieta: do teatro inglês renascentista ao teatro popular brasileiro*. In: Revista do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. V. 11, nº 19, 2009.
- LUDKE & ANDRE. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- LUHMANN, Niklas. *O amor como paixão: para a codificação da intimidade*. Lisboa: DIFEL, 1991
- MARTINS, Camila Alvez. *Faces do feminino sagrado: o arquétipo da mulher selvagem*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.
- MATTOS, Adriana. Jovem Guarda e “música brega”: as brechas na indústria cultural. In: Vou fazer você Gostar de mim: debates sobre a música. FACINA, Adriana (org). Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.
- MAY, SIMON. *Amor: uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 2003
- MORAES, Magna Maricelle Fernandes Moraes. *Humor, machismo e linguagem: o cruzamento interdiscursivo entre os Discursos Lúdico e Autoritário em Piadas “Machistas”*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004
- NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLTRAMARI, Leandro Castro. *Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, nº 4, p. 669-677, out/dez, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002; 2013

_____. *A Linguagem e seu Funcionamento*. 4 ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Orlandi, Eni Puccinelli. *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 2003

_____. *Discurso e Leitura*. Campinas: Cortez, 1988.

O'SHEA, José Roberto & GUIMARÃES, Daniela Lapoli. "*Apenas um nome!*" *Metamorfoses de Romeu e Julieta*. In: Olhares sobre textos e encenações. Malu, Sheila Diab; Aquino, Ricardo Bigi.(Orgs). Salvador: EDUFBA, 2007.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Casa da Moeda, 2003.

PAIS, José Machado. *Sexualidades e Afectos Juvenis*. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

PAIS, José Machado. *Jovens e Cidadania*. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 49, 2005, pp. 53-70.

GADET, F & HAK, H. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Pontes, 1990.

PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PLATÃO. Banquete. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

PAZ, Octavio. *A dupla chama: amor e erotismo*. São Paulo: Siciliano, 1994.

QUEIROZ, Terezinha. *Juventude, Cultura e Linguagens*. In: MATO, Kelma Socorro Lopes de; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. (orgs). In: Jovens e crianças: outras imagens. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

REIS, Vânia. *Juventude e Juventudes*. In: MATO, Kelma Socorro Lopes de; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. (orgs). In: Jovens e crianças: outras imagens. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: UNICAMP, 1998.

- ROCHA, Rosa de Melo & SILVA, Josimey Costa da. *Cultura Juvenil, violência e consumo: representações midiáticas e percepções de si em contextos extremos*. In: Culturas juvenis no século XXI. BORELLI, Silva H.S; FILHO, João Freire. (orgs). São Paulo: EDUC, 2008.
- RODRIGUES, Nelson. *A vida como ela é*. Rio de Janeiro: Agir, 2006.
- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Editora Nova Aguilar, 1994.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- ROUGEMONT, Denis. *A história do amor no ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003.
- SALES, Celecina de Maria Veras. *Os jovens como experimentadores e produtores de devires*. In: DAMASCENO, Maria Nobre; MATOS, Kelma Socorro Lopes; VASCONCELOS, José Gerardo. (orgs). Fortaleza: LCR, 2001.
- SALIH, Sara. *Judith e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SANTOS, Deribaldo. *Um jardim chamado noia*. Fortaleza: Corsário, 2010.
- SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação e Realidade, v. 20, n 2, p. 71-99, jul./dez. 1995
- SOUZA, Paulo Rogério. *A religiosidade na poesia de Luís de Camões: a fé como proposta de solução para os “desconcertos do mundo”*. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. Anais... Maringá, 2009, p. 807-815.
- THERBORN, Goran. *Sexo e poder: a família no mundo*. São Paulo: Contexto, 2011